

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Tiago da Silva Ferreira

**REVISTA *REALIDADE*: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-68)**

Niterói  
2013

TIAGO DA SILVA FERREIRA

**REVISTA *REALIDADE*: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-68)**

Dissertação apresentada ao Programa  
De Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito parcial para obtenção  
Do Título de mestre em História Social

Orientadora: Rachel Soihet

Niterói  
2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

F383 FERREIRA, TIAGO DA SILVA.

Revista *Realidade*: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-68) / Tiago da Silva Ferreira. – 2013.  
210 f.

Orientador: Rachel Soihet.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 177-180.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Sexualidade; aspecto histórico. 3. Gênero. 4. Imprensa. I. Soihet, Rachel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 306.7

TIAGO DA SILVA FERREIRA

**REVISTA *REALIDADE*: gênero e sexualidade na imprensa brasileira (1966-68)**

Dissertação apresentada ao Programa  
De Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal Fluminense  
como requisito para obtenção do  
Título de mestre em História Social

BANCA EXAMINADORA:

Aprovado em 28 de Março de 2013

Prof. Dra. Rachel Soihet (Orientadora)\_\_\_\_\_

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dra. Míriam Coser\_\_\_\_\_

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio)

Prof. Dra. Renata Schittino\_\_\_\_\_

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Aos meus queridos amigos: Leonardo Lourenço, Jardel Schettino, Pedro Portocarrero, Breno Bersot, Gustavo Cravo, Camila Oliveira, Luciana Ortega, Ricardo Otávio, Luís Arnal Lopez, Guilherme Clemente e Marcus Vinícius Reis.

Aos meus pais, meu irmão e minha irmã.

A Felipe Britania, a quem amo todos os dias.

A todas as pessoas, em todas as épocas e lugares, que já sofreram por causa do preconceito, da intolerância e da incompreensão de alguns, que só enxergam a vida da maneira limitada que querem e que não percebem que viver é muito mais intenso, mais cheio de cores, cheiros e sons do que pode parecer.

“(…) não há um ser por detrás do ato; o ato é tudo.”

Friedrich Nietzsche

“Um mal-entendido maligno e somente desculpável pela ignorância é considerar que a Psicanálise espera conseguir a cura de males neuróticos pela ‘livre expansão’ da sexualidade”

Sigmund Freud

“Toda regulamentação moral é sexualmente negativa, isto é, nega as necessidades sexuais naturais. Toda moral nega a própria vida, e a revolução sexual parece não ter tarefa mais importante do que possibilitar finalmente ao homem, ao ser humano vivo, a satisfação e realização da sua vida.”

Wilhelm Reich

“O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.”

Michel Foucault

## **Resumo**

O presente trabalho busca refletir sobre a revolução sexual e de costumes que se iniciou em meados do século passado e sua relação com certas teorias psicanalíticas e essencialistas, tomando como fonte *Realidade*, revista símbolo do Brasil dos anos 60. Através da crítica de Foucault à hipótese repressiva, ou seja, à ideia de que vivemos um período de liberalização e frouxidão em relação ao sexo, pretendo desvendar os saberes e poderes que estavam em jogo nos anos 60, bem como as permanências e rupturas dessa ordem disciplinar nos dias de hoje.

Palavras-chave: Foucault; revolução sexual; sexualidade; gênero; imprensa.

## **Abstract**

The present work is intended to be a reflection on the sexual revolution and customs that began in the middle of the last century and its relation to some psychoanalytic and essentialist theories, taking as source *Realidade*, a magazine symbol of Brazil's 60's. Through Foucault's criticism of the repressive hypothesis, ie the idea that we live in a period of liberalization and laxity in relation to sex, I want to reveal the knowledge and power that were at stake in the 60's as well as the continuities and ruptures in this disciplinary order in present times.

Keywords: Foucault; sexual revolution; sexuality; gender; press.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	8
<b>Capítulo 1- <i>Realidade, a ditadura e a revolução sexual</i></b> .....	12
A ascensão da sexualidade moderna: do confessorário tridentino ao poder-saber médico e psiquiátrico .....	12
A revolução sexual como justificativa contra a repressão: Freud, Reich e Marcuse..	17
Foucault e a crítica à hipótese repressiva.....	21
<i>Realidade</i> e a ditadura brasileira .....	24
A ditadura como construção social .....	31
<i>Realidade</i> : contexto e História .....	35
Os realizadores e suas memórias .....	47
<b>Capítulo 2 – Gênero, sexo e verdade</b> .....	57
Leitores e leitoras .....	57
Os primeiros meses - 1966.....	66
Édipo no divã.....	70
O que Deus uniu não separa o homem? .....	80
O sexo da criança: entre babás suspeitas, tias assanhadas e masturbações escondidas .....	88
A edição especial da mulher .....	96
A pesquisa de <i>Realidade</i> : a mulher brasileira dos anos 60.....	102
Mulheres no divã .....	107
A mulher modelo .....	110
As mulheres estigmatizadas.....	114
De qual mulher <i>Realidade</i> fala? .....	119
1968 – o último e antológico ano.....	121
Homens que não são homens.....	126
Uma escola libertária .....	139
As mulheres entre o aborto e a prostituição.....	142
Suecos: livres e infelizes?.....	151
Que o amor seja eterno... enquanto dure.....	154
<b>Considerações finais</b> .....	164
<b>Referências bibliográficas</b> .....	177
<b>Anexo A - Ilustrações</b> .....	181
<b>Anexo B - Entrevistas</b> .....	193

## Introdução

Quando ouvi falar a primeira vez em *Realidade* ainda estava na graduação. Pesquisava sobre a revista *O Cruzeiro* quando achei uma referência a uma revista que tinha sido considerada ousada e que era celebrada na área de jornalismo como um paradigma a ser seguido. Na mesma época, havia conhecido Foucault em um grupo de estudos de gênero. Não demorou muito para que eu decidisse estudar *Realidade* sob uma ótica foucaultiana. Nessa época eu via as coisas de maneira muito simples. Se *Realidade* era uma revista que defendera a liberalização do sexo através de uma crítica de sua repressão, bastava que eu criticasse a abordagem do periódico sobre a sexualidade usando Foucault para ter um trabalho fechado. Ao longo do tempo, entretanto, as coisas foram se complicando, à medida que fui percebendo que minha ideia original era muito simplista.

Minha primeira dificuldade foi que eu desconhecia os teóricos que fundamentaram o que Foucault chamava de “hipótese repressiva”. Logo percebi que se eu continuasse a ver as coisas apenas de um lado, minhas críticas seriam, além de superficiais, incompletas e desonestas. Para não cometer nenhuma injustiça, pesquisei sobre Freud, Reich e Marcuse, a trindade da sexualidade no século passado. A despeito de muitas críticas que possam ser feitas a eles (e Foucault continua sendo pertinente nesse sentido), cheguei à conclusão que não se trata de jogar a psicanálise na lata do lixo. O próprio Foucault, fui percebendo eu, manteve relação ambígua com a psicanálise. Poderia destacar três pontos importantes na relação que Foucault mantém com Freud. No primeiro, em *As palavras e as coisas*, o filósofo francês faz elogios, mesmo que com ressalvas, à ação da psicanálise contra a ciência médica. Já em *História da Sexualidade I*, Foucault desfere uma crítica dura à psicanálise, ao afirmar que sua técnica de confissão não passaria de uma reapropriação nada subversiva da confissão católica. O último ponto, que na verdade não revela um encontro explícito entre Foucault e Freud, refere-se aos últimos trabalhos do filósofo, na década de 80. Esse “último Foucault”, como dizem, centra suas pesquisas na relação entre o sujeito e a verdade. E é nessa investigação foucaultiana sobre a subjetivação no mundo greco-romano que muitos estudiosos estão procurando (e encontrando) pontes entre Foucault e a psicanálise.

Dessa forma, quando fui me sentar para estudar a revista *Realidade*, procurei não mais olhá-la por viés apenas negativo, como se ela fosse um veículo de uma teoria caduca e pernicioso. Mais do que isso, queria entender como a revista usou essa teoria e descobrir, não se a teoria em si é equivocada, mas sim se a aplicação dessa teoria da forma como foi feita em *Realidade* poderia levar a equívocos (ou não). Ou seja, quero menos discutir as opiniões de Reich sobre a sexualidade na infância, do que entender como *Realidade* usou as opiniões dele para pensar a educação sexual para crianças, por exemplo.

O segundo problema que enfrentei foi minha incapacidade inicial de não enxergar *Realidade* como um monólito. Cada reportagem tem uma assinatura, cada repórter defende sua própria versão da revolução sexual. Nesse sentido, enxerguei três propostas divergentes de emancipação moral. A primeira delas é a revolução feminina, cuja reivindicação maior era liberação da mulher, principalmente no campo econômico, mas também no campo moral. A segunda delas é a revolução em sentido mais “anárquico”, influenciada por pressupostos reichianos e anarquistas, cuja amplitude era maior e que incluía, dentre outras coisas, a queda da monogamia e o atrelamento do fim da moral burguesa ao fim do capitalismo. Por fim, havia o que eu chamei de reforma de costumes “moderada”, que defendia apenas a legalização do divórcio ou, no máximo, a descriminalização do aborto.

Além de opiniões divergentes sobre a sexualidade, os repórteres também possuem trajetórias e pensamentos políticos diferentes. A famosa equipe áurea de *Realidade*, que existiu entre 1966 e 1968, era heterogênea. Um grupo de jovens que achava que o mundo ia mal e que tinha que ir pra outro rumo, mas não havia total concordância sobre qual rumo seria esse.

O terceiro problema que enfrentei tem ligação com o anterior. O Brasil vivia uma ditadura na fase áurea do periódico. Inicialmente, muito mais por falta de reflexão do que por concordância explícita, entendia essa ditadura unicamente como coercitiva e arbitrária, sem levar em conta que (como o próprio Foucault nos lembra) o poder age como positivador e não apenas como negativador. Não haveria por que entender o fim da fase áurea da revista apenas como puro reflexo da repressão militar. Uma ditadura que durou 21 anos não teria durado tanto tempo sem o aval de parcelas significativas da sociedade. Procurei, então, a conivência, o consenso. Quem matou *Realidade* foi a própria editora Abril. Deixou-a morrer por que preferia não se chocar com o novo governo, e também por que já tinha uma revista para substituir *Realidade*. A equipe, por

sua vez, apesar de estar em choque constante com a empresa contratante, também fazia suas concessões, com reportagens que afagavam figuras importantes do governo. E mesmo depois da diáspora de dezembro de 1968, quando a equipe da fase áurea deixou a revista por desentendimentos com a Abril, parte da equipe voltou, indicando que aceitavam trabalhar na empresa sob suas condições.

Para apreender essa dinâmica interna e entender as divergências entre os jornalistas, recorri, além dos livros de memória dos repórteres, à História Oral, disciplina que eu nunca tive a menor familiaridade. A maioria dos jornalistas que trabalharam na fase áurea da revista já faleceram: Alessandro Porro, Narciso Kalili, Luis Fernando Mercadante, Paulo Patarra, Roberto Freire, Sergio de Sousa, José Ângelo Gaiarsa, Carmen da Silva, dentro outros. Falei apenas com aqueles que consegui localizar e, apesar de serem poucos e de minha inexperiência com esse tipo de fonte, creio que o que me disseram contribuiu bastante.

Por último, não posso deixar de dizer que, inicialmente, pretendia explorar mais a questão de gênero. Queria entender como a revista entendia os papéis sexuais dentro do contexto da revolução sexual do período. A ênfase mudou do gênero para a sexualidade por três motivos principais. O primeiro é empírico. A revista fala tanto do tema da revolução dos costumes, a defende com tanto afinco que decidi compreender o que era essa revolução para essa equipe de jornalistas. E como a psicanálise é uma grande referência para muitas matérias, acabei me interessando pelo assunto. O segundo motivo é teórico. Na minha ingenuidade, não tinha parado para pensar que as categorias de gênero e sexualidade, apesar de afins, não são coincidentes. Assim que isso ficou claro, percebi que o segundo tema poderia ser mais bem trabalhado de acordo com a fonte. Isso não quer dizer, entretanto, que a categoria de gênero foi excluída, muito pelo contrário. *Realidade* surgiu na crista da segunda onda feminista e é, obviamente e implicitamente, influenciada por ela. O mote feminista “O pessoal é político”, em certo sentido, não deixa de ser também um lema para a revista, que procurou no cotidiano de pessoas comuns, sua maneira de fazer jornalismo.

Portanto, meu objetivo é analisar as propostas de emancipação/revolução sexual defendidas na pauta da revista para os anos de 1966-68, demonstrando suas contradições, limites e possibilidades. Análise que bebe da fonte foucaultiana, procurando criticar e ao mesmo tempo dialogar com os chamados teóricos da repressão, demonstrando também as nuances e diferenças entre cada reportagem e jornalista.

O primeiro capítulo possui discussões teóricas sobre revolução sexual, o conceito de ditadura como construção social e sobre a história da revista entre 1966 e 1968. O segundo capítulo analisa algumas reportagens selecionadas. Selecionei aquelas que tratassem de temas morais e sexuais. Preferi usar uma sequência cronológica, mas não fico preso a ela, citando reportagens de edições diferentes no mesmo capítulo quando é necessário fazer comparações. Começo falando dos primeiros meses, em 1966. Depois analiso a edição especial sobre a mulher, de 1967. Nesse ano de 1967, utilizei praticamente só essa edição por que durante os próximos meses a revista falou menos de temas sexuais. Além disso, as matérias sobre esses temas que aparecem nas outras edições de 67 tem o teor parecido com as de 1968 e 1966, o que me fez preferir evitar a redundância e analisar melhor as matérias de 68, que são mais importantes. Finalizo discutindo as reportagens de 1968, articulando-as com os acontecimentos que marcaram esse ano antológico no Brasil e no mundo, bem como relembrando o debate sobre as diferentes interpretações de 68.

Finalmente, na conclusão procuro articular tudo que foi discutido com questões dos nossos dias atuais, procurando apontar o que mudou e o que está em jogo. Destacarei o movimento gay na conclusão por que entendo, assim como Judith Butler, que os chamados LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) são campo privilegiado dos estudos de gênero e sexualidade, uma vez que essas identidades que melhor demonstram o caráter falho do essencialismo heteronormativo e machista.

## Capítulo 1 – *Realidade*, a ditadura e a revolução sexual

O presente capítulo tem como objetivo introduzir os dois temas principais da dissertação: a ideia de revolução sexual e a revista *Realidade*. Pretendo demonstrar como foi construída, no plano teórico, a ideia de que uma revolução (conceito que era, até então, mais político) deveria acontecer no campo moral. Em seguida, apresento uma breve cronologia dos principais fatos ocorridos na história da revista, bem como a maneira que ela abordou e defendeu a revolução sexual em suas reportagens.

### 1.1 A ASCENSÃO DA SEXUALIDADE MODERNA: DO CONFESSIONÁRIO TRIDENTINO AO PODER-SABER MÉDICO E PSIQUIÁTRICO

O nascimento da sociedade moderna europeia, entre os séculos XVI e XIX, foi acompanhado por uma espécie de revolução educacional, cujos principais desvios foram, primeiramente, separar a vida humana em fases processuais, relegando a uma determinada etapa o instante da imaturidade, ou seja, uma fase dos perigos, caracterizada por necessidades especiais; em segundo lugar, constituir espaços específicos para os indivíduos que precisam dessa tutela especial, bem como submetê-los ao cuidado de especialistas treinados; por último, conferir à família destaque na supervisão dos indivíduos em fase de imaturidade<sup>1</sup>.

O primeiro desvio culminou na invenção da infância moderna. A nova concepção moderna da realidade social, onde homens e mulheres encerram em si mesmos um longo processo evolutivo de “amadurecimento”, por sua vez, terminou por exigir que a criança fosse supervisionada para que seu crescimento e desenvolvimento não saíssem dos trilhos. O homem moderno não poderia aflorar se fosse deixado a cargo da natureza, sem amparo, sem proteção e direção. O ser infante era tido, até então, como apenas um homem pequeno. Não havia espaços e atividades exclusivas para crianças e elas estavam acostumadas a participar do mundo adulto sem restrições. O mundo dos adultos não era um segredo para elas e não havia uma delimitação clara entre o lugar e as ocupações de um adulto e de uma criança<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> BAUMAN, Zygmunt. “Sobre a redistribuição pós-moderna do sexo: a História da sexualidade de Foucault, revisitada” in: *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.p177.

<sup>2</sup> ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Ed. LTC. Rio de Janeiro. 1978.pp.10-50.

Segundo Foucault, o mundo tradicional católico era dividido entre o que era permitido e o que era proibido. Cruzar a linha do pecado era grave, mas o ato de confessar era a chance de cruzar de volta para o terreno da santidade. As pessoas confessavam seus furtos, seus adultérios, seus atos de violência e impiedade. Entretanto, a Reforma e a Contra-Reforma causam ruptura profunda nessa estrutura social. Do século XVI ao XVIII, a Igreja Católica, influenciada pelo espírito do Concílio de Trento, passa a exercer um poder pastoral que concedia um lugar de destaque para a sexualidade. A concupiscência, os pecados da carne, a possessão demoníaca, a vida tortuosa e desregrada eram temas de estudos pastorais. O confessionário, a partir de então, assume caráter diverso. Primeiramente, a forma de confessar os atos de pecado se modifica. Em particular, as violações sexuais não eram mais para serem descritas em tantos detalhes; falar de sexo só com muita discrição. Por outro lado, se a descrição da sexualidade fora instituída, seu alcance foi ampliado. Falava-se menos, mas confessava-se mais. Não somente os atos, *agora os pensamentos e desejos também eram para ser confessados*. As violações sexuais eram rastreadas dos atos às origens<sup>3</sup>.

Ocorre, portanto, uma mudança significativa. Se antes eram os atos pecaminosos que deveriam ser contados, agora os pensamentos e, particularmente, os desejos recebem atenção. Busca-se conhecer o caráter íntimo, a fonte ontológica do pecado. Os atos, afinal, eram simplesmente expressões do caráter. O que se contava era o que se tinha na profundidade de seu ser. E o confessionário tridentino busca extrair as confissões do desejo pecaminoso. Da gradual revisão do confessionário católico à crítica da religião de Freud, há uma linha contínua, uma linha envolvendo o desejo sexual como chave para desvendar o mistério da natureza de alguém. Antes, só havia atos para serem contados. Então algo acontece e há desejos para serem confessados, desejos que não só revelam o que se fez, *mas o que se é*.

Em sua obra *Os anormais*, Foucault afirma que esse poder pastoral foi sendo substituído progressivamente por outras técnicas de poder a partir de fins do século XVIII e principalmente no século XIX. A carne como preocupação cristã será substituída pelo corpo, agora percebido como algo dotado de uma sexualidade real que ocorreria, sobretudo na cama, durante a noite, com os jovens e também com as crianças<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, vol.1 – A vontade de saber*. 17ªed. São Paulo: Graal, 2006.pp.72-80.

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. “Aulas 1 e 2” In: *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.pp.3-68.

A preocupação dos pastores e padres com a masturbação é substituída por um alarido em torno da sexualidade infantil. Se antes o sexo das crianças era camuflado ou pouca atenção se dava a ele, agora, livros, palestras e panfletos previnem os pais sobre os perigos da masturbação, do contato das crianças com o seu sexo e o de outras pessoas, enfim, de tudo que fosse considerado um desvio grave. Entretanto, não se atribui à criança a responsabilidade por essas práticas auto-eróticas. São as pessoas que cercam a criança que a influenciam, ou seja, é a família que é culpada por uma criança que apresenta “desvios morais”.

Uma vez que a criança serve de termômetro para que seja verificada a saúde da família, deve-se vigiá-la, para que, através dela, sejam observados os comportamentos de todos da casa: criados, governantas, preceptores, tias, tios, primos, irmãos e até os pais. A estes últimos, ainda, cabe a tarefa da vigilância. É dever deles zelar pelos pequenos, impedindo relacionamentos indesejáveis entre a criança e o adulto e entre elas mesmas.

Para que fosse possível colocar tudo isso em prática, a própria estrutura física das casas teve de ser repensada. As crianças passaram a ganhar um quarto sozinhas, onde estão a salvo de contato físico maior com outros adultos. Os pais, entretanto, deveriam vigiar de perto o comportamento dos filhos, bisbilhotar as camas, as manchas, os lençóis. Trata-se de uma cruzada diária pela sanidade dos filhos e da família.

Essa família, é necessário fazer a ressalva, se trata da família burguesa. A estrutura familiar aristocrática não era nuclear, mas composta por vários grupos além de pai, mãe e filhos. Não se trata de afirmar que a preocupação com a sexualidade infantil levou à estruturação da família nuclear, mas não restam dúvidas de que essa preocupação contribuiu para a consolidação desse modelo familiar. Essa nova instituição do lar estrutura-se, portanto, em torno do corpo das crianças e vive do cuidado dos seus movimentos. O motivo para tal preocupação, como já dito anteriormente, é proporcionar condições para que o processo de amadurecimento do indivíduo ocorresse do modo que se entendia ser o correto. A partir do momento que a infância é vista como uma etapa especial e diferenciada da vida, surge a necessidade de assistir e supervisionar o processo, garantindo-lhe o fluxo regular. Para tanto foi preciso criar um ambiente fechado e específico para a criança, isolada do mundo adulto, onde se encontram os perigos. Os meninos e meninas não só correm o risco de não atingirem a etapa seguinte na idade certa, mas, pior, poderiam adquirir experiências precoces para sua idade, adiantando a etapa, pulando o processo e colocando em risco a eles e aos seus

familiares. A ideia da “criança precoce” passou a ser uma das principais preocupações da sociedade europeia no despertar da modernidade. Uma vez que o infante é tido como naturalmente dócil, ingênuo e inocente, ele pode vir a ser “estragado” a qualquer momento e, por isso, necessita de proteção e cuidado.

Exatamente por esses motivos que a tutela infantil não poderia ficar apenas a cargo dos genitores. Além deles foi preciso um saber externo, profissional e especializado. Primeiramente a medicina e mais tarde a psicologia e a psicanálise entram nos lares para dizer aos pais como cuidar melhor dos seus filhos. O médico, na maior parte do século XIX, é aquele que tomará o lugar do pastor e do padre no trato da sexualidade infantil. O cuidado com a masturbação, por exemplo, sai do registro da moralidade para entrar no registro da doença. O controle paterno acaba por se submeter a um saber-poder mais “atualizado”. A relação pai-filho se torna uma extensão da relação médico-paciente. Quando descobrem que os filhos estão fazendo “algo de errado”, o médico (depois do final do século XIX é o psicólogo e o psicanalista que tomam esse lugar) entra em cena para diagnosticar e propor a “cura”. O paciente deve cooperar confessando seus atos doentios e sujeitando-se ao tratamento.

A medicina e mais tarde a psicanálise assumem o papel de controle sexual e até ético, afetando a vida moral da família. O corpo inteiro dos membros familiares passa a ser regulado por essa moral, através do corpo das crianças. Os “distúrbios” sexuais infantis, na verdade, são sintomas dos distúrbios familiares, ou decorrentes dos comportamentos dos pais e demais parentes.

Há, ainda, os interesses do Estado. A nova configuração da família ajuda a gerir melhor a sociedade. O Estado pede aos pais que cuidem dos filhos, que o eduquem. Na economia do poder desse Estado burguês, a racionalidade política se inicia na “célula-mãe”, a família nuclear. A medicina e os educadores exigem abnegação dos pais para educação e proteção de sua prole. Quando eles crescem, por sua vez, pede-se aos genitores que abram mão dos filhos para que eles cumpram suas funções como jovens adultos, em benefício do corpo social gerido pelo Estado. O matrimônio apresenta dois aspectos através dos quais ganha sentido, um religioso e outro civil. Para a Igreja ele é um sacramento, para a nova ordem laica (que emergiria completamente apenas no século seguinte) era um contrato. Entretanto, esse contrato tem por finalidade melhor gerir a família, pois dela dependem várias relações civis. É da família que emanam as estruturas de controle do Estado e pela qual se procura exercer poder e manter a ordem. Nesse contexto, a mulher é vista como a parceira do homem, aquela que, como mãe

dócil e amorosa esposa, ajuda a manter o lar unido. Os filhos, por sua vez, devem ser obedientes ao seu pai, assim como este deve obedecer ao Estado, que não passa de um pai para todos os cidadãos.

O maior “medo” das pessoas do século XVIII em relação ao sexo das crianças era a prática do incesto. Como entender o desejo na relação pai-filho, criança-adulto? Curiosamente, a conclusão a que chegaram, é que o desejo incestuoso provinha da criança e não dos pais ou adultos. O pai e a mãe não tinham culpa se precisavam ir à cama dos filhos verificar o que eles andavam fazendo. Se existia desejo incestuoso, este surgia por iniciativa da criança. Para Foucault esse modo de pensar tem como benefício moral tornar aceitável a teoria psicanalítica do incesto.

Entretanto, as práticas de sexualização das classes não é a mesma. As classes proletárias, a partir principalmente do século XIX, passam por processos diferentes. Além da medicalização, há os poderes judiciários e policiais. O incesto entre os mais pobres é entendido como iniciativa dos pais sobre os filhos. Nesses casos é necessário separar os genitores (que representam uma ameaça) dos seus rebentos. Para a burguesia, psicanálise, para o proletariado, policiamento. Independente dessas diferenças, o que está em jogo é que os saberes médico e psiquiátrico passam a funcionar a serviço da defesa civil.

Ao mesmo tempo em que esse processo de formação da nova sexualidade moderna ocorre, o outro lado do mesmo processo toma corpo: o controle populacional. O capitalismo cria novas necessidades, dentre elas a de monitorar populações, de modo a utilizar-se delas da maneira mais eficaz. A ascensão do capitalismo traz consigo os estudos da população. E o interesse em torno da população leva ao interesse pelo sexo, mas dessa vez por outro ângulo. Os seres confessantes e os seres participantes do capitalismo começam a se intersectar.

Em prol do “futuro da espécie”, do “bem comum”, da “saúde das populações” ou da “vitalidade do corpo social”, o Estado passou a “cuidar” da saúde e da higiene das pessoas. Esse “cuidado” deu origem a um novo corpo, nas palavras de Foucault, “múltiplo, com inúmeras cabeças”, referindo-se a noção de população. É a população, a “massa”, que passou a ser, não só disciplinada, mas controlada segundo padrões normalizadores. Através da norma, a biopolítica investe sobre a vida: o poder normalizador exclui e inclui pessoas e grupos (sociais, étnicos, culturais, etc.), ajustando seus corpos aos processos desejados.

Segundo o sociólogo Goran Therborn, a principal novidade da sexualidade no século XX é o arrefecimento do patriarcado<sup>5</sup>. Sua derrocada teria começado nos países escandinavos, quando as mulheres e crianças começaram a adquirir os primeiros direitos, ainda nos anos 1910. Mas, ainda mais importante foi a queda da taxa de natalidade, que ele afirma ter começado já no início do século XIX, ou seja, faz parte do mesmo processo de modernização da vida social descrito acima por Foucault, Ariès e Bauman.

Os pioneiros do controle da natalidade teriam sido os casais pós-revolucionários norte-americanos e franceses. Essa queda precoce do número de filhos entre franceses e norte-americanos teria se dado num processo sociocultural autônomo, sem ingerência estatal. As revoluções Francesa e Americana teriam reforçado a secularização ou discordância religiosa, bem como o individualismo. Como resultado, surge um maior “senso de domínio pessoal”<sup>6</sup>, levando os casais a pesarem na hora da decisão de ter filhos, quais os custos na manutenção da prole, e os custos da herança da terra.

A segunda onda de queda de natalidade se deu por volta de 1880 e 1930 e ocorreu em toda Europa e também no Japão. Para Therborn, essa nova era de declínio da natalidade foi protagonizada por um conglomerado de movimentos sociais internacionais de contestação, ou seja, a queda aconteceu num contexto de afronta à política estatal.

Já a terceira onda, por sua vez, saiu da Europa e atingiu todo o mundo, sendo fortemente assimilada nos países mais pobres, especialmente na América Latina. Essa nova queda de natalidade está associada à ingerência do estado, à revolução dos costumes, que popularizou métodos anticoncepcionais, dentre eles a pílula feminina. A terceira onda teria começado na década de 60 e perduraria até hoje<sup>7</sup>.

## 1.2 A REVOLUÇÃO SEXUAL COMO JUSTIFICATIVA CONTRA A REPRESSÃO: FREUD, REICH E MARCUSE

A chamada “revolução sexual” começou, no plano teórico, com as ideias de pensadores como Freud e Reich, num primeiro estágio, e continuou com Herbert Marcuse, num estágio mais avançado. Seu principal objetivo consistia na eliminação, ou

---

<sup>5</sup> GORAN, Therborn. *Sexo e poder: a família no mundo – 1900-2000*. São Paulo: Contexto: 2006. p.11

<sup>6</sup> Ibidem. p.422.

<sup>7</sup> Ibidem. p.423.

pelo menos a diminuição, da **repressão sexual**– que Freud via como um mal necessário à civilização, e Reich como um instrumento de dominação.

A premissa fundamental da psicanálise é a divisão do aparelho psíquico por Sigmund Freud em consciente e inconsciente. Segundo ele, sem essa divisão seria impossível a compreensão dos processos patológicos da vida psíquica e fazê-los entrar no âmbito da ciência. Um dos pontos mais decisivos de sua teoria é a importante modificação que ela trouxe à noção de sexualidade. No final do século XIX os médicos e cientistas acreditavam que a normalidade sexual era definida pela sexualidade genital do adulto. Como consequência dessa premissa, limitavam a questão à consumação do ato sexual, cujo foco recaía apenas no aspecto reprodutivo do coito. Todo comportamento sexual que escapasse a esse quadro era considerado um desvio, conduta anormal, sinal de depravação moral.

No início do século XX, Freud coloca em xeque o discurso da medicina e da psiquiátrica, ao questionar a centralidade que elas davam à anatomia no estudo da sexualidade. A sexualidade, para Freud, não se limita à função dos órgãos genitais e desperta muito cedo, logo após o nascimento. Uma série de excitações e de atividades, presentes desde a infância, proporcionariam um prazer desvinculado de satisfações fisiológicas. Por outro lado ele não só manteve como ampliou a centralidade da infância no estudo da sexualidade:

O instinto sexual não penetra nas crianças na época da puberdade, como no Evangelho o diabo penetra nos porcos. A criança apresenta, desde a sua idade mais tenra, as manifestações desse instinto; traz em si essas tendências ao vir ao mundo e é desses primeiros germes que sai, no decorrer de uma evolução repleta de vicissitudes e de numerosas fases, a sexualidade, chamada normal, do adulto<sup>8</sup>.

A denominação sexual foi estendida “às atividades da primeira infância em busca de prazeres locais que este ou aquele órgão é suscetível de proporcionar<sup>9</sup>”. O deslocamento que a psicanálise produz na ciência médica da época é original por enfatizar um conjunto de atividades sem ligação com os órgãos genitais, **dissociando o sexual do genital**. O instinto sexual da criança seria muito complexo e incluiria diversos elementos, bem como fases específicas (oral, sádico-anal, fálica, período de latência, genital). A função sexual, desde os primórdios até a forma definitiva da fase

---

<sup>8</sup>FREUD, Sigmund. *Vida e Pensamento*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 1996. p. 67.

<sup>9</sup>Ibidem. p. 71

adulta, passa por um complexo processo de desenvolvimento e organização. A inibição do desenvolvimento da libido, portanto, é que daria origem às neuroses, sendo o inconsciente o lugar de nossos desejos reprimidos. Para ele, entretanto, a neurose é o preço que se paga para sair da barbárie. Cada homem deve abdicar de seu desejo incessante de se satisfazer para que a sociedade não entre em estado de anomia e possa rumar em direção ao progresso<sup>10</sup>. A esse desejo incessante chama-se princípio de prazer, que é o que domina o inconsciente. Ao progresso da sociedade se chama princípio de realidade. Ali onde os homens vão passar a se constituir como sociedade será onde haverá abdicação individual, ou seja, **repressão**.

A grande diferença entre Reich e seu mestre foi ideológica. Reich era também marxista e viu o sexo como fator de controle social pela sociedade patriarcal. Isto é, ele estabeleceu uma ponte entre a vida social e a sexual, conforme afirma: “As necessidades biológicas, a alimentação e o desejo sexual, determinam fundamentalmente a necessidade da organização social dos homens”<sup>11</sup>. Ou seja, ele segue um rumo diametralmente oposto a Freud, entendendo a repressão como negativa e destruidora. Afirma sobre seu antigo mestre que nele

na realidade se encontram formulações que privam as descobertas clínicas psicanalíticas do seu impacto e efeito revolucionário-culturais, que expressam toda a contradição entre o naturalista e o filósofo cultural burguês em Freud.<sup>12</sup>

Reich considera que as neuroses (ou seja, as enfermidades psíquicas) são consequência do caos sexual da sociedade, causado pela repressão de **instintos naturais**. Uma vez que esses instintos não podem ser satisfeitos, o indivíduo reprimido desenvolve essas neuroses. Para tornar as pessoas sexualmente sadias, portanto, só acabando com a repressão sexual. A saúde mental depende da “potência orgástica”, isto é, da máxima capacidade do indivíduo de experimentar o clímax de excitação e prazer no ato sexual. Sem conseguir atingir esse gozo, a humanidade estaria se alienando da vida, tornando-se hostil a ela. Tal processo de alienação, ancorado numa sociedade patriarcal, contraria a própria natureza humana e torna a humanidade indiferente à miséria social que a rodeia. Essa “courageira” que isola o homem da natureza está na

---

<sup>10</sup>FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. p.11. Disponível em: <[http://www.opopssa.info/Livros/freud\\_o\\_mal\\_estar\\_na\\_civilizacao.pdf](http://www.opopssa.info/Livros/freud_o_mal_estar_na_civilizacao.pdf)> Acessado em 27/02/2012

<sup>11</sup> REICH, Wilhelm. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.25.

<sup>12</sup> Ibidem. p.46.

origem do desejo de autoridade, do medo à responsabilidade e da miséria sexual e, por extensão, da miséria social.

O homem seria a única espécie que não satisfaz à lei natural da sexualidade. A unidade entre natureza e cultura continuará a ser um sonho enquanto o homem continuar a condenar a exigência biológica de satisfação sexual natural (orgástica). Numa existência humana ainda sujeita a condições sociais caóticas, prevalecerá a destruição da vida pela educação coercitiva. A morte de milhões de pessoas na guerra seria o resultado da negação social da vida, que por sua vez seria expressão e consequência de perturbações psíquicas e somáticas da atividade vital. “O processo sexual, isto é, o processo expansivo do prazer biológico é o prazer vital produtivo per se”<sup>13</sup>.

Essa visão e uma contínua prática de análise de pacientes fez com que Reich viesse a elaborar uma crítica radical da vida sexual da humanidade, especialmente consolidada dentro do mundo burguês. Ele observou como a moral do casamento era um empecilho a qualquer reforma sexual, menos ainda de uma revolução<sup>14</sup>.

O avanço de suas pesquisas junto aos pacientes e suas reflexões teóricas o colocou em oposição a Freud. Enquanto seu mestre defendia a repressão das pulsões como origem da cultura, em outras palavras, creditava à repressão a própria civilização, Reich era favorável à liberação dos instintos como terapêutica para certas neuroses, creditando à própria psicanálise a responsabilidade por manter a humanidade escrava da repressão sexual. Afirma ele que “[A psicanálise] se movimenta num círculo trágico entre a constatação do caráter antinatural da repressão sexual, por um lado, e da necessidade cultural dela, pelo outro”<sup>15</sup>.

Herbert Marcuse, da Escola de Frankfurt, reformula o pensamento de Reich Freud. Concorde com eles que a história da humanidade é a história de sua repressão, no sentido de que a civilização começa quando o objetivo primário, a satisfação de todas as necessidades, é abandonado<sup>16</sup>. À essa experiência Marcuse denomina de vitória do princípio de realidade sobre o princípio de prazer: o homem aprende a renunciar ao prazer momentâneo, mas incerto, em prol de um prazer adiado, restrito, mas garantido<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1975. p.12.

<sup>14</sup> REICH, W. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. pp.62-71.

<sup>15</sup> *Ibidem*. p.51.

<sup>16</sup> MARCUSE, Herbert. *Eros & Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. pp.31-32.

<sup>17</sup> *Ibidem*. pp.33-34.

Marcuse aceita os conceitos de repressão e de princípio de realidade, não contesta o fato de Freud transformá-los em invariantes antropológicos; no entanto, ressalva que historicamente esses conceitos aparecem de formas bem distintas<sup>18</sup>. Ele chama de *mais-repressões* restrições requeridas pela dominação social que se distingue da repressão (básica): as modificações dos instintos necessários à perpetuação da raça humana em civilização<sup>19</sup>. Ele chama de *princípio de desempenho* a forma histórica predominante do princípio de realidade, onde a libido é desviada para desempenhos socialmente úteis e que o indivíduo trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha pra o “sistema” e também onde na maioria das vezes essas atividades não coincidem com seus próprios anseios<sup>20</sup>.

Marcuse traça, assim, uma ligação entre o que chama de trabalho alienado e o princípio de desempenho. O capitalismo, segundo ele, mobilizaria “forças psíquicas” para anular a consciência da possibilidade de ruptura com estrutura social opressora e para incluir os indivíduos em seu regime de prazer<sup>21</sup>. Além de historicizar alguns conceitos psicanalíticos, Marcuse procura enfatizar que a vida humana vale a pena ser vivida e que em determinada sociedade (utópica?) existiriam possibilidades específicas para melhorar a vida humana e modos e meios específicos de realizar essas possibilidades.

### 1.3. FOUCAULT E A CRÍTICA À HIPÓTESE REPRESSIVA

A tese central da obra do filósofo francês Michel Foucault sobre a história (ocidental) da sexualidade, infelizmente inacabada, é construída em torno do questionamento da hipótese repressiva, segundo a qual o século XVII teria representado o marco inicial de uma época de repressão própria das sociedades burguesas. Contra tal concepção Foucault sublinha a emergência de uma “verdadeira explosão discursiva” sobre o sexo nos últimos três séculos, argumentando que:

(...) muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de um rede inútil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e

---

<sup>18</sup> MARCUSE, H. op.cit.pp.39-65.

<sup>19</sup> Ibidem. p.51.

<sup>20</sup> Ibidem.pp.49-51.

<sup>21</sup> Ibidem pp.122-130.

inacessível,mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no,fazem-nofalar,implantam-no noreale lheordenam dizera verdade: todoum visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer<sup>22</sup>.

Às vezes mal compreendida, a tese de Foucault não nega a repressão sexual, mas acredita que ela não é a chave para a compreensão da sexualidade contemporânea como pensam Freud, Marcuse e Reich:

Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna<sup>23</sup>.

O autor recusa a imagem do poder como meramente opressor, negador do sexo, este uma força selvagem, a ser domesticada. Ele quer compreender como o poder e o desejo se articulam. Essa imagem do poder como repressor da liberdade permitiria, segundo ele, aceitar a sua vigência, pois o alcance do poder é muito maior. Nós somos controlados e normatizados por múltiplos processos de poder, um poder que não é só repressivo, mas criador de regimes de verdades. Um poder não só repressivo, mas que funciona com maior eficácia sendo *afirmativo*. Foucault analisa o que ele denomina de *scientia sexualis*<sup>24</sup> (uma ciência do sexo), que pretendia iluminar a sexualidade do ser humano<sup>25</sup>. A partir dos séculos XVII e XVIII vemos na sociedade ocidental uma multiplicação de discursos sobre o sexo que, ao esquadrihá-lo, defini-lo, acabariam por ocultá-lo. Isso vai contra o senso comum que prega que, até o século XX, o sexo era reprimido no sentido de ser obscurecido, negado. Ao contrário, Foucault diz claramente que existiu um projeto de “iluminação” de todos os aspectos do sexo, do seu esquadrihamento. Cria-se neste momento um aparelho que, ao multiplicar os discursos sobre o sexo, visa produzir verdades sobre ele. No século XIX, momento crítico, esse projeto alia-se a um projeto científico, fatalmente comprometido com o evolucionismo e com os racismos oficiais. O discurso médico, sob uma aura de neutralidade científica, produz crescentemente verdades sobre o sexo, mas que estava ligado a uma moral da assepsia e da conexão entre o “patológico” e o “pecaminoso”. A medicina do sexo se associa fortemente à biologia (evolucionista) da reprodução. Essa associação do discurso sobre o sexo com o discurso científico deu a ele maior legitimidade.

---

<sup>22</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.p.82.

<sup>23</sup>Ibidem. p. 18.

<sup>24</sup> Em oposição, Foucault descreve a *ars erótica*, ou arte erótica, onde busca-se no saber sobre o prazer formas de ampliá-lo, um saber de dentro, onde a verdade sobre o prazer é extraída do próprio saber. Foucault exemplifica sociedades onde a arte erótica predominaria: Índia e China antigas.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 61.

Na *scientia sexualis*, a confissão (herança tridentina) é central na produção de saberes sobre o sexo. Os ocidentais são levados a confessar tudo, expor seus prazeres, uma obrigação já internalizada. A confissão estabelece uma relação de poder onde aquele que confessa se expõe, produz um discurso sobre si, enquanto aquele que ouve interpreta o discurso, redime, condena, domina. No século XIX o procedimento da confissão extrapola a penitência e o domínio religioso. Há uma sobrecarga de discursos, e a interferência de duas modalidades de produção da verdade: os procedimentos da confissão e a discursividade científica.

Foucault publicou o primeiro volume de sua *História da Sexualidade* em 1976, quando o mundo parecia viver o pico de popularidade da revolução sexual que eclodira nos anos 60. O filósofo acreditava que para os revolucionários seria gratificante formular, em termos de repressão, as relações de sexo e poder por muitos motivos. Primeiro porque, se o sexo é reprimido, o simples fato de falar da repressão do sexo ultrapassa todos os limites; afinal, aceitando a hipótese repressiva, pode-se vincular revolução e prazer, pode-se falar num período em que tudo vai ser bom: o da liberação sexual. Nesse sentido Foucault critica os caminhos que as teses de Reich e Marcuse tomaram: a revolução sexual estaria limitada, pois expor o sexo a público não significa libertação, uma vez que expor o sexo é justamente o que a ciência do sexo vem fazendo desde o advento da modernidade. A simples exposição, como atitude de afronta à sociedade, não passa de outra forma de confessionário e, portanto, de controle. Nesse sentido, a pornografia ou a banalização do sexo, que são literalmente vendidas como liberdade nos dias de hoje, não passam de uma apropriação que a sociedade neoliberal fez de algumas conquistas da revolução sexual.

Entretanto, vale frisar, em minha opinião Reich e Foucault não são irreconciliáveis. O filósofo francês, diferente do que muita gente pensa, também dá destaque para a repressão do sexo, mas sob outro foco, como destaca Ernani Chaves:

Foucault não apenas reconhece que a repressão faz parte do circuito produtivo do poder, como lhe concede lugar estratégico neste circuito: é a repressão que torna o poder aceitável e tolerável e é ela, em grande parte, a responsável pelo sucesso das estratégias de dominação, na medida em que oculta os mecanismos mais insidiosos do poder<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> CHAVES, Ernani. *Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.p.98.

A grande diferença entre o psicanalista e o filósofo, a meu ver, é que os dois entendem repressão de uma forma distinta. Para Reich a repressão está associada a uma certa condição natural original que serviria de referência ao homem em sociedade. Qualquer processo que contrarie os fundamentos naturais e interfira de modo permanente nestes fluxos é entendido por Reich como repressivo. Ou seja, para ele a ideia de repressão está firmada num fundamento natural primitivo (muito diferente de Foucault, cuja ideia de repressão é eminentemente política). Reich acredita que a repressão sexual também é política, mas lhe é anterior e diz respeito à cisão do homem com a natureza. Dessa forma, se removêssemos os empecilhos antissexuais, o homem estaria mais uma vez no seio da natureza e atingiria a liberdade sexual. Essa saída romântica, bem como a insistência de Reich em ver uma sexualidade humana “pura” e natural anterior ao condicionamento cultural, parece-me, são as maiores diferenças entre os dois.

#### 1.4 REALIDADE E A DITADURA BRASILEIRA

Quando *Realidade* foi lançada, em Abril de 1966, o país passava por um período de graves turbulências. Apenas dois anos antes, em 31 de Março de 1964, os militares haviam derrubado o presidente Jango (João Goulart). O novo presidente em exercício era o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O Governo Jango fora marcado pela instabilidade e pela tensão. Para se compreender o golpe, devemos recuar alguns anos, ao fim do Governo JK.

A UDN (União Democrática Nacional) fez oposição dura a Juscelino Kubitschek (PSD) mesmo antes de sua posse, tentando impedi-la. Ao longo do mandato do presidente mineiro, procurou tumultuar e travar todas as propostas e iniciativas do executivo. Depois de anos na oposição, a UDN conseguiu vencer as eleições presidenciais de 1960 (as últimas antes de 1989) com o carismático e polêmico Jânio Quadros. Entretanto, a coligação PSD-PTB, herdeira política de JK e Getúlio Vargas, emplacou o vice-presidente, João Goulart. À época, o presidente e o vice podiam ser eleitos separadamente.

Assumindo o cargo máximo da República em janeiro de 1961, Jânio governou apenas por alguns meses. A sua política externa foi marcada por polêmicas. Procurando

aumentar os parceiros comerciais do país, o novo presidente costurou alianças que não levassem em conta posições ideológicas. Tal postura causou grande impacto, pois o mundo vivia os anos da Guerra Fria e o Brasil sempre esteve alinhado à área de influência dos Estados Unidos. O auge dessa crise foi a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, dada pela presidência, em sinal da “neutralidade” brasileira.

Essas e outras atitudes afastaram o presidente da UDN, isolando-o. Especula-se o porquê de tal ato até hoje (muitos acreditam em tentativa de golpe por parte do presidente), mas, de fato, Jânio Quadros renunciou ao poder em 25 de Agosto de 1961. Os opositores de um futuro governo de Jango (que estava na China comunista em missão comercial), aproveitaram-se de sua ausência para tentar impedir sua posse. O congresso chegou a nomear outro presidente, mas uma campanha pela legalidade, encabeçada pelo cunhado de Jango, o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, conseguiu empossar João Goulart. Entretanto, os poderes do executivo foram diminuídos graças a uma manobra no congresso, que modificou o sistema político do presidencialismo para o parlamentarismo. Apenas em 1963 um plebiscito revogou a emenda parlamentarista. Mas, daí para frente, as tensões só fizeram aumentar.

O historiador René Armand Dreifuss afirma que desde o governo JK, dois blocos antagônicos, que ele chamou de “multinacional e associado” e o “oligárquico e industrial”<sup>27</sup> passaram a disputar a hegemonia política. No governo Jango, o grupo “multinacional e associado”, formado por empresários ligados ao capital estrangeiro (fundamentalmente estadunidense), representava a oposição, os conspiradores unidos contra Goulart. O bloco “oligárquico industrial”, por sua vez, sustentava a base de apoio ao governo. Ainda segundo Dreifuss, os opositoristas a Jango eram caracterizados por uma “elite orgânica”, composta por políticos, empresários e militares, ansiosos em defender seus interesses multinacionais e associados, que agia através de organizações ligadas a interesses particulares ou norte-americanos. Diz o autor:

Eles desejavam compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica. O primeiro desses grupos a ter notoriedade nacional em fins da década de 25M25L25a2525r foi o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981. As expressões entre aspas são do próprio autor.

<sup>28</sup> *Ibidem*. p. 102.

Após o surgimento do IBAD, é fundado, em 1961, a mais famosa e polêmica organização civil da época, o IPES, que teria colaborado grandemente para o golpe de 1964. Sobre o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, o autor ressalta:

Os fundadores do IPES do Rio de Janeiro e de São Paulo, o núcleo do que se tornaria uma rede nacional de militantes grupos de ação, vieram de diferentes backgrounds ideológicos. O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, e seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado. (...) O IPES desenvolveu uma dupla vida política desde seu início. (...) Para realçar ainda mais a sua fachada, o IPES era apresentado (por sua liderança) entre o grande público, como uma organização – que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres – e como um centro de discussões acadêmicas.<sup>29</sup>

O autor destaca ainda que o IPES teria se articulado com grandes grupos da imprensa nacional no período antes do golpe<sup>30</sup>, tais como os Diários Associados (de Assis Chateaubriand), a *Folha de São Paulo* (do grupo Octavio Frias), *O Estado de São Paulo*, o *Jornal da Tarde*, e o jornal carioca *O Globo*, principal periódico das Organizações Globo, de Roberto Marinho.<sup>31</sup>

O historiador Daniel Aarão Reis destaca o caráter contraditório do Regime Militar, constituído por um grupo heterogêneo e que, nos primeiros quatro anos (período correspondente ao recorte dessa pesquisa), demonstrou um discurso democrático, mas uma atitude cada vez mais reacionária contra seus oponentes. Reis afirma que “estranha fraqueza, a das ditaduras que não conseguem se assumir” e complementa:

As contradições da ditadura não residiam em nenhuma confusão mental, mas se radicavam nas realidades bem palpáveis do caráter heterogêneo da ampla frente de forças que derrubara o regime presidido por João Goulart.

Ali se reuniram a espada, a cruz, a propriedade e o dinheiro. E o medo, um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar forças e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça. Se a hipótese tinha base na realidade ou não, é uma outra questão. O fato é que o medo a tomava como provável, como iminente. Era preciso fazer alguma coisa, qualquer coisa, para

---

<sup>29</sup> Ibidem. pp. 163-164.

<sup>30</sup> MORAES, Leticia Nunes. *Leituras da Revista Realidade: 1966-1968*. São Paulo: editora Alameda, 2007. A historiadora atesta, nessa obra, que ainda não foram encontrados registros que permitam provar uma ligação direta entre a articulação para golpe e o Grupo Abril, do qual *Realidade* fez parte.

<sup>31</sup> DREIFUSS, René Armand. op. cit., p. 233.

colocar aquelas gentes nos lugares que eram seus, dos quais nunca deveriam ter saído e para os quais haveriam de voltar.<sup>32</sup>

A FGV-RJ, através de um projeto chamado “O Estado de Segurança Nacional durante o Regime Militar Brasileiro”, tem procurado trazer novas luzes à historiografia sobre a ditadura brasileira. Gláucio Ary Dillon Soares, dessa corrente, acredita que um dos grandes erros dos estudos históricos acerca do regime militar no Brasil, é que eles sempre pressupõem que os militares estavam a serviço de terceiros, seja a aristocracia, seja a burguesia ou as classes médias<sup>33</sup>. Para ele, a autonomia dos militares é subestimada. Para ele o movimento de 1964 “foi essencialmente militar: não foi dado pela burguesia ou pela classe média, independentemente do apoio que estas lhe prestaram”.

Os estudiosos da FGV-RJ apontam, ainda, que os motivos para o golpe teriam sido fundamentalmente dois. Primeiramente a instabilidade e ingovernabilidade da gestão Goulart, assolada por grave crise política. Em segundo lugar, a ameaça comunista, seja ela real ou imaginária. O episódio de 1964, portanto, pode ser entendido como “um contragolpe ao golpe de esquerda que viria, provavelmente assumindo a feição de uma ‘república sindicalista’ ou ‘popular’”.<sup>34</sup>

Uma vez consolidado o golpe, seria, entretanto, difícil aos militares manter a ordem interna. No interior do regime duas tendências mediam forças: aqueles que desejavam uma intervenção rápida e a devolução da República aos civis logo que o “perigo comunista” fosse afastado, agrupados em torno do presidente Castelo Branco; e a chamada “linha-dura”, ligada ao até então ministro da guerra Costa e Silva. Entretanto, não ocorreu alternância de poder entre eles. As duas frentes participaram de todos os governos. Costa e Silva foi justamente o ministro da guerra de Castelo Branco.

No dia 9 de Abril de 1964, portanto dois dias antes de Castelo Branco assumir a presidência, o governo golpista (que se auto-intitulava revolucionário) promulgou, através do Alto Comando da Revolução, o Ato Institucional nº 1. O AI-1 procurava garantir a manutenção da Constituição de 1946 e o Congresso Nacional. Por outro lado, restringia os poderes do Legislativo, enquanto aumentava os do Executivo. Mas as maiores mudanças foram a suspensão temporária da imunidade parlamentar e a extinção

---

<sup>32</sup>REIS FILHO, Daniel Aarão. “1968, o curto ano de todos os desejos”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, outubro de 1998, p. 26.

<sup>33</sup>SOARES, Gláucio Ary Dillon. “O Golpe de 1964”, in: *21 anos de Regime Militar. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: editora da FGV, 1994. p. 27.

<sup>34</sup>D’ARAÚJO, Maria Celina. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 12.

por seis meses da vitaliciedade e estabilidade dos funcionários públicos, o que permitiu cassações e expurgos de toda espécie contra os “inimigos internos da pátria”, opositores do novo regime e/ou participantes do governo deposto. O AI-1 ainda trouxe uma outra importante medida de controle do judiciário: a suspensão dos direitos individuais. Através dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), legitimava-se a busca irrestrita e sistemática contra partidários do governo deposto.

Imediatamente após o golpe, entretanto, muitos grupos que participaram ativamente da articulação para que ele ocorresse, se voltaram contra os militares. O exemplo mais pujante é o do jornal carioca *Correio da Manhã*. Um dos periódicos mais importantes da história da imprensa brasileira, o *Correio* foi feroz defensor da deposição do presidente Jango. No dia 31 de Março lançou o editorial “Basta!” e no dia seguinte outro chamado “Fora!”, ambos endereçados a Goulart. Mas com o mesmo furor, fez campanha contra a violência e a tortura deflagradas pelo novo governo. Já no dia 3 de Abril de 1964, outro editorial trazia no título “Terrorismo, não!” contra as violências cometidas pela polícia da Guanabara, acusando diretamente o governador Carlos Lacerda. Fundado em 1901, o jornal fará tamanha oposição ao regime militar que sofrerá dura repressão, até fechar as portas no dia 7 de Junho de 1974.

Muitos políticos que haviam apoiado a dita “revolução” também demonstravam arrependimento. O governador Ademar de Barros, ex-entusiasta do novo governo afirmou que “o segundo aniversário da revolução não será data festiva. Será dia de lamentações. Lamentações no seio da família democrática brasileira. Lamentações no cemitério das liberdades extintas”<sup>35</sup>.

Como veremos, o Grupo Abril não entrou diretamente em choque contra o regime militar e fez de tudo para manter uma relação, se não amistosa, pelo menos não conflituosa com o governo. Este, por sua vez, não chegou a prender ou ameaçar diretamente nenhum dos jornalistas ou funcionários da empresa ligados à *Realidade*. Tal constatação é importante, visto que a crise que levará ao fim da revista não poderia ser creditada unicamente ao clima de censura do período.

O AI-1 não seria suficiente para as pretensões de alguns setores do governo, uma vez que ele não tocara no calendário para as eleições ao governo estadual. Em outubro de 1965, realizaram-se as eleições em onze unidades da federação. Muito do entusiasmo com o “governo revolucionário” já havia passado. Apesar do veto a determinados

---

<sup>35</sup>MARÃO, José Carlos e RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade re-vista*. Santos: Realejo Edições, 2010.p.39.

candidatos por parte da linha dura das Forças Armadas, a oposição venceu em estados importantes. Negrão de Lima, getulista e aliado de JK, venceu na Guanabara; em Minas, outro aliado de JK, Israel Pinheiro, saiu vitorioso. Oposicionistas venceram também em Santa Catarina e Mato Grosso. Essas vitórias serviram de pretexto para que a linha dura cobrasse de Castelo Branco medidas mais enérgicas contra os “inimigos do país”.

As pressões resultaram nos AI-2 e AI-3. O primeiro determinava que as eleições para presidente e vice-presidente seriam realizadas apenas pelo Congresso Nacional em sessão pública e votação nominal. O objetivo era evitar o voto secreto e possíveis surpresas. Ainda ficou estabelecido que o presidente podia baixar decretos-lei em matéria de segurança nacional e adicionar atos complementares ao ato. Mas a maior inovação do decreto foi a extinção dos partidos políticos existentes. A legislação obrigou o rearranjo do corpo político-partidário nacional em um bipartidarismo. De um lado tínhamos a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo; e, do outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. Completando o cerco dos militares contra os direitos e liberdades, o AI-3 sentenciou que as eleições para governador seriam indiretas, via assembleias estaduais.

Em 1966 (ano em que *Realidade* foi lançada) a Arena obtém 63,9% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados nas eleições legislativas. O MDB obtém 36%. Parte da oposição decidiu protestar com o voto nulo, o que ajudou na vitória fácil do governo. Em Janeiro de 1967 é aprovada uma nova Constituição. O Congresso já havia sido fechado e só foi reconvocado pelo AI-4 para aprovar a nova Constituição, que, em geral, apenas ratificava os super poderes do executivo.

Uma nova situação política se descortinou com a eleição de Costa e Silva para a presidência. A linha dura passava a dirigir o país e desejava apertar o cerco aos opositores. É consenso, hoje em dia, que os militares já preparavam o “golpe dentro do golpe”, que seria dado com o Ato Institucional nº5.

O ano de 1968 foi muito marcado por grandes agitações em todo mundo. Segundo o sociólogo Ruy Braga:

O ano de 1968 (...) se estende como uma revolta estudantil mundial, que por sua vez detona um processo de renovação do movimento operário em nível internacional. 1968 foi muito importante no México com uma repressão violenta e brutal do Estado mexicano contra os estudantes naquilo que ficou conhecido como o massacre da praça Tlatelolco, onde mais de 200 estudantes foram massacrados pela polícia. O Maio de 68 nos EUA foi extremamente importante com uma

associação do psicodelismo, dos hippies, a nova esquerda, o movimento negro, os festivais de Rock. Na Alemanha você teve uma grande onda de mobilização estudantil em solidariedade ao Irã com uma forte presença de estudantes na luta política e na ação direta nas ruas, organizando manifestações e passeata. Ocupação de universidades em solidariedade aos vietnamitas na luta contra os Estados Unidos. E evidentemente existe o Maio de 68 mais famoso, que é o Maio de 68 francês, onde estudantes de Nanterre, entram em conflito com o reitor da universidade que desejava separar o dormitório da Universidade de Nanterre entre rapazes e mulheres (...) os estudantes são desalojados da Universidade de Nanterre e vão pro centro de Paris na Universidade Sorbonne onde eles se articulam com outros estudantes que estão se mobilizando para lutar contra essas hierarquias rígidas e exigir uma reforma radical da universidade com mais presença e mais participação do movimento estudantil na gestão da universidade, o que por sua vez detona um processo espontâneo de rebelião nas ruas de Paris (...) onde os estudantes lutam contra a polícia nas barricadas. Eles procuram assumir uma posição ativa e são reprimidos pela polícia parisiense. (...) No Brasil com a passeata dos Cem mil e a morte de um estudante no Rio de Janeiro, Edson Luís. Foi uma revolta generalizada estudantil contra as hierarquias tradicionais, (...) quer seja nas universidades, fora das universidades, na família, na fábrica, nas empresas. Enfim, o que unificou essas lutas todas foi uma flagrante posição de crítica ao colonialismo, ao imperialismo, especialmente o dos EUA e uma solidariedade generalizada aos povos e às lutas dos povos do terceiro mundo.<sup>36</sup>

As lutas estudantis, os protestos de opositores ao regime militar, acenderam o alarme dos governistas. Em meio a essa crise, o deputado federal Márcio Moreira Alves ajudou a inflamar ainda mais o radicalismo dos militares. Em um discurso por ocasião do 7 de Setembro, o deputado criticou ferozmente a violência na invasão à Universidade de Brasília (UnB) ocorrida poucos dias antes e, num sinal de protesto, sugeriu um boicote ao desfile de feriado. A historiadora Maria Helena Moreira Alves afirma:

A parada militar do Dia da Independência era importante componente psicológico da estratégia de intimidação. Uma vez por ano, a população pode ver em exibição todo o equipamento militar pesado. (...) Márcio Moreira Alves tocou, assim, um ponto sensível da estratégia geral de controle social do Estado. (...) os oficiais da linha-dura que já planejavam um segundo golpe de Estado, que lhes daria mais liberdade na defesa da Segurança Nacional, acharam-no particularmente útil a seus propósitos”.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Trata-se de uma entrevista concedida por Ruy Braga à Folha Online. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u396518.shtml>> 30/04/2011.

<sup>37</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.129.

Para processar Moreira Alves, entretanto, era preciso quebrar a imunidade parlamentar. No dia 12 de Dezembro de 1968 a Câmara dos Deputados votou pela preservação dos seus direitos políticos por 216 votos contra 141. A derrota serviu para o governo mostrar sua verdadeira força. Já no dia seguinte, em 13 de Dezembro de 1968, foi baixado o Ato Institucional nº5. O AI-5 diferia dos anteriores por que sua data de revogação era indeterminada. Com ele, o poder Executivo ganhava amplos poderes, como fechar o Congresso Nacional (que ficou fechado por mais de um ano), cassar os direitos políticos dos cidadãos, suspender mandatos eleitorais e acabar com o direito ao *habeas corpus*.

À princípio pode parecer que o AI-5 está diretamente relacionado com o fim da chamada “primeira fase” (1966-68) da revista, quando grande parte das “estrelas” deixa a redação. Tal afirmação, entretanto, se mostra falsa à medida que conhecemos as memórias dos jornalistas que participaram da equipe da revista. O ex-repórter de *Realidade* José Hamilton Ribeiro afirma que dois elementos explicam o nascimento da revista: o que ele chama de “tímido liberalismo de Castelo Branco e uma sensação de mudança que permitia ousadias e ambições”<sup>38</sup> políticas e sociais. O próprio jornalista reconhece um “tímido liberalismo” e uma “sensação de mudança”. Isso indica que havia espaço, mesmo que limitado, para contestação. O que, então, teria acontecido para que a fase áurea, que coincide com o recorte da presente pesquisa, se encerrasse em dezembro de 1968, no mesmo instante em que era promulgado o AI-5? Procuo responder essa crucial questão nas próximas seções deste capítulo.

### 1.5. 1964: A DITADURA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

Regimes autoritários e ditaduras também são produtos sociais? Neste trabalho entendo que sim. Explicações acerca de governos autoritários não podem partir de antinomias como vítima e algoz, opressor e oprimido, como se a repressão e manipulação fossem explicações suficientes para se compreender como uma ditadura pode se constituir e, mais do que isso, se manter. Essas explicações, por mais tentadoras que sejam, pouco elucidam e podem levar a distorções consideráveis. Ao invés de focar no aparelho coercitivo, novos estudos procuram demonstrar o consenso, a aceitação, a cumplicidade da sociedade. Nenhum regime, por mais forte que seja, é capaz de se

---

<sup>38</sup> MORAES, L. N. op.cit. p.44.

manter por longos períodos apenas com coerção. Mais do que as antinomias já citadas, esses estudos procuram derrubar uma oposição mais perversa, que coloca *Estado versus sociedade*, desmistificando a ideia de que regimes políticos são produzidos fora da sociedade e, uma vez solidificados, seriam capazes de engessá-la a ponto de diluí-la, fazendo do Estado uma entidade onipotente<sup>39</sup>.

Essa visão é sedutora por que tira a responsabilidade da população, que pode dormir tranquila ao atribuir à repressão estatal os crimes hediondos cometidos em regimes autoritários. Um dos trabalhos mais conhecidos que atacam a teoria da repressão pura é *Apoiando Hitler: consentimentos e coerção na Alemanha nazista*, de Robert Gellately. Nessa obra Gellately demonstra como o povo foi a base sólida do regime nazista. Mais do que confrontar os alemães, os nazistas apelaram para ideais e preconceitos germânicos já existentes. A propaganda nazista não criou novos valores, apenas retrabalhou os que já existiam. O antisemitismo não foi invenção nazista, mas fazia parte da cultura europeia da época, não só na Alemanha, mas também na França e na Inglaterra.

Trabalhos dos anos 70 e 80 sobre a França de Vichy trazem conclusões semelhantes<sup>40</sup>. Assim como na Alemanha, o antisemitismo era presente na cultura francesa, de tal modo que uma vez que a derrota para a Alemanha foi consolidada, a resistência francesa diluiu-se rapidamente, diferente do que a memória oficial (a de que a maioria dos franceses lutou bravamente contra a ocupação) procura imprimir. O governo de Vichy, que colaborou com a Alemanha nazista, não foi um governo presidido por alemães, mas sim por franceses colaboracionistas que obtiveram, se não amplo consentimento e apoio popular, no mínimo complacência em relação à cooperação de seu governo com os nazistas.

Aqui no Brasil, Angela de Castro Gomes, a partir dos anos 80 realizou uma importante revisão de um dos temas centrais da nossa história republicana, o Estado Novo. Ela rompeu com a historiografia ao discordar que o populismo dos anos 30 se baseasse na simples manipulação das massas pelo líder. Ela definiu o que chamou de

---

<sup>39</sup> Ver: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Três volumes: Brasil e América Latina; Ásia e África; Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>40</sup> ROLLEMBERG, Denise. *Aos grandes homens a pátria reconhecida. Os justos no Panthéon*. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Os\\_Justos\\_no\\_Pantheon\\_0\\_0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Os_Justos_no_Pantheon_0_0.pdf). Acessado em: 05 de fevereiro de 2013.

trabalhismo, como um jogo de compromissos e interesses estabelecidos entre o governo e os trabalhadores<sup>41</sup>.

Talvez por ser uma ditadura mais recente e, portanto, ainda contar com seus efeitos traumáticos mais vivos, a ditadura de 1964-1985 demorou muito mais a ser estudada sob esse mesmo viés. É compreensível que o período de redemocratização após um regime autoritário enfoque o denunciamento, a repressão (papel cumprido pela historiografia citada no item 1.4.). É nesse momento que todos, dos colaboracionistas aos indiferentes, se tornam, de uma hora pra outra, resistentes e democratas. Não se vê por aí (por mais que talvez possamos encontrar) pessoas que estufem o peito pra dizer que empunharam cartazes e carregaram faixas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Em compensação, há tanta gente dizendo que estava na Passeata dos Cem Mil, que poderíamos supor que eram meio milhão e não só uma centena de milhar de pessoas.

Estudos demonstram que as Marchas da Família com Deus pela Liberdade nasceram de iniciativas populares, sem qualquer interferência dos militares<sup>42</sup>. Os organizadores dessas Marchas souberam recorrer à um imaginário social já arraigado na população. Usaram de temas como pátria, moral, família, ordem, religião, inscritos numa cultura política compartilhada por largos setores da sociedade<sup>43</sup>.

Sessenta e nove marchas ocorreram entre março e junho de 1964. Dessas, cerca de 80% ocorreram após o golpe<sup>44</sup>. A primeira delas, em São Paulo, ocorreu como desagravo ao “comunismo” do Governo Jango e em resposta ao comício da Central do Brasil, realizado em 13 de março no Rio de Janeiro. A Marcha paulista apelou para a memória da Revolução Constitucionalista de 1932 e escolheu o dia 19 de março por ser dia de São José, padroeiro da família. Com forte teor religioso, usando o terço como símbolo contra o “comunismo janguista”, os setores conservadores (liderados, dentre outros, pelas mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia, o Camde) conseguiram reunir meio milhão de pessoas. Com rosários nas mãos, as mulheres do Camde e demais manifestantes, pediam por uma intervenção contra o governo. Pediam por um golpe de estado<sup>45</sup>.

---

<sup>41</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

<sup>42</sup> PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.pp.71-96.

<sup>43</sup> PRESOT, A. op.cit.pp.86-90.

<sup>44</sup> Ibidem. p.86.

<sup>45</sup> Ibidem. p.77.

A Marcha carioca já estava sendo preparada quando o golpe civil-militar mudou o seu caráter. De manifestação contra as reformas de base e o comunismo, tornou-se uma espécie de Marcha da Vitória, reunindo, ao que se acredita, cerca de 1 milhão de pessoas<sup>46</sup>.

Sabe-se também que muitas outras organizações civis apoiaram o golpe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), enquanto outras, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), tinham uma relação ambígua com os militares. Ao mesmo tempo em que defendia os jornalistas presos pelo regime, a ABI mantinha relações próximas a pessoas do governo, ou seja, posicionava-se numa zona cinzenta, nem a favor, nem contra<sup>47</sup>. Entretanto, após a Anistia de 1979, essas e outras organizações construíram memórias baseadas na resistência contra a ditadura e no heroísmo.

Denise Rollemberg afirma que

As ditaduras, os regimes autoritários não se sustentam exclusivamente por meio da repressão. São produtos da própria sociedade e, portanto, não lhe são estranhos. Legitimam-se em expressivos segmentos sociais. Ou, ainda, se sustentam na zona cinzenta, o espaço entre o apoio e a rejeição, o lugar no qual é possível atuar nos dois sentidos (...). As referências e os valores autoritários da ditadura civil-militar não eram estranhos à sociedade. A memória coletiva segundo a qual a *resistência* foi a tônica daqueles anos, que a sociedade repudiara os princípios e as práticas da ditadura, é uma construção *a posteriori*, a absolver apoios, compromissos, omissões, duplicidades da zona cinzenta<sup>48</sup>.

O que dizer então de *Realidade*, revista nascida numa época de nossa história que poderíamos chamar de cinzenta, entre um período democrático (1946-64) e uma ditadura escancarada (1968-1979)? O que dizer de uma revista que prega a libertação da mulher num país onde milhares de mulheres saíram espontaneamente às ruas com terço na mão para pedir por um golpe de estado conservador contra um presidente democraticamente eleito? Será que foi uma revista à frente de seu tempo? Revista vanguardista numa sociedade conservadora? Ou será que ela apenas expressou as contradições de sua época? O fim da fase áurea da revista se explica apenas pela repressão? Procurarei responder essas questões ao longo da presente pesquisa.

---

<sup>46</sup> Idem. Ibidem. p.79.

<sup>47</sup> ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp.131-132.

<sup>48</sup> Ibidem. pp.130-131.

## 1.6. REALIDADE: CONTEXTO E HISTÓRIA

A Editora Abril acreditava que aquele era o momento certo para lançar uma revista de interesse geral. Ela só possuía, até então, periódicos para públicos específicos. A primeira tentativa foi uma pequena revista em forma de encarte que seria lançada junto aos principais jornais do país. Mas Victor Civita, dono da Abril, não conseguiu se entender com os proprietários dos diários<sup>49</sup>.

Para aproveitar a estrutura que já fora montada para esse projeto fracassado, a editora decidiu lançar uma revista própria. Segundo afirma Carlos Azevedo em seu recente livro, sabendo do interesse da Abril, Paulo Patarra faz uma espécie de campanha para que ele e sua equipe assumam a nova revista<sup>50</sup>. Para isso, reunia-se com frequência com a direção da empresa para defender o seu projeto. Ele já vinha reunindo em torno de si profissionais que considerava capazes, o que seria a futura equipe de *Realidade*. O grupo reunido por Patarra, entretanto, era, em sua maioria, de esquerdistas. Victor Civita, então dono do Grupo Abril não se sentia à vontade em entregar a direção da nova revista a Patarra e seus amigos “encrenqueiros”. Tanto ele como diretores da empresa viam o jornalista e seu grupo de escolhidos com desconfiança. A saída para o impasse foi a contratação de Murilo Felisberto, amigo de Civita e de perfil mais conservador, para diretor da revista. Patarra ficaria como redator-chefe, dividindo com Felisberto a direção da publicação<sup>51</sup>.

Depois do lançamento do número zero (edição experimental), ficou claro que Patarra e Felisberto, ao invés de somar, subtraíam-se. Novo impasse ocorreu. Azevedo conta que Felisberto perguntou pessoalmente a ele qual era sua opinião sobre a questão. Ele respondeu que, para aquele projeto, Patarra era mais adequado. Felisberto consultou outros jornalistas sobre a mesma questão e logo depois pediu demissão.

Para criar um contrapeso ao que Azevedo classifica como “bando de loucos”, a Abril chama Hernani Donato Victor para ocupar a vacância deixada por Felisberto. Donato não era sequer jornalista, mas um escritor e intelectual, mais alinhado com as posições políticas dos diretores da empresa. Houve novo choque e, mais uma vez, a equipe saiu vitoriosa. Civita decidiu, então, colocar seu filho, Robert (hoje Roberto) na

---

<sup>49</sup> MARÃO, J. C. e RIBEIRO, J. H. op.cit. pp.24-25.

<sup>50</sup> AZEVEDO, Carlos. *Cicatriz de reportagem*. São Paulo: Editora Papagaio, 2007.p.97.

<sup>51</sup> Ibidem. p.98.

direção da redação, ao lado de Patarra. Deveria ser uma medida provisória, mas acabou dando tão certo que Azevedo afirmou recentemente em seu livro que “a equipe tinha uma liberdade de propor e realizar jamais vista por mim”<sup>52</sup>.

Um ponto interessante e curioso: Roberto Freire, psicanalista que foi um dos mais importantes vetores da revolução sexual nas páginas da revista, só foi contratado por que os diretores da empresa continuaram tentando encontrar jornalistas que fossem “mais sérios” e que servissem de contrapeso aos “devaneios esquerdistas” de Patarra e seus amigos. O mais irônico é que por indicação de Freire foi contratado Duarte Pacheco Pereira, o “baiano”, que iria encarregar-se do departamento de pesquisas. Poucos sabiam, mas ele já era integrante da organização política Ação Popular nessa época<sup>53</sup>.

Azevedo afirma que quando imaginavam que Robert não fosse aceitar uma ideia, ensaiavam previamente como abordar o assunto durante a pauta. Na maioria das vezes conseguiam demovê-lo de suas objeções. Ele era ainda um rapaz jovem recém chegado dos Estados Unidos e via o entusiasmo dos jornalistas com certa fascinação. Azevedo admite que o receio dele era em contrariar ou enfurecer o pai, Victor, mas que o jovem Civita, pelo menos aparentemente, “segurava a barra”<sup>54</sup>.

Nem sempre, entretanto, a equipe ganhava a queda de braço. Quando os diretores decidiram contratar Hideo Onaga, a equipe resistiu. Robert bateu o pé e eles ficaram sem argumentos na hora de explicar a rejeição que, segundo Azevedo, era só questão de afinidade. Onaga foi contratado e saiu logo depois, por não se adaptar. Em seu lugar entrou José Hamilton Ribeiro, alguém que a equipe já apoiava há algum tempo e que se tornaria um dos mais importantes jornalistas da primeira fase da revista.

Para espanto de todos “uma equipe de profissionais teve poder de decisão na produção de uma revista de uma grande empresa. Algo difícil de explicar até hoje, mas aconteceu!”<sup>55</sup>.

Segundo Patarra afirmaria anos depois, a nova revista adotou os seguintes pontos por ele propostos:

- 1) revista mensal com muita cor e papel bom; 2) é de classe, de peso, funcionando como ápice da pirâmide de revistas da Abril;
- 3) para a Editora, a revista é cartão de visita, bandeira, prova de

---

<sup>52</sup> AZEVEDO. C.op.cit.p.99.

<sup>53</sup>Ibidem.p.100.

<sup>54</sup>Ibidem.p.101.

<sup>55</sup>Ibidem.p.102.

sua capacidade de bem editar; 4) a revista deve trazer prestígio; 5) é de interesse geral mais masculina que feminina no relacionar e tratar assuntos. Melhor: é revista masculina porque não feminina; 6) muita mulher precisa ser ganha pela revista; 7) prestígio se consegue com a escolha dos assuntos, com a qualidade do texto e da apresentação; 8) a receita não é a atualidade; 9) a revista vai precisar equilibrar texto e ilustração, não pode ser revista só de texto ou de ilustração; 10) o que deve ser a revista é função direta de duas coisas: a) necessidade e possibilidade da Editora; b) necessidade de possibilidade dos leitores.<sup>56</sup>

Em seu número de lançamento, em abril de 1966, *Realidade* trazia na capa uma foto de Pelé, com um chapéu típico da guarda real inglesa, referência à Copa do Mundo que seria na Inglaterra naquele ano. O que chama atenção para essa edição inicial é o editorial assinado pelo dono da Abril, Victor Civita:

Temos o prazer de apresentar o primeiro número de Realidade, novo lançamento da Editora Abril. Há 16 anos vimos editando revistas para o público brasileiro, acompanhando a extraordinária evolução do País. O Brasil vai crescendo em todas as direções. Voltado para o trabalho e confiante no futuro, prepara-se para olhar de frente os seus muitos problemas a fim de analisá-los e procurar solucioná-los. E é por isso que agora surge Realidade. Será a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo. Pretendemos informar, divertir, estimular e servir os nossos leitores. Com seriedade, honestidade e entusiasmo. Queremos comunicar a nossa fé inabalável no Brasil e no seu povo, na liberdade do ser humano, no impulso renovador que hoje varre o País, e nas realizações da livre iniciativa. Assim é com humildade, confiança e prazer que dedicamos Realidade a centenas de milhares de brasileiros lúcidos, interessados em conhecer melhor o presente e viver melhor o futuro.

Victor Civita<sup>57</sup>

Esse depoimento inicial é por demais revelador. Há um jogo de cintura da parte de Civita, que fala do Brasil, mas evita falar em política. Nenhuma menção direta ao Golpe ou ao novo governo. Por outro lado, um ufanismo exacerbado, expresso na sua confiança num futuro promissor e nas transformações positivas por que passa o país. Mas não fica claro como se chegará a esse futuro, nem por que devemos ter esperança nele, muito menos que transformações positivas são essas que passa o país. O que importa é que há esperança e que *Realidade* faz parte desse “progresso” rumo a um país melhor. *Realidade* é a expressão jornalística desse “impulso renovador que hoje varre o país”. Os homens e mulheres inteligentes (leia-se, que se consideram inteligentes e

<sup>56</sup>MATTIUSI, Dante. “Paulinho Patarra, nosso guri”, in: *Imprensa*, setembro de 1994.

<sup>57</sup>CIVITA, Victor. “Carta do Editor”. In: *Realidade*, nº1, abril de 1966, p. 3.

aptos a participar desse momento histórico), dessa maneira, não têm outra escolha se não comprar *Realidade*, para não ficar de fora de tais avanços e se verem atrasados perante o novo mundo que estava nascendo. É uma maneira educada de dizer que quem não lesse a nova revista estaria alienando a si mesmo.

Há uma referência à política econômica. Civita, como bom empresário e capitalista, fala de sua “fé inabalável (...) nas realizações da livre iniciativa”. Defende um dos pilares do capitalismo, mas como antes, sem dizer se o novo governo seria favorável ou não ao liberalismo, visto que os militares preferiam praticar um capitalismo de Estado, onde o governo intervém a todo o momento na economia. Como em todo o texto, esse trecho demonstra ideias genéricas e abrangentes. Se não era possível agradar a todos, buscava-se pelo menos não desagradar a ninguém. Durante toda a existência da revista a empresa Abril buscou esse caminho quando o viés era a política. Para isso, entretanto, teve de enfrentar uma equipe que, dentre seus membros, tinha até militantes de organizações clandestinas de esquerda.

Os jornalistas, por sua vez, não deixavam de abordar temas políticos, uma vez que, ao que tudo indica, a empresa dava grande liberdade à equipe jornalística. Marão destaca que a pauta era dividida em etapas, sendo que a primeira, a mais informal, era realizada à noite na casa de um dos repórteres. Nessa reunião não havia a participação de Roberto Civita (chamado entre eles de “a empresa”)<sup>58</sup>. Era, portanto, uma iniciativa da própria equipe decidir, a princípio, os temas a serem abordados. Fazia-se uma roda de amigos, bebia-se, ria-se e debatiam-se os temas, num processo comumente chamado de *brainstorm*. Marão afirmou em seu recente livro que

Uma reunião dessas podia render muito mais de uma edição. A paternidade de cada ideia dificilmente ficava configurada. Era, de fato, um processo coletivo de criação. No dia seguinte (ou nos dias seguintes), Paulo Patarra, Sérgio e quem mais estivesse por perto faziam uma triagem das melhores sugestões e das mais adequadas.<sup>59</sup>

Apenas na segunda pauta, a oficial, que acontecia em horário comercial na empresa, é que Robert participava. É claro que essa etapa poderia mudar os rumos da primeira, mas nenhum tema era censurado pelos donos e durante a edição era raro haver

---

<sup>58</sup> MARÃO, J. C. e RIBEIRO, J. H. op.cit. p.24-25.

<sup>59</sup> Ibidem.p.29.

propostas de modificação dos textos. E mesmo nesses casos eram os próprios autores que, geralmente reescreviam a matéria ou partes dela<sup>60</sup>.

Tamanha autonomia possibilitaria, portanto, que temas políticos fossem abordados de maneira frontal e militante, tal como fez o já citado jornal *Correio da Manhã*, que pagou muito caro pela ousadia de chamar o novo governo de terrorista. Entretanto, isso não ocorreu. Por quê? Não havia censura explícita por parte do governo, mas havia uma “cautela”. Primeiro em relação à editora que, apesar da autonomia dada aos jornalistas, era uma empresa capitalista como qualquer outra e não teria por que apoiar a defesa do socialismo, como desejava parte dos repórteres. Em segundo lugar, a preocupação era com o governo. Eles tinham medo de “cutucar a onça com vara curta”<sup>61</sup>. Muita gente já havia sido caçada, jornais já tinham sido perseguidos, jornalistas presos e todos tinham essas frescas lembranças em mente. Portanto, mais do que a censura da editora ou do governo, o que imperou em *Realidade* foi **autocensura**. Mas seria apenas uma explicação parcial dizer que o processo de autocensura levaria ao fim da era de ouro (1966-68). Diferenças internas também tiveram peso na desagregação da equipe original. Explorarei essa questão no próximo item desde capítulo.

Apesar das dificuldades os jornalistas se aventuraram na crítica político-social. Eles valeram-se da criatividade e deixaram com os leitores a missão de captar as críticas nas entrelinhas. Já que temiam “cutucar a onça”, a estratégia usada foi a associação indireta e a ironia. Ao invés de acusar o governo de ditadura, faziam, por exemplo, uma reportagem sobre a ditadura de Stroessner no Paraguai, numa comparação velada com a situação brasileira<sup>62</sup>. Ficava a cargo do leitor ligar uma coisa à outra.

Marão afirma em seu livro recentemente lançado que os políticos ideológicos já tinham sido ou cassados ou banidos de alguma forma do cenário político em 1966. A preocupação da equipe de jornalistas era entender quem seriam as pessoas a ocupar o vácuo deixado por líderes de esquerda como Brizola ou Jango, e mesmo de direita, como Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Segundo ele, “oportunistas” ocupariam esses espaços, novos líderes que seriam “fisiológicos”, ou seja, hipócritas demagogos que fingiam agir com independência (ou em oposição) ao governo, mas que eram aliados

---

<sup>60</sup> Ibidem p.32.

<sup>61</sup> Ibidem p.27.

<sup>62</sup> Ibidem. p.27

dele<sup>63</sup>. Com o intuito de denunciar essa nova liderança, foi publicada a matéria “Atenção, está nascendo um líder”<sup>64</sup>, que contava o dia a dia do então prefeito de Goiânia, Íris Rezende Machado. Escrita também por Marão, a matéria é sutil nas críticas, demonstrando os métodos eleitoreiros do prefeito e a forma como ele usava de um discurso vazio em benefício próprio. Mais uma vez, a conclusão ficava à cargo do(a) leitor(a).

Se na política partidária não havia consenso entre a equipe jornalística e a direção da empresa, quando o tema eram os costumes a coisa parece ter sido menos traumática. Os primeiros números publicados já traziam reportagens sobre métodos anticoncepcionais e cobravam mudanças nos códigos de Ética médica e da Igreja Católica quanto a evitar ter filhos ou abortar. Seguiram-se temas como liberdade sexual da mulher e dos jovens, educação sexual para crianças, legalização do divórcio, homossexualidade, entre outros. Em geral, a revista defendia a mudança de costumes. O número de lançamento já trazia uma entrevista com Ingrid Thulin, atriz sueca que defendia o sexo desvinculado ao casamento e a igualdade, inclusive sexual, entre homens e mulheres. Na edição de julho de 1966 uma reportagem defende o divórcio e o principal argumento utilizado é que as mulheres desquitadas sofriam mais preconceito do que os homens. No mês seguinte, a revista apresenta uma de suas obras mais polêmicas: “a incômoda e nunca antes estudada revolução sexual da juventude”<sup>65</sup>. Tratava-se de uma pesquisa realizada junto aos jovens brasileiros, publicada em reportagem intitulada “A juventude diante do sexo”. A edição de agosto foi a primeira a enfrentar censura direta. O Juizado de Menores da Guanabara, na figura do Sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão, ameaçou apreender a edição caso os editores insistissem em publicar a segunda parte da pesquisa no número seguinte. *Realidade* nunca publicou essa segunda parte. O editorial de Setembro do mesmo ano trazia o que se segue:

Neste número, *Realidade*, ia concluir a publicação da grande pesquisa focalizando o que os jovens pensam, fazem e falam a respeito de sexo. Poucos dias antes da impressão da segunda parte de “A juventude diante do sexo”, entretanto, recebemos uma advertência do Exmo. Sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão, Juiz de Menores da Guanabara, comunicando-nos que apreenderia a edição, caso publicássemos a conclusão da pesquisa. Na opinião do Juiz, o artigo era “obsceno e chocante”.

---

<sup>63</sup> MARÃO, J.C. op.cit.p.49

<sup>64</sup> MARÃO, José Carlos, “Atenção, está nascendo um líder” in: *Realidade*, n° 7, outubro de 1966, pp.22-30.

<sup>65</sup> PACHECO, Duarte. “A juventude diante do sexo”, in: *Realidade*, n° 5, pp. 69-80.

Ao nosso ver, não pode haver obscenidade num artigo que é apenas o retrato fiel do comportamento e das atitudes de uma parte representativa da juventude brasileira. Não inventamos este retrato. Também não o aprovamos, nem condenamos. Isso cabe aos nossos leitores. Mas estamos serenos por tê-lo divulgado, prestando aos pais, educadores e, sobretudo, aos jovens um serviço que julgamos inestimável – e imprescindível.

Não querendo, mesmo assim, entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, resolvemos suspender temporariamente a publicação da parte final do trabalho, até que os Tribunais Superiores se pronunciem a respeito.

REALIDADE parte do princípio de que seus leitores são adultos, inteligentes e interessados em saber a verdade. E continuará fiel ao seu compromisso de informar. Com imparcialidade, com serenidade. E com a coragem de enfrentar os fatos.<sup>66</sup>

Mais uma vez a revista deixa claro que opta pela nãoconfrontação direta com os setores conservadores da sociedade e do Estado. Entretanto, seguindo a mesma argumentação do editorial do nº1 de Victor Civita, o utiliza-se o artifício de chamar o leitor à responsabilidade. *Realidade* está serviço do leitor. Se suas reportagens são consideradas polêmicas ou indecentes, é por que o leitor assim delas precisa. Ele é quem deve julgar. Ao proibir a revista de publicar sua pesquisa sobre o sexo e a juventude, o juiz não está censurando *Realidade*, mas a própria sociedade brasileira, representada pelos leitores da revista, “adultos, inteligentes e interessados em saber a verdade”. Educadamente, o editorial acusa o juiz de menores, de prestar um desserviço ao Brasil, impedindo que a verdade chegue aos cidadãos cultos.

Essa não foi a única vez que o Juizado de Menores se confrontou com a revista. Em Janeiro de 1967, a edição número dez foi exclusivamente dedicada à mulher brasileira. O texto de apresentação de Roberto Civita, novamente cita uma suposta revolução (e estrategicamente, mais uma vez, deixa bem vago do que se trata): “Falamos da revolução tranquila e necessária, - mas nem por isso menos dramática – que a mulher brasileira estava realizando”<sup>67</sup>. Foi para mostrar essa “revolução” que montaram a edição exclusiva sobre a mulher. Contava com uma pesquisa para saber como pensavam as mulheres brasileiras, um ensaio fotográfico sobre o amor materno, descrição da anatomia feminina, mais reportagens sobre mulheres diversas, tais como freiras, uma mãe-de-santo, uma parteira, mulheres desquitadas, uma mãe solteira, uma executiva; e uma entrevista com a atriz brasileira Ítala Nandi.

---

<sup>66</sup>Editorial “A juventude diante do sexo”, in: *Realidade*, nº 6, setembro de 1966. p. 3.

<sup>67</sup> CIVITA, Roberto. “Apresentação”, in: *Realidade*, nº 10, janeiro de 1967, p. 3

Dessa vez o Juiz de Menores de São Paulo, 42M. Artur de Oliveira Costa, foi o primeiro a se manifestar, atendendo ao requerimento do curador de Menores Luiz Santana Pinto. Dizia o requerimento de 30 de dezembro:

O curador de Menores infra-assinado, cientificado dos termos de determinadas “reportagens” da publicação REALIDADE, nº10, de janeiro de 1967, hoje posta à venda nas bancas de jornais e revistas da Capital, reportagens essas, algumas delas obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher, pela presente e com base no artigo 53 da atual Lei de Imprensa, requer:

1º) a imediata e sumária apreensão dessa publicação, onde seja encontrada à venda nesta Comarca;

2º) a remessa do exemplar anexo à Comissão de Revistas e Publicações, cuja manifestação se pede.

Termos em que, A.,

P. Deferimento

São Paulo, 30 de dezembro de 1966.

(assinado) Luiz Santana Pinto

(2º curador de Menores)<sup>68</sup>

Os problemas não cessaram. No dia seguinte o Juizado de Menores da Guanabara, no despacho do sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão (o mesmo que se envolveu na polêmica da edição nº6), toma medida idêntica. *Realidade* protesta:

(...) torna-se evidente, portanto, que a “obscenidade” – no sentido exato da palavra – não estava em jogo, pois a revista não continha sequer uma frase maliciosa, uma foto provocante, um desenho erótico ou um texto libidinoso. O que estava – e ainda está – na balança é uma atitude perante a vida, o mundo e a realidade brasileira.

(...) a apreensão no número de janeiro constitui, assim muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode impedir que uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade de imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicam fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma única pessoa.<sup>69</sup>

Apenas em Outubro de 1968 foi dada a liberação para a divulgação da edição sobre as mulheres. O Supremo Tribunal Federal aceitou o voto do ministro Aliomar Baleiro que discordou da decisão dos juízes paulista e carioca. Amarga ironia, a decisão

<sup>68</sup>cc “A edição proibida: acusação e defesa”, in: *Realidade*, nº 11, fevereiro de 1967, p. 6.

<sup>69</sup>cc “A apreensão de REALIDADE” in: *Realidade*, nº11, fevereiro de 1967, p.4.

favorável à revista veio só dois meses antes da decretação do AI-5. Segundo Sebastião Geraldo Breguês,

(...) a partir daí, de uma forma mais aberta e descarada possível, a censura reaparece em cena, e de forma definitiva (...). Outros decretos vieram depois. Em 26 de janeiro de 1970, o presidente Médici baixou o decreto-lei nº 1077, que visa a reprimir as publicações obscenas. Posteriormente surgiu a Censura-Prévia, através da Portaria 11-B do Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, em 6 de fevereiro de 1970.<sup>70</sup>

A historiadora Letícia Nunes de Moraes afirma:

O juiz responsável pela censura em *Realidade* estava alinhado com o pensamento militar, no que diz respeito aos costumes sociais. Pode-se, dessa forma, dizer que a revista acabou entrando em choque com os militares no único aspecto, talvez, que opunha o projeto de modernidade dos jornalistas/Editora Abril e dos militares. Uma vez que estes, embora defensores, como a revista, do progresso material e tecnológico no país, não queriam mudanças profundas na estrutura da sociedade e da família brasileira.<sup>71</sup>

A relação entre a imprensa e a ditadura entre 1964 e 1968 sempre foi tensa. No caso de *Realidade* sujeita a altos e baixos. A revista tentava não parecer agressiva contra os militares. Uma de suas táticas era realizar reportagens com perfis de autoridades do governo, incluindo presidentes. O jornalista Luiz Fernando Mercadante, tido entre seus colegas como o diplomata do grupo, fez várias dessas biografias e foi apontado pelo colega de trabalho José Carlos Marão como um “raro talento para tratar a política *como a época permitia*”<sup>72</sup>. Em Junho de 1966, por exemplo, foi publicado um perfil biográfico do presidente Castelo Branco<sup>73</sup>. O objetivo dessas biografias de líderes do governo era fazer um contrapeso às matérias mais provocativas e polêmicas. Marão justifica essa postura como uma oportunidade do leitor de conhecer melhor o próprio governo, saber quem eram as pessoas que agora mandavam no país<sup>74</sup>.

*Realidade* não é considerada revolucionária para sua época apenas pelos temas abordados, mas também por sua estética. A diagramação, as cores, a qualidade das fotos, o estilo literário de suas reportagens, tudo isso foi inovador. Estudiosos alinhados

---

<sup>70</sup>BREGUÊS, Sebastião Geraldo. “A imprensa brasileira após 64”. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro. Ago, 1978. p. 150.

<sup>71</sup>MORAES, L. N. op. cit. p. 53.

<sup>72</sup>MARÃO, J.C.op.cit.p.48. Grifos meus. Apesar da autonomia dada pelos editores e donos da empresa, reparemos como Marão afirma que não era possível escrever sobre política de outra forma a não ser indireta e diplomaticamente.

<sup>73</sup>MERCADANTE, Luiz Fernando. “Este é o Humberto”, in: *Realidade*, nº3, junho de 1966, p.3.

<sup>74</sup>MARÃO, op.cit.p.29.

com Edvaldo Pereira Lima, como José Salvador Faro e Adalberto Leister Filho, acreditam que a revista revela uma influência direta do *new journalism* estadunidense, tipo de jornalismo contemporâneo à revista, iniciado nos EUA pelo jornalista Tom Wolfe e praticado por nomes como Truman Capote, Norman Mailer, Gay Talese, entre outros. O movimento incorporava recursos literários para narrar os eventos jornalísticos. O repórter presenciava a matéria, podendo até ser um personagem da mesma. Além da subjetividade, esse tipo de jornalismo primava por matérias que não abordavam os temas atuais, do dia-a-dia.

Muitos desses elementos são encontrados nas páginas de *Realidade*: a presença do repórter na matéria, a não preocupação com “furos” jornalísticos e o estilo de texto que se assemelha a uma crônica ou um romance. Em duas ocasiões (dentro do período estudado) chegou a publicar reportagens-ficção, uma delas sobre a conquista do tricampeonato de futebol na Copa da Inglaterra de 1966 (o que não se concretizaria); e a outra que fazia uma previsão do Brasil para o ano de 1977.

Os fotógrafos também tiveram importância. *Realidade* seguia uma tendência da época, das revistas ilustradas por grandes fotografias, coisa que já faziam *Manchete* e *O Cruzeiro*, por exemplo. Azevedo se recorda que a escolha dos repórteres fotógrafos também passou pelo crivo dos jornalistas. A maioria dos que foram selecionados ou eram estrangeiros ou tinham estudado no exterior:

Os fotógrafos eram experientes. Fomos buscá-los entre os melhores. Geraldo Mori veio da revista *Manchete*. Walter Firmo, do *Jornal do Brasil*. Luigi Mamprin, veio de *O Cruzeiro*. Jorge Butsuem já trabalhava na *Abril*. Estes eram contratados. Mas havia freelances. Americanos, como David Zing, Cláudia Andajur, George Love, o inglês Roger Bester, o francês (ou belga?) Jean Solari, e vários outros, brasileiros. Os fotógrafos mais chegados – falo de Mamprin, Firmo e Mori – estavam sempre conosco, participavam, com a mesma liberdade, de todas as fases da revista: discussão de pauta de matéria, discussão das fotos a fazer, seleção de fotos, edição e paginação (e sempre reclamavam que a “melhor” foto não foi aproveitada, que aquele corte não ficou bom).<sup>75</sup>

Repórter e fotógrafo viajavam juntos e procuram fazer com que o texto e as fotos contassem a mesma história. Mas, em alguns casos, as fotos tinham um caráter mais independente, especialmente quando eram feitas por um freelancer. As fotos tinham grande destaque. As matérias costumavam abrir com fotos de página e meia,

---

<sup>75</sup> AZEVEDO. C. op.cit.p.123.

meia página, até página dupla. Geralmente vinham acompanhadas do título da matéria em destaque e com um breve resumo, disposto logo abaixo do título, que explicava o teor da reportagem<sup>76</sup>.

O número de lançamento da revista saiu com 251.250 exemplares. Esgotaram-se rapidamente. As tiragens cresceram, mas mesmo assim as edições se esgotavam totalmente em curto espaço de tempo. Na quarta edição a revista foi obrigada a utilizar papel de baixa qualidade para aumentar a tiragem para 450 mil exemplares. O período dessa pesquisa é o mais importante de sua história e o de maior sucesso de vendas. A famosa equipe que tornou a revista lendária atuou também durante essa fase. Entre 1966 e 1968 estavam lá Paulo Patarra, Sérgio de Souza, José Hamilton Ribeiro, Fernando Mercadante, Narciso Kalili, Mylton Severiano da Silva, entre outros. O pico do número das tiragens foi com o número 11, quando a revista atingiu 505 mil exemplares editados. Em seguida o número recuou para 450 mil e se manteve estável. A revista, que começou com pouco mais de 100 páginas em seu primeiro número, chegou a ter mais de 200 páginas em 1968.

Graças às inúmeras pesquisas nacionais que a revista realizou é possível inferir que o público leitor era formado, em sua maioria, por pessoas de classe média e alta das zonas urbanas do país, mais concentradas em São Paulo e Rio de Janeiro. Eram pessoas alfabetizadas e escolarizadas, com ensino médio, muitas cursando ensino superior ou com graduação já completa<sup>77</sup>. Haviam muitos jovens e estudantes também, gente entre 16 e 30 anos, ou seja, um pouco mais jovens ou da mesma faixa etária que a maioria dos repórteres de *Realidade*.

O IBGE calcula que em 1966 o Brasil possuía cerca de 84,6 milhões de habitantes. Em 1968 esse número teria atingido 89,8 milhões<sup>78</sup>. Considerando que o número de analfabetos no Brasil era muito maior ao de hoje e que a população atual alcança cifra bastante superior, chegando a mais de 190 milhões de pessoas, os números de *Realidade* são expressivos. As revistas brasileiras que mais vendem na atualidade, *Veja* e *Época*, atingem tiragens de cerca de 1,2 milhão e 420 mil exemplares, respectivamente<sup>79</sup>. Os jornais mais influentes do país, *Folha de São Paulo* e *O Globo*,

---

<sup>76</sup> AZEVEDO. C. op.cit.p.124.

<sup>77</sup> Veremos isso melhor quando analisarmos as pesquisas nacionais da revista.

<sup>78</sup> Fonte IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> 25/05/2011.

<sup>79</sup> Ver: <http://publicidade.abril.com.br/tabelas-gerais/revistas/circulacao-geral/imprimir> e <http://www.aner.org.br/Conteudo/1/artigo42424-1.asp>. Acessados em 09 de fevereiro de 2013.

atingiram em 2011 as marcas de 286 e 256 mil exemplares cada um<sup>80</sup>. Mesmo considerando que essas revistas são semanais e que os jornais são diários, não deixa de ser impressionante a média superior a 400 mil exemplares que *Realidade* manteve no seu período áureo.

Após a saída dos principais jornalistas, apresenta-se um quadro de queda progressiva das tiragens, já verificada em 1969. Desde a edição número 4, em julho de 1966, quando a tiragem atingiu 450 mil exemplares, a revista imprimia a cada edição, no índice, a tiragem daquele mês. A partir da edição 43, a de setembro de 1969, essa informação passou a ser omitida do leitor, possivelmente para esconder as quedas nas tiragens.

No início dos anos 70 a revista procurou se reinventar. Tendo em vista seu caráter mensal, os novos dirigentes, entre eles Mino Carta, procuraram seguir a ideia de que para sobreviver *Realidade* deveria seguir o caminho da especialização. Existiam revistas mensais de moda, de carros, de cultura, científicas, etc. Revistas de interesse geral só sobreviveriam se fossem semanais. A saída encontrada foi a constituição de grandes reportagens especiais que ocupariam a edição por completo. Apesar dessa reviravolta e do momento dramático pelo qual passava a revista e o país, essa nova fase ainda foi capaz de brindar a sociedade com reportagens de qualidade e sucesso. O número 67, de outubro de 1971, por exemplo, trazia um especial sobre a Amazônia, um dos mais ambiciosos projetos da segunda fase da revista. Outro grande projeto foi a importante edição de novembro de 1972, especial sobre o Nordeste.

O enfoque das reportagens, como se percebe, foi mudando devido à autocensura, por um lado, e à acomodação com o governo, de outro. Diferentemente das publicações semanais e diárias, *Realidade* não contava com um censor presente todos os dias na redação, como aconteceu com outros jornais e revistas da época. José Hamilton Ribeiro, redator-chefe nesse período, afirma que era a direção da empresa que negociava com a censura<sup>81</sup>. Só depois os repórteres e redatores tomavam conhecimento do que era decidido. O repórter Audálio Dantas afirmou à historiadora Letícia Nunes de Moraes, que a autocensura se fazia presente, uma vez que “a censura era uma coisa como um

---

<sup>80</sup> Ver: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acessado em 9 de fevereiro de 2013.

<sup>81</sup> MORAES, L. N. op. cit. p. 62. Entrevista concedida à autora em 23 de março de 2000.

fantasma, os fantasmas dizem que dificilmente aparecem, mas ficam perturbando, ficam no espaço, era uma espécie de fantasma em cima de todo mundo”<sup>82</sup>.

Dessa forma, apesar de mudar seu estilo, *Realidade* continuou incomodando aos militares. Agora eram as reportagens sobre a fome e a miséria brasileira que repudiavam as autoridades, desejosas de vender o lema ufanista do “Pra Frente Brasil!” ou “Brasil ame-o ou deixe-o”. Lentamente a publicação sofreu um processo progressivo de desvalorização empresarial. José Hamilton Ribeiro acredita que o fim da revista está condicionado a dois fatores conjunturais decisivos e inescapáveis:

A primeira causa foi essa: que a pauta da revista era muito ousada, muito aberta, muito provocativa. Com a ditadura, não pode falar de estudante, não pode falar de sexo e aí foi um golpe mortal. Havia um outro lado, a editora, a empresa, que bancava *Realidade*, quando a *Realidade* passa a ser incômoda empresarialmente, toma a decisão ciente e silenciosa de deixar a *Realidade* fenecer para criar um espaço para nascer a *Veja*.<sup>83</sup>

Em dezembro de 1973, já em sua última e derradeira fase, a revista muda radicalmente: fica menor, passa a publicar reportagens sem profundidade, sem chamar o leitor ao debate, como fizera. Os últimos repórteres importantes deixam a Abril, entre eles Audálio Dantas. Essa terceira fase não passou de uma tentativa de reduzir gastos. Mas não foi possível recuperar as vendas e o sucesso dos primeiros anos. Em 1976 *Realidade* deixa de existir.

No próximo subitem procuro ir além da autocensura e discutir os conflitos internos que ajudaram a precipitar a desagregação de dezembro de 1968.

## 1.7. OS REALIZADORES E SUAS MEMÓRIAS

No início do Regime Militar, a maioria desses jornalistas era jovem (entre 25 e 35 anos), inteligente, cheia de vontade de mudar o mundo, como a juventude da época. Azevedo afirma que tinham pouco em comum: eram oriundos da classe média do Sudeste, mas suas bagagens e posições culturais e políticas eram diversas:

Pelo que me lembro era uma turma mais intuitiva que estudiosa, autodidata – só uns poucos tinham curso universitário completo, alguns estudaram só o primário -, anárquica, indisciplinada, que leu

---

<sup>82</sup> Ibidem. Entrevista em 16 de abril de 1999.

<sup>83</sup> Ibidem. p.63.

menos Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, e mais Machado de Assis, Monteiro Lobato (muito Monteiro Lobato, esse grande subversivo!), Mário de Andrade, Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Drummond, João Cabral, Manuel Bandeira. Que tomou um susto e se apaixonou por Guimarães Rosa (...) [uma turma] Que assistiu impotente e indignada ao golpe militar de 1964. E em simpatias políticas, na maioria se identificava com a esquerda, oscilando entre Partido Comunista, Ação Popular e o anarquismo; admirava Fidel, Guevara e Ho Chi Minh, Prestes e dom Hélder, Getúlio e Brizola; mas havia quem gostasse de Carlos Lacerda...<sup>84</sup>

Sobre a conjuntura histórica, Azevedo afirma:

Vietnã e o maio de 1968 na França vinham de cambulhada com a discussão sobre Freud, Erich Fromm, “Summerhill”, a escola da liberdade de A.S. Neill; Herbert Marcuse. E no Brasil, havia uma ditadura militar recém-instalada, que já silenciara o movimento sindical e camponês, mas ainda estava na véspera de cometer seus piores crimes. Enfim, era uma turma que não tinha tempo a perder, sentia a urgência de participar daquele mundo em transformação, que, achávamos, seria dos jovens e nunca mais seria o mesmo, que haveria de ser melhor, de mais igualdade, e aí morava o nosso engano. Viemos por caminhos diversos até Realidade, e essa riqueza de experiências resultou num produto surpreendente, maior que todos. Mas cada um tinha seu fogo próprio.<sup>85</sup>

Patarra afirmou em entrevista há alguns anos atrás:

Eu só queria gente da Abril. Tirei gente daqui, dali. Tirei gente de *Cláudia*, de *Intervalo*, de *Quatro Rodas*, de revista feminina. Eu conhecia todo mundo, era um grupo muito homogêneo, apesar de muito diferente, mas muito homogêneo no sentido de que eram todos patriotas, uma coisa que não existe mais, todo mundo louco pra se ver livre dos americanos, todo mundo louco para se ver livre dos militares<sup>86</sup>.

A redação era incomum. Marão confirma que alguns na equipe já faziam parte de organizações políticas que desejavam lutar contra o regime civil-militar, mas os outros integrantes não sabiam com clareza quem eram e quais eram essas organizações<sup>87</sup>. Membros da equipe de diferentes funções participavam das diversas etapas de criação: repórteres, fotógrafos, editor de texto, secretária de redação, entre outros. Sérgio de Souza, por exemplo, afirmou que a seleção das fotos passava pelo

---

<sup>84</sup> AZEVEDO, C. op. cit. pp.104-105.

<sup>85</sup> Ibidem. p.105.

<sup>86</sup> MORAES, L. N. op. cit. p. 63. Entrevista concedida à autora Entrevista em 16 de abril de 1999.

<sup>87</sup> Ibidem.p.26.

crivo de toda a redação, do diretor à secretária. Essa garantia de liberdade vinha dos editores da revista. Victor Civita já tinha defendido na “Carta do Editor” os princípios de liberdade e confiança que legava à sua equipe. Roberto Civita, filho do dono da Abril, havia chegado dos EUA pouco tempo antes desses acontecimentos. Estudara jornalismo e contava com 29 anos. Como diretor da revista, Roberto Civita se esmerou em cuidar da publicação. Ao lado de Paulo Patarra, comandava efetivamente *Realidade*. Segundo José Hamilton Ribeiro escreveu em artigo de 1987:

Paulo Patarra dividia com Roberto Civita o comando político-editorial da revista. Patarra empregado, marxista, honesto; Roberto patrão, agente do imperialismo americano, honesto. (Roberto é agente do imperialismo americano de maneira honesta, na medida em que acredita que o *americanwayoflife* é o que melhor provou até hoje, no sentido da liberdade e dignidade do cidadão e de permitir a realização de cada um, segundo sua ambição, talento e vontade de batalhar. Deixa ele.)

Mas foi bom trabalhar numa revista rica (as condições de trabalho eram ótimas; os salários também) dirigida por uma dupla comuno-americana<sup>88</sup>.

Desenvolveu-se, dessa forma, uma forma peculiar de organização, onde proprietários e empregados trabalhavam no mesmo nível de igualdade, todos participando dos processos de criação. Quando Roberto não concordava com alguma ideia, a equipe discutia com ele e era ouvida, podendo até demovê-lo de sua objeção. Paulo Patarra criou a receita mensal de *Realidade*, que era acrescida das “verdades positivas e negativas” de Civita:

Roberto Civita criou a expressão “verdade positiva”, para incluir na receita mensal algum texto “edificante”. Ele gostava muito de perfil de “fazedor”, aquele tipo de gente que “vence na vida”. Também comprava ensaios fotográficos estrangeiros de grande impacto e outros produtos.

Assim, Roberto dosava a pauta da redação, invariavelmente carregada de “verdades negativas”. Afinal, vivíamos, como vivemos hoje, em país cheio de problemas<sup>89</sup>.

Chamada por acadêmicos de “revista de autores”, *Realidade* merecia a alcunha. Apesar da pauta ter um caráter coletivo, a individualidade na hora da escrita era respeitada e incentivada. Excetuando os psicanalistas, o jornalista que mais escreveu

---

<sup>88</sup>RIBEIRO, José Hamilton. “O sonho virou realidade”, in: *Imprensa*, novembro de 1987, p.92.

<sup>89</sup>SILVA, Mylton Severiano da. “Uma revista que dividiu as águas na imprensa brasileira”, in: *Imprensa*, ano XIII, 1999, n° 143, p. 83.

matérias sobre o campo da moral foi José Carlos Marão. Segundo ele, isso pode ter acontecido não por predisposição dele por esse tema, mas sim por que a maioria de seus colegas preferiria temas políticos, enquanto ele seria mais transigente na escolha:

A pauta da revista era escolhida depois de longas reuniões. A distribuição das matérias para cada autor era feita pela chefia, conforme seus critérios. Nenhum de nós escolhia sua própria reportagem. Claro que as chefias, com o tempo, foram descobrindo quais repórteres desempenhavam melhor este ou aquele assunto. Havia também preferências pessoais que acabavam influenciando no bom resultado do trabalho. Quase todos tinham preferência por assuntos com implicações políticas, o que não era o meu caso. Essa preferência poderia fazer o autor tratar com um certo desprezo alguns assuntos. Havia, porém, uma preocupação em não criar especialistas e especializações dentro da equipe. Então, as chefias iam alternando a distribuição dos vários tipos de matérias entre o pessoal.<sup>90</sup>

Carlos Azevedo tinha preferência por temas sociais, reportagens que o “levassem para o meio do povo”<sup>91</sup>. Duarte Pacheco, militante político, tem várias matérias sobre as esquerdas. Destaco “Eis a China”, matéria que apresenta o país que vivia a revolução cultural.

Dois importantes psicanalistas que foram os introdutores do pensamento de Reich no Brasil, fizeram parte da equipe da revista: Roberto Freire e José Ângelo Gaiarsa. Freire era integrante em tempo integral da equipe. Foi, anos mais tarde, o criador da somaterapia, teoria corporal baseada nos ensinamentos de Reich e em concepções anarquistas. Libertário e militante político, Freire defendia que a liberdade sexual estava no centro da liberdade total da humanidade. Trabalhando como jornalista, Freire escreveu algumas reportagens marcantes para *Realidade*, chegando a receber o prêmio Esso pela matéria “Meninos do Recife” em 1967. Curioso foi notar que, diferente de Gaiarsa, Freire não escreveu apenas matérias voltadas às temáticas da sexualidade durante o tempo em que trabalhou na revista.

José Ângelo Gaiarsa, ao contrário, não era um repórter contratado em tempo integral, mas realizou várias matérias para a revista, todas elas voltadas para temas de cunho sexual. Foi ele o redator da matéria que apresentou os resultados da pesquisa a respeito da sexualidade da juventude brasileira. “A juventude diante do sexo” era não só o nome da reportagem assinada por ele, mas também o nome do primeiro livro

---

<sup>90</sup> Entrevista de José Carlos Marão concedida a mim. Ver: p.193.

<sup>91</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201.

publicado por Gaiarsa logo depois da publicação dos resultados da pesquisa na edição de agosto de 1966. Nessa obra ele procura utilizar os dados da pesquisa de *Realidade*, reinterpretando-as sob o ponto de vista das teorias reichianas. Além dessa e de outras matérias relevantes, viajou para a Suécia para responder à pergunta: o povo sueco é feliz depois da revolução sexual?

É curioso saber como foi que Gaiarsa foi trabalhar para *Realidade*: ele era, nada mais nada menos, do que terapeuta de Paulo Patarra<sup>92</sup>.

Carmen da Silva, escrevendo do Rio de Janeiro, de onde enviava seus textos para São Paulo, também colaborou com *Realidade*. Também psicanalista, suas matérias focavam mais nas questões da segunda onda feminista do que em questões mais amplas da revolução sexual, como fazia Gaiarsa. Famosa colunista de outra revista da Abril, *Cláudia*, Silva é considerada nome importante da história do feminismo no Brasil.

A tão famosa equipe de jornalistas da fase áurea de *Realidade* era um grupo heterogêneo, cuja única coisa em comum era a juventude e o desejo de mudança. Mas mudar para onde? Nada indica que havia coesão quanto à concepção política de cada um. Eram contrários ao governo, mas isso não quer dizer que todos concordassem sobre qual forma de governo deveria substituir o regime civil-militar. Segundo Marão, essas diferenças, irrelevantes à princípio, começam a vir à tona à medida que o espaço (cada vez menor) que a revista proporcionava a cada um deles deixou de ser suficiente para expressarem a visão particular de cada um sobre o futuro que almejavam<sup>93</sup>.

A empresa, por outro lado, também tinha anseios divergentes da equipe de jornalistas. Em 1967, *Realidade* já comemorava um ano de sucessos de vendas e a Editora Abril se consolidava no mercado editorial brasileiro. Robert Civita veio dos Estados Unidos com o sonho de fundar uma revista semanal de informação. Os recentes êxitos da editora a capacitavam para esse voo mais ambicioso: em setembro de 1968 seria lançada *Veja*. Em outubro de 1967 Robert deixa *Realidade* para dirigir a editora do pai e se dedicar ao novo projeto. Alguns problemas foram decorrentes. Paulo Patarra não passou a dirigir a revista sozinho, como acreditava, mas teve que dividir a tarefa com Odylo Costa Filho, ex-*O Cruzeiro*, e mais tarde com Luís Carta, diretor editorial da Abril. Essa atitude demonstra que a editora procurava não permitir que os jornalistas assumissem a revista por completo. Seria um risco para os negócios da empresa se

---

<sup>92</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201.

<sup>93</sup> MARÃO, op.cit.pp.36-37.

continuassem a publicar reportagens que ofendessem o regime. Em jogo estava o futuro da editora e de seus investimentos, principalmente a nova revista *Veja*.

Paulo Patarra afirma que dois fatores pesaram para sua decisão de deixar a revista. Em primeiro lugar, a pressão externa exercida pelos militares, que já se preparavam para baixar o Ato Institucional nº5, e que desejavam a execração ou, no mínimo, o silêncio de jornalistas considerados incômodos. De outro lado havia a pressão interna. Colocada contra a parede pelo governo, a direção da editora queria mudar a revista e torná-la menos agressiva aos militares. Soma-se a isso o fato de *Veja* ser a nova aposta da empresa, enquanto *Realidade* estava se tornando cada vez mais (politicamente) inviável. Patarra assim resumiu sua situação:

Eu não aguentava mais a pressão. Chegou no fim, os militares sabiam muito tempo antes de dar o golpe que iam fechar o Congresso, cassar e tal. E a pressão em cima de mim era cada vez maior. Então era uma dupla pressão<sup>94</sup>.

A própria edição de dezembro de 1968 já demonstrava como a situação estava tensa, tanto na esfera pública quanto internamente. No editorial, uma discreta nota notificava que Paulo Patarra deixava a direção da revista para dirigir o setor de novas publicações da Abril Cultural. A entrevista realizada por ele com o líder comunista Luís Carlos Prestes, publicada naquela edição, seria sua despedida. Entretanto, o editorial (que obviamente não foi escrito por Patarra) adverte o leitor sobre como essa reportagem deve ser entendida:

Trata-se de um documento importante sobre os comunistas, essa seita subterrânea marcada por tantas incógnitas e tantos dogmas, hoje como sempre ditados por Moscou. Uma seita que permanece viva, fiel à sua vocação totalitária e obstinadamente empenhada, pelos tortuosos caminhos da ilegalidade, em tomar o poder no Brasil, diretamente, se possível, por intermédio de prepostos, se necessário. As palavras de Prestes a Paulo Patarra **devem ser entendidas** como uma advertência aos ingênuos, aos que acreditam numa democratização do comunismo de obediência russa. Basta considerar os aplausos do chefe vermelho brasileiro á intervenção soviética na Tchecoslováquia para medir a impermeabilidade do PCB aos mais elementares princípios de liberdade e de independência<sup>95</sup>.

A Abril já estava se consolidando no mercado nacional e sua nova aposta era *Veja*. A editora já se sentia forte o suficiente para arriscar perder sua preciosa equipe que

---

<sup>94</sup>MORAES, L. N. op. cit. p. 75.

<sup>95</sup>“Nota da redação” in *Realidade*, nº33, dezembro de 1968, p. 3. Grifos meus.

lhe deu tamanho sucesso de vendas e preferiu confrontar-se com ela, deixando claro no editorial qual era o posicionamento da empresa. Patarra afirma que não foi pressionado a deixar a revista, mas sim a modificá-la. O não entendimento levou à sua decisão de deixar a revista já em outubro de 1968. Com ele, sai a maior parte da equipe original. Mais do que sofrer repressão, a editora parece ter optado por se alinhar ao governo, seja por cumplicidade, seja por complacência. Sua tática parece ter dado certo, afinal, parte da equipe desertora voltou para a revista em 1969. Só não se pode dizer que foi vitoriosa por que a segunda fase da publicação não fez nem de longe o sucesso da primeira.

*Realidade*, portanto, não sofreu a desagregação de dezembro de 1968 em decorrência única e exclusiva da ação do governo. Não nego a pressão do regime contra a imprensa, mas o principal motivo da dispersão foram os desentendimentos internos, especialmente entre a editora e o grupo de jornalistas, fortemente coeso na solidariedade e amizade, mas plural em todo o resto. Alguns membros, como Azevedo e Kalili, queriam combater o governo com mais ímpeto, o primeiro na luta armada, o segundo num jornal que acreditava ser mais ferrenho em suas posturas. Outros, como José Carlos Marão, se demitiram muito mais em solidariedade aos amigos do que por posições políticas:

[a empresa] decidiu colocar como diretor um profissional que não era oriundo da equipe. Isso provocou uma revolta na equipe e **as contradições políticas internas surgiram com muita força**. Havia quem aceitasse o novo diretor e quem não aceitasse. O fato que os jornalistas de texto pediram demissão. Fotógrafos e pessoal de arte ficaram. Se você conversar com outros colegas, verá que cada um tem sua própria versão. Algumas muito radicais. **Eu, particularmente, nunca fui um militante político. Apenas pedi demissão, junto com todos, na época, por uma questão de imagem. Tanto assim que voltei.**<sup>96</sup>

Ainda para enfatizar a não vinculação direta entre o AI-5 e a repressão do Estado e a desagregação da equipe de *Realidade*, basta lembrar que, como afirma Marão, as edições eram, em geral, planejadas com três meses de antecedência<sup>97</sup>. A entrevista com Luís Carlos Prestes, portanto, já tinha sido feita antes. Até mesmo o já citado editorial, que procura induzir os leitores a ver o comunismo de uma maneira negativa, foi escrito antes da promulgação do Ato, em 13 de Dezembro, quando a revista já estava nas

---

<sup>96</sup> Entrevista de José Carlos Marão concedida a mim. Ver: p.193. Grifos meus.

<sup>97</sup> MARÃO, op.cit.pp.29-30.

bancas. É claro que a radicalização da luta política em 1968, que dividia o país entre partidários e oponentes do governo, acabou por precipitar uma decisão a cada um dos jornalistas sobre que rumo tomar. Nada impediria que a equipe continuasse na revista, mesmo sofrendo sanções da editora e do governo, que nunca chegou a instalar um censor fisicamente na redação. Prova disso é que meses depois, já em 1969, parte da equipe voltou para a revista, já sob o AI-5. Dentre os que voltaram estão José Carlos Marão, José Hamilton Ribeiro, Mylton Severiano e Luís Fernando Mercadante. É sintomático que a maioria dos que voltaram fossem os que detinham posições políticas menos dogmáticas.

Apesar de Marão apontar divergências políticas internas dentro da equipe, há controvérsias. Azevedo fez questão de dizer que não sentiu-se ofendido pelos companheiros que, diferente dele, voltaram para a revista em 1969 e também não enxerga divisões:

Essa questão [sobre a diáspora, o subsequente retorno de alguns jornalistas e possíveis ressentimentos] é menor, tão pequena que nem sei se ela realmente existiu. Eu saí da revista porque estava me integrando a um trabalho revolucionário junto à organização Ação Popular. Fui fazer imprensa clandestina e procurar participar da mobilização da população pela redemocratização. Digo com franqueza (até por já estar semi-clandestino) que mal acompanhei o episódio de demissão coletiva de meus colegas da revista. Soube que alguns não haviam saído, que outros haviam voltado. Não fiquei jamais ressentido por isso, não me lembro de haver criticado ninguém por esse motivo. Provavelmente, quem não saiu e quem voltou pode ter se sentido pouco à vontade diante dos que saíram, isso é possível. Mas eu não vivi esse momento, pouco posso dizer porque estava longe disso e muito envolvido em meus trabalhos na AP e depois de 1973, no Pcdob.<sup>98</sup>

Ele confirma, portanto, que saiu da revista por questões pessoais e não por causa da pressão dos dirigentes da editora. Isso confirma o que já afirmei anteriormente: a coesão da equipe se baseava na amizade e camaradagem, não em ideologias políticas. Embora tivessem posições políticas, não formavam um grupo político. Entretanto, enquanto Azevedo nega dissensões internas, Marão afirma que essas dissensões apareceram depois que a editora decidiu colocar um novo diretor. Curioso é que Marão dá a entender que parte dessas discordâncias internas foi fruto da ação de quem era militante político:

---

<sup>98</sup>Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201.

A equipe original de Realidade era muito unida e coesa. Havia, no entanto, dentro da equipe, **militantes de organizações políticas clandestinas, cujas ideias eram divergentes**. Essas divergências, eventualmente, afloravam no relacionamento interno<sup>99</sup>.

Mas Azevedo, que já estava semi-clandestino na época e que seria, portanto, um desses “militantes divergentes”, nega divisões e insiste na coesão interna. Citando o colega Raimundo Rodrigues Pereira, ele afirma que o fim da primeira fase da revista se deu “a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, não do dono...”<sup>100</sup>.

Ou seja, enquanto um afirma que a diáspora foi causada apenas pela pressão da empresa e da ditadura (apesar de reconhecer que saiu da revista por outro motivo, a militância), o outro afirma que a ação controladora da editora fez aflorar discordâncias pré-existentes que também tiveram um papel importante na desagregação da equipe.

Azevedo afirma que pediu para ser demitido em agosto de 1968, sem dizer que intencionava militar em tempo integral pela Ação Popular. Na mesma época que ele, estavam saindo também Narciso Kalili, que queria fazer um jornalismo mais engajado em *Última Hora e Folha da tarde*; e Duarte Pacheco, que já estava envolvido com a Ação Popular. Logo depois quem saiu foi Hamilton Almeida, que dizia ter um projeto de dirigir um filme<sup>101</sup>. Quando Alessandro Porro e Milton Coelho foram nomeados para a direção de *Realidade*, Paulo Patarra pediu transferência para outra revista do Grupo Abril. Em apoio a ele, os seguintes jornalistas pediram demissão: Sérgio de Souza, Woile Guimarães, Mylton Severiano da Silva, José Carlos Marão, Roberto Freire, Eduardo Barreto, Granville Ponce, Otoniel Pereira, Lana Novikow, Marcos Polé e Otavia Yamashita<sup>102</sup>.

Meses depois, entretanto, retornam para a Abril vários membros da equipe original. Mas, ao que tudo indica, não era mais a mesma revista. Só o nome se manteve. Marão afirma que não sabe dizer com precisão por que a segunda fase não deu certo:

A segunda fase da revista tinha profissionais excelentes. Agora, não me lembro de todos os nomes, então não cito ninguém. Acontece que o momento era outro e foi em uma fase posterior ao Ato Institucional

---

<sup>99</sup> Entrevista de José Carlos Marão concedida a mim. Ver: p.193 . Grifos meus.

<sup>100</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p201.

<sup>101</sup> MARÃO. J.C. op.cit. pp.36-37.

<sup>102</sup> AZEVEDO. C. op.cit.p.242.

Nº 5 e já havia censura explícita em outras redações. Acontece que é muito difícil explicar essas oscilações no mercado editorial. Eu tinha voltado para a revista exatamente por isso: tentar continuar o sucesso da primeira fase. Mas não aconteceu. Acho que há muitas tentativas de explicações para não sucesso. Coisas do tipo: a fórmula cansou, os assuntos se esgotaram, o leitor não quer mais isso. Nenhuma delas me convence. É um mistério.<sup>103</sup>

Azevedo, por sua vez, acha que *Realidade* foi um projeto abortado pela editora e que não poderia dar certo sem toda a equipe original<sup>104</sup>. Seja qual for o motivo, além de ser importante fonte histórica do período, a revista ainda legou seus jornalistas. Muitos deles foram parar na imprensa *nanica* dos anos 70, fazendo oposição ao regime civil-militar.

---

<sup>103</sup> Entrevista de José Carlos Marão concedida a mim. Ver:p.193.

<sup>104</sup> AZEVEDO. C. op.cit.p.243.

## Capítulo 2 – Gênero, sexo e verdade.

O primeiro capítulo da presente pesquisa buscou traçar um histórico da Revista *Realidade*, enfocando o início da ditadura militar, a iniciativa da Editora Abril em lançar uma nova revista e os bastidores dos dois anos e meio de publicação que correspondem ao nosso recorte temporal. Ademais, buscou também traçar um perfil do conceito de “revolução sexual” para que fosse possível entender como a publicação o utilizou em suas reportagens. Este segundo capítulo consiste em uma análise das categorias de gênero e sexo através das páginas da revista. Com o termo *gênero* quero indicar a interdependência das relações entre homens e mulheres. Com *sexo* procuro focar a família, o casamento e tudo que gira em torno das interdições sexuais ligadas a ela. A família, nesse estudo, é entendida como um local privilegiado para o estudo do gênero e do sexo, pois lá são engendrados os papéis sexuais de homens, mulheres e crianças.

### 2.1 LEITORES E LEITORAS

Diferente das mulheres, os homens não tinham uma parte da revista dedicada exclusivamente a eles. Mesmo por que, a sociedade da época não detectava a existência de uma problemática masculina. A mulher era tida ou como vítima unilateral do homem ou, no caso daqueles que eram contrários às mudanças de costumes, como o sexo frágil e dócil, que estava sendo desvirtuado pelos novos tempos.

Se *Realidade* não possuía um espaço único para o público masculino, isso não quer dizer que os homens deixavam de ser os leitores preferenciais e o principal público alvo. O IBGE aponta que na década de 60, a educação escolar feminina era muito deficiente em relação à masculina. Dados do ano de 1965, por exemplo, mostram que as meninas chegavam em número muito inferior ao colegial. Observe a tabela abaixo:

<b>TABELA 1 – MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO, SEGUNDO O CICLO DIDÁTICO – ANO BASE DE 1965 (INCLUI TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO)</b>				
	<b>Ginásio</b>	<b>%</b>	<b>Colegial</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	1.364.123	100	189.576	100
Homens	668.319	49	135.289	71,3

Mulheres	695.804	51	54.287	28,7
----------	---------	----	--------	------

Enquanto no Ginásio (atual Ensino Fundamental) as mulheres estavam em número equilibrado de matriculados, no Colegial (atual Ensino Médio), os homens dominavam numa proporção de 3 para 1<sup>105</sup>. Além de mais anos de estudo, o analfabetismo entre os homens brasileiros era muito menor. O censo de 1970 apontava que 32,9% da população brasileira não sabia ler nem escrever. Enquanto a taxa entre os homens era de 29,8%, entre as mulheres o número atingia 36%<sup>106</sup>. A melhor opção para as mulheres era a Escola Normal, onde aprendiam o ofício do magistério. Fora isso, a participação feminina no mercado de trabalho era discreta.

O público universitário, que *Realidade* procurou alcançar, era predominantemente masculino. Até em certas famílias de classe média, onde as mulheres possuíam mais anos de estudo, muitas não tinham acesso a determinadas leituras sem autorização do marido, como alguns leitores fizeram questão de frisar em cartas enviadas para a redação e publicadas na seção de leitores. Não era objetivo fazer uma revista feminina, como *Cláudia*, por exemplo. Estas eram predominantemente lidas pelas mulheres e, portanto, não atingiam o grande público. O efeito de causar debates que envolvessem toda a sociedade (leia-se classes médias) estaria comprometido.

Em artigo de Dante Mattiussi, já citado anteriormente, são expostos os pontos fundamentais pelos quais a publicação deveria se pautar. O quinto ponto expressa categoricamente a busca por compor um veículo universal, nem feminino nem masculino, mas priorizando o leitor homem, que era o principal receptor da revista: “[a revista] é de interesse geral mais masculina que feminina no relacionar e tratar assuntos. Melhor: é revista masculina porque não feminina”<sup>107</sup>.

Por outro lado, o público feminino também era almejado. A ideia era construir um veículo para que as mulheres pudessem se expressar e debater com os homens e com a sociedade. Por isso Roberto Civita inclui mais uma observação: “Muita mulher precisa ser ganha pela revista”<sup>108</sup>. Entretanto, a equipe de *Realidade* era, presumivelmente, de esmagadora maioria masculina. Frequentemente mulheres foram selecionadas para escreverem reportagens sobre o universo feminino. A anteriormente citada edição número dez, voltada unicamente para o tema da “mulher brasileira”, é um exemplo dessa

<sup>105</sup> Fonte IBGE. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br> 08/11/2011

<sup>106</sup> Fonte IBGE, Censo Demográfico 1970. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br> 08/11/2011

<sup>107</sup>MATTIUSSI, D. op. cit.

<sup>108</sup>Ibidem.

tentativa de possibilitar às mulheres falarem sobre o que pensavam delas mesmas. O editorial assinado por Roberto Civita traz a seguinte afirmação:

Mas não nos limitamos a escrever a respeito de mulheres. Também convidamos três delas para colaborar na edição. Assim, Carmem da Silva passou um mês lendo milhares de cartas dirigidas a meia dúzia de revistas femininas para poder preparar seu artigo sobre Consultórios Sentimentais. Gilda Grillo, armada com um gravador, praticamente viveu uma semana com a mãe solteira “diferente” que ela achou. E Daisy Carta digeriu uma pilha de livros, ensaios e estatísticas antes de concluir pela superioridade natural das mulheres<sup>109</sup>.

Concluo que *Realidade* era uma revista feita majoritariamente por homens, mas que buscava atrair leitores de ambos os sexos, sem que para conquistar mais leitoras fossem sacrificados os numerosos leitores homens. Irei abrir uma exceção cronológica e comentar um texto de 1967, pois creio que ele cabe melhor nesse momento da discussão. Produzida com o intuito de ser um texto simultaneamente científico e bem humorado, a matéria “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher” (edição 10, especial da Mulher) pretendia ao mesmo tempo causar risos pelos exageros, mas também fazer o leitor pensar a respeito dos dados científicos que serviriam como provas das qualidades femininas.

A argumentação inicial é de que o homem, já no tempo das cavernas, sentiu-se inferiorizado pela mulher, capaz de procriar e criar vida, coisa que nenhum homem seria capaz. Em decorrência da inveja masculina, os homens precisariam se auto-afirmar o tempo todo, dizendo-se mais fortes e mais inteligentes. Repetindo isso exaustivamente, ele teria convencido a si mesmo e as mulheres de que sua superioridade era verdadeira. No momento da divisão do trabalho nas sociedades antigas, o homem teria se aproveitado desse discurso para tomar para si as tarefas mais ativas. Por ser mais musculoso, ele saía para caçar, enquanto ela se deslocava para distâncias menores, uma vez que também tinha suas obrigações como mãe. As diferenças biológicas teriam sido “mal interpretadas”, uma vez que a mulher seria capaz de dar à luz, amamentar, educar os filhos e ainda trabalhar tanto quanto um homem<sup>110</sup>.

À essa relação que o homem teria constituído para com a mulher, o autor chama de complexo de inferioridade: “Daí a grande inveja que não acabou até hoje. E daí a

---

<sup>109</sup> CIVITA, Roberto. “O trabalho que elas deram” in: *Realidade*, nº10, janeiro de 1967, p.3

<sup>110</sup> SILVA, Mylton Severiano da. “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher” in: *Realidade*, nº10, janeiro de 1967.p.31. Pesquisa de Daisy Carta e ilustrações de Milton Luz.

vingança do homem: eletenta vencer seu complexo de inferioridade impondo à mulher outro complexo de inferioridade”<sup>111</sup>. Para comprovar que o homem só tem o corpo maior e mais músculos, o texto, depois dessa introdução “histórica”, procura adicionar “dados científicos” que corroborem com a visão da inferioridade masculina, misturando fatos com conclusões humorísticas.

Primeiro apela-se para a resistência feminina. O corpo masculino seria, apesar de maior e mais musculoso, menos resistente a longo prazo. Seu tamanho e porte causariam seu desgaste mais rapidamente. E quanto ao fato do cérebro do homem ser maior? A matéria argumenta que

O maior cérebro humano já medido era o de um idiota; e um dos menores era o do escritor Anatole France. Além do mais. O peso do cérebro feminino corresponde a 2,5% do peso de seu corpo; e o peso do cérebro masculino corresponde a 2%. Desta maneira, o cérebro da mulher acaba sendo maior que o do homem em relação ao corpo<sup>112</sup>.

Segundo o que foi publicado, as meninas de dois a quatro anos teriam um quociente de inteligência maior do que o de meninos de mesma idade. Além disso, as mulheres seriam superiores em linguagem verbal, em memória e analogia. O motivo de só os homens se tornarem os principais artistas, intelectuais e cientistas, seria o fato das mulheres, ao chegarem à adolescência, serem preteridas pelos rapazes. Enquanto eles continuam a educação e preparam-se para a vida, elas são obrigadas a se casar, para não ficarem desamparadas pela sociedade. Portanto,

a inferioridade intelectual da mulher foi inventada pelo homem. Ser superior é ser mais resistente, mais saudável de corpo e alma – enfim, ser muito mais que um monte de músculos bonitos e fortes. No entanto, para impressionar as mulheres e provar que é o tal, o homem ainda acha que o que tem a fazer é praticar esportes e depois dobrar os braços, disfarçadamente, para mostrar seu bíceps de 46 centímetros de diâmetro<sup>113</sup>.

O cavalheirismo também seria apenas uma forma dissimulada do homem se mostrar o líder da humanidade. Quando abre a porta para uma mulher, ou a ajuda a descer de uma montaria, o homem, na verdade, está dizendo-se superior e, portanto, obrigado a amparar a mulher, que necessitaria de sua proteção. E se é o homem que

---

<sup>111</sup> Ibidem.

<sup>112</sup> Ibidem. p.33

<sup>113</sup> Ibidem.

protege, só ele pode prover. Os homens não querem que as mulheres trabalhem por que, na concorrência, elas poderiam se sair melhor.

Diante disso, a mulher procurou meios de lutar contra a dominação masculina. Os desmaios, as dores de cabeça e indisposições femininas, seriam armas secretas, um “estôjo de primeiros socorros sentimentais da mulher”(sic), que, milimetricamente aplicados, enganariam os homens, induzindo-os a praticarem o que elas desejam.

Mas a arma mais mordaz utilizada por elas contra os homens, segundo a matéria, é o sexo, pois

nesse terreno a mulher joga com arte e artimanha, mas nem sempre usou com habilidade – é preciso reconhecer. Por causa disso, o sexo ganhou uma importância exagerada no plano das necessidades do homem. Socialmente sua beleza e seu significado foram doentamente desvirtuados – pelos homens. A maioria deles acha que amar é deitar-se com uma bela mulher e a base do casamento é a atração física<sup>114</sup>.

Os homens, de acordo com a matéria, teriam criado costumes sexuais tão rígidos para que só eles tivessem o privilégio da vida extraconjugal. Enquanto prega que a mulher deve ser fiel ao marido e vice-versa, ao mesmo tempo ele valoriza a infidelidade masculina. Para o homem, trair e não ser traído é duplamente motivo de honra.

O homem se utilizaria das emoções de forma equivocada. Não chora em público, e para expressar tristeza recorreria ao alcoolismo. Diferente da mulher, ele briga, perde a calma, usa palavrões. Nervoso e incapaz de lidar com firmeza com os problemas, os homens enlouqueceriam mais, se suicidariam mais e demorariam mais para se recuperar das doenças do que as mulheres. Culpa do cromossomo Y, responsável pelo nascimento do homem. Este cromossomo seria “menor e mais fraco” do que o cromossomo X, responsável pela suposta superioridade biológica da mulher.

Para concluir a matéria, Mylton Severiano da Silva faz uma homenagem às mulheres, louvando suas glórias e ironizando as desgraças dos homens:

A verdade é bem outra: a biologia, a antropologia, a psicanálise, as estatísticas – tudo prova que a mulher é superior. Ela cria e recria a vida, com amor. De todos os sentimentos possíveis entre os seres humanos, o mais perfeito é o amor da mãe pelo filho: nele estão sintetizados todos os outros sentimentos elevados – altruísmo, abnegação, humildade, perdão. Ao passar pela experiência de ser mãe, a mulher chega a uma profunda compreensão da humanidade. Ela

---

<sup>114</sup> Ibidem.

sabe que o mundo precisa mais de amor que de competição: ela é superior, para que brigar?

Pode o homem dizer à vontade que é o bom. Ela vai continuar fingindo que acredita, em nome do amor. E chegamos à prova definitiva: a mulher é superior, pois deixa o homem pensar que o superior é ele<sup>115</sup>.

A primeira pergunta que se deve fazer é: que tipo de reação a revista procurava aflorar nos homens e mulheres que lessem essa matéria? A edição número dez foi dedicada especialmente à mulher brasileira. Como já observamos, os homens, entretanto, eram leitores majoritários. Apesar de parecer à primeira vista uma ode às mulheres, o texto bem humorado de Mylton Severiano da Silva, é mais uma crítica aos homens. O título denuncia quem são os seus preferenciais destinatários: “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher”. O que chama a atenção é a inclusão da palavra “terrível”. Terrível para quem? Para os homens, certamente. O título e as ilustrações utilizadas servem ao propósito de chamar os leitores masculinos à leitura do texto, cientes de antemão, que a matéria tinha um viés cômico.

A imagem de abertura da matéria cobria parte das duas primeiras páginas (ver ilustração16). Nela aparecia uma enorme balança, como aquela que as representações corpóreas da justiça costumam segurar em seus braços. De um lado da balança um homem, do outro, uma mulher, ambos cheios de adereços. Cada figura carrega estereótipos de seus respectivos gêneros. O homem possui na cabeça um elmo de general romano. Seu corpo é grande, musculoso e bem torneado. O queixo é duro e quadrado. No peito, um “S” de super-homem. No braço, uma tatuagem de um coração transpassado por uma flecha. Acima, uma inscrição: “Amor de mãe”. Setas ao redor dos desenhos indicam o que cada adereço significa. A aliança no dedo, por exemplo, é indicada como “a capitulação final”, numa alusão satírica ao casamento.

A mulher é representada com um par de asas angelicais. O rosto é sereno, o corpo delgado, mas cheio de curvas sensuais. Seios fartos, quadril largo, lábios carnudos. Contrastando com as asas e os cabelos lisos de anjo, ela segura a maçã do pecado, mas também uma grande flor que representa a “pureza angelical”.

A intenção de Mylton Severiano da Silva, ao que me parece, é de valorizar a mulher. Em grande medida, ele o faz, mas o que nos importa neste trabalho é perceber como, sutilmente, discursos masculinistas estão sendo empregados, reforçando posições de gênero já naturalizadas. Há três pontos no texto que induzem a esse pensamento.

---

<sup>115</sup> Ibidem.p.34

Em primeiro lugar, é o trecho já citado que relaciona a mulher à sensualidade. Desde tempos mais remotos, a figura feminina foi ligada ao erotismo e ao sexo. O verdadeiro problema que a Igreja Cristã sempre enfrentou ao lidar com o corpo, se deve em grande medida ao corpo feminino. Na Idade Média, aliás, explicava-se a maior existência de feiticeiras em relação aos feiticeiros, utilizando o argumento aristotélico do maior teor de líquido no corpo feminino, tornando as mulheres mais inconstantes, e assim mais devassas. A voz da mulher era comparada ao canto das sereias, que encantam e depois matam. Também através do cabelo, por ser considerado bonito, a mulher é propensa às relações com o demônio. Concluía que era por causa do desejo carnal, que é insaciável nas mulheres, que a existência de feiticeiras superaria a de feiticeiros<sup>116</sup>.

Ao longo dos séculos essa posição se manteve, ora defendida por religiosos, ora por cientistas, ora por artistas. Muitos homens flagrados ou condenados por estupro justificam seu ato com o argumento de que foram “provocados” pela mulher, como se o fato de terem recebido um simples olhar ou atenção, fosse sinal de que ela desejasse manter relações sexuais com ele. Nesses casos, muitos homens alegam que a mulher passou por eles **andando de um jeito provocante**, que indicaria que ela “estava querendo” o mesmo que ele.

Bourdieu interpreta essa “virilidade masculina” como parte, também da dominação simbólica:

Os homens também estão prisioneiros e, sem se aperceberem, vítimas, da representação dominante. Tal como as disposições à submissão, as que levam a reivindicar e a exercer a dominação não estão inscritas em uma natureza e têm que ser construídas ao longo de todo um trabalho de socialização, isto é, como vimos, de diferenciação ativas em relação ao sexo oposto. Ser homem, no sentido de vir, implica um dever-ser, uma virtude, que se impõe sob a forma do “é evidente por si mesma”, sem discussão (...). O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade<sup>117</sup>.

---

<sup>116</sup>HANKE-HEINEMANN, Uta. *Eunucos pelo Reino de Deus*. Rosa dos Tempos, 1996. p.192.

<sup>117</sup>BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p.64.

A erotização, a fetichização e o exibicionismo do corpo feminino já eram presentes na década de 60, diferentes do corpo masculino. A própria ilustração de Milton Luz reproduz um corpo feminino bastante sensual. O homem da figura, por sua vez, por mais que também esteja despido, é desprovido de atributos eróticos. É um corpo duro e pesado, que indica força, mas não sensualidade.

Até a década 80 era só a mulher que, exibindo-se, seduzia o homem. A mulher que fingia, dissimulava, utilizava de artimanhas para simular até mesmo um orgasmo. Esse era justamente o “perigo” que elas sempre representaram ao longo da história. Em direção oposta, situava-se o macho. O homem, o masculino, era nitidamente marcado pela discrição e pela reserva. Nele não havia a ambiguidade do gênero feminino. O homem era um conceito fundamental, uma certeza<sup>118</sup>.

Dois importantes movimentos sociais causaram a ruptura (principalmente a partir dos anos 70 e 80) na imagem tradicional masculina: o movimento feminista e o movimento gay. O primeiro já existia de maneira relativamente organizada quando da publicação dessa reportagem em 1967. Mas o movimento gay só tem como ponto de partida o ano de 1969. Isso se reflete nas concepções de gênero feminino e masculino defendidas na matéria<sup>119</sup>. Enquanto a feminilidade é tratada como um problema de caráter social e cultural, a masculinidade é vista meramente como o vetor de opressão contra a mulher. É evidente que as críticas feministas acabariam, como o tempo, por estabelecer a categoria do masculino como um problema para as ciências humanas, mas esse processo demoraria mais alguns anos, e só se completaria com o movimento gay.

Em mais duas ocasiões percebemos como a inexistência de uma discussão conceitual da ideia de uma identidade especificamente masculina ou de um comportamento masculino, leva a matéria não a criticar, mas a reforçar discursos não progressistas, mas até mesmo machistas. Bem na parte final do texto, faz-se uma relação natural entre ser mulher e ser mãe, afirmando que a mulher “se completa” quando tem um filho: “Ao passar pela experiência de ser mãe, a mulher chega a uma profunda

---

<sup>118</sup> PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Que homem é esse? O masculino em questão*. In: NOLASCO, Sócrates. *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. pp.53-55. Nesse artigo, o autor revela como a sensualidade masculina veio se firmando nos últimos 20 anos, de tal forma que hoje o homem-objeto e a exposição do corpo nu masculino vêm se tornando quase tão comuns quanto com as mulheres. Ele afirma que essa estética masculina de corpos fortes e musculosos e de exibicionismo, foi estabelecida pelo movimento gay.

<sup>119</sup> Veremos mais à frente, quando do capítulo sobre a reportagem de Roberto Freire sobre a psicanálise, que a não problematização do masculino por Freud é um dos principais motivos dos estudos de gênero terem focado por tantos anos apenas a mulher.

compreensão da humanidade. Ela sabe que o mundo precisa mais de amor que de competição: ela é superior, para que brigar?”.

Para o jornalista a vinculação entre mulher e maternidade parece tão natural quanto a lei da gravidade. Além de ter que trabalhar, a mulher não podia deixar a tarefa de ser mãe e dona de casa. Mais uma vez, não é a ausência da problemática feminina o problema. O que falta é uma crítica aos comportamentos masculinos, da constituição do homem enquanto gênero<sup>120</sup>. Mais do que negar à mulher a opção por não querer ter filhos, o jornalista não chama os pais à paternidade, insinuando que cuidar dos filhos é dever apenas da mulher.

Essa inserção do homem enquanto ser possuidor de uma identidade de gênero numa problemática existencial e como categoria de análise, deve-se muito ao movimento gay. A homossexualidade, na verdade, permite aos estudiosos de gênero, um ponto privilegiado para análise. Veremos mais a esse respeito na discussão sobre a reportagem “Homossexualismo” quando for debater uma série de reportagens de 1968 sobre o “submundo” das cidades grandes.

O que é importante ressaltar aqui, em primeiro lugar, (e é por isso que essa matéria de Mylton Severiano foi a que escolhi para ser a primeira analisada) é que o tema da revolução sexual, como é apresentado na revista, preocupa-se, em suma, com a emancipação feminina e dá pouca ou nenhuma atenção aos homens enquanto gênero. Essa opção, influenciada pela psicanálise, limita, em minha opinião, produzir alguma crítica contundente a um sistema de gênero, pois há interdependência entre o masculino e o feminino, construções binárias. Veremos mais para frente as consequências dessa postura adotada pelo periódico.

Um último ponto que vou chamar a atenção é para o uso da imagem feminina. Utilizar a imagem da mulher como um ser de corpo sensual e, portanto, objeto de desejo masculino, foi algo recorrente na revista. Vários ensaios foram publicados tendo mulheres como protagonistas. Geralmente essas fotos eram acompanhadas de diferentes textos que procuravam enaltecer a beleza feminina. Podiam ser poesias<sup>121</sup> ou pequenas legendas explicativas.

---

<sup>120</sup> Falaremos mais sobre isso mais a frente.

<sup>121</sup> “Ensaio em cor mulata”. *Realidade*, abril de 1966. pp.94-98, fotos de Walter Firmino com mulheres mulatas. Intercavala fotos com poesias escritas por homens sobre as mulheres. As fotografias esbanjavam sensualidade, e tinham um caráter um tanto estereotipado, colocando a beleza afro como exótica, afinal, não era comum mulheres que não fossem brancas aparecerem na revista. Tanto que todos os outros ensaios posteriores só tinham mulheres brancas.

Em certo sentido, esses ensaios constituíam visões masculinistas sobre as mulheres, especialmente por que colocam a mulher como dependente do homem. Como se uma estética feminina só pudesse ser alcançada através do olhar masculino. Uma reportagem internacional de Lisetta Levi que foi publicada em novembro de 1966 dá o tom de como a imagem feminina foi trabalhada na revista:

Mas o importante é que – e ao longo dos séculos e seja qual fôsse (sic) o estilo adotado – todos os pintores que reproduziram a beleza feminina amavam as mulheres. Renoir dizia que nunca teria sido pintor se não pudesse pintar os seios das mulheres. E na verdade cada um destes (sic) quadros é uma história de amor, na qual vibra a personalidade do artista, junto com seu desejo e sua capacidade de transformar carne em poesia. **Pois, na verdade, a beleza feminina foi descoberta pelo homem**<sup>122</sup>.

A mulher, portanto, é livre em *Realidade* apenas enquanto trabalhadora que busca espaço no mercado de trabalho, enquanto mãe solteira, enquanto divorciada, enquanto alguém que rejeita a virgindade. Mas, seu corpo ainda está atrelado à reprodução (necessidade de ser mãe) e ao caráter de objeto do desejo masculino<sup>123</sup>.

## 2.2 OS PRIMEIROS MESES – 1966

Em seu primeiro ano de vida *Realidade* já mostrou a que veio. Há várias reportagens que dão o tom do que a revista seria ao longo da fase áurea (1966-68). Os principais temas abordados eram: política internacional, política nacional, futebol, mulher, sexualidade, música e religião. A maioria das capas, quase todas, destacava um desses temas. Em 1966, entretanto, predominam temas sobre futebol e música. A primeira edição, de abril de 1966, tinha Pelé com um chapéu da guarda real inglesa, numa alusão à Copa do Mundo que seria realizada na Inglaterra naquele ano. O país sonhava com o tricampeonato mundial. A edição de maio trazia na capa a foto de uma moça com uma camiseta de Roberto Carlos, com os dizeres “A rebelião da juventude” e contava sobre a influência do “iêiêiê” sobre os jovens brasileiros. Futebol e música voltariam a ser capas naquele ano. Em julho a capa fazia novamente referência à Copa, com uma estátua de um jogador e uma bola. Em novembro foi a vez de outro estilo

---

<sup>122</sup> LEVI, Lisetta. “A arte descobre a mulher” in: *Realidade*, n° 8, novembro de 1966, p84. Grifos meus.

<sup>123</sup> É claro que há ressalvas. Uma importante reportagem de capa de agosto de 1966 criticava severamente os concursos de Miss Brasil, justamente por tornar a mulher objeto.

musical que nasceu naquela época, a MPB, chamada na época de NMPB (Nova Música Popular Brasileira). A foto de capa trazia vários músicos conhecidos, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, dentre outros.

As capas de setembro e dezembro abordavam a religião. A primeira tinha o rosto de uma mulher que chorava a morte de um filho. A reportagem falava sobre o significado da dor e da sua superação através da fé sob a perspectiva de várias religiões. Já a edição de dezembro tinha a capa com uma mão em prece e se perguntava se “Deus estava morrendo?” numa alusão ao crescimento do secularismo no mundo moderno.

Raras vezes alguma capa não estava dentro das temáticas acima citadas. Em 1966, por exemplo, há a capa de outubro, sobre a arte de ser palhaço. Apesar dos temas relativos à mulher e à sexualidade já serem recorrentes em 1966 só uma capa, a de agosto (sobre os concursos de misses) faz referência a esses assuntos.

As reportagens políticas não fizeram nenhuma capa em 66, mas estiveram presentes também. Classifico as reportagens sobre política nacional em dois tipos: as que criticavam indiretamente a política nacional, como a já citada reportagem sobre coronelismo; e as matérias de Fernando Mercadante, que costumavam traçar perfis de políticos influentes, a maioria alinhados com a ditadura.

As reportagens sobre política internacional eram, em geral, ataques velados ao governo. Algumas falavam sobre conflitos políticos nos países vizinhos como forma de comparação com o Brasil. Os melhores exemplos são as matérias sobre o Uruguai e a Argentina. Em “Os governos caem: a Argentina continua” denuncia-se a situação caótica do nosso vizinho, deixando nas entrelinhas que tudo de ruim que se passava por lá, também estava acontecendo no Brasil:

Ao fim de uma **conspiração centralizada no exército** e, incentivada por grupos conservadores e interesses (sic) petrolíferos internacionais, o general entrou na sala principal da Casa Rosada e afirmou resolutamente: “**Presidente, o senhor está deposto. Acompanhe-me**”. Era o ano de 1930. A Argentina – país orgulho da América do Sul- estava no auge. A renda per capita era apenas 25% mais baixa que a dos Estados Unidos. Carlos Gardel empolgava a Europa: vendera 70 mil discos em dois meses, e o presidente da França foi ver seu recital na Ópera Paris. A Argentina era o primeiro exportador mundial de carne; havia quatro cabeças de gado para cada argentino, e fartura do consumo interno. Agora, 36 anos depois, a cena se repete, com ligeiras diferenças, na Casa Rosada. Nesse período a Argentina teve treze presidentes – sete militares e seis civis – sem contar o atual. Nenhum deles **começou ou terminou normalmente seu mandato**. A

média de permanência na Casa Rosada foi de dois anos e seis meses.<sup>124</sup>

José Hamilton Ribeiro deixa escapar aqui vários paralelos na história de Brasil e Argentina: golpe em 1930, instabilidade política, a presença de militares em golpes de estado, novos golpes na década de 60. E se o preço que a Argentina pagou por essa instabilidade e autoritarismo foi a decadência (como o restante da matéria demonstra), a conclusão poderia ser estendida ao Brasil.

Outras reportagens falavam sobre o comunismo. Os jornalistas, é claro, tomavam cuidado para não parecerem militantes socialistas, mas o tom dessas matérias nunca era negativo. Duarte Pacheco, militante da Ação Popular, por exemplo, escreveu “Eis a China” (outubro de 66), procurando **apresentar** o país asiático aos leitores brasileiros. Pacheco, que esteve na China para compor a reportagem preocupa-se em desmistificar ideias pré-concebidas sobre o comunismo e sobre a China. Afirma ele:

Há 20 séculos – escreveu Pacheco -, o império mais poderoso da Terra, antes de Roma. Há 20 anos, o mais miserável dos países subdesenvolvidos, depois da Índia. Hoje, o segundo país do mundo socialista e o primeiro a tentar o Homem Comunista anunciado por Marx. Arma a África, instiga a Ásia, infiltra-se na América Latina, enfrenta a URSS, ameaça os EUA e, agora com sua bomba atômica, desafia o mundo. Muitos a temem, poucos a conhecem: grande, velha, misteriosa e sofredora nação<sup>125</sup>.

Se é possível identificar certa simpatia pelo país ao longo do texto, Pacheco não deixa de demonstrar insegurança em relação ao futuro, afinal, a Revolução Cultural já dava sinais de iniciar a sua marcha. Mais do que julgamentos, Pacheco se preocupa em analisar a dificuldade de construir o comunismo: as dificuldades políticas e econômicas do projeto. Não há romantismo revolucionário.

Uma das seções do periódico que mais foi utilizada para fins políticos foi “Brasil Pergunta”. Ficava no final de cada edição e trazia sempre um título com uma grande questão de interesse geral. Duas pessoas eram chamadas para responder “sim” ou “não” às perguntas, ficando com o leitor a tarefa de concordar com uma ou outra resposta. A primeira edição fez bonito ao já começar com uma questão espinhosa: “Eleições indiretas são democráticas?”. De um lado um arenista defendia o “sim” e um partidário

---

<sup>124</sup> RIBEIRO, José Hamilton. “Os governos caem: a Argentina continua” in: *Realidade*, nº5, agosto de 1966. p.19. Grifos meus. Impossível não perceber, nas partes grifadas, referências à deposição de Jango.

<sup>125</sup> PACHECO, Duarte. “Eis a China” in: *Realidade*, nº 7, outubro de 1966, p54.

do MDB defendia o “não”<sup>126</sup>. Na mesma edição foi publicada “Brasileiros, go home”, reportagem feita na República Dominicana, onde o enviado especial da revista sentiu o ódio dos dominicanos pelos soldados brasileiros, tidos como invasores, o que também poderia ser lido como uma crítica às nossas Forças Armadas: estariam oprimindo não só estrangeiros como também o povo brasileiro.

Mas, na mesma primeira edição, Carlos Lacerda foi convidado a escrever a seção Documento, onde conta parte de sua vida política, terminando o texto com o golpe de 64, do qual foi apoiador<sup>127</sup>. Essa estratégia de usar reportagens e matérias que agradassem ao governo continuaria. Na segunda edição, em maio de 1966, Fernando Mercadante (o mesmo autor de “Brasileiros go home”) escreveu “Feliz aniversário, seu Arthur”, onde não faz outra coisa senão “puxar o saco” de Arthur da Costa e Silva, que seria o próximo presidente do Brasil.

Esse sistema de “morde e assopra” foi usado durante toda a fase áurea, sendo que ficava a cargo de Luis Fernando Mercadante o papel de afagador do governo. Em julho de 1966, por exemplo, é publicada a reportagem “Cunhados em choque”, em que ele afirma que Jango era um “populista” que se “entregou aos comunistas”<sup>128</sup>. Na mesma edição, porém, foi publicado um conto de Yuli Daniel, um escritor e poeta soviético dissidente. O conto, uma crítica ao autoritarismo em que o comunismo tinha mergulhado, levou Yuli e seu editor à condenação em fevereiro de 1966. Foram sentenciados a cinco anos de trabalhos forçados por suas atividades “anti-soviéticas”. À princípio pode parecer que a publicação de um conto crítico à União Soviética seria um afago ao governo. Essa impressão se dilui ao olharmos com mais atenção para *Realidade* e sua época. A chamada “geração de 68”<sup>129</sup> é crítica não só ao autoritarismo capitalista, mas também à degenerescência do socialismo soviético. Mesmo os jornalistas da revista que eram militantes da esquerda, não costumavam ser condescendentes com a URSS no trato de suas matérias. Criticavam todo tipo de autoritarismo, seja capitalista ou comunista. A sociedade igualitária que queriam construir seria algo novo, que talvez ainda não existisse, ou que estivesse sendo gestada em Cuba ou na China, quem sabe. Dessa forma, a publicação do conto de Yuli Daniel pretende atingir dois coelhos com um tiro só: criticar o autoritarismo brasileiro e o

---

<sup>126</sup> Seção Brasil Pergunta. “Eleições indiretas são democráticas?” in: *Realidade*, nº1, abril de 1966.p.138.

<sup>127</sup> LACERDA, Carlos. “As revoluções que eu vi” in: *Realidade*, nº1, abril de 1966.pp.30-36.

<sup>128</sup> MERCADANTE, Luiz Fernando Mercadante. “Cunhados em choque” in: *Realidade* nº4, julho de 1966.p51.

<sup>129</sup> Voltarei à essa questão da “geração 68” quando for analisar o último ano da fase áurea de *Realidade*.

comunismo real. Aliás, é isso que diz o pequeno texto sem assinatura que antecede o conto publicado, que o caso de Yuli Daniel serve como crítica a toda forma de autoritarismo<sup>130</sup>.

Se as matérias políticas seguiam a fórmula do “morde e assopra”, as que tratavam de temas sexuais tiveram aspecto mais homogêneo. Defendiam a revolução de costumes e geralmente assumiam um tom de afronta. A seguir faço algumas análises das que considere mais importantes para o ano de 1966.

### 2.2.1. Édipo no divã

Visto que a influência da psicanálise foi tão importante na concepção de várias reportagens de *Realidade*, a primeira matéria que irei me deter é quase um paradigma de como a época e a revista trataram a sexualidade. Essa matéria pertence à edição de setembro de 66, onde seria publicada a segunda parte da pesquisa “A juventude brasileira diante do sexo”. Uma advertência do juiz de menores do estado da Guanabara, Alberto Cavalcante de Gusmão, entretanto, impediu que a segunda parte da pesquisa fosse publicada<sup>131</sup>. A capa da edição de 66 (uma foto de Art Kane de uma mulher chorando a morte de um filho<sup>132</sup> – tema religioso), como que numa resposta ao juizado, traz a chamada: “Há liberdade no Brasil?” acima do título da revista, em destaque. Essa reportagem, escrita também por Luiz Fernando Mercadante, traz a opinião de várias pessoas sobre o tema da liberdade na política nacional<sup>133</sup>. A matéria não toma partidos, apenas coleta opiniões divergentes, desde estudantes da UNE até o presidente Costa e Silva. Mas o fato dela ser a primeira matéria da edição e estar impressa algumas páginas depois do editorial que explicava sobre a advertência, deixa o leitor com um argumento forte de que a liberdade estava sendo suprimida.

Sob uma outra ótica o tema da liberdade reapareceu em outra reportagem, o testemunho de um padre americano que queria se casar, mas manter o sacerdócio ao mesmo tempo<sup>134</sup>. Não foram poucas, aliás, as matérias que questionaram dogmas da Igreja e o questionamento do celibato foi uma dentre as muitas polêmicas levantadas pela revista em relação ao catolicismo brasileiro e internacional.

---

<sup>130</sup> “Aqui fala Moscou” in: *Realidade* n°4, julho de 1966.p123.

<sup>131</sup> Editorial. *Realidade*, n° 6, setembro de 1966, p3.

<sup>132</sup> Ver Ilustração 3, página 182.

<sup>133</sup> MERCADANTE, Luiz Fernando Mercadante. “Há liberdade no Brasil?” in: *Realidade*, n° 6, setembro de 1966, p22.

<sup>134</sup> NASH, Stephen. “Sou padre e quero casar” in: *Realidade*, n° 6, setembro de 1966, pp.118-121.

Ora, não seria justamente a liberdade o objetivo da psicanálise? Se a opressão do celibato e do governo iriam cair nos próximos anos, eles não sabiam, mas Roberto Freire, sem dúvidas, acreditava que a opressão das neuroses poderia chegar ao fim se as pessoas se submetessem ao poder do divã. Futuro criador de técnicas reichianas de tratamento, Freire não fez uma reportagem, mas sim uma espécie de conto fictício em que explica o que é a psicanálise, como funciona e quais seus objetivos<sup>135</sup>.

O leitor é convidado a conhecer a história de Sandra, uma mulher jovem e cheia de graves neuroses. Uma grande imagem cobre toda a página da esquerda e parte da página da direita. Dois rostos humanos expressando angústia e logo abaixo a foto de uma criança, sugerindo que a causa das neuroses é a infância<sup>136</sup>. Na página da direita que, abaixo do título, os dizeres: “Desesperadamente sós, estranhos a tudo e a todos, angústia, medo, marginalizam-se, não conseguem amar”<sup>137</sup>, características dos neuróticos.

A saga de Sandra começa quando seu marido, Marcus, decide abandoná-la. Ele está cansado de tentar ajudá-la sem ter sucesso. Antes de partir, o rapaz sugere que ela procure ajuda de um psicanalista, pois a doença dela deveria ter alguma origem psíquica e não física. Ela reclama de dores pelo corpo, falta de ar, tontura, fraqueza, etc. Não se dá bem com a família. A mãe é autoritária e egoísta, enquanto o pai, de quem ela mais gosta, é submisso. Tem raiva do irmão mais moço, não entende sua tranquilidade e o seu sucesso. Todos esses problemas acabavam atingindo o casamento. Sua criação tinha sido puritana e sofrera influência religiosa. Ela tinha receio das relações sexuais e ciúmes doentios do marido. Associava o sexo ao pecado, à sujeira. Por causa disso, não conseguia sentir prazer sexual. Achava-se feia e fracassada, por isso julgava que Marcus iria abandoná-la.

Quando ela teve uma crise no escritório em que trabalhava (paralisia nos dedos), o médico indicou psicanálise. Uma vez que ela resistia à ideia, Marcus decidiu pedir separação, esperando que o choque a fizesse perceber que o tratamento era necessário. Nesse momento da narrativa, Freire faz um parêntesis para introduzir conceitos teóricos que possibilitassem ao leitor a melhor compreensão do que ele queria expressar. Ele procura, então, explicar as duas possíveis causas para o mau funcionamento do controle psicológico: traumatismo, ou seja, quando o aparelho psíquico recebe em um curto

---

<sup>135</sup> FREIRE, Roberto. “Psicanálise” in: *Realidade*, n° 6, setembro de 1966, p.92.

<sup>136</sup> As fotos que permeiam a matéria são sempre de uma mulher contemplativa ou angustiada.

<sup>137</sup> FREIRE, R. op.cit. p.93.

espaço de tempo excitações excessivas, impossíveis de serem controladas, desequilibrando-se; bloqueio nas descargas das excitações internas, provocando acúmulos insuportáveis<sup>138</sup>. As tensões internas teriam de ser descarregadas para que se mantenha um equilíbrio de troca entre o mundo exterior e interior. Afirma ele que

quando falha o equilíbrio dessa troca permanente entre homem animal e o civilizado, surge a prevalência do inconsciente com sua linguagem cifrada de atos e ideais perturbadores: as neuroses (...) Decifrar lapsos e sonhos, favorecer a liberação de repressões, enfim, conhecer o inconsciente das pessoas, eis a função da Psicanálise, com o objetivo de reequilibrar o mecanismo normal da personalidade.<sup>139</sup>

Ao acordar depois de uma noite de choro descontrolado, Sandra aceita sua condição de doente. Sente vontade de se suicidar e decide procurar o psicanalista. Quando entra na sala sente medo. Odeia o rosto do psicanalista. Acha-o frio. Ele espera que ela fale com ele e nunca toma a iniciativa, o que a deixa irritada. Em certo momento ela olha o divã e pergunta para que ele serve. O psicanalista, que fala pouco, diz que é algo para que a pessoa se sinta melhor para falar.

A primeira experiência com o divã foi angustiante. Quando se deitou, sentiu vertigem e enjoo. Agarrou-se à beirada do divã como se estivesse com medo de naufragar. Sentia-se zozna. Foi doloroso falar, expor-se. O silêncio do homem a deixava irrequieta e irritada. Ela queria ouvir e não falar.

Depois de algumas sessões ela começa a se soltar. No começo tinha receio de falar e odiava ter que tomar a iniciativa. Mas, lentamente foi melhorando. Aos poucos voltou a ver os amigos, passou a frequentar o teatro, cinemas. Sentia que podia olhar diretamente para as pessoas e falava só o que realmente queria. Surpreende-se, entretanto, por não procurar por Marcus, que era de quem sentia mais falta e por quem mais chorara.

Esses sentimentos de alívio, todavia, intercalavam-se com abatimento e indiferença. Seus sentimentos para com o psicanalista oscilavam concomitantemente. Passou a ter fantasias eróticas com ele depois de tempo de tratamento. Pensou em contar para ele, mas teve medo.

Certo dia ela teve um sonho muito curioso. A princípio teve receio em relatar o que vira enquanto dormia. Só depois de um tempo, quando se sentiu bastante segura, ela

---

<sup>138</sup> Ibidem. p.96.

<sup>139</sup> Ibidem. p.101.

decidiu falar. No sonho ela caminhava pela cidade e, surpreendentemente, todas as pessoas tinham o rosto do psicanalista, mas quando ela lhes dirigia a palavra, seus rostos se tornavam de pessoas comuns, estranhas. Ouviu a voz do psicanalista ao longe. Olhou, procurando por ele. Ao vê-lo correu ao seu encontro, abraçando-o e beijando-o fraternalmente. Quando deu por si, no entanto, viu que era Marcus que beijava. Seu marido tinha o rosto triste, como quando percebia que ela não o estava acompanhando no amor que sentia por ela. Seu rosto dissolveu-se, transformou-se num monstro. Assustada ela tentou fugir, mas os braços dele não a permitiam se mover.

De repente ela estava em outro lugar. Um grande belo salão real, cujo chão era um tabuleiro de xadrez. No trono, logo à frente, havia um rei muito belo. A seguir entrou uma rainha de aspecto cruel. Ela trazia um cão feroz consigo. O animal ataca Sandra que, acuada, pede ajuda ao rei. Para seu espanto a rainha cruel transforma o rei numa peça de jogo de xadrez, impedindo que ele possa salvá-la. Desesperada, Sandra foge e vai parar numa praia. Como o mar é a única saída que vê, ela se joga nele tentando fugir do cão que a persegue. Enquanto nada, Sandra percebe que o cão continua em seu encalço. Na última vez que olha pra trás, já sem muitas forças, ela vê o rei embalando o cão como se fosse um bebê. Desesperada, Sandra deixa-se afundar... e acorda.

O psicanalista, que pouco falava, decide ajudar Sandra a interpretar o sonho. Segundo ele, Sandra deseja que todas as pessoas a ajudassem como o psicanalista a ajuda, por isso viu o rosto dele em todos. Mas quando ela pede ajuda, percebe que eles não são ele, por isso o rosto de cada um muda quando ela lhes dirige a palavra.

O beijo representaria os sonhos eróticos que ela teve com ele, mas que ela sublima colocando o rosto de Marcus, a única pessoa com quem permitiria ter esse tipo de desejo. O beijo teria sido fraternal apenas para encobrir seu sentido originalmente erótico. O rosto de Marcus desfigura-se para impedir que se transformasse no rosto de alguém menos aceitável ainda que o psicanalista. Quem seria? A segunda parte do sonho responderia o mistério.

O pai de Sandra era exímio jogador de xadrez, o que indicaria que ele era o rei. Assim que o psicanalista fez essa afirmação, Sandra se sentiu mal e passou a suar frio. O rosto que iria aparecer era o de seu pai. O psicanalista continuou decifrando: o irmão mais novo (o cão) era o preferido da mãe (a rainha) e não importava o quanto ela reclamasse dos maus tratos que o irmão lhe reservava, pois a mãe ao invés de punir o

garoto, nada fazia. O pai, apesar de possuir o bastão do rei<sup>140</sup>, não tinha autoridade para confrontar a rainha.

Tais revelações fazem Sandra se sentir muito mal. Ela tem a sensação de que está numa tábua no meio do oceano, perdida. Agarrava-se à borda, como se fosse cair e afundar. O psicanalista, então, percebe que o trauma de Sandra deve ter alguma coisa ligada ao mar, ou à uma praia, como sugere a segunda parte do sonho. Ele pede que ela tente se lembrar de sua infância, de alguma lembrança relacionada à uma praia ou à um barco.

Sandra começa a se recordar e conta o que aconteceu: ela estava num pequeno barquinho verde, perto da praia. Ao lado estava seu irmão, que queria que ela sáísse para que ele pudesse brincar com o barco sozinho. Como ela se recusava, ele começou a balançar o barco como toda força para que ela caísse. Ela tentou se agarrar nas bordas para não cair quando uma onda inesperada veio e cobriu os dois. Ela achou que iria se afogar, mas conseguiu ficar de pé. Foi quando viu seu pai com o irmão nos braços, consolando-o. Quando o pai a viu, ela fugiu dele, com raiva e amargura. Para o psicanalista, o fato do pai que ela tanto amava ter socorrido primeiro o irmão a fez sentir-se abandonada.

Ela era a filha mais velha, houve uma época em que só existiam os três. Ela amava o pai, mas ele sempre se submetia aos caprichos da mãe, deixando-a desamparada. Depois que o irmão nasceu, houve nova competição em que ela novamente perdeu. Ela ambicionava ter o pai só para si e o episódio da praia acabou com essa esperança, fazendo-a odiar tudo e todos. Mais tarde ela teria transferido para Marcus os desejos frustrados em relação ao pai. O desejo que sentiu pelo psicanalista também teria derivado do relacionamento com o pai e com Marcus. Essa era, portanto, a causa das neuroses. Uma vez descoberta, Sandra, no dizer do psicanalista, estava livre. Não sentia mais desejo pelo doutor, apenas o via como ele realmente era: um profissional que a ajudou.

Ela agradece e sai do consultório. Caminha e corre feliz pelas ruas da cidade, com a “impressão de estar atravessando em direção ao futuro, por infinitas portas abertas”<sup>141</sup>.

Proponho fazer uma releitura do conto de Freire. Para isso, precisamos revisitar uma das principais teorias freudianas: o Complexo de Édipo. Se utilizando da tragédia

---

<sup>140</sup> Referência freudiana ao falo.

<sup>141</sup> *Ibidem*.p.106.

de Sófocles, a peça Édipo Rei, que retrata um homem em busca de sua origem, Freud levanta dois pontos centrais: o desejo incestuoso pela mãe, bem como o desejo criminoso de assassinar o pai.

Os sujeitos neuróticos, inconscientemente edipianos, carregariam a marca do crime do incesto e do assassinato, são inconscientemente responsáveis por esses crimes. Freud designa como Complexo de Édipo uma suposta fase crucial e **universal** do processo de desenvolvimento da criança: o desejo de envolver-se sexualmente com o genitor do sexo oposto, aliado a um sentimento de rivalidade em relação ao genitor do mesmo sexo. Portanto, o papel principal na vida mental de todas as crianças, que posteriormente se tornam neuróticas, é desempenhado por seus pais. Afirma Freud, em correspondência a um amigo:

Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância, mesmo que não ocorra tão cedo quanto nas crianças que se tornam histéricas (...). Se assim for, podemos entender o poder da atração do OedipusRex, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a pressuposição do destino; e podemos entender porque o “teatro da fatalidade” estava destinado a fracassar tão lastimavelmente<sup>142</sup>.

No menino e na menina, esses processos seriam diferentes. Para o garoto, o foco do prazer estaria no pênis, zona erógena dominante. Com o passar do tempo o pênis se torna símbolo de virilidade e poder, tanto para meninos quanto para meninas. Ao ver o corpo nu de uma garota a primeira vez, ele perceberia que existem seres castrados, o que lhe causa pânico, afinal, se existem pessoas sem pênis, ele também poderia vir a perder o seu<sup>143</sup>. O complexo de Édipo no menino é desde sempre dirigido à mãe e sob a ameaça de castração do pai, pois ele sabe que tem algo que pode perder, o que faz com que ele abandone o amor pela mãe. O menino busca então se identificar com o pai, o pai interditor, que vetou o acesso à mãe, que a instituiu proibida. Ou seja, a relação edipiana do menino com a mãe tem como resultado a autoridade paterna, a proibição.

Nas meninas esse processo seria diferente. Ela também passaria, como afirma Freud, por um processo similar:

---

<sup>142</sup>FREUD, Sigmund, “Fragmentos da correspondência com Fliess”. Edição Standard das Obras Completas, vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, 2006.p.273.

<sup>143</sup> Idem. “A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade”. Edição Standard das Obras Completas, vol.19. Rio de Janeiro: Imago, 2006.p.159.

Nesse ponto nosso material, por alguma razão incompreensível, torna-se muito mais obscuro e cheio de lacunas. Também o sexo feminino desenvolve um Complexo de Édipo (...). Será que também podemos atribuir-lhe uma organização fálica e um complexo de castração? A resposta é afirmativa, mas essas coisas não podem ser da mesma maneira que nos meninos<sup>144</sup>.

A mãe também seria objeto de desejo incestuoso da menina, uma vez que ela seria a primeira “sedutora” da criança, através da amamentação e também dos cuidados higiênicos com o bebê. A menina, ao ver o órgão masculino e perceber que algo falta a ela, se encontraria diante de um impasse. A diferença é ter ou não ter o **falo**, que a mãe também não tem. Portanto, quem tem o falo pode perder (o menino) e quem não tem se coloca na posição de querer ter (a menina). Assim, a partir da diferenciação sexual e da consequente decepção que a menina tem com a mãe (que não pode lhe dar um falo que ela igualmente não possui) a menina entraria no complexo de Édipo. Nesse momento, surge a reivindicação do falo, que a menina localiza no pai. Por possuí-lo, ele pode dar a ela o falo que ela tanto deseja. A menina quer ter de volta aquilo que julga ter perdido, por isso se volta para o pai<sup>145</sup>.

Em última instância, o Complexo de Édipo é o processo em que a criança se utiliza do pai para poder se separar da mãe e se constituir como sujeito.

A primeira crítica que pode ser feita a Freud é o seu falocentrismo. Implicitamente ele elege o masculino como um modelo autoevidente universal. A sexualidade masculina se torna norma, na medida em que é o homem a referência. À mulher, em oposição ao macho universal, cabe a posição do particular, do problemático, do ininteligível. Não é à toa que ele dedicou muito mais zelo e atenção à sexualidade feminina, deixando implícito ser o homem menos propenso à instabilidade psíquica.

Mais do que isso, a teoria freudiana da sexualidade constitui-se na sustentação de um pressuposto falocêntrico. Um monismo fálico que acaba por estabelecer a sexualidade infantil como masculina para ambos os sexos<sup>146</sup>. Assim sendo, na sexualidade infantil apenas o pênis é levado em consideração. Afinal, por que é a

---

<sup>144</sup> Idem. “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos”. Edição Standard das Obras Completas, vol.19. Rio de Janeiro: Imago, 2006.p.222.

<sup>145</sup> Idem. Conferência XXXIII: Feminilidade. In: Edição Standard das Obras Completas, vol. 22. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

<sup>146</sup>Freud parece assumir um paradigma que remonta à Aristóteles, que pensa no sexo como único, o masculino. De acordo com essa visão a mulher é como um sexo invertido, não constituindo um binarismo com o homem. Entretanto, ao mesmo tempo em que recorre ao modelo antigo do sexo único, Freud também se utiliza da concepção rousseauiana da diferenciação sexual, que distingue o masculino e o feminino através da pressuposição de *essências* diferentes.

menina que sente falta de um pênis e não o menino que sente falta de uma vagina? Por que a vagina é pensada como ausência e o pênis como potência?

Se formos pensar na interpretação psicanalítica do caso de Sandra, podemos enxergar as consequências práticas dessa postura. Sandra criou neuroses por que não passou por um processo “normal” de constituição do sujeito durante sua fase fálica. Seu Complexo de Édipo fica claro ao observarmos o trio estabelecido entre sua mãe, seu pai e ela (e mais tarde com o irmão rival). Fica implícito que parte da causa das neuroses de Sandra se deve ao fato dos pais **não assumirem o papel tradicional de seus respectivos gêneros**. A mãe é mandona. O pai, submisso. Ele tem o cetro de rei (o falo), mas não o utiliza. Freire parece indicar que subverter os papéis de gênero pode causar neuroses nas crianças, o que é surpreendente, afinal, seguir por essa linha interpretativa não poderia minar a emancipação feminina tão almejada naquele momento?

A segunda crítica que pode ser feita à psicanálise é o fato dela atribuir ao sexo uma causalidade geral e difusa<sup>147</sup>. Tal pressuposto acaba por justificar o emprego dos mecanismos e dispositivos subordinados à **análise minuciosa** que se encarrega de produzir a verdade do sexo. Da infância até a velhice, ao longo de toda a vida humana é imputado ao sexo um poder inesgotável e múltiplo capaz de produzir doenças, induzir comportamentos, definir costumes, etc. Somente à luz desse postulado algo controverso se justifica toda a engenhosa arquitetura da teoria freudiana, a necessidade de investigar as práticas sexuais em busca de algum controle sobre essas variáveis.

Na psicanálise **a sexualidade é causa, origem e determinação**, de tal maneira que lembranças e sonhos interpretados conduzem a uma “realidade subterrânea”. O funcionamento da sexualidade é obscuro e o próprio sujeito que confessa não a compreende, tornando indispensável o confidente. A fala de quem confessa é sempre enigmática ou incompleta, precisando do psicanalista para interpretar e preencher as lacunas<sup>148</sup>.

Ou seja, o funcionamento da sexualidade do indivíduo é algo que lhe escapa, é obscuro a ele mesmo<sup>149</sup>. Esse desconhecimento de si o impossibilita de conhecer a verdade. Nesta relação de confissão, o indivíduo que confessa só se torna sujeito a partir da referência à sexualidade, ou melhor, ao desejo. Tal reconhecimento é, acima de tudo,

---

<sup>147</sup> FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.p.74.

<sup>148</sup>Ibidem.p.76.

<sup>149</sup>Ibidem.p.75.

o reconhecimento de que no núcleo da sexualidade e, portanto, da possibilidade de nos tornarmos sujeitos, está o conflito edipiano. É justamente isso que difere a confissão psicanalítica das outras confissões, pois ela invariavelmente nos conduz ao Édipo, enquanto a confissão católica inscrevia a confissão no campo da culpa e do pecado.

Para aquele que interpreta, ou seja, o psicanalista, as coisas nunca são o que parecem. As pessoas nunca dizem o que querem dizer e nunca sabem o que desejam ou o que querem. Por isso a interpretação do psicanalista pode ser repressora ou redutora, apagando fatos, discursos e desejos. Ao mesmo tempo que é técnica de saber, é técnica de poder.

Apesar da postura crítica em relação à psicanálise, a relação de Foucault com essa disciplina é ambivalente. Em *As palavras e as coisas*, o filósofo tece elogios a Freud, considerando a psicanálise como uma espécie de “contraciência” que questiona o projeto de um saber científico sobre o homem, afinal, ela causa uma ruptura com o conceito clássico de loucura e acentua as críticas às teorias da degenerescência<sup>150</sup>.

Em sua defesa, a psicanálise poderia responder a Foucault que a confissão psicanalítica não é uma simples apropriação da confissão católica. Enquanto o eclesiástico, que é detentor de um código moral que procura reafirmar, buscaria o reconhecimento do pecado e o arrependimento; o psicanalista, ao contrário, desejaria apenas eliminar a culpa, mesmo que para isso tenha que criticar o código moral que é o causador da neurose<sup>151</sup>.

Entretanto, a preocupação de Foucault é, justamente, que na ânsia de liberar a humanidade da confissão embasada na culpa e no pecado, a psicanálise não caia na armadilha de reinscrever a mesma confissão no campo do sadio/neurótico. Além do mais nada garante que o psicanalista, ao lidar com os problemas de seu paciente, irá combater a moral vigente. Ele pode muito bem reafirmá-la. No caso da personagem Sandra, de Roberto Freire, foi exatamente isso que aconteceu: o sistema de gênero foi reforçado. Está aí, portanto, o cerne da crítica de Reich a Freud: a psicanálise poderia cair na armadilha de servir à ordem burguesa, ao invés de desestabilizá-la.

A relação entre Foucault e a psicanálise sempre foi pautada por críticas e questionamentos, especialmente por causa do primeiro volume de *História da*

---

<sup>150</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pp.516-520.

<sup>151</sup> CHAVES, E. op.cit.p.137.

Sexualidade. Nos últimos anos, entretanto, estudos procuram apontar diálogos entre o chamado “último Foucault” (década de 80) e a psicanálise<sup>152</sup>.

Na antiguidade greco-romana as chamadas “técnicas de cuidado de si” possibilitavam aos indivíduos, por si só, realizarem operações em seu corpo, em sua “alma”, em seus pensamentos e condutas. Elas representavam a prática de ações onde o próprio sujeito era o objetivo final de tais ações<sup>153</sup>.

Essas técnicas eram práticas através das quais o indivíduo não apenas determinava para si mesmo as regras de sua conduta, como também buscava modificar-se constantemente para alcançar a sua singularidade. A prática destas técnicas resultava em uma reflexão sobre os modos de vida e sobre as escolhas de existência de cada um. A análise de Foucault dos conceitos de técnicas de si e estética da existência nos fazem pensar, na atualidade, as condições de possibilidade para a afirmação de uma maneira singular de se fazer sujeito, ou seja, para a criação de modos de existência e estilos de vida (formas de subjetivação) dotados do direito à diferença e à variação, capazes de resistir e escapar dos dispositivos de captura e fixação de identidades individuais, transformando a vida em uma obra sempre por se fazer, inacabada<sup>154</sup>.

Para Foucault, que efetua uma crítica ao conceito de sujeito soberano, fundador e universal, a subjetividade é pensada como um processo em movimento. Portanto, a psicanálise deveria possibilitar ao sujeito a produção de um estilo singular e próprio para a sua existência, positivando as intensidades do sujeito e possibilitando a criação de novas possibilidades de expressão destas intensidades no mundo, no trabalho, e também na conduta sexual. Sustentada pelas ideias de estilo, autoria e criatividade (como uma forma de arte) a psicanálise poderia trabalhar no vir a ser da subjetividade, a partir da construção de “caminhos possíveis para que as forças pulsionais encontrem percursos de satisfação no universo psíquico e no campo da alteridade”<sup>155</sup>.

De todo modo, a relação entre Foucault e a psicanálise é uma questão em aberto, com muitos outros ângulos e perspectivas à espera de pesquisas sérias e mais profundas.

---

<sup>152</sup>Cf: ERNANI Chaves. *Entre o elogio e a crítica*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entre-o-elogio-e-a-critica/>. Acessado em 05/01/2013. BIRMAN, J. *Entre Cuidado e Saber de Si - Sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004.

BIRMAN, J. *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1997.

<sup>153</sup>FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.p.109.

<sup>154</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. 8ª ed. São Paulo: Graal, 2005.pp.45-73.

<sup>155</sup>BIRMAN, J. *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Editora 34 Ltda., 1997.p.67.

O que me importa aqui é apenas descrever essa relação problemática e demonstrar como algumas críticas de Foucault à psicanálise encontraram eco nas páginas de *Realidade*. Essa não foi a única vez, entretanto, que a psicanálise aparece como agente de controle. Veremos mais duas reportagens em que isso ocorre de maneira bastante explícita, na reportagem de Hamilton Almeida sobre homoerotismo e na matéria de Jaime Negreiros sobre educação sexual infantil.

### 2.2.2. O que Deus uniu não separa o homem?

Antes de abordarmos a questão do divórcio e do desquite nos anos 60, se faz necessário recuar muitos anos no tempo para compreendermos a historicidade do tema dentro da História republicana no Brasil. A historiadora Cristiane Fernandes Lopes<sup>156</sup> afirma que existia, no início da República, confusão jurídica quanto aos termos “divórcio” e “desquite”.

Existiam dois tipos de divórcio denominados juridicamente no início do século XIX, o “*mensaetthoro*” e o “*a vinculo*”. O primeiro consistia na separação de leito conjugal e de bens, mas não quebrava a fidelidade matrimonial. O segundo, também chamado de divórcio pleno, permitia a quebra de vínculo entre os casados e possibilitava um novo matrimônio. Esse tipo não existia no Brasil. À época de *Realidade*, o *mensaetthoro* era conhecido como desquite, e o *a vinculo* como divórcio.

Nos países protestantes o divórcio pleno foi mais facilmente aceito do que nos católicos por que os reformadores (tanto Lutero quanto Calvino) defendiam a separação definitiva do casal e um segundo matrimônio, baseados na felicidade do casal e da família.

Mas no Brasil, país católico, a Igreja de Roma esteve sempre à frente dos movimentos antivorcistas mais ferrenhos. Depois que ocorreu a Proclamação da República, discussões sobre a aprovação do divórcio começaram a surgir. Não foram poucas as tentativas (fracassadas) de tentar legalizar o divórcio pleno no Brasil durante a Primeira República. Segundo Lopes: “O matrimônio apresenta dois aspectos através dos quais ganha sentido, um religioso e outro civil. Para a Igreja ele é um sacramento,

---

<sup>156</sup> LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus Conjurit Homo non Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de Justiça de Campinas (1890-1938)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2002.

para a nova ordem republicana era um contrato”<sup>157</sup>. Entretanto, esse contrato tem por finalidade melhor gerir a família, pois dela dependem várias relações civis. É da família que emanam as estruturas de controle do Estado e pela qual se procura exercer poder e manter a ordem. Nesse contexto, a mulher é vista pelos republicanos como a parceira do homem, aquela que, como mãe dócil e amorosa esposa, ajuda a manter o lar unido. Os filhos, por sua vez, devem ser obedientes ao seu pai, assim como este deve obedecer ao Estado, que não passa de um pai para todos os cidadãos.

Trava-se uma guerra entra os republicanos divorcistas e os antivorcistas (geralmente assumidamente católicos e ligados às orientações da Igreja). Se ambos acreditam que a família é a célula fundamental da sociedade, cada um vê no divórcio um inimigo ou um aliado da instituição familiar. Os primeiros acreditam que um casamento infeliz pode causar problemas maiores à sociedade do que se poderia imaginar. Apenas em um ambiente sadio, com um casal feliz, (que) os filhos e os cônjuges poderiam cumprir seus deveres cívicos com perfeição. O mais aconselhável era separar e casar de novo, constituindo uma nova família. Manter um casamento instável, apenas para manter as aparências, seria, para eles, cultivar um tumor cancerígeno no corpo social. Os antivorcistas, por sua vez, responsabilizavam o divórcio pela desestabilização das relações familiares.

Vários ativistas do divórcio pleno atuaram nesse período. O deputado Érico Coelho, por exemplo, apresentou um projeto à Câmara em 20 de Junho de 1893, onde defende o divórcio pleno nas seguintes situações:

- Adultério;
- Sevícia ou injúria grave;
- Condenação do consorte por crime considerado vergonhoso;
- Abandono moral ou material da família;
- Mútuo consentimento;
- Esterilidade absoluta do casal, decorridos 10 anos do casamento, a pedido do cônjuge que tem condições de gerar.

A posse dos filhos deveria recair sobre a parte considerada inocente no processo, ou decorrente de mútuo consentimento de ambas as partes sobre a posse legal dos filhos. À Mulher, entretanto, cabe cuidar dos filhos até a idade de três anos, mesmo que

---

<sup>157</sup> Ibidem. p. 42.

seja considerada culpada. O divórcio sendo litigioso ou não, procede-se ao inventário e à partilha de bens<sup>158</sup>.

Barrado este projeto no legislativo, Coelho o reformulou outras vezes, apresentando novas propostas em 1896 e 1897. Além dele, outros divorcistas se destacaram no período, como o jornalista e intelectual Pardal Mallet. Mallet fez intensa campanha pelo divórcio pleno, lançando, inclusive, um livro chamado *Pelo divórcio!* Em 1894. Ele, assim como outros divorcistas, enfatizava a família como base da sociedade, mas que o divórcio era necessário para ajudar a manter a tranquilidade familiar. E mais: reconhecia no divórcio um recurso feminino à opressão masculina<sup>159</sup>.

Além de Coelho e Mallet, muitos outros tentaram, sem sucesso, aprovar o divórcio pleno no Brasil durante a Primeira República. Podemos citar divorcistas importantes como: Viveiros de Castro, Martinho Garcez, Clóvis Bevilacqua (relator do projeto do novo código civil), dentre outros. Um ilustre antidivorcista convicto foi o intelectual e político Rui Barbosa. Alguns católicos mais seculares, como o deputado Adolfo Gordo, defensor do divórcio, tentavam argumentar que o divórcio não obrigava ninguém a se separar e que o mesmo só servia para oficializar um fato muitas das vezes já consumado. Apelava, ainda, para a separação entre Estado e Igreja que vigorava desde 1890 e para o princípio de secularização que obrigava que uma religião, mesmo a majoritária, não impusesse a todos seus dogmas em forma de lei<sup>160</sup>.

Entretanto sempre prevaleceu a posição dos setores religiosos do Congresso, que se diziam claramente católicos em seus discursos e defensores da maioria da população católica, que supostamente repudiava o divórcio<sup>161</sup>. De fato, a Igreja estava sentindo-se indisposta na nova posição que os republicanos lhe colocaram. Muitos padres, inclusive, até chegavam a desencorajar o casamento civil. Nos anos 60 a Igreja ainda mantinha a mesma atitude conservadora.

Vários códigos civis foram sendo adotados sucessivamente até o ano de 1966, ano que *Realidade* faz sua “campanha” favorável ao divórcio. Entretanto, nenhum deles permitiu a separação total e permitiu um segundo matrimônio. Estava em vigor a Constituição de 1946, que proibia o divórcio. No momento da publicação da matéria “Desquite ou divórcio?” em julho de 1966, é provável que os militares já se preparavam para instituir uma nova constituição, aquela de 1967, que foi um retrocesso em relação à

---

<sup>158</sup>Ibidem, pp. 45-46

<sup>159</sup> Ibidem, pp. 47-48

<sup>160</sup>Ibidem, p. 76

<sup>161</sup>Ibidem, p. 77.

anterior quanto aos direitos civis. De qualquer maneira, estava em debate um novo Código Civil que substituísse o anterior de 1917<sup>162</sup>. Estava acontecendo uma discussão em torno da legalização do divórcio nesse novo código, apesar do veto constitucional, o que levou a revista a abordar o assunto ao lado dos defensores da aprovação ao divórcio.

A matéria publicada, seguindo uma linha que seria tradicional, procurou contar vários casos de separações de casais, com o objetivo de identificar o leitor aos personagens, sensibilizá-los. É assim que conhecemos a história de Miriam e Alexandre<sup>163</sup>. Ela pediu desquite por que o marido bebia muito e era emocionalmente instável. Segundo a lei da época, a mulher não poderia abandonar o lar, visto que tinha a responsabilidade pelos filhos e devia obediência ao seu esposo. Por esse motivo, o advogado de Miriam teve de pedir ao juiz, primeiramente, um alvará para separação de corpos. Teoricamente, como Alexandre era o chefe conjugal, Miriam ainda teria de pedir autorização ao marido para desquitar-se.

O juiz marcou uma audiência de conciliação, para tentar dissuadir Miriam. Como não houve sucesso, o juiz passou a argumentar com Alexandre que a separação amigável seria o melhor caminho. Alexandre ainda tentava reaver a esposa, então o juiz determinou uma audiência em que ele teria de trazer provas que corroborassem com a posição dele. Ela, por sua vez, devia trazer suas próprias testemunhas. Na decisão, Miriam venceu e obteve o desquite. Alexandre deveria pagar pensão a ela e aos filhos e os custos do processo.

A posição do jornalista José Carlos Marão, entretanto, é de que o desquite não foi um bom desfecho, pois

Nenhum dos dois pode se casar de novo. Os filhos não terão mais o pai, nem um outro que possa, psicologicamente, substituí-lo. E o 83M. Alexandre, se seduzir outra inocente e unir-se com ela, não terá tanto trabalho, quando surgirem de novas bebedeiras. Pois a segunda mulher, por ser concubina e não legítima esposa, não tem os mesmos direitos que teve dona Miriam de ir até o juiz e reclamar<sup>164</sup>.

A mulher, em toda a reportagem, é descrita como o lado mais fraco, aquele que sofre e padece mais. Nesse caso, Miriam é associada a uma “inocente”, que teve a infelicidade de casar-se com um beberrão. O ponto de vista feminino, aliás, é um dos

---

<sup>162</sup> O novo Código Civil, entretanto, só foi aprovado em 2002, no governo FHC, e só entrou em vigor em 2003, já no governo Lula. O divórcio, entretanto, já havia sido regulamentado desde 1977.

<sup>163</sup> MARÃO, José Carlos. “Desquite ou divórcio?”. *Realidade*, julho de 1966, ano 1, n°4, pp.29-30.

<sup>164</sup> *Ibidem*. p.31.

alicerces da argumentação de *Realidade* em favor do divórcio. A primeira mulher foi vítima porque terá de ficar sozinha, sem se casar, sem marido que a ampare e cuide dos filhos. A possível segunda mulher, será vítima por que além de sofrer o que a outra sofreu, ainda não terá os mesmos direitos que ela.

Um dos ouvidos pela matéria é o padre Paul-Eugène Charbonneau. Ele se dedicava a reconciliar casais em crise que desejavam separar-se. Para ele 85% dos casamentos poderiam ser salvos se os cônjuges lutassem para isso<sup>165</sup>. Apontava três motivos principais para a separação: intransigência do marido e da esposa; inconsciência das causas dos desentendimentos e incapacidade de diálogo. A decisão de desquitar seria, portanto, uma decisão infantil, uma fuga das responsabilidades do mundo adulto.

Em oposição ao padre há a opinião dos psicanalistas (sempre eles) Roberto Freire e Ângelo Gaiarsa, que afirmam que o casamento acaba quando o amor acaba, mesmo que os dois persistam coabitando a mesma casa<sup>166</sup>.

O objetivo de manter o desquite e proibir o divórcio, para os antivorcistas do período, era claramente desestimular as separações. O professor Ataliba Nogueira, um dos constituintes de 1945 fez a seguinte declaração à reportagem:

Sou contra o divórcio, mas a favor do desquite, porque o desquite cria uma situação horrorosa, para os dois. Então eles preferem continuar vivendo juntos, e fica salva a família, para bem dos filhos, que crescerão em presença dos pais<sup>167</sup>.

Não há a menor dissimulação de Nogueira em deixar claro que o casamento civil e o núcleo familiar servem como instrumentos de regulação e controle social. Assim como nos primeiros anos da República, o problema continua sendo que o divórcio é entendido pelos antivorcistas como a destruição da família e da sociedade; enquanto os divorcistas veem nele a chance de salvar a família da instabilidade, uma vez que um lar com pais que brigam pode afetar os filhos. Melhor seria, nesse caso, que novas famílias “estáveis” fossem constituídas.

Nessa reportagem, por sua vez, o repórter parece menos preocupado com o divórcio como forma de controle social. Muito influenciada pelas agitações culturais dos anos 50 e 60, que pregavam mais liberdade sexual e feminina, o texto pauta sua

---

<sup>165</sup> Ibidem. p.28.

<sup>166</sup> Ibidem. p.28.

<sup>167</sup> Ibidem. p.31.

argumentação muito mais na defesa desses ideais. Havia, no entanto, um embate político e cultural. No momento em que essa discussão estava acontecendo, a Sociedade Brasileira da Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), fazia uma intensa campanha contra o divórcio. Eles entendiam que as discussões sobre a ampliação das possibilidades de anulação do casamento abriam um precedente a favor da separação definitiva.

O convidado da reportagem que parece expressar a opinião do autor da matéria é o deputado divorcista Néelson Carneiro, do MDB. Segundo ele o divórcio “é uma solução menos pior que o desquite e **mais humana**”<sup>168</sup>. Essa visão choca-se com o que afirma Ataliba Nogueira, para quem “a finalidade do casamento é a procriação e educação da prole”<sup>169</sup>. Para Néelson (e para *Realidade*) o ideal de um casamento é a felicidade dos casados e não a obtenção de filhos. Entretanto, a felicidade é algo que a legislação não pode decretar. O que pode ser feito são

leis que facilitem, conservem e estimulem. Mas a família também sofre de incompreensões, de dissídios, que tornam impossíveis a manutenção da vida em comum. E surge o dilema do desquite ou divórcio. Quase todos os países civilizados já optaram pelo divórcio (...). Quanto a mim, advogo o divórcio porque atende, melhor que o desquite, **à defesa da mulher e dos filhos**. E porque **abre novas perspectivas de legalização a centenas de milhares de famílias que florescem sobre escombros de lares destruídos**<sup>170</sup>.

Está claro que a legalização do divórcio, para a Marão e para Néelson Carneiro, representa uma justiça do ponto de vista “humano”, portanto existencial. E também porque traz mais segurança e liberdade para a mulher e os filhos. Para o Estado, por sua vez, o divórcio possibilitaria “reconstituir lares destruídos”, ou seja, ajustar as famílias ditas ilegítimas e normalizá-las do ponto de vista jurídico. O apelo da matéria em favor do divórcio se resume na frase: “O problema então é decidir se essas pessoas [separadas] devem ser castigadas pelo desquite ou ajudadas pelo divórcio”<sup>171</sup>.

Meses depois, em Novembro de 1966, a revista publicou o resultado de uma pesquisa realizada junto aos seus leitores, onde perguntava sobre o que eles achavam do divórcio. Segundo a matéria “O que os brasileiros pensam do divórcio” de Duarte Pacheco, cerca de 15 mil pessoas responderam a pesquisa, enviando cartas para a

---

<sup>168</sup> MARÃO, J.C. op. cit. p.33. Grifo meu.

<sup>169</sup>Ibidem.

<sup>170</sup> Ibidem. p. 34. Grifos meus.

<sup>171</sup>Ibidem.

redação da Abril. Dessas pessoas, 11.547 escreveram defendendo o divórcio. A favor do desquite foram 716. Apenas 2.348 foram contrários a ambos<sup>172</sup>. O próprio jornalista, entretanto, enfatiza que os dados não podem ser entendidos como representantes da população brasileira em geral. O público leitor da revista, como já dissemos, era predominantemente de classe média e intelectuais. Entretanto, alguns dados são reveladores. Os jovens responderam mais desfavoravelmente ao divórcio do que os mais velhos. A faixa etária de 35 a 39 anos foi mais favorável do que a de jovens de 18 e 19 anos<sup>173</sup>, por exemplo. Não deixa de chamar a atenção, uma vez que os anos 60 são marcados, na memória coletiva, como uma época em que os jovens eram contestadores da ordem moral, “rebeldes” sem causa. Essa imagem costuma ser reafirmada por filmes e pela televisão. Não é uma inverdade que muitos jovens realmente correspondem a esse perfil imortalizado, mas também existiam muitos rapazes e garotas que pensavam de maneira conservadora. Havia um embate entre eles.

As cartas publicadas na reportagem demonstram as opiniões mais diversas contra e favoráveis ao divórcio, veiculadas pelos jovens e adultos da época. Algumas pessoas não conseguiam conceber um país com ordem onde existisse a separação total. Um estudante de Volta Redonda (RJ), solteiro de 21 anos que não se identificou, escreveu à redação dizendo que “o divórcio abre caminho para a prostituição”<sup>174</sup>. Outro jovem, J. R. O. P., solteiro de 21 anos do Rio de Janeiro, também tinha opinião conservadora, mas resignada: “pouca vergonha por pouca vergonha, é preferível a pouca vergonha legalizada do divórcio”.

Um fator que explica por que havia tantos jovens que condenavam o divórcio, é o fato de que a visão dominante ainda era (ou melhor, ainda é até hoje) da monogamia inescapável. O jovem pensa em sair de casa e se casar. O casamento não é visto como uma possibilidade, mas como algo natural a ser realizado. Meninos e meninas sonham com um bom casamento, um bom partido, uma boa esposa. Sonham com um matrimônio perfeito que duraria a vida toda. O divórcio simbolizaria, portanto, a não concretização do conto de fadas que muitos deles pretendiam viver.

Mas havia jovens que pensavam muito diferente. V. J. L. S. estudante de Niterói (RJ), defendeu que “o mais lógico talvez fôsse abolir logo o matrimônio”(sic)<sup>175</sup>. O

---

<sup>172</sup> PACHECO, Duarte. “O que os brasileiros pensam do divórcio” in: *Realidade*, novembro de 1966, ano 1, nº8. pp.93-94.

<sup>173</sup> Ibidem. p.99.

<sup>174</sup> Ibidem. p.95.

<sup>175</sup> Ibidem.p.97.

estudante de São Paulo, E. S. F. S., de 18 anos, concordou: “O divórcio é o primeiro passo para a abolição do casamento, um dos maiores erros da humanidade”<sup>176</sup>.

As mulheres também estavam divididas. Algumas achavam que a separada negava sua condição de mulher. F. C., viúva de 36 anos de Curitiba (PR), afirmou que “tanto as mulheres desquitadas quanto as divorciadas são volúveis, inconstantes, não dignas de terem estestítulos sagrados: mulher, mãe, rainha do lar, de amor, de lágrimas, para o bem da pátria e da humanidade”<sup>177</sup>. Já A. M. G. C., estudante de 17 anos de Cachoeira do Sul (RS) acreditava que “o divórcio favorece principalmente os homens”. Com ela concordava A. C. G. I., casada de 44 anos em São Paulo: “As leis atuais favorecem somente os homens. É claro: elesque as fizeram”<sup>178</sup>.

A maioria das pessoas que escreveram para a revista, entretanto, comunga da opinião que Marão expressara em sua matéria. F. J. A., casado de 30 anos de São Paulo, argumentou que é “pela ampliação cada vez maior das liberdades individuais”. Concordam com ele a maioria dos empolgados leitores que escreveram à revista.

Não deixa de ser irônico, entretanto, que se evoque liberdade individual logo depois de um golpe militar. Essa é a maior contradição da dita “revolução de costumes” em solo brasileiro. Enquanto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos ela se deu com governadores conservadores, porém democráticos, no Brasil os anos 60 representam a escalada de um governo autoritário cujo domínio se estenderia por duas décadas. Mas convém lembrar que em 1966 muitas pessoas acreditavam que a democracia ainda seria restabelecida em breve. Daí a sugestão inocente do jovem leitor de 21 anos, T. J. G. A., de Campinas (SP). Ele recomenda ao governo “contratar uma junta de homens entendidos” cujo objetivo fosse “promover campanhas de esclarecimento do povo” a favor e contra o divórcio, e depois “organizar um plebiscito”<sup>179</sup>. Ao invés de plebiscitos, os militares os civis que os apoiavam preferiram o AI-5, o DOI-CODI, o Dops. E a população brasileira, cuja maioria não estava representada pelos leitores progressistas de classe média urbana da revista, apoiou o governo nessa escalada autoritária. O divórcio acabou sendo aprovado em 1977, durante o governo Geisel, ou seja, ainda sob a ditadura.

---

<sup>176</sup> Ibidem.

<sup>177</sup> Ibidem. p. 95.

<sup>178</sup> Ibidem. p.97.

<sup>179</sup> Ibidem. p.102.

### 2.2.3 O sexo da criança: entre babás suspeitas, tias assanhadas e masturbações escondidas.

Segundo Foucault, a ordem disciplinar preocupa-se com o funcionamento do corpo em diferentes ambientes e instituições: na fábrica, no exército, nos colégios. A preocupação moral revela-se insistente nos seminários e nas escolas, centrada na inquietação com a postura, com o comportamento dos jovens, das crianças. Esses locais se convertem em locais de inquietação e de temores. A família burguesa a partir do século XIX é um desses locais<sup>180</sup>.

Do século XVI ao XVIII, a Igreja Católica, influenciada pelo espírito do Concílio de Trento, exercia um poder pastoral que concedia um lugar de destaque para a sexualidade. A concupiscência, os pecados da carne, a possessão demoníaca, a vida tortuosa e desregrada eram tema de estudos pastorais. Em sua obra *Os anormais*, Foucault afirma que esse poder foi sendo substituído progressivamente por outras técnicas de poder a partir de fins do século XVIII e principalmente no século XIX. A carne será substituída pelo corpo, agora percebido como algo dotado de uma sexualidade real que ocorreria, sobretudo na cama, durante a noite, com os jovens e também com as crianças.

A preocupação dos pastores e padres com a masturbação é substituída por um alarido em torno da sexualidade infantil. Se antes o sexo das crianças era camuflado ou pouca atenção se dava a ele, agora, livros, palestras e panfletos previnem os pais sobre os perigos da masturbação, do contato das crianças com o sexo delas e de outras pessoas, enfim, de tudo que fosse considerado um desvio grave. Entretanto, não se atribui à criança a responsabilidade por essas práticas auto-eróticas. São as pessoas que cercam a criança que a influenciam, ou seja, é a família que é culpada por uma criança que apresenta “desvios morais”.

Uma vez que a criança serve de termômetro para que seja verificada a saúde da família, deve-se vigiá-la, para que, através dela, sejam observados os comportamentos de todos da casa: criados, governantas, preceptores, tias, tios, primos, irmãos e até os pais. A estes últimos, ainda, cabe a tarefa da vigilância. É dever deles zelar pelos pequenos, impedindo relacionamentos indesejáveis entre a criança e o adulto e entre elas mesmas.

---

<sup>180</sup>FOUCAULT, Michel. Aulas 1 e 2 In: **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.pp.3-68.

Para que seja possível colocar tudo isso em prática, a própria estrutura física das casas teve de ser repensada. As crianças passaram a ganhar um quarto sozinhas, onde estão a salvo de contato físico maior com outros adultos. Os pais, entretanto, devem vigiar de perto o comportamento dos filhos, bisbilhotar as camas, as manchas, os lençóis. Trata-se de uma cruzada diária pela sanidade dos filhos e da família.

Essa família, é necessário fazer a ressalva, se trata da família burguesa. A estrutura familiar aristocrática não era nuclear, mas composta por vários grupos além de pai, mãe e filhos. Não se trata de afirmar que a preocupação com a sexualidade infantil é que levou à estruturação da família nuclear, mas não restam dúvidas de que essa preocupação contribuiu para a consolidação desse modelo familiar. Essa nova instituição do lar estrutura-se, portanto, em torno do corpo das crianças e vive do cuidado dos seus movimentos.

Além dos pais, entretanto, existe a necessidade de um saber externo, profissional e especializado. Primeiramente a medicina e mais tarde a psicologia e a psicanálise entram nos lares para dizer aos pais como cuidar melhor dos seus filhos. O médico, na maior parte do século XIX, é aquele que tomará o lugar do pastor e do padre no trato da sexualidade infantil. O cuidado com a masturbação, por exemplo, sai do registro da moralidade para entrar no registro da doença. O controle paterno acaba por se submeter a um saber-poder mais “atualizado”. A relação pai-filho se torna uma extensão da relação médico-paciente. Quando descobrem que os filhos estão fazendo “algo de errado”, o médico (depois do final do século XIX é o psicólogo e o psicanalista que tomam esse lugar) entra em cena para diagnosticar e propor a “cura”. O paciente deve cooperar confessando seus atos doentios e sujeitando-se ao tratamento.

A medicina e a psicologia assumem o papel de controle sexual e até ético, afetando a vida moral da família. O corpo inteiro dos membros familiares passa a ser regulado por essa moral, através do corpo das crianças. Os “distúrbios” sexuais infantis, na verdade, são sintomas dos distúrbios familiares, ou decorrentes dos comportamentos dos pais e demais parentes. A tarefa clara é a **normalização** da sociedade.

Há, ainda, os interesses do estado. A nova configuração da família ajuda a gerir melhor a sociedade. O estado pede aos pais que cuidem dos filhos, que os eduquem. Na economia do poder desse estado burguês, a racionalidade política se inicia na “célula-mãe”, a família nuclear. A medicina e os educadores exigem abnegação dos pais para educação e proteção de sua prole. Quando eles crescem, por sua vez, pede-se aos

genitores que abram mão dos filhos para que eles cumpram suas funções como jovens adultos, em benefício do corpo social gerido pelo estado.

O maior “medo” das pessoas daquela época em relação ao sexo das crianças era a prática do incesto. Como entender o desejo na relação pai-filho, criança-adulto? Curiosamente, a conclusão a que chegaram, é que o desejo incestuoso provinha da criança e não dos pais ou adultos. O pai e a mãe não tinham culpa se precisavam ir à cama dos filhos verificar o que eles andavam fazendo. Se existia desejo incestuoso, este surgia por iniciativa da criança. Para Foucault esse modo de pensar tem como benefício moral tornar aceitável a teoria psicanalítica do incesto. A psicanálise inaugurará em fins do século XIX, uma nova moda de prática de medicalização da família.

Entretanto, as práticas de sexualização das classes não é a mesma. As classes proletárias passam por processos diferentes. Além da medicalização, há os poderes judiciários e policiais. O incesto entre os mais pobres é entendido como iniciativa dos pais sobre os filhos. Nesses casos é necessário separar os genitores (que representam uma ameaça) dos seus rebentos. Para a burguesia, psicanálise, para o proletariado, policiamento. Independente dessas diferenças, o que está em jogo é que os saberes médico e psiquiátrico passam a funcionar a serviço da defesa civil.

*Realidade* preocupou-se encarecidamente com a infância. Publicou matérias sobre educação e sexualidade infantis. A justificativa para abordar o assunto, segundo Marão era que a infância representaria a aposta num futuro melhor, num mundo livre da repressão:

Os jovens de todo o mundo, naquele tempo, procuravam formas de externar seus descontentamentos. Entravam para comunidades hippies, consumiam LSD ou aderiam a organizações socialistas para lutar por uma revolução que nem entendiam o que era. **Quase todos acabavam no divã do psicanalista.** Para muitos, isso era consequência de uma **educação repressora**: jovens reprimidos e infelizes procuravam válvulas de escape nem sempre as mais saudáveis. O debate sobre o assunto levantava, como possível causa, o ensino na pré-escola e nas escolas de primeiro grau. Citavam Freud, dizendo que as raízes do comportamento humano são lançadas nos primeiros anos de vida<sup>181</sup>.

---

<sup>181</sup> MARÃO. J.C. *RealidadeRe-vista*. op.cit.p.330. Curioso notar, mais uma vez, na referência à onipresente psicanálise, a ideia de que esse campo do saber teria um papel aglutinador, capaz de resolver (ou pelo menos com a pretensão) os problemas de todo tipo de alienação e neurose, sejam hippies, sejam usuários de LSD, sejam militantes políticos. É como se dissesse: drogas, anarquia e militância não salvaram o mundo nos anos 60. Por isso todos tiveram que ir parar no divã do psicanalista para curar suas decepções. O autor também sugere certa alienação dos jovens daquela época, ao dizer que eles lutavam contra algo que não entendiam. Sobre as diversas visões de 1968 falarei em outro subcapítulo.

A educação infantil e, em especial a educação sexual, seriam, portanto, mecanismos eficazes não só contra a repressão, mas também contra uma espécie de “anomia” em que viveria a juventude.

As matérias que abordaram educação sexual contradizem-se. A primeira delas é de dezembro de 1966, chamada “Êles devem saber a verdade” (sic), escrita pelo jornalista Jaime Negreiros. Essa que iremos abordar agora. De todas as reportagens do tema, essa é que mais reproduz discurso oitocentista sobre o sexo infantil, mas adaptado ao contexto histórico dos anos 60.

A matéria assinada por Negreiros parte do ponto de vista de que a criança deve receber uma educação sexual desde os seus primeiros anos<sup>182</sup>. Quando uma delas fizesse uma pergunta direta sobre sexo, seria necessário responder com calma e naturalidade. Não responder, censurar ou rir da dúvida, fariam com que a curiosidade aumentasse e que o menino ou menina começasse a pensar que sexo fosse um assunto proibido. Crescer com esse pensamento poderia, segundo a matéria, levar a criança a ter uma atitude errada para com o sexo. Ela poderia ficar sem direção, sem informação, o que a faria desprotegida para a vida sexual adulta. A naturalidade em responder qualquer questionário sobre o sexo das crianças pequenas também ajudaria a romper o silêncio hipócrita que supostamente rodeia o tema em nossa sociedade ocidental.

Como vimos, a interdição sobre o sexo das crianças no século XIX se dava por meio da vigilância da masturbação e do incesto. No caso da reportagem de Negreiros, percebemos que o saber psicanalítico, em fins dos anos 60, é utilizado para regular, além da masturbação, a homossexualidade, a descoberta do prazer e a pedofilia, que se tornou nos últimos anos símbolo de histeria social, em substituição ao incesto.

Apesar do tom progressista e libertário, há um discurso subentendido de que as crianças correm perigo. Falar de sexo com elas é um dever, pois

o jovem mal educado sexualmente sai da adolescência desarmado e sem rumo. Não tem poder de afirmação e deixa-se levar pelas “estranhas correntes” do momento, numa guerra diária contra a sociedade. É então que se transformam nos **provos** de Amsterdã, nos **beatniks** de Nova Iorque, nos **rockers** de Londres, nos **houligans** de Varsóvia – nas ovelhas negras de todos os países<sup>183</sup>.

---

<sup>182</sup>NEGREIROS, Jaime. “Êles devem saber a verdade” in: *Realidade*, dezembro de 1966, ano 1, nº9, pp.92-98.

<sup>183</sup>Ibidem. p.98.

Ou seja, a educação sexual serve para impedir que os jovens se organizem em grupos de contracultura. A mesma revista que levantou a bandeira da juventude em edições anteriores associa os grupos juvenis que lutavam contra a moral e os costumes às “ovelhas negras de todo mundo”. Tal posicionamento contradiz outras matérias assinadas por outros jornalistas em outras edições, passadas ou vindouras. Em uma matéria sobre os *hippies* e outra sobre os jovens brasileiros, por exemplo, revelaram simpatia pelos primeiros e elogiaram os segundos. Inclusive na matéria sobre os jovens, publicada em setembro de 1967, defendeu-se mais liberdade sexual<sup>184</sup>.

Além da preocupação com a futura ocupação dos jovens, havia a questão do prazer e da sensualidade. Temia-se que a criança descobrisse o prazer no tato do seu próprio corpo. Por isso, as vestimentas deveriam inibir essa descoberta. Os pais deveriam dar a seus filhos

roupas adequadas na idade pré-escolar e na primária, a calça não deve facilitar a introdução da mão da criança para atingir o órgão genital ou estimular outra criança a tocá-lo, o que acontece na masturbação a dois.

**Psicólogos** censuram certas escolas maternais ou jardins de infância que adotam calças e maiôs, principalmente em meninas, que deturpam completamente o fim de proteção a que se destinam, deixando de fora o que deveria ser protegido, ou ainda causando mal estar na criança, pois que a tira estreita de pano introduz-se, com o andar, entre as partes genitais, e **pode causar prazer** ao menino ou menina<sup>185</sup>.

O prazer e a descoberta do corpo representam uma ameaça. As vestes de banho incomodam muito menos pela exposição do corpo do que pelo medo de que a criança manipule o seu sexo e descubra o gozo. Pelo mesmo motivo a masturbação continuava motivo de inquietação.

Indicam os educadores que depois de três anos (dois e meio para crianças evoluídas), deve-se ocupar as mãos das crianças com modelagem, desenho, pintura, construção recorte e colagem, para evitar que elas se masturbem, no sentido nocivo da palavra (...) toda insatisfação afetiva, todo sentimento de solidão, o ciúme e sofrimento moral podem ser o ponto de partida da masturbação praticada como consôlo, da mesma maneira que a sucção dos dedos é um consôlo para todos os vazios afetivos que uma criança pode sentir. A masturbação, quando muito acentuada, uma vez que

---

<sup>184</sup> “A juventude brasileira, hoje”, in: *Realidade*, n° 18, setembro de 1967.

<sup>185</sup> NEGREIROS, J. op.cit. p.97. Grifos meus.

funciona como sinal de um desequilíbrio afetivo, exige cuidados médicos<sup>186</sup>.(sic)

A masturbação, nesse caso, assume o mesmo sentido que tinha no século XIX: um desvio moral que precisa de uma interdição médica ou psiquiátrica. O sujeito “anormal” precisa ser normalizado pelo seu bem e dos outros. Com esse objetivo, a matéria elenca exemplos de “educação negativa”, ou seja, atitudes que os adultos não podem ter para com as crianças, evitando que elas desenvolvam condutas consideradas patológicas ao crescer. Destacamos três deles que tem muito a nos dizer sobre a sociedade da época:

A educação é negativa tanto no campo sexual como no campo afetivo, em situações como estas:

1 – quando a mãe deseja uma filha e vem um filho, e ela inconformada, o trata como se fôsse uma menina;

2 – quando a tia solteira projeta seus anseios amorosos mesmo inconscientemente, dando “cheirinhos” intermináveis na barriga do bebê, apertando-o como faria ao seu amado (se o tivesse);

(...)

6 – quando a babá acaricia o sexo da criança para evitar seu choro incômodo<sup>187</sup>;(sic)

Há três interdições claras, todas ligadas à primazia masculina heterossexual. Primeiramente o medo de “incentivar” a homossexualidade numa criança. Apesar de hoje em dia não existir nenhuma teoria aceita que explique as origens da orientação sexual, àquela época, entendia-se que a “inversão” homossexual se dava, sem sombra de dúvidas, na primeira infância. Foram os anos posteriores à Segunda Grande Guerra (portanto nesse momento histórico) que se originou a oposição clara entre homossexuais e heterossexuais. Antes disso, como nos lembra Bourdieu<sup>188</sup>, homens ditos “normais” podiam deitar-se com “efeminados” com a condição de se limitarem ao lado “masculino” da relação. Os “invertidos” adotavam trejeitos femininos, que começaram a regredir quando a distinção entre homossexuais e heterossexuais começou a se firmar. No instante da publicação dessa matéria, em 1966, essa dicotomização entre gays e héteros ainda não estava totalmente conformada. Acredita-se que não desincentivar os trejeitos femininos de um garoto, podiam convertê-lo em um “invertido”. Há dificuldade em se conceber um garoto que, por exemplo, goste de futebol, e “faça coisas

---

<sup>186</sup>Ibidem. p.95 e 97.

<sup>187</sup>Ibidem. p.94

<sup>188</sup>BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p.102.

de garoto” como alguém que sinta atração pelo mesmo sexo. A infância, portanto, é o momento chave onde se inicia o trabalho de diferenciação entre homens e mulheres. E a família possui papel fundamental. Bourdieu assinala que

sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem<sup>189</sup>.

Essa visão masculinista está muito bem expressa na segunda interdição. Devemos nos perguntar por que a imagem da “tia solteirona” incomoda tanto a ponto de merecer uma menção especial. Até os dias de hoje, o estereótipo da “mulher encalhada”, aquela que vive amargurada e chora pelos cantos devido à sua solidão, continua no imaginário da maioria das pessoas. Por mais que não exista obrigatoriedade em contrair matrimônio, há uma forte pressão social para que isso aconteça. No caso das mulheres isso é ainda mais acentuado. A mulher solteira é vista como uma amargurada.

Sua vida não se completou, por que ela não tem um homem ao seu lado. A criança, portanto, se torna vítima dos “anseios amorosos” da “tia encalhada”, uma vez que, para a sociedade, a mulher que não se casou, impreterivelmente, sente-se sozinha e projeta seus desejos sexuais para o bebê. A mulher, portanto, só se completa se tiver um homem.

Revela-se também a influência da psicanálise, do complexo de Édipo, da transferência de libido. Uma vez que essas teorias são tidas como verdadeiras, conclui-se que a solteira, por não ter onde “descarregar” a sua libido, vai fazê-lo na criança, enquanto a casada não.

A terceira interdição está relacionada com a segunda. A babá do século XX parece ter herdado dos criados do século XIX a desconfiança. Em outro trecho da matéria, o repórter Jaime Negreiros afirma que “educadores têm pensado mesmo em criar uma escola para futuras mães, para que elas próprias possam educar corretamente o filho e evitar que ele descubra o sexo com a babá ou amiguinhos fora de casa”<sup>190</sup>.

O medo aqui é de que a criança se inicie sexualmente com um adulto ou amigos do mesmo sexo. A relação entre um maior e um menor de idade tomará, ao longo do tempo, o espaço dado antes à masturbação e ao incesto. Basta perceber como os casos

---

<sup>189</sup>Ibidem. p.103.

<sup>190</sup>NEGREIROS, J. op.cit. p.94.

de pedofilia chamam cada vez mais atenção da mídia atualmente. Essas questões levaram a debates acerca da idade de consentimento, ou seja, a idade em que uma criança ou adolescente tem, legalmente, direito a se relacionar sexualmente com um maior de idade, sem que este sofra penalizações legais. A própria instituição de uma idade de consentimento revela o problema que a sociedade de hoje enfrenta: a partir de que idade uma criança/adolescente pode se relacionar com um adulto?

Existe pedofilia consentida? A partir de que ponto há abuso ou consentimento? Um maior de idade que se relacionou com uma criança abaixo da idade de consentimento, mas com o aval dele, merece ser preso? A própria recusa da sociedade em debater esses assuntos revela o quão eficaz é a ordem disciplinar. A pedofilia consiste em verdadeiro pânico social nesse início de século XXI, situação análoga à AIDS nos anos 80 e à homossexualidade na virada do século XIX para o XX. Como uma forma de sexualidade, ainda que de conduta questionável em determinadas situações, relações sexuais e/ou afetivas entre mais velhos e mais jovens está presente na história humana desde os tempos mais remotos.

Enquanto em algumas épocas e sociedades a relação afetiva e sexual entre uma pessoa considerada madura e uma bem mais jovem era considerada a forma ideal de relacionamento (como na Grécia clássica e no Japão Medieval), em outras circunstâncias e contextos ela é entendida como abusiva e perversa (caso da nossa sociedade). Ancorada na liberdade de comunicação inerente aos nossos dias pós-modernos, o que hoje é denominado de pedofilia ganhou espaço na mídia através de uma gradual sexualização da infância e tornou-se mais articulada com a ascensão da internet. Foucault nos lembra que não houve, nos tempos modernos, uma exclusão das ditas sexualidades aberrantes. Ao contrário disso, houve uma especificação e distribuição de cada uma delas. A exposição midiática a essas sexualidades, em especial à pedofilia, causa histeria social, o que tem inviabilizado discutir seriamente o problema. As pessoas assumem, ao tocar no assunto, um moralismo acrítico que só pode levar ao lugar comum da demonização do pedófilo.

Não é à toa que hoje, gestos de carinho, abraços e beijos muitas vezes acabam sendo mal interpretados, ainda que ocorram entre pessoas com um certo grau de afinidade. É o pânico do abuso sexual, que se configura hoje em dia de forma exagerada. Qualquer pessoa pode ser um maníaco sexual em potencial. O perigo é que está se formando uma sociedade dos perigos, onde temos de um lado os que estão em perigo e do outro os perigosos.

### 2.3 A EDIÇÃO ESPECIAL DA MULHER

A preocupação com a diferenciação dos sexos se intensificou no século XVIII. Dentre os iluministas, Condorcet, filósofo e homem político, reclama para as mulheres o direito à educação, à participação na vida política e ao acesso ao emprego. Antes deles, os humanistas desprezavam as questões femininas. Como lembra Mary Del Priore,

a razão das mulheres não lhe parecia lógica. Por faltar-lhes o controle, atributo do homem moderno, sua razão era considerada fraca, frágil, sem parâmetros, o que ela a dobrava obrigatoriamente à dependência da razão masculina<sup>191</sup>.

O alemão Hegel, já no século XIX, realizou um estudo sobre essa questão da diferenciação dos sexos, buscando definir a igualdade entre homens e mulheres. Mas no mesmo século, Schopenhauer afirmou que as mulheres deveriam se manter dentro de casa, uma vez que não sabiam se portar na sociedade; quando iam em bailes e salões de festas, colocavam-se a observar os trajés dos presentes e fazer comentários, não apreciando a obra em si.

No caso da disciplina histórica, o movimento fundado por Marc Bloch e LucienFebvre nos anos 30 (a Escola dos Annales), por mais que não tenha escrito uma história das mulheres, abriu caminhos para essa possibilidade, ao propor uma história-problema, preocupada com os agentes sociais e não com a política de Estado.

Nos anos 50, um importante estudo sobre sexualidade foi apresentado ao mundo, causando grande impacto mundial: trata-se do Relatório Kinsey. Alfred Kinsey foi um zoologista da Universidade da Indiana (EUA). Ele fundou o Instituto de Pesquisa sobre Sexo (hoje chamado Instituto Kinsey para pesquisa sobre Sexo, Gênero e Reprodução). As pesquisas resultaram em dois livros. O primeiro foi lançado em 1948, chamado *Sexual Behavior in the Human Male*. Em 1953 saiu a segunda parte do estudo, *Sexual Behavior in the Human Female*. Dentre as conclusões da pesquisa estão aquelas que afirmavam que 92% dos homens e 62% das mulheres se masturbava; 37% dos homens e 13% das mulheres já teriam tido uma experiência homossexual que os conduzira aos orgasmo<sup>192</sup>. A imprensa norte-americana publicou os dados com grande

---

<sup>191</sup>PRIORE, Mary Del. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 218.

<sup>192</sup> Para saber mais sobre os estudos de Kinsey, ver o site do Instituto Kinsey para Pesquisa sobre Sexo,

sensacionalismo. Alguns apontam a divulgação dessa pesquisa como o marco inicial da “revolução sexual” do século XX.

Uma das mais importantes estudiosas da história das mulheres foi Simone de Beauvoir com o seu clássico livro de 1949, *O segundo sexo*. Para ela, as mulheres não tinham uma história, não podendo, conseqüentemente, orgulharem-se de si próprias. As mulheres, por sua vez, não nasciam mulheres, mas se tornavam mulheres, através de um processo complexo e histórico que lhes impunha os seus papéis e seus comportamentos no mundo. Para ela, a historiografia se mantinha como portadora da história de apenas um dos sexos, o masculino<sup>193</sup>. As paisagens, funções, atividades que a história reconstituía, eram marcadas pelos homens como protagonistas. As mulheres estando empurradas para fora da história. Segundo Mary Del Priore:

O alerta dado pela filósofa francesa, serviu como um dos textos fundamentais para o movimento feminista, movimento nascido de outro, em prol dos direitos civis. Um dos objetivos primeiros do movimento consistia em apreender o passado legítimo das mulheres, introduzindo-as, definitivamente, na história<sup>194</sup>.

Joan Scott, por sua vez, chama a atenção para o fato de que não se pode esquecer a conexão direta entre a história das mulheres e a política<sup>195</sup>. Nos anos 60, as feministas reivindicaram fazer parte da história, no sentido de mostrar mulheres “heroínas”, que provassem a atuação feminina como agentes de transformação ao longo dos tempos. A partir da segunda metade dos anos 70, entretanto, Scott afirma que a história das mulheres se afastou da política. As novas reivindicações exigiam que se reconstituíssem todos os aspectos possíveis da vida das mulheres. Só nos anos 80 é que se desviou do enfoque na “mulher” para o “gênero”. Ao invés de se especificar nas temáticas femininas, estudar a construção das diferenciações entre os sexos, a “naturalização” das diferenças entre homens e mulheres. Entretanto, Scott chama a atenção para o fato de que, diferente do que se diz, não houve uma despolitização real do movimento feminista. Segundo ela, os termos de sua organização e resistência apenas se modificaram. A luta pela legalização do aborto, por exemplo, é entendida por Scott como um ato político.

---

Gênero e Reprodução. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~kinsey/>> 16/11/2011.

<sup>193</sup>Entretanto, é importante fazer a ressalva: o homem tem sido tradicionalmente o centro da história como espécie e não como gênero. Estudar a masculinidade também é marginal.

<sup>194</sup> PRIORE, M. D. op. cit. p.217.

<sup>195</sup>SCOTT, Joan. “História das mulheres” In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-95.

Outra questão que não pode ser esquecida, segundo a historiadora, é a relação entre a militância e o profissionalismo. Historiadores de gênero, raça, sexualidade, dos loucos, dos marginais, dentre outros, comumente se envolvem em movimentos sociais correlatos aos seus trabalhos de estudo. Ela não vê, entretanto, incompatibilidade entre ser ativista político e estudioso das ciências humanas. Os críticos dessa história voltada para minorias, afirmaram que interesses particulares ameaçavam a cientificidade de qualquer pesquisa. Entretanto, Scott lembra que todo pesquisador escolhe um tema que ele tem interesse, um interesse que é sempre pessoal. Ela, inclusive, insiste que existe uma identidade de historiadora, diferente da identidade de historiador. O mesmo vale para historiador(a) negro(a) e historiador(a) branco(a), e para historiador(a) homossexual e historiador(a) heterossexual. Mas não se sabe, ao certo, se uma mulher, um negro, um homem e um homossexual escrevem histórias distintas devido às suas identidades de minorias. Diria que possuem visão privilegiada, por mais que a proximidade com o tema seja sempre um risco para a objetividade de uma pesquisa.

Essas questões levam ao dilema da diferença<sup>196</sup>. O homem branco, heterossexual foi constituído como o “universal”. Isso implica uma comparação com o “específico”, ou seja, mulheres, negros e homossexuais. Essas categorias, no entanto, acabam aparecendo como sectárias, não relacionais, mas como entidades separadas. História do gênero, das raças, e da sexualidade, ficam sendo como histórias “particularizadas”, em oposição à “História Universal”. Por isso, a melhor definição de uma história das mulheres (e de todos os outros excluídos da história) é compreender

através de que processos as ações dos homens [brancos e heterossexuais] vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres [e também dos homossexuais e dos negros] foram subestimadas, subordinadas ou consignadas a uma arena particularizada, menos importante?<sup>197</sup>

Além disso, há ainda, a questão da fragmentação da ideia de “mulher”. Esse conceito é genérico. Que tipo de mulher? De que classe social? De que período histórico? De que raça? Intelectual? Lésbica? Mãe?

O presente trabalho vincula ao pós-estruturalismo de Judith Butler. Em suas reflexões ela procura negar qualquer indício de um essencialismo ou base natural para a

---

<sup>196</sup> Sobre essa denominação, ver MINOW, Martha. “The Supreme Court 1986 Term: Foreword: Justice Engendered”, *Harvard Law Review* 101, nº1, p 9-95, novembro de 1997.

<sup>197</sup> SCOTT, J. op.cit, p. 78. Inserções entre colchetes são minhas. Grifos meus.

identidade individual ou grupal. Butler afirma que as identidades são máscaras, simulacros que não possuem um original. Essas máscaras seriam retrabalhadas nos corpos dos indivíduos e recriadas por eles em suas narrativas pessoais, jeito de ser, andar, comer, se vestir, etc.

As relações homossexuais servem como um exemplo privilegiado para esses teóricos, principalmente no que diz respeito às dualidades identitárias. Butler cita as *butch-femmes* e as *ladies*, respectivamente as mulheres masculinizadas e as mais delicadas de uma relação lésbica, onde a primeira exerce o papel de “dominadora” e a segunda o papel mais “feminino” do casal, mais passiva. Essa dicotomia é mais conhecida entre os homossexuais masculinos, entre o ativo e o passivo, o “bofe” e a “bicha”. O olhar heterossexual enxerga essa dicotomia como um simulacro, uma imitação da “relação normal”, ou seja, a de um homem e uma mulher. Butler, entretanto, afirma que a dicotomia heterossexual é tão falsa quanto a homossexual, pois ambas são meras imitações de um ideal de masculinidade ou feminilidade, muitas das vezes inatingível, e que não possui correspondência com uma suposta essência ou natureza.

Tal concepção, é claro, não estava presente na década de 60. O movimento feminista concebia as mulheres como um grupo uniforme e homogêneo. As principais bandeiras eram claramente políticas e morais: as mulheres queriam ser presidentes de países, primeiras-ministras e não só primeiras-damas; queriam poder trocar de parceiros sexuais quando assim desejassem; tomar pílulas anticoncepcionais; queriam que as escolas mostrassem o papel importante da mulher na história. Enfim, queriam poder fazer o que os homens já faziam. A maior parte das reportagens de *Realidade* sobre as mulheres segue essa linha.

Segundo Joana Maria Pedro, durante a década de 60 algumas mulheres já estavam escrevendo sobre a igualdade de gêneros em meios de comunicação que não se identificavam necessariamente com o feminismo<sup>198</sup>. Carmem da Silva, que colaborou com *Realidade*, já escrevia, por exemplo, a coluna “A arte de ser mulher”, na revista *Claudia*, desde 1963. Heleieth Saffioti, defendeu em 1967, na USP, sua livre-docência intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicada em 1969. Rose Marie Muraro, publicou em 1966 um livro intitulado *A Mulher na construção do mundo*

---

<sup>198</sup>PEDRO, Joana Maria. *Os Feminismos e os muros de 1968 no Cone Sul*. *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 26-1, 2008. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/57>. Acessado em 14/02/2013.

*futuro*. Se não havia um movimento no Brasil que fosse organizado e se auto-intitulasse como feminista, não quer dizer que não se discutisse a igualdade de gênero em certos meios. *Realidade* foi um deles.

José Carlos Marão assim justifica o motivo de terem pensado numa edição especial sobre a mulher:

A redação da revista tinha identificado, entre os leitores, um grande número de, digamos assim, “aflições” das mulheres. Eram assuntos que a revista teria de abordar, mas dia menos dia. Foi, então, uma união das áreas editorial e de marketing: juntar tudo em uma edição só. Os temas, naturalmente polêmicos (para a época) deveriam alavancar as vendas, que já eram boas. Ao mesmo tempo, a revista se firmava mais, editorialmente, e atendia às dúvidas e ansiedades de muitos leitores<sup>199</sup>.

Já Carlos Azevedo afirma que “o objetivo era, por meio de matérias que expressassem a vida de mulheres comuns, denunciar a opressão da mulher, apoiar seu movimento de liberação, que já estava objetivamente em curso”<sup>200</sup>.

A capa da antológica edição número dez traz uma mulher com feições europeias vista através de uma lupa (Ver ilustração7), indicando que a equipe de jornalistas tinha se portado como uma equipe de detetives, cujo objetivo era desvendar quem era a mulher brasileira de 1967, tirar da ocultação o sexo feminino. Para tanto, a equipe procurou traçar perfis de diferentes mulheres para compor um retrato que fosse abrangente.

Já citei anteriormente que a psicanálise, ao dar ênfase à instabilidade da sexualidade feminina, deixou implícito que a sexualidade masculina era menos problemática. A consequência disso foi que a mulher tornou-se motivo de investigações e o homem não. Por mais que o presente trabalho assuma a categoria de gênero como problema, as reportagens que analiso aqui enxergam o homem como universal e estável e a mulher como aquela que merece a investigação. A instabilidade do sexo feminino, da forma como é tratada nesta edição número dez, seria causada pelo machismo e pelos homens. Esse tipo de pensamento reativo, ao que me parece, é contraprodutivo. Durante muito tempo as feministas foram consumidas pelo combate ao inimigo patriarcal, sendo apenas definidas por uma política opositiva. Se ficarmos presos à máxima “os homens são os culpados”, permaneceremos vítimas do ressentimento, ao invés de forjarmos,

---

<sup>199</sup> Entrevista de José Carlos Marão concedida a mim. Ver: p.193.

<sup>200</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201.

criativamente, novas relações que não caíam naquilo que Nietzsche chamou de “moralidade escrava”<sup>201</sup>. Além de rodar em círculos no vitimismo, esse tipo de posicionamento exclui, de um lado, o fato do machismo também poder ser exercido por mulheres, e por outro, que os homens também fazem parte da construção do gênero, precisando também de uma investigação que os permita libertar-se das imposições do seu gênero, bem como pôr fim ao pressuposto do masculino como universal.

Ao lançar sob a mulher um olhar que, ao mesmo tempo em que culpa os homens, isenta o masculino de uma problemática, as reportagens da edição número dez acabam tendo um alcance limitado. Mas não deixam, entretanto, de serem efetivas em certos aspectos, tendo em vista que, naquela época, preocupações com a masculinidade ainda não existiam. Veremos a seguir, como foi essa edição.

Além da já analisada reportagem sobre a superioridade feminina<sup>202</sup>, há uma pesquisa nacional sobre a mulher brasileira, um ensaio fotográfico sobre a maternidade, uma reportagem com uma empresária, outra com uma parteira, outra com freiras, uma mãe de santo, uma entrevista com uma atriz, outra com uma mãe solteira e uma reportagem da psicanalista Carmen da Silva.

Um dado curioso: a sugestão de entrevistar uma empresária partiu de Robert Civita. Ninguém da equipe gostou da ideia, como lembra Carlos Azevedo:

A propósito: a mim me coube a matéria que ninguém da equipe queria fazer: a mulher empresária. Era uma sugestão do Robert Civita, mas as outras matérias pareciam mais "emocionantes". Ficou aquele empurra-empurra na reunião de pauta e eu acabei topando meio que indo para o sacrifício em nome da equipe. Acho que de fato ficou uma matéria meio sem graça (a mulher era sem graça). Mas esta era uma matéria da maior importância como elemento de conquista da independência feminina. Acho que não enxergamos bem isso no momento. Ainda mais porque era uma ideia do Robert e ele estava sempre querendo fazer matérias de empresários, que ele chamava de "fazedores" e nós torcendo o nariz...<sup>203</sup>

Como um defensor do *americanwayoflife*, Civita se interessava pelo empresariado. O fato da equipe não ter se interessado por uma mulher que estava dominando um espaço masculino é interessante, visto que um dos pilares da segunda onda do feminismo, que influenciou a revista, era a conquista do mercado de trabalho

---

<sup>201</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Moraes, 1991.

<sup>202</sup> SILVA, Mylton Severiano da. “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher” in: *Realidade*, nº10, janeiro de 1967. pp.30-34.

<sup>203</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201.

pelas mulheres. O próprio Azevedo reconhece que eles não enxergaram por essa via naquele momento.

A seguir, analiso algumas das reportagens dessa edição.

### 2.3.1 A pesquisa de *Realidade*: a mulher brasileira dos anos 60

A edição número dez trazia o resultado de uma pesquisa realizada pela revista durante o período de 40 dias em várias partes do Brasil. O Objetivo era procurar traçar o perfil da mulher brasileira, suas opiniões sobre moral, política, religião, igualdade com os homens, religião, dentre outras coisas. Os dados publicados servem como um importante testemunho das mulheres da época. Vale fazer uma ressalva importante. Por mais que a revista tivesse tentado dar voz a vários tipos de mulheres para que fosse possível constituir um quadro amplo das posições femininas, isso não era possível. Só mesmo uma pesquisa do IBGE conseguiria atingir tal amplitude. A revista procurou entrevistar mulheres de diferentes classes sociais e as dividiu entre “ricas”, “médias” e “pobres”. Mas não há clareza sobre os critérios dessa classificação. Outro dado que precisa ser levado em conta. A pesquisa, que ouviu 1200 mulheres, limitou-se às seguintes cidades: Rio de Janeiro (Guanabara), São Paulo, Bragança Paulista, Jundiaí, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Porto Alegre, Caxias do Sul, Recife e Caruaru. Estamos falando, portanto, de mulheres que moram em importantes cidades do país, mesmo que de diferentes situações econômicas. Estão de fora, por exemplo, as mulheres de cidades pequenas e do campo.

Alguns dados preliminares indicam o perfil das entrevistadas. Observe atentamente os dados das tabelas<sup>204</sup>:

TABELA 1 – Situação sócio-econômica	Porcentagem
Ricas	10
Médias	39
Pobres	51

TABELA 2 – Faixa etária	Porcentagem
18 a 24 anos	25
25 a 34 anos	30

<sup>204</sup> “A mulher brasileira, hoje”. In: *Realidade*, n°10, janeiro de 1967. pp. 20-28.

35 a 50 anos	30
Mais de 50 anos	15

TABELA 3 – Grau de instrução	Porcentagem
Analfabetas/curso primário	50
Curso ginásial	27
Curso colegial	17
Formação universitária	6

TABELA 4 – Estado civil	Porcentagem
Casadas	59
Solteiras	33
Viúvas	7
Desquitadas	1

TABELA 5 – Religião	Porcentagem
Católicas	87
Protestantes	5
Outras	6
Sem religião	2

TABELA 6 – Trabalho	Porcentagem
Trabalham fora	37
Não trabalham	63

No presente trabalho nos focalizaremos nos resultados referentes a três áreas pesquisadas: relação homem-mulher, política, moral e felicidade.

Sobre a igualdade entre homens e mulheres, cerca de metade acreditava que ela não existia. Para surpresa da revista, as mulheres que trabalhavam eram mais descrentes na igualdade entre os sexos do que as que não trabalhavam. 54% das primeiras negavam a existência de iguais entre elas e os homens, enquanto 56% das últimas defendiam que existia igualdade. Apesar da surpresa dos jornalistas de Realidade, não é difícil entender por que as mulheres que já trabalhavam tinham essa opinião. No ambiente de trabalho, a

mulher sofria muito mais discriminação. Lá, o machismo era exercido sem pudores. A trabalhadora é tida como uma invasora. Ela está disputando com os homens um espaço que antes era só deles. A mulher doméstica, por sua vez, estava mais confinada a um ambiente que lhe era tradicional. Tinha menos contatos com outros homens, ficava mais à mercê do marido. Uma vez que o esposo não a maltratasse, mesmo que ela estivesse em situação inferior ao seu cônjuge, compreendia aquela relação assimétrica como igualdade, já que cada um dos dois fazia o seu papel sem maiores atritos.

Quando questionadas se a mulher era mais inteligente que o homem, 59% disseram que não, 40% que sim e 1% não soube responder. À medida que aumenta o grau de instrução, cai a porcentagem de respostas positivas. Responderam sim à pergunta “59% entre as analfabetas, 46% as de instrução primária, 36% as de instrução ginásial, 29% as de colegial e 22% as de nível superior”<sup>205</sup>. A reportagem acredita que quanto maior o nível intelectual da mulher, mais ela compreende que as diferenças entre os sexos não estão no nível intelectual. Mas não teceram comentários sobre o fato das analfabetas acreditarem, em sua maioria, que eram mais inteligentes que os homens. Esse resultado é instigante. *Realidade* deu pouco ou nenhum espaço para as mulheres analfabetas em seu curto tempo de vida. O tipo de mulher focado sempre era a vanguardista.

A seção de perguntas de política começou questionando sobre o voto. As diferenças de nível de instrução e de classe novamente determinaram os resultados. 92% das universitárias e 85% das ricas votavam. Entre as analfabetas, apenas 16% declararam-se eleitoras. A reportagem, entretanto, observou que analfabetos não podiam votar. Muitas delas poderiam ter ficado constrangidas de dizer que não eram possibilitadas ao voto.

Em 1967, grande parte das mulheres brasileiras parecia acreditar que as mulheres não deveriam entrar na política. Simplesmente 77% responderam que os homens fariam esse trabalho melhor. Nesse caso, as discrepâncias não de deram por motivo de renda ou instrução, mas pela faixa etária. Enquanto “19% das moças achariam melhor um governo de mulheres, 27% das senhoras de idade” preferiam políticos do sexo feminino.

Realidade, entretanto, não se limitou a perguntas tão genéricas. O momento era de intensa agitação política. Os militares já se preparavam para endurecer ainda mais e

---

<sup>205</sup> “A mulher brasileira, hoje”. Op.cit. p.21.

muitos protestos estavam se desenrolando contra e a favor do governo golpista. A pergunta foi bem direta: “A senhora acha que vivemos numa democracia?” Refletindo a sociedade da época, as opiniões foram divididas. 53% das mulheres entrevistadas disseram que sim, mas 45% disseram que não. 2% não souberam opinar. Do lado do sim estavam as analfabetas (69%), as pobres (59%), as de meia idade (58%) e as católicas (55%). O não vencia entre as de nível universitário (68%), as ricas (63%), as jovens (50%), as solteiras (53%) e as sem religião (74%).

Qual o comentário da matéria sobre esses dados? Nenhum. Talvez a editora não tenha censurado comentários sobre esses dados importantes, mas que os jornalistas tenham ficado cautelosos em criticar o governo a partir deles. Em 1967 as relações entre a equipe e a empresa ainda não eram tão tensas como ficariam depois. Os resultados não deixam dúvidas de que as mulheres mais instruídas, mais jovens e menos religiosas eram contra o novo governo. Aquelas que nem sabiam ler, apoiavam os golpistas. Mas qual seria o motivo? O próximo resultado pode nos ajudar a responder.

Foi perguntado: “A senhora tem medo do comunismo?” 72% das respostas foram positivas. Entre as mais pobres, 75% e entre as analfabetas, 81%. Entre as universitárias, entretanto, apenas 41% admitiam temer o comunismo. A histeria da guerra fria era cotidiana para essas mulheres. As menos instruídas compravam mais facilmente o discurso de que os militares apenas queriam afastar o perigo do comunismo e manter a democracia. Outro motivo possível: o que cada mulher entendia por democracia não está claro. Não houve preocupação da revista em sondar o sentido que essa palavra tinha na vida daquelas mulheres.

A maior parte da pesquisa, entretanto, era sobre a moral e o sexo. Um quarto das mulheres admitiu que sentia vergonha de falar sobre sexo. Entre as analfabetas o índice chegava a 50%. O que chama a atenção é que as casadas têm mais vergonha do assunto do que as solteiras. 28% das últimas temem o assunto, contra 19% das solteiras. O casamento, muitas das vezes, se constituía em verdadeira prisão para as mulheres. No campo sexual, algumas delas se sentiam muito frustradas por que os homens só se preocupavam com a satisfação deles mesmos. Outras chegavam a ser escravas sexuais de seus maridos. O sexo, para a mulher, nem sempre era um objeto de prazer, podia ser uma obrigação de sua condição de casada. Para essas esposas, falar sobre sexo poderia ser mais pesaroso do que para as solteiras, geralmente mais jovens e que estavam sendo influenciadas pelas reivindicações femininas, que incluíam o próprio prazer sexual.

57% acreditavam que o sexo era a coisa mais importante na relação homem-mulher. Enquanto 81% das analfabetas pensavam dessa maneira, o índice entre as universitárias foi de 41%. A faixa etária também apresentou discrepâncias. 63% das mulheres entre 35 e 50 anos acreditavam na primazia do sexo, contra 54% das mulheres entre 18 e 24 anos. As casadas também davam maior importância (61%) do que as solteiras (54%). Esses dados corroboram com nossa interpretação de que as mais jovens e as solteiras tinham uma relação com o sexo diferente das mais velhas e casadas. O motivo, como já argumentamos, é o próprio casamento. As casadas já perderam o idealismo do conto de fadas da vida a dois, sabem que o sexo acaba tendo uma importância enorme, mesmo que a esposa não deseje. Nesse tocante, ainda é o homem que dita as regras. Ele definia como, quando e onde deveriam ser realizadas as relações sexuais.

Um dos motivos que pode explicar do por que dessa primazia masculina, é o fato de apenas 52% das mulheres ter respondido que as necessidades sexuais da mulher e do homem são iguais. Os outros 48% acreditam que as necessidades dos homens são maiores. Metade das mulheres que responderam à pesquisa atribuiu ao homem um privilégio “natural”, que justificaria a ele pensar primeiro nele na hora do ato sexual. Concomitantemente, 50% das analfabetas responderam que uma mulher decente não pode gostar de sexo. Entre as pobres o índice é de 42%. Das solteiras, 18% responderam que o papel de mulher é de apenas satisfazer o marido. Entre as casadas o número é ainda maior: 31%. A virgindade ainda era muito valorizada: 67% acreditavam que a mulher deveria se casar virgem. Curiosamente, as mais jovens (73%) davam mais importância do que as mais idosas (66%). Isso provavelmente se dava por que as mais novas sonhavam com o casamento e a virgindade ainda era um trunfo para se conseguir um marido.

Nem todos os resultados, entretanto, apontam para opiniões tão conservadoras. 41% delas responderam que a infidelidade feminina poderia ser justificável, enquanto apenas 20% justificavam a infidelidade masculina. 78% preferiam o divórcio definitivo ao desquite. 82% consideravam que nem todas as prostitutas eram criminosas. E  $\frac{3}{4}$  disseram que uma mulher que não se casasse poderia ser feliz. De qualquer modo, a maioria das mulheres ainda se via na posição de senhora do lar. 81% das mulheres pesquisadas concordou que para que a mulher seja completamente feliz, basta ser esposa, dona de casa e mãe.

Ao fim da matéria, Realidade faz um balanço positivo de sua pesquisa:

O resultado global é animador: há muito de novo e positivo no mundo da mulher brasileira.

Embora, aqui e ali, os preconceitos apareçam ainda com bastante força, em outras áreas – talvez as mais importantes – percebe-se com clareza que a mentalidade é mais aberta do que normalmente se imagina.

E, quanto mais equilibradas, liberais e realistas elas forem, maiores as oportunidades de serem felizes<sup>206</sup>.

No trecho acima são destacados três qualidades que a revista deseja que suas leitoras possuam: equilíbrio, liberalidade e realismo. Esses adjetivos poderiam ser entendidos, respectivamente, como bom senso, crítica ao moralismo e desejo de estar inserida e de ser participante no contexto social onde se vive. São exatamente as qualidades que *Realidade* atribuiu a si mesma no editorial da primeira edição e que procurou praticar ao longo de sua curta história.

### 2.3.2 Mulheres no divã

Carmen da Silva, famosa colunista de *Cláudia*, colaborou algumas vezes com *Realidade*. Não fazia parte da equipe oficial assim como Gaiarsa, mas tinha menor relação com a redação de *Realidade* do que ele, visto que morava no Rio de Janeiro, de onde enviava seus textos. A reportagem que ela escreveu para a edição número dez fazia uma crítica aos chamados “consultórios sentimentais”<sup>207</sup>, que eram seções populares de revistas femininas onde mulheres descarregavam mágoas, incertezas, sonhos, medos e complexos, sendo aconselhadas em seus problemas por algum jornalista encarregado<sup>208</sup>. O sucesso era tamanho que até jornais de grande circulação reservavam espaço para esse tipo de consultório.

Citando Simone de Beauvoir, que diz que o papel social da mulher é a passividade e a espera no lar, enquanto a do homem é projeto e ação no mundo, Carmen da Silva faz duras críticas a forma como essas seções abordam o tema do sofrimento, tanto por parte do missivista quanto por parte de quem respondia as cartas.

Sobre as respostas, Silva afirma que a maioria delas é genérica e reticente, quando não por “otimismo cego” e “rançoso convencionalismo”<sup>209</sup>. Se o problema é

---

<sup>206</sup>“A mulher brasileira, hoje”. Op.cit. p.28.

<sup>207</sup> SILVA, Carmen da. “Consultório sentimental” in: *Realidade*, janeiro de 1967, ano 1, nº10, pp.82-87.

<sup>208</sup> Hoje esses consultórios foram substituídos pelos horóscopos.

<sup>209</sup> SILVA, C. op.cit.p.84.

depressão, recomendam passear; se é um relacionamento fracassado, recomendam esquecer e procurar outro rapaz; se é angústia, recomendam deixar de lado as preocupações e pensar em coisas alegres; ou seja há uma receita pré-fabricada. Ela afirma

**Descobrimo** a fórmula salvadora – esquecer o indiferente, largar o infiel se é namorado, perdoá-lo se é marido, afastar-se do homem casado com outra – os conselheiros esquecem que provavelmente foi a primeira que ocorreu à consultante, que só não a aplicou pela **impossibilidade subjetiva** de fazê-lo.

Esse desdém pela subjetividade decorre da ideia tradicional de que a mulher, sendo objeto, deve calar os sentimentos e limitar-se às atitudes ditadas pelas exigências do homem, a fim de conservá-lo. Homem não gosta de cara amarrada; portanto, é preciso ignorar as mágoas, passar por alto os conflitos e impulsos íntimos, substituindo a autenticidade por uma duvidosa habilidade (...) Enfim, o mundo é belo, o sol brilha, a dor e o ressentimento **não existem**, uma vez que podem ser incômodos ou perigosos.

Após ler mais de 15 mil cartas dirigidas a três revistas femininas diferentes que mantêm consultório, faz uma classificação do teor das cartas aos consultórios. Segundo ela, haveria três diferentes posturas dos missivistas: a) dificuldade de comunicação: a mulher tem receio de se expor, buscar um consultório é uma solução conciliatória entre o desejo de se expor e o de se preservar; b) ingenuidade: esperam milagres do consultório, que resolvam via carta problemas complexos; c) exibicionismo: mulheres que escrevem com petulância, provocação e desafio. Falam muito de suas angústias e defeitos. Criam uma personalidade falsa e querem convencer-se de sua autenticidade convencendo o conselheiro. As vezes falam coisas só para chocar e ouvir os sermões que suas consciências secretamente desejam ouvir, mas que se recusam a admitir para se mesmas<sup>210</sup>.

A reportagem de Carmen da Silva é ilustrada por fotos de José Pinto. Na página de abertura, há uma mulher contemplativa. Na página seguinte, uma mulher com vestido de noiva, o que poderia indicar que o casamento é o sonho da maioria das mulheres e que isso causaria dor e sofrimento, daí o motivo das fotografias seguintes contarem com mulheres com expressão de angústia.

Essas imagens e esses relatos apontam a psicanálise como uma possível resposta para o sofrimento proveniente de códigos sexuais opressores. A partir da página 86, Silva relata a experiência que teve ao substituir em *Cláudia*, o consultório sentimental

---

<sup>210</sup>Ibidem.p.85.

por um consultório de orientação psicológica. Mesmo depois de propor a mudança, ela continuou por um tempo recebendo cartas com o mesmo conteúdo das descritas acima. Com o passar do tempo, o público foi sentindo a diferença. Não se tratava mais de um mero consultor, mas de uma especialista. Agora escreviam para tirarem dúvidas sobre relações humanas em geral, dificuldades de ajustamento sexual ou social, conciliação do papel biológico e social da mulher, adaptação ou rebeldia às normas e instituições vigentes, conflito de gerações, orientação existencial e até perturbações psicossomáticas.

O grande diferencial entre um consultório e outro, segundo Silva, seria a forma como ela respondia e abordava as cartas. Procurava nas entrelinhas o inconsciente da pessoa. Não deixava de dar conselhos mais práticos, do tipo “Essa cantada desse rapaz não passa de bobagem”, mas seu real foco era tentar demonstrar à missivista os seus próprios impulsos psíquicos que a levaram a inclinar-se pelo galanteador fajuto. Carmen, portanto, evitava atacar terceiros que estivessem envolvidos no relato epistolar (até por que a versão dessa pessoa não poderia ser ouvida), mas preferia fazer o missivista procurar o que estava errado nele mesmo, pois “só escolhe um marido crápula quem dele precisa”<sup>211</sup>.

Ela reconhece, entretanto, que só um tratamento presencial poderia curar neuroses. O máximo que poderia ser feito, que ela procurava fazer, era apontar caminhos e a própria pessoa optaria por seguir ou não o conselho. A psicanalista preocupava-se com as mulheres, com a angústia da escolha do homem perfeito, que parecia ser uma das principais questões para as mulheres mais jovens. A primeira contradição que ela tentava derrubar era o mito do casamento perfeito. Chamava a atenção para a motivação de contrair matrimônio: enquanto os motivos econômicos para a escolha de um parceiro eram vistos pelas missivistas com louvor, os motivos sexuais eram tidos como vergonhosos. Carmen procurava demonstrar que a escolha de um parceiro apenas pelo amor e pelo prazer não era nem pior nem melhor do que outros motivos, mas que independente de qualquer coisa, não deveria ser motivo de vergonha.

A psicanalista termina dizendo que a mulher não irá alcançar autonomia enquanto não tratar suas neuroses causadas pela opressão machista da sociedade. A última foto da reportagem, na página 87, mostra uma mulher com expressão de sofrimento. Ao fundo, outra imagem, a de uma grande cidade apinhada de gente que caminha sem parar. As duas imagens sobrepostas indicam a solidão do mundo moderno e, ao mesmo tempo, a

---

<sup>211</sup>Ibidem.p.86.

opressão dos códigos morais. A psicanálise aparece como aliada da liberação feminina frente a um mundo que não está disposto a parar a sua marcha para ouvir a dor de ninguém, muito menos a dor das mulheres.

### 2.3.3 A mulher modelo

A entrevista da atriz Ítala Nandi foi produzida com o intuito de mostrar que o Brasil poderia ser tão “libertário” quanto a Suécia. Mas por que a Suécia? Na primeira edição de *Realidade*, de abril de 1966, foi publicada uma entrevista feita pela jornalista Oriana Fallaci com a atriz sueca Ingrid Thulin. A revista comprou a entrevista e a publicou com destaque. Como era de se esperar, as palavras de Thulin e suas afirmações sobre a liberdade sexual da Suécia resultaram no envio de muitas cartas de leitores para a redação da *Abril*<sup>212</sup>.

Desse modo, a revista queria mostrar que o caminho de liberalização da Suécia também era possível no Brasil. A emocionante entrevista foi concedida ao jornalista Alessandro Porro e demonstra uma mulher bastante corajosa para a época, mesmo se tratando de uma pessoa pública. Suas experiências de vida são um testemunho da época, algo percebido tanto pelo entrevistador quanto pela entrevistada.

Alessandro Porro começou lembrando, por motivos já citados, a Suécia de Ingrid Thulin<sup>213</sup>. Ítala Nandi, entretanto, o interrompeu para dizer que não era justo comparar a Suécia com o Brasil. Nenhuma mulher brasileira, segundo ela, poderia dizer as palavras de Thulin por que “sexo não é um assunto que se possa desligar da realidade que nos envolve”. O que ela queria dizer com isso é que “liberdade sexual (...) faz parte da soma total de infinitas outras liberdades”. Como a mulher brasileira não possuísse nenhuma outra liberdade concreta, conseqüentemente também não iria ter liberdade sexual. Ou seja, as lutas por liberdade sexual deveriam passar pela luta da liberdade como um todo. Justamente esse aspecto que tornaria o Brasil atrasado em relação à Suécia.

Entretanto, nenhuma liberdade poderia ser conquistada sem a independência econômica. É com pesar que Nandi afirmava que poucas mulheres brasileiras, em 1967, haviam conseguido essa independência. E as que tinham conseguido, tinham medo de perder essa condição, o que as tornariam “caladas” e “boazinhas” diante de atitudes

---

<sup>212</sup> Discutiremos melhor a Suécia mais a frente.

<sup>213</sup> PORRO, Alessandro. “Esta mulher é livre” in: *Realidade*, janeiro de 1967, ano 1, nº10, pp.76-80.

machistas da sociedade. A atriz brasileira defendia uma postura de luta da mulher. Ela não deveria tentar agradar ninguém, por que “agradar quer dizer submeter-se”.

Com o objetivo de exemplificar como as mulheres se submetiam, ela resolve contar sobre sua vida. “Eu tinha namorados, e às vezes desejava beijá-los; mas alguém não tinha dito que era pecado?” Desesperada com a proibição dos pais, ela conta que convenciu-se a si mesma de que era ela que não desejava beijar os garotos. Assim procurava convencer-se de que fosse livre. Mas quando se dava conta de que estava mentindo para si mesma, sofria e chorava. Da infância nos anos 50 para o ano de 1967, entretanto, pouca coisa teria mudado. Poucos meses antes da entrevista, Nandi conta que havia lhe acontecido um episódio que servia como prova do moralismo que imperava na sociedade.

Era um sábado de primavera, e eu estava com um amigo de quem gostava muito, na Praça Roosevelt. Na hora do crepúsculo, ficamos comovidos olhando a cor do céu. Era tudo tão belo, tão sereno, que uma alegria repentina tomou conta de nós; ele me pegou entre os braços, e começou a rodar-me, cantando. Eu ria, ria como nunca. De repente, chegou um guarda: “Mas o que é isso? Não veem que os outros estão olhando?” Ficamos assombrados, eu e meu amigo. Eu disse: “Mas estamos brincando, estamos contentes...” O guarda me olhou, severo: “Isso é imoral”. Era uma sentença. E virando-se para o rapaz: “O senhor deveria ter mais respeito com sua namorada, ouviu?”. Que sábado triste. Acabou tudo: céu, crepúsculo, alegria. Ficou um nó aqui, e foi duro de engolir<sup>214</sup>.(sic)

O testemunho amargurado, depois de pouco mais de quarenta anos, demonstra que uma das conquistas da “revolução dos costumes”, foi a possibilidade das pessoas demonstrarem afeto em público, pelo menos para os heterossexuais. Essa constatação fortaleceria a “hipótese repressiva”? Estaríamos vivendo um momento de liberalização dos costumes, depois de anos de repressão sexual? Sem dúvidas aconteceram transformações bastante intensas nas últimas cinco décadas no tocante a prática sexual. Mas, como veremos ao longo deste trabalho, as transformações foram absorvidas e conformadas dentro da mesma relação de poder que se instalou a partir do século XVIII. A própria ideia de liberalização que tanto encanta as novas gerações, faz parte do esforço regulador do sexo e dos corpos das pessoas.

Entretanto, não estou negando que tenham ocorrido mudanças importantes no campo da sexualidade, mas afirmando que essas mudanças já estão conformadas dentro

---

<sup>214</sup> NANDI, Ítala. “Esta mulher é livre” in: *Realidade*, janeiro de 1967, ano 1, nº10, p. 78.

de uma relação de poder-saber que institui a verdade sobre os corpos e sobre o sexo. Para exemplificar melhor, tomemos o exemplo do capitalismo. No século XVIII os trabalhadores eram explorados pelos patrões. Eram demitidos sumariamente, não tinham férias, direitos, nem segurança em seu ambiente de trabalho. Nos séculos XIX e XX, vimos muitas lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Conquistaram férias, décimo terceiro, seguro desemprego, aposentadoria, etc. Todas essas conquistas dão uma considerável sensação de liberdade aos trabalhadores. Entretanto, a exploração permanece. Todas as conquistas, na verdade, dissimulam o poder de grandes corporações mundiais que se enriquecem às custas da miséria de milhões de pessoas. Há férias e seguro desemprego, mas também temos o relógio nos ditando a todo o momento o que nós temos que fazer e quando temos que fazer. Foram-se embora as fábricas insalubres e as jornadas de trabalho de mais de 15 horas, mas o capitalismo, nem por isso, desapareceu. Com a sexualidade as coisas não são muito diferentes. As conquistas vieram, mas a ordem moral burguesa instalada nos últimos séculos permanece.

A Suécia, por sua vez, assume o posto de “paraíso” na terra. Nandi afirmava que, uma prova do nosso “atraso moral” é justamente o fato de se falar no país nórdico como se ele fosse outro mundo. A condição da mulher como submissa deixava a atriz brasileira indignada. Ela se lembra de sua primeira experiência sexual com ressentimento da educação que recebeu.

Eu, somente eu, sei o que foi a minha primeira experiência sexual, a trágica e repentina revelação de um mundo novo e misterioso, sem preparação nenhuma. Teria – como seria natural – de me lembrar daquele momento com doçura e saudade. Ao contrário, luto com minha memória para cancelar a lembrança horrível: que sabia eu quando isso aconteceu? Nada. As leituras que minha mãe me permitia estavam todas numa estante do meu quarto: a Coleção das moças de Madame Delly. Bonitos livros, bonitas as mocinhas, lindos os rapazes, sem problema, sem complexos e sempre acabavam se casando num delírio de pureza. No dia que tiver uma filha e descobrir que está lendo um livro de Madame Delly, vou fazer um escândalo, juro<sup>215</sup>.

Nandi, portanto, não corrobora com a ideia de que o machismo é dirigido unilateralmente dos homens contra as mulheres, apesar destas últimas estarem, obviamente, em situação muito mais desfavorável que os homens. Ela também

---

<sup>215</sup> Ibidem.

responsabilizava algumas mulheres, como sua mãe e a mãe de todas as mulheres brasileiras, que tinham papel importante na educação das filhas e filhos. Segundo ela, mais do que um conflito entre homens e mulheres, havia um conflito de gerações, onde não havia diálogo. Para ela, buscar a liberdade não significa fazer escolhas tolas, cujo único objetivo é chocar a sociedade. Ela conta que uma amiga sua de 15 anos queria ser escritora. Para escrever um livro, ela achou que seria melhor ter a sua primeira experiência sexual, uma vez que não saberia escrever sobre isso se não tivesse feito. A atriz ironiza: “Agora ela trabalha em teatro e não escreveu livro nenhum”.

Outra amiga de 16 anos, certa vez, chegou a ela para saber se deveria aceitar o convite de um rapaz para ir na casa dele, sendo que ele morava sozinho. Nandi perguntou o que ela achava do rapaz. Para sua surpresa, a menina disse que não sabia o que achar.

O problema, para ela, era ir ou não ir. Aceitar ou não aceitar o convite. Isso não é uma liberdade sexual, nem aqui, nem na Suécia. Mas a falta de uma educação em tal sentido, na escola ou na família, provoca essas confusões. Encontrei-a cinco ou seis meses depois. Estava gordinha, grávida. Tinha ido<sup>216</sup>.

A própria entrevistada admite que caiu na armadilha de ser rebelde apenas para parecer “descolada”. Com 17anos, casou-se com um rapaz que o pai desaprovava.

Depois da cerimônia vi meu pai parado na frente da igreja, em atitude de desafio (...) Nem cumprimentou o rapaz que acabava de casar comigo. Nem olhou para ele. Encostou o seu rosto ao meu e disse: “Um ano, não vai durar um ano”. Durou dois, por que eu quis, por teimosia<sup>217</sup>.

A falta de informação, segundo ela, ajuda as mulheres ou a se conformarem, ou a tomarem medidas descabidas. O importante seria colocar a mulher em condições de escolher. Ou seja, não basta à mulher saber que ela tem várias opções de vida, por que ela precisa de meios para fazer a escolha de forma consciente. No momento dessa entrevista, Ítala Nandi se diz neste estágio: livre e com capacidade de fazer suas escolhas de modo racional.

O jornalista Alessandro Porro reconhece a ousadia de Nandi ao dizer que “as vezes, as respostas chegam a desconcertar, pela excessiva franqueza. Outras vezes,

---

<sup>216</sup> Ibidem. p.80.

<sup>217</sup> Ibidem.

assustam. De qualquer maneira, trata-se de um testemunho de nosso tempo, do encontro de uma mulher de hoje com suas próprias verdades. E de suas amarguras”<sup>218</sup>.

Porro ainda contou como foi difícil arranjar uma mulher que aceitasse ser entrevistada. Além de Nandi, Realidade já havia tentado entrevistar seis mulheres: duas famosas atrizes, uma professora de literatura, uma colunista social, uma médica e uma senhora da sociedade carioca. Inicialmente todas demonstraram estar empolgadas com a ideia. Uma a uma, entretanto, todas recuaram. A senhora da sociedade foi desaconselhada pelas amigas. A médica declarou que foi proibida pelo marido. Uma das atrizes disse que tinha um público e não poderia perdê-lo. A outra chegou a gravar uma fita, mas desistiu. A professora declarou que na faculdade ninguém iria aprovar. A colunista, por sua vez, viajou para a Europa repentinamente.

O medo da censura, não de uma censura legal, mas social, levou cada uma a recuar. Nandi foi apenas a sétima mulher a ser convidada, quando a redação já duvidava que fosse conseguir uma mulher que tivesse coragem suficiente para dizer o que pensava. Isso só já basta para constatar o medo que a mulher sentia em ser apontada na rua. A pressão social era muito forte, mesmo com várias mulheres concordando com Nandi e Thulin.

Infelizmente não dispomos de cartas de leitores respondendo a essa entrevista. Como a edição número dez foi censurada, os leitores que escreveram, preferiram comentar sobre a apreensão da revista. Isso não quer dizer que o objetivo de Realidade não tenha sido atingido. Ítala Nandi foi pintada como a Ingrid Thulin brasileira. Ela deveria servir como uma mulher modelo, que todas as brasileiras deveriam copiar na coragem e na ousadia. Mães solteiras, desquitadas, vítimas de agressão, jovens, universitárias. Todas deveriam se unir nessa verdadeira “revolução feminina” em prol de um Brasil melhor.

#### 2.3.4 As mulheres estigmatizadas

No tópico anterior nós pudemos ver um exemplo de mulher que procurava desafiar a ordem moral vigente. Agora, procuramos mostrar mulheres mais comuns, aquelas que, por serem desquitadas, eram marcadas com o terrível estigma da

---

<sup>218</sup> PORRO, A. op.cit. p.77.

reprovação moral. Publicada também na antológica edição número dez de *Realidade*, a matéria “Três histórias de desquite” é um testemunho da luta feminina por igualdade.

A primeira história revela o drama de Elisa Monteiro, uma moça desquitada que tinha 34 anos<sup>219</sup>. Ela autorizou que partes do seu diário fossem publicadas na esperança de que mesmo que não a ajudasse, “que ajude outras pessoas no futuro”. Elisa foi abandonada pelo marido. Em 1967 já havia seis anos que ele vivia com outra. Ela trabalhava, mas não podia se sustentar sozinha, por isso morava com os pais. Seu relato triste e desesperado conta três tentativas suas de encontrar um homem que aceitasse sua condição de desquitada e que quisesse ficar com ela.

O primeiro deles foi N. Assim como ela, ele também era desquitado. Os dois começaram a sair. Entretanto, mal ela foi vista com ele passeando de carro, o falatório dos vizinhos começou. Uma vizinha foi perguntar à sua mãe quem era o “rapaz bonito” que estava com Elisa, se era parente da família. Os pais dela não a queriam namorando ninguém. Eles detestavam o falatório e a criticavam muito. Para eles, ela era a culpada pelo marido tê-la abandonado. O mínimo que ela deveria fazer era virar uma moça de respeito e parar de procurar homens.

Mas Elisa persistiu saindo com N. Um belo dia ele a levou para um lugar mais afastado. Queria manter relações sexuais com ela. Indignada, Elisa se recusou. Foi quando N. afirmou que ela nem era moça donzela e que ele nunca havia pensado em se casar com ela. Na verdade ele nem era desquitado e só havia dito isso para se aproximar dela. Os dois brigaram e ele a levou em casa. O pai a estava esperando na esquina. Houve briga. N. desapareceu da vida de Elisa.

Meses depois ela conheceu um médico solteiro, o C.I. Começou a sair com ele, esperançosa de que esse quisesse algo sério. Entretanto, depois de algum tempo ela percebeu que ele era muito ousado, tentando “tomar liberdades”. Elisa sempre resistia. Passado um tempo, C.I. deixou de procurá-la. Elisa, nessas situações, sempre se desesperava: “Será que ele não quer mais nada? Amanhã mesmo vou procurá-lo. Afinal ele me prometeu muitas coisas. Se não está mais interessado, devia avisar. Não pode me deixar assim, esperando seus telefonemas”.

Elisa foi ao consultório. C.I. mandou a enfermeira dizer que ele estava muito ocupado. Aproveitando-se que a porta de seu consultório se encontrava aberta, Elisa se

---

<sup>219</sup> MARÃO, José Carlos. “Três histórias de desquite”. In: *Realidade*, ano 1, nº10, janeiro de 1967. pp.101-103.

aproximou e disse que precisava muito falar com ele. C.I. respondeu: “Sei muito bem do que você precisa. Mas você não quer aceitar esse remédio”(sic).

Depois de mais essa decepção, Elisa passou a se sentir mal. Sentia-se sozinha e doente. Certo dia desmaiou no trabalho e foi ajudada por um rapaz, Olavo. Rapidamente os dois se interessaram um pelo outro. Entretanto, com medo de nova rejeição, omitiu o fato de ser desquitada. Começaram a namorar. Em casa, a família a criticava duramente por sua “libertinagem”. Olavo quis conhecer a família de Elisa e ela permitiu. No dia, entretanto, a mãe contou ao rapaz que ela era desquitada. Olavo mudou radicalmente com ela depois disso. Disse que não podia aceitar uma mulher naquelas condições e os dois se afastaram.

Elisa voltou a passar mal. Foi ao médico e ele lhe passou muitos remédios. Preocupada, ela perguntou qual doença que tinha. Para sua surpresa ele disse: “Dona Elisa, a senhora, na verdade, não tem nada. Mas já faz muito tempo que está separada do marido. Isto pode ter consequências físicas também. A senhora entendeu?” E depois acrescentou: “Largue brasa, dona Elisa!”.

A solidão e o conselho do médico terminaram por fazer com que ela sentisse vontade de procurar um homem casado. Se não podia ter um homem só para si, menos mal que satisfizesse suas angústias com alguém, mesmo que já tivesse esposa. O relato dramático de Elisa termina com ela se questionando: “Meus deus, até quando eu terei de viver sozinha?”.

A história de Dagmar Martins, do Rio de Janeiro, é um pouco diferente. Foi ela mesma quem largou o marido. Ele nunca teve emprego fixo e gastava tudo que ganhava com o jogo. Muitas mulheres diziam que ela devia largar dele, mas quando ela finalmente o fez, mudaram de opinião. “Eu passei a ser olhada pelas mulheres como um espécime diferente. Acho que elas me consideram uma inimiga, que a qualquer momento pode tomar os maridos horríveis que elas têm”.

Além do preconceito das mulheres, Dagmar teve se enfrentar o assédio dos homens. Em seu local de trabalho, todos a apoiaram. Entretanto, ela percebeu que os homens passaram a tratá-la com mimos e pequenos presentes. Ficou em dúvida se aquilo era coincidência ou não. Um dia decidiu aceitar o convite de um amigo para jantar. Antônio lhe disse que não gostava da esposa, mas que não poderia se separar dela. Entretanto, acreditava que ele e Dagmar poderiam ficar juntos. Ela recusou.

Assim como Elisa, Dagmar não podia evitar o falatório. Toda vez que um colega de trabalho lhe dava carona, os vizinhos questionavam para a filha dela e para sua mãe,

quem era o homem. Dagmar ainda tinha que sustentar a casa, tendo que fazer muitas horas extras para complementar o orçamento. A filha sofria junto com ela. Um namorado já havia terminado com ela, afirmando que não podia namorar a filha de uma desquitada.

Entretanto, diferente de Elisa, Dagmar não estava sozinha por que não queria. Ela se aproximou de um homem chamado Pedro e os dois poderiam engatar um romance. Mas o amor pela filha e pela mãe falou mais alto. Se ela assumisse um relacionamento com Pedro, ficaria ainda mais falada. Sua filha estava entrando na universidade e estava namorando um outro rapaz. Dagmar decidiu-se pela filha.

A história de Emília Lopes Rodrigues, de São Paulo, é a única com um desfecho não melancólico. Desquitou-se do marido por que ele não trabalhava e gastava dinheiro com outras mulheres. Mas Emília teve a sorte de encontrar Oscar. Ela já o conhecia antes do seu primeiro casamento, mas foi só depois de reencontrá-lo após sua separação que os dois iniciaram um romance. Ela conta que no dia que foi conhecer a família dele sofreu uma grande angústia. Todos já sabiam que ela era desquitada e que tinha dois filhos. Foi muito bem aceita por todos e rapidamente seus filhos se integraram à nova família.

Apesar da felicidade, Emília contou ao repórter José Carlos Marão que ser desquitada

é a pior coisa do mundo. Para começar: os meus parentes menos próximos começaram a me evitar. Pelo menos até eu me unir com o Oscar. E para emprêgoentão? Nem me fale. Eu não tinha dinheiro e precisava trabalhar. Saí por tôdadas firmas que anunciavam vagas, mas ninguém me queria<sup>220</sup>.(sic)

Ao ser questionada por Marão sobre se era possível saber se o motivo de demorado a achar emprego era mesmo por causa da sua situação civil, Emília respondeu que “nunca ninguém me disse nada, mas nós sabemos o que acontecia. Eu fazia os testes, ia bem. Os chefes já começavam até a me explicar o que era o serviço. Mas quando liam minha ficha esfriavam”.

Mas assim como teve sorte no amor, Emília deu sorte na vida profissional. Ela contou como conseguiu seu emprego atual com muito ânimo. Segundo ela, já tinha sido preterida em várias tentativas quando o acaso veio a seu favor. Ela fez uma entrevista e

---

<sup>220</sup> MARÃO, J. C. op.cit. p.106.

o homem responsável examinou apenas os testes e não leu as fichas. Ela foi selecionada, mas o departamento de pessoal tentou barrá-la depois de constatarem que ela era desquitada. Por sorte, o homem que fez a seleção tinha um cargo elevado, vinha da matriz. Uma vez que ele decidiu a favor dela, Emília foi contratada. Como esse homem de São Paulo não era da empresa filial, estando apenas de passagem vindo da sede, ela entende como um grande golpe de sorte ter conseguido o emprego.

Na época em que foi concedida a entrevista Emília já estava estabilizada na carreira. Advertia as mulheres, no entanto, de que resistissem ao assédio masculino no ambiente de trabalho. Ela acreditava que isso era fundamental para que a mulher brasileira adquirisse independência e respeito.

A alegria foi completa no dia em que seus filhos pediram oficialmente a ela para chamarem o “tio Oscar” de pai. Desde então, ela acreditava, havia encontrado a felicidade na segunda oportunidade que a vida havia lhe dado.

Três histórias muito distintas. Três mulheres com perfis diferentes e que reagiram de modos particulares diante do mesmo problema. Publicando essas três histórias, todas em forma de crônica, *Realidade* procurava fundamentalmente duas coisas. Em primeiro lugar, fazer com que diferentes “tipos” de mulheres desquitadas fossem retratados. Elisa representa a sofredora e injustiçada. Sua história revela como o estigma que ela carregava fazia com que os homens a vissem como se fosse uma prostituta. Diferentes tipos de homens enxergavam nela apenas a possibilidade de sexo fácil e sem compromisso. O homem solteiro, por que pensava que a desquitada, por não ter marido e estar impossibilitada de casar, era uma “mulher sem dono”, que supostamente lhe ofereceria o corpo mais facilmente do que uma “moça de família; o homem casado, por que a desquitada seria a amante perfeita, sem marido para atrapalhar e sem nada a perder”.

Dagmar representa a mulher abnegada. Ela poderia ser feliz com Pedro, mas resignou-se ao silêncio e à dor de estar sozinha para proteger a filha. O amor à sua família é maior do que a felicidade dela própria.

Emília representa, por sua vez, a mulher que venceu o preconceito da sociedade e deu a volta por cima. Sua história simboliza o que *Realidade* desejaria que fosse a história de todas as mulheres desquitadas do Brasil. Uma maneira de defender o divórcio e o segundo casamento. O relato de Emília é o último não por coincidência. Primeiro José Carlos Marão faz o leitor sofrer com duas histórias tristes, contadas como

se fossem um romance. Depois de lerem uma história que poderia ser a sua, a matéria brinda o leitor com um exemplo de que é possível vencer barreiras.

O segundo objetivo da reportagem, portanto, é provocar o leitor à reflexão, estabelecendo Emília como o modelo de mulher e de vida a serem seguidos. As histórias de Elisa e Dagmar, por sua vez, devem causar pena e indignação. Nas mulheres, por que elas se sentem no lugar das duas; nos homens, ou por que eles não deveriam querer ser associados aos “caçadores de sexo” do relato de Elisa, ou por que não queriam estar na situação de Pedro, que ama Dagmar, mas não pode ficar com ela.

### 2.3.5 De qual mulher *Realidade* fala?

A edição número dez toma como universal um tipo de mulher liberada e “descolada”. O título correto para a reportagem de capa deveria ser “A mulher vanguardista, hoje”. Por mais que o editorial afirme que o objetivo é retratar o perfil da mulher, as escolhas das matérias não apontam a pluralidade esperada. A revista sempre procurou, em suas reportagens, conclamar as mulheres a participarem mais e mais dos rumos do país, deixando de lado a submissão. Curioso que em 1964 um grupo de mulheres esteve na liderança das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Mas *Realidade* ignorou essas mulheres na hora de compor sua edição especial. Concordo que essas mulheres não correspondiam ao ideal de mulher que a revista procurou veicular, mas a omissão de mulheres que não cabiam dentro da proposta que os jornalistas queriam promover, indica que a revista tapou os olhos para o apoio social que a ditadura e o conservadorismo possuíam.

Os resultados das pesquisas “nacionais” publicados pela revista indicariam segundo Faro que

é possível deduzir que o público leitor de *Realidade* era mesmo constituído majoritariamente por segmentos que hoje, possivelmente, seriam enquadrados nas classes A e B, concentrados em sua maior parte nas áreas urbanas. As demandas culturais desse público, tomadas aqui em seu sentido mais amplo, eram modernas no sentido de que se traduziam em exigências argumentadas em torno de questões éticas e institucionais<sup>221</sup>.

O público leitor se concentrava nos grandes centros urbanos, especialmente no Rio e em São Paulo. Alguém poderia argumentar que as entrevistadas pela edição dez

---

<sup>221</sup> FARO, op.cit.p.97.

eram de diferentes lugares e classes sociais. É verdade. Mas a abordagem das matérias foi feita de tal forma que ficasse claro a defesa dos ideais de liberação defendidas pelos jornalistas. Na reportagem em que uma parteira do interior do Rio Grande do Sul é entrevistada, por exemplo, Narciso Kalili não questiona nada sobre as opiniões políticas ou morais da entrevistada<sup>222</sup>. Ela poderia ter sido uma mulher reacionária, poderia ser a favor do governo, poderia defender a virgindade, por exemplo. As reportagens que defendem a liberalização de costumes sempre são protagonizadas por mulheres dos centros urbanos. Quando aparecem mulheres mais pobres do interior, essas questões polêmicas são deixadas de lado. Nesses casos, as reportagens enfocam muito mais a garra e a força dessas mulheres “comuns” que conseguem vencer apesar das adversidades.

Ou seja, o que faltou na edição número dez foi o contraditório. Faltou uma reportagem corajosa sobre as senhoras líderes dos movimentos conservadores. Faltou traçar o perfil de uma mulher conservadora, mas que fosse vitoriosa. Alguém poderia argumentar que o objetivo da revista era contestar, mas se a pretensão era mostrar a “mulher brasileira”, num sentido amplo, a edição não fez jus ao seu intento. Ou talvez, o real motivo era sim usar a imagem da mulher liberada como se fosse a universal, afinal, o desejo expresso pela edição é que aquela mulher (encarnada na atriz Ítala Nandi) fosse universalizada. Tanto é que Carlos Azevedo afirmou que

Quebrar tabus era nossa pauta. No nº 1 você pode ver como nasce uma criança. E a jornalista feminista Oriana Falacci nos fala das suecas sexualmente livres...

Isso tudo para nós era profundamente político, era revolucionário. E mais: nós não podíamos falar de política, não podíamos criticar a ditadura militar que acabara de tomar o poder rasgando a Constituição e iniciando uma era de perseguições e horrores. Falar de comportamento era também um jeito de nos opormos ao conservadorismo que a ditadura representava (**não esquecer as senhoras católicas que marchavam pelas ruas de S. Paulo e Belo Horizonte pedindo o golpe militar, a revista era um petardo contra tudo o que elas representavam: preconceito, hipocrisia, ignorância...**)<sup>223</sup>.

Ou seja, havia a preocupação de propagandear a mulher liberada em oposição às “senhoras católicas”. Mas não seriam essas senhoras também parte do quadro que compunha “a mulher brasileira” de 1967? Do ponto de vista, digamos, “ideológico”, faz

---

<sup>222</sup> KALILI, Narciso. “Nasceu!” in: Realidade, nº 10, janeiro de 1967. pp.68-74.

<sup>223</sup> Entrevista de Carlos Azevedo concedida a mim. Ver: p.201 . Grifos meus.

todo sentido “esconder” a conservadorismo feminino. Do ponto de vista jornalístico, questionável.

A meu ver, essa opção dos jornalistas tem duas implicações. Em primeiro lugar, reforça a ideia que já critiquei anteriormente de colocar a mulher como vítima unilateral dos homens. Em segundo lugar, isenta a população brasileira de ter apoiado o golpe civil-militar, colocando-os também como vítimas unilaterais. Se por um lado os apoiadores da ditadura possam hoje sentir-se constrangidos por tal apoio, aqueles que eram críticos ao regime, como alguns jornalistas de *Realidade*, talvez seja igualmente pesaroso, reconhecer que lutaram contra um regime autoritário que foi sustentado pelo povo que eles tanto procuraram libertar.

#### 2.4 1968- O ÚLTIMO E ANTOLÓGICO ANO

O ano de 1968 virou um marco. É tese de vários estudos e debates controversos. P Béneton e J. Touchard classificaram em oito, as diferentes leituras acerca do Maio francês<sup>224</sup>:

1. Maio de 1968 como complô: complô de esquerdistas que teriam manipulado a população. Era essa a tese defendida, por exemplo, por Charles de De Gaulle;
2. Maio de 68 como crise da Universidade: os estudantes colocam em xeque a rigidez institucional da universidade, vista como a burocratização do conhecimento;
3. Maio de 68 como acesso de fúria febril ou como revolta da juventude: nesse caso o acontecimento pode ser entendido positivamente (jovens assumem protagonismo social) ou negativamente (não teria passado de uma paródia de revolução, onde os jovens nem sabiam contra o que estavam lutando);
4. Maio de 68 como crise da civilização: os revoltosos visavam menos a um regime pretendido do que a uma civilização pretendida. Ou seja, mais do que uma crítica à organização política em que viviam, os revoltosos atacaram os valores das Luzes e a ideia de progresso da modernidade;
5. Maio de 68 como conflito de classes de um novo tipo: para uma determinada explicação influenciada pelo marxismo, o evento foi um novo tipo de conflito de

---

<sup>224</sup> FERRY, Luc & RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.pp.58-62.

classes, aonde aspectos culturais, sociais e políticos vieram se somar aos aspectos econômicos;

6. Maio de 68 como conflito social tradicional: para determinados comunistas ortodoxos a causa da revolta foi a greve do operariado;
7. Maio de 68 como crise política: ausência de real alternativa política na França, crise de confiança dos franceses, especialmente dos jovens, em relação às instituições da V República;
8. Maio de 68 como um encadeamento de circunstâncias múltiplas: não existe apenas uma única e difusa causa, mas causas ocasionais múltiplas.

Ferry e Renaut se colocam ao lado de quem defende esse último e oitavo ponto. Segundo eles o pluralismo interpretativo desta última leitura poderia aproveitar as três principais perspectivas interpretativas que marcam as pesquisas sobre 1968<sup>225</sup>. Essas perspectivas seriam: a) a perspectiva dos autores, dos agentes que fizeram 68, que tendem a priorizar em suas análises a “revolta da liberdade contra a opressão do Estado”. Nesse caso o sentido do episódio será buscado no que os atores visaram, ou seja, o intérprete espousa o ponto de vista dos atores. b) a perspectiva do “sistema imanente”, das estruturas de dominação. Nesse caso o intérprete costuma entender 68 como uma pseudo-revolução, uma mudança dentro da continuidade. c) a perspectiva que enfoca o acontecimento em si. De acordo com essa visão, teríamos que entender 68 como uma iniciativa extraordinária, inconcebível antes de acontecer. Afirmam os autores que

(...) a iniciativa aqui não remete mais a intenção alguma, nem à de uma imanente à história, nem à racionalidade dos líderes (...) a revolução surge propriamente do nada, deste ‘lugar nenhum’ resistente a todas as explicações que, armadas do princípio de razão, buscam uma origem<sup>226</sup>.

O pluralismo interpretativo defendido pelos autores procura menos negar as três perspectivas do que denunciar o suposto unilateralismo delas. Tal pluralismo deixaria “às interpretações futuras o cuidado de colocar a ênfase sobre certo nível de interpretação do que sobre outro”<sup>227</sup>.

A memória dos jornalistas que trabalharam na redação de *Realidade* enfoca, como já era de se esperar, a perspectiva dos autores, destacando o esforço da equipe contra a

---

<sup>225</sup>Ibidem.p.63.

<sup>226</sup>Ibidem.p.82.

<sup>227</sup>Ibidem.p.89.

editora e contra a ditadura. A presente pesquisa não tem a pretensão de ignorar essa agência, mas procura enfatizar mais as permanências do que as rupturas.

As reportagens de *Realidade* de 1968 espelham a agitação da época. A maioria das capas tem temas políticos, nacionais ou internacionais. Todas as edições daquele ano tiveram pelo menos uma matéria sobre a Guerra do Vietnã, sendo algumas de capa. Outro tema recorrente foi o movimento estudantil, culminando com uma capa de Luiz Travassos, presidente da UNE, em julho de 1968.

Vários líderes políticos também foram capa. Adhemar de Barros em janeiro, Fidel Castro em abril, Che Guevara em Agosto, Carlos Lacerda em novembro e Luis Carlos Prestes em dezembro. Líderes tanto de esquerda, quanto de direita. Além da Guerra do Vietnã, acontecia a Guerra Fria e qualquer assunto político abordado desvelava no maniqueísmo capitalismo versus comunismo. Na edição de dezembro, a que trazia Prestes na capa simboliza o alinhamento da Abril com o governo, quando ela publica um editorial já citado em que faz críticas duras ao comunismo. Estava tomada a decisão de qual lado da guerra fria a editora estaria.

As manifestações brasileiras em 1968 estavam em sintonia com o que ocorria no mundo todo no período, mas tiveram a particularidade de inserir-se na luta contra a ditadura civil-militar. Ela enfrentava três frentes de contestação social e política: o movimento estudantil, o movimento operário e a agitação cultural promovida por intelectuais e artistas.

Desses três, o movimento estudantil foi o que mais mobilizou as atenções da equipe da revista. O movimento estudantil brasileiro seguiu uma dinâmica de luta própria, anterior ao famoso maio francês. O ano de 1968 começou com manifestações de estudantes, especialmente no Rio de Janeiro. Eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões. Os estudantes também contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. Oriundos, em sua maioria, de camadas mais pobres, reivindicavam mais vagas para o ensino público, já quemuitos eram aprovados no vestibular, mas ficavam sem vagas.

A rebelião estudantil vinha sendo esboçada desde 1966, mas só viria a desenvolver-se plenamente em 1968. Antes mesmo deste ano a revista já tinha produzido reportagens sobre os estudantes, mas em 1968 elas se tornaram mais constantes. O primeiro conflito de rua daquele ano ocorreu em 28 de março, quando a polícia invadiu o restaurante Calabouço (restaurante estudantil carioca, cuja clientela era composta

especialmente por estudantes secundaristas pobres) para dispersar um protesto por reformas educacionais e pela liberdade política. Acabou sendo morto, nesse dia, o secundarista Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi levado para a Assembleia Legislativa. Milhares de pessoas compareceram ao enterro, no Rio de Janeiro. Passeatas de protesto espalharam-se pelo resto do país.

Nos meses de abril e maio de 1968, houve novas manifestações públicas, mas os estudantes em geral buscaram refazer as forças, recolhendo-se no interior das faculdades. O movimento estudantil ganharia novamente as ruas em junho, mês no qual atingiu seu ápice em todo o país. Em Julho *Realidade* coloca Luis Travassos na capa da edição. “Este moço comanda a agitação”, dizia a chamada, logo abaixo de uma foto de Travassos encostado na parede, segurando um jornal com uma das mãos e com a outra segurando um casaco. A reportagem de José Carlos Marão procurou demonstrar as opiniões divergentes dentro do movimento, que tinha Travassos dentre aqueles que defendiam que não poderia haver qualquer diálogo com a ditadura e aqueles que acreditavam, como Vladimir Palmeira, que o diálogo era necessário para demonstrar que o governo não era uma democracia<sup>228</sup>. Marão se preocupou, entretanto, em dar voz também, mesmo que com menor destaque, aos estudantes e autoridades que não concordavam com a UNE.

No dia 26 de junho de 1968, ocorreu a célebre Passeata dos Cem Mil: estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. O governo não reprimiu a passeata devido à pressão da opinião pública. Uma Comissão ampla foi indicada para iniciar um diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão.

Generalizavam-se passeatas, greves e ocupações de faculdades. O Rio de Janeiro era o cenário principal, onde os estudantes logravam adesão popular a suas manifestações: mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento nas ruas no dia 19 de junho; as cenas repetiram-se no dia 21, ainda mais agravadas, deixando quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos. A primeira de uma série de ocupações de escolas, pelo país afora, ocorreu no dia 22, na tradicional Faculdade de

---

<sup>228</sup> MARÃO, José Carlos. “Eles querem derrubar o governo” in: *Realidade* n°28, julho de 1968.

Direito de São Paulo, logo seguida pela Faculdade de Filosofia. O repórter Dirceu Soares esteve junto com eles<sup>229</sup>.

Grupos violentos dos dois lados começaram a praticar atentados. De um lado a organização paramilitar de extrema-direita, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto por estudantes e policiais. De outro, algumas organizações de esquerda faziam ações como a explosão de uma bomba no Quartel General do II Exército em São Paulo, que vitimou um cabo em 26 de junho.

Em 3 de agosto de 1968, foi preso o principal líder estudantil carioca, Vladimir Palmeira<sup>230</sup>. A Universidade de Brasília foi violentamente invadida pela polícia no dia 29. Dia 3 de outubro, em São Paulo, foi assassinado um estudante na Faculdade de Filosofia, após ataque de estudantes e paramilitares de direita abrigados na Universidade Mackenzie. Seguiram-se passeatas e choques com a polícia nos dias subsequentes.

O Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no interior paulista, foi desmantelado antes de seu início, em 15 de outubro de 1968. Todos os presentes foram presos, cerca de 700 universitários, inclusive os líderes mais expressivos. Estava derrotado o movimento estudantil brasileiro de 1968. Vários de seus integrantes passariam a concentrar suas atividades na militância política clandestina contra a ditadura, em organizações de esquerda.

À medida que os protestos de estudantes cessaram, cessou também o assunto em Realidade. Foi, sem dúvida, ao lado da guerra do Vietnã e do comunismo, o tema mais “quente” de 1968. Entretanto, apesar de dividir o protagonismo das capas com esses outros temas, o movimento estudantil brasileiro leva vantagem por que foi algo mais próximo dos jornalistas. Muitas reportagens da Guerra do Vietnã, por exemplo, (a maioria, na verdade) eram de jornalistas estrangeiros<sup>231</sup>.

É curioso notar, entretanto, que no ano de 1968 a revista foi, digamos, mais discreta na abordagem dos temas sexuais. Em algumas matérias foi até mais conservadora. Entre abril e julho, por exemplo, foram publicadas uma sequência de matérias em que temas de cunho moral foram apresentados de maneira negativa. Em certo sentido, até pejorativa. São elas as matérias sobre mulheres que fazem strip-tease, sobre homens homossexuais e sobre prostituição feminina. Escolhi abordar as duas

---

<sup>229</sup> SOARES, Dirceu. “A faculdade está ocupada” in: *Realidade*, n°29, agosto de 1968. p.49.

<sup>230</sup>No mesmo mês *Realidade* publicava reportagem de Marcos de Castro, com o perfil de Vladimir Palmeira: “Eis o que pensa um novo líder da esquerda”.

<sup>231</sup> Destaco, entretanto, que José Hamilton Ribeiro foi enviado internacional da revista no Vietnã, inclusive perdendo a perna numa mina terrestre enquanto trabalhava. Ver Ilustração 12.

últimas por que elas me possibilitam explorar mais profundamente minha proposta expressa na introdução.

Além dessas matérias, ainda selecionei outra sobre a monogamia, uma sobre educação sexual, outra sobre aborto e uma última sobre a Suécia.

#### 2.4.1 Homens que não são homens

Em maio de 1968, enquanto os jovens franceses estavam lutando por seus ideais em Paris, e os estudantes brasileiros ensaiavam as revoltas que aconteceriam em junho, *Realidade* lançava mais uma edição, a de número vinte e seis. Nela, o jornalista Hamilton Almeida foi responsável por uma das reportagens mais importantes da história da fase inicial da revista. O texto “Homossexualismo” foi escrito em forma de crônica. Muitas outras matérias foram produzidas dessa maneira. O repórter deveria ir até o local de interesse e “viver” com os personagens os problemas que a revista desejava expor e debater com seus leitores.

Não existia um movimento gay propriamente dito no Brasil em 1968. Um tímido movimento que reivindicava a descriminalização da homossexualidade teve início no final do século XIX na Europa. Mas só depois do fim da Segunda Guerra Mundial que ele ganhou força, principalmente pelo fato da Alemanha nazista ter mandado centenas de milhares de homossexuais para os campos de concentração.

O marco simbólico para o surgimento do Movimento gay, entretanto, é 28 de junho de 1969, quando estourou a antológica rebelião em Stonewall, na cidade de Nova Iorque. Este era o nome de um bar frequentado por gays e travestis nos anos 60. Havia um ambiente de tolerância, por isso casais de mesmo sexo trocavam carícias sem serem importunados. A polícia aparecia de vez em quando, procurando uma maneira legal de fechar esse e outros estabelecimentos do tipo. A justificativa mais usada pelas autoridades para a aplicação de alguma sanção legal era a falta de licença para a venda de bebidas alcoólicas, entretanto, utilizavam-se dessas batidas para outros fins, como prender todos os homens que se encontrassem travestidos. No dia 28 de junho de 1969 a polícia veio para mais uma batida. Mas dessa vez, as pessoas que foram liberadas pela polícia, resolveram resistir, em solidariedade aos travestis presos. Os policiais se assustaram com a atitude dos manifestantes e foram se refugiar dentro do próprio Stonewall. Reforços chegaram e depois de muita pancadaria, pedras e tijolos atirados,

cestas de lixo queimadas, a polícia voltou com 13 presos. No dia seguinte a mesma situação se repetiu, mas desta vez, os manifestantes picharam frases pedindo direitos iguais. Só no terceiro dia a situação foi normalizada<sup>232</sup>.

A reportagem na qual me detenho agora foi escrita cerca de um ano antes dos acontecimentos de Stonewall. O jornalista Hamilton Almeida visita um bar muito parecido com esse, mas no Brasil, encontrando semelhanças entre o ambiente nova-iorquino e o brasileiro. Os bares que ele frequenta no Rio e em São Paulo também são frequentados por gays e também sofrem com batidas policiais (uma, inclusive, aconteceu com Almeida presente). A narrativa do repórter é marcada por sua interação com os personagens que ali encontra e por uma caracterização muito peculiar que ele imprime ao seu texto.

Há duas características que se sobressaem logo de início nessa matéria em relação a todas as outras matérias polêmicas publicadas pela revista. Em primeiro lugar, essa é a primeira vez que *Realidade* apresenta um tema de forma tão negativa. Há reportagens a favor do divórcio, do sexo livre, da liberação feminina, do ensino de educação sexual às crianças, do fim do celibato na Igreja, etc. Mas a visão que ela constitui acerca dos homossexuais é bastante pejorativa.

A segunda observação está ligada à primeira: como deprecia o assunto que aborda a matéria não utiliza nenhuma imagem, o que é curioso para um periódico famoso pelas belas e grandes fotografias. Não há fotos (nem mesmo aquelas que escondem ou distorcem o rosto), nem ilustrações. Somente o texto bem escrito e sombrio de Almeida. Sombrio por que o clima descrito por ele lembra o de um filme noturno, como *BladeRunner*. Diante da caracterização do ambiente, fica difícil não associar os frequentadores a seres obscuros da noite, tais quais os vampiros. Outro motivo para a falta de imagens poderia ser, também, o fato da homossexualidade ser reprovada pela sociedade. A revista sinalizaria estar evitando conflitos com a censura ou com o público. “Durante semanas, o jornalista Hamilton Almeida viveu o mundo triste e desumano dos homens que negam sua condição de homens”<sup>233</sup>. Assim resume a apresentação do texto. A seguir, prossegue com uma descrição inicial de um bar gay:

Êste bar tem um colorido todo seu. É muito iluminado, as lâmpadas frias provocam uma luz clara e forte, que chega a doer nos olhos

---

<sup>232</sup> SIMÕES, Julio; FACCHINI, Regina. *Na Trilha do Arco-Íris: Do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p.45.

<sup>233</sup> ALMEIDA, Hamilton. “Homossexualismo” in: *Realidade*, n° 26, maio de 1968, p.112.

quando misturada com a fumaça de muitos cigarros. O colorido do bar vem das roupas, das camisas, cintos e calças dos frequentadores. Fica solto no ar, por cima das cabeças de todos, e chega a dar a impressão de que há aqui uma nuvem decôres<sup>234</sup>.(sic)

Além das cores, o que mais chama a atenção são as pessoas. O jornalista faz uma “classificação” dos frequentadores em três “tipos”. Assim ele descreve o primeiro grupo: “Os frequentadores vêm em ondas, leves ao andar, espalhafatosos no vestir, dos pés à cabeça, onde normalmente o cabelo é bem grande. Esta gente são os homossexuais e este é um de seus pontos de encontro”<sup>235</sup>.

O segundo “grupo” é descrito de maneira bastante pejorativa:

À volta deles[os homossexuais], circula um outro tipo de jovens. Alguns mal vestidos, não muito limpos, o rosto já marcado por uma vida não muito certa. São os ‘profissionais’, rapazes que transformaram em profissão o ato de sair com homossexuais. Em troca de dinheiro, pura e simples, ou em busca de algum presente: uma camisa, um par de sapatos.

Ou ainda para roubar alguma coisa, e então recebem o apelido de ‘gato preto’. No fundo, são todos iguais, vêm dos bairros ou de outras cidades, não moram mais em casa, nem trabalham ou estudam. E, se até o fim da noite não arrumarem onde dormir, ficarão na rua mesmo

“<sup>236</sup>”

As operações de distribuição, análise e controle, solidamente interligadas, atingem a política, a economia e também o sexo. As discriminações “homossexual”, “bissexual” e heterossexual” fizeram parte deste esforço classificatório. Não se domina o que não se conhece e se conhece melhor pelo ordenamento sistemático da realidade a ser conhecida. Esse é o esforço de Almeida, sistematizar, classificar, para melhor organizar aquilo que ele vê.

O terceiro segmento é aquele que foi descrito com mais intenção de causar asco ao leitor:

Nesta hora, de tardezinha, a maioria dos poucos frequentadores que estão aqui no bar são jovens mal vestidas que parecem mais velhas do que realmente são, e alguns ‘velhos’. Estes – um **outrotipo de gente** que circula nesses ambientes – são maníacos sexuais que gostam de garotos. E pagam na mesma moeda que os ‘profissionais’ se vendem: com dinheiro ou com presentes<sup>237</sup>.

---

<sup>234</sup>Ibidem.

<sup>235</sup>Ibidem.

<sup>236</sup>Ibidem.

<sup>237</sup>Ibidem. Grifos meus.

É interessante notar que os “profissionais” e os “velhos” não são classificados como homossexuais, mesmo tendo desejos por outros homens. O motivo, ao que tudo indica, é que a Hamilton Almeida entende esses dois “grupos” como heterossexuais que apenas eventualmente se relacionam com outros homens, ou por dinheiro ou por serem “maníacos”. Como a homossexualidade é entendida como uma identidade fixa e natural, quem aparenta alguma flexibilidade na escolha sexual não é tratado como homossexual.

Respeitando o estilo de *Realidade* em trazer a “realidade” ao leitor, Almeida traça o perfil de alguns homossexuais que ele conheceu durante o seu trabalho. Fábio é o primeiro personagem dessa “crônica da vida real”. Ele responde à pergunta de Almeida, que quer saber por que eles (os gays) frequentam o bar. Segundo Fábio, “um rapaz de 22 anos, loiro e alto, esguio, muito delicado nos gestos e na voz baixa e macia, com os cabelos caindo de vez em quando sobre os olhos”, o motivo deles estarem ali é

uma tentativa do homossexual de investigar se ele é realmente um marginal. Na rua, nós somos marginais, as pessoas nos olham estranhamente. No meu trabalho, queira ou não, sou um marginal. Em casa, já fui posto para fora, sou marginal. Aqui não nos sentimos culpados sozinhos<sup>238</sup>.

Fábio vivia como escritor, ganhava bem. Aos dezenove anos foi expulso de casa pela família. O pai chegou a trancá-lo em casa com uma mulher contratada para seduzi-lo. Sem sucesso. Fábio, segundo Almeida, era calmo e tranquilo, o que seria uma exceção. O jornalista afirma que “os homossexuais são muito agressivos. Entre eles existe uma necessidade de ser brilhante, inteligente e ligeiro nas respostas às provocações”<sup>239</sup>.

É através de mais alguns indivíduos que o autor da matéria procura mostrar essa agressividade. O principal deles, Pedro, merece atenção especial. Ele foi indagado pelo jornalista sobre a “discriminação interna” que existe dentro do gueto homossexual. Ele se referia ao fato de existirem os gays mais “masculinizados” e os mais afeminados, chamados de “bonecas”.

Pedro, segundo a matéria, tem uma opinião “agressiva” sobre o assunto. Para ele “essa sociedade se sente mais agredida pelas ‘bonecas’ que por nós. ‘Elas’ são os

---

<sup>238</sup>Ibidem. p.113.

<sup>239</sup>Ibidem.

palhaços, servem de símbolo oficial para o homossexualismo”<sup>240</sup>. Pedro entendia que a afetação dos afeminados era uma “autodestruição em forma de protesto” contra a sociedade. Segundo ele “essa atitude de agredir as pessoas na rua, com trejeitos e cara pintada, é menor. Só os cultos, inteligentes ou muito experientes na vida tentam agredir através da sua própria destruição e da destruição de quem se deixar envolver”<sup>241</sup>.

Essa afirmação merece uma análise mais detalhada. Nela, revelam-se como alguns dos atuais desafios que os homossexuais enfrentam, são similares aos de quarenta anos atrás. Primeiramente, a divisão que existe entre os mais afetados e os mais masculinizados. Segundo, a questão de “ser assumido” em público ou não.

Recentemente, um casal gay foi expulso de uma festa na USP por protagonizar um beijo<sup>242</sup>. Em blogs da internet e pelas redes sociais, muitos gays debatiam se a atitude dos dois foi correta ou não<sup>243</sup>. Assim como Pedro, muitos jovens gays de hoje acreditam que seja errado beijar em público por que isso aumentaria o preconceito. Outros, por sua vez, acreditam que sem atitudes como essa, não é possível conquistar mais espaço e lembram-se das lutas civis dos negros nos EUA como exemplo.

A mesma polarização se dá, e com mais intensidade, quando se discute a divisão entre gays afeminados e masculinizados. Uma parcela dos últimos odeia os primeiros e utilizam o mesmo argumento de Pedro para justificar seu pensamento: o afeminado representaria o estereótipo do homossexual e graças a ele que existiria o preconceito<sup>244</sup>.

O afeminado não é o “gay legítimo”, uma vez que o “verdadeiro gay” é macho, sente-se como homem e dirige sua atração física para outro macho, como ele. Recusa-se qualquer atributo feminino, e a virilidade é extremamente valorizada, tanto quanto os homens heterossexuais ou mais ainda do que eles. É mais tentador e mais fácil adequar-se às estruturas de dominação do que procurar subvertê-las. À esse respeito Bourdieu afirma que

o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constringido e forçado, as categorias de percepção direitas (straight, em oposição a crooked, tortas), e a viver

---

<sup>240</sup>Ibidem. p.114.

<sup>241</sup>ib.

<sup>242</sup>FOLHA

ONLINE.

Disponível

em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u462107.shtml>> 11/11/2011

<sup>243</sup><sup>243</sup>Qualquer consulta a uma rede social irá constatar que esse tema é um dos mais debatidos atualmente.

<sup>244</sup>Esse discurso ainda é muito forte hoje em dia entre os próprios homossexuais. Muitos desprezam os ditos afeminados.

envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais<sup>245</sup>.

Presenciando essas contradições no bar gay onde se encontrava, Almeida comprou parte desse discurso que opunha os gays afeminados (caracterizados por eles de maneira mais depreciativa) e os masculinizados (representados com mais simpatia). À essa dicotomização, o jornalista ainda relacionou situação financeira e nível intelectual:

A “boneca” (aquê de **classe social mais baixa** e mais irreverente no vestir, no falar e nos gestos) chega a irritar os mais inteligentes, socialmente melhor de vida e mais discretos. Para definir as “bonecas”, usam outro têrmo próprio: “fechar”. O mesmo que se exibir ostensivamente pela rua, andando com maquilagem ou dando pulinhos e gritinhos. Um homossexual **da classe média para cima** dificilmente se mostra “fechativamente” pela rua. Exerce, inclusive, na maioria dos casos, dois tipos de comportamento. É mais sóbrio quando fora de seus ambientes e só dá sinais ostensivos em locais fechados, festinhas ou boates de homossexuais **de mesmo nível**<sup>246</sup>.(sic)

Um preconceito de classe aparece generificado. Pessoas mais cultas, com nível universitário ou com renda maior são identificadas com o homossexual masculino. Os afeminados, como já demonstraria a sua própria “inversão”, são pessoas não esclarecidas, comparadas por Almeida às prostitutas. A identidade de gênero, portanto, surge como uma questão de nível de instrução. Os mais instruídos sabem se comportar, enquanto os demais se “perdem” por sua ignorância.

Todos os personagens descritos por Almeida são por ele caracterizados seguindo uma classificação. Cada um é relacionado a um dos três grupos supracitados e tem especificada sua classe social. Um exemplo é Álvaro. Um menino de quinze anos que fala para todos que tem dezenove. Ele é identificado como um dos “profissionais”, pobre de classe baixa. “Não trabalha, nem estuda. Quando o pai não lhe dá dinheiro, sabe onde arrumar”<sup>247</sup>. Por mais que seja retratado com simpatia pelos amigos e pela reportagem, a descrição que fica marcada é aquela feita parágrafos antes, dirigida ao “grupo” de Álvaro.

---

<sup>245</sup>BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.p.144.

<sup>246</sup>ALMEIDA, Hamilton. op. cit. p.114. Grifos meus.

<sup>247</sup>Ibidem. p.116.

Os profissionais, geralmente de calças apertadas (...) ficam andando de um lado para o outro, forçando ares, em atitudes de filme de banguê-banguê, e olhando a todos por cima. As mãos, às vezes, ficam até a altura da cintura, onde poderia estar colocado o revólver, caso fossem mesmo mocinhos de cinema. São personagens trágicos<sup>248</sup>.

Há o tipo gay culto e bem de vida. É o caso de Plínio. Ele fazia parte dos “velhos”. Tem 43 anos e é formado em psicologia. Namorava um rapaz com idade inferior a vinte anos e dizia que lhe ensinava tudo sobre a vida. Interessante é o que ele sente em relação às mulheres. “Plínio não se aproxima das mulheres por ter medo delas. Em cada uma, vê uma fonte de mistérios, um enigma a ser decifrado (...). Nos homens não vê problema maior de relacionamento”<sup>249</sup>.

É curioso que muitos entrevistados apontam as mulheres como “causa” de sua homossexualidade, como se elas é que não merecessem um investimento sexual. O jovem Adílson, por exemplo, é

Tímido, não tem jeito de homossexual e no fundo não chega mesmo a ter certeza se é ou não. Está tratando-se por que a única coisa real que o liga a estemundo é a raiva que tem das mulheres, da sua “burrice e dependência”, e o impulso que sente de ficar entre homens<sup>250</sup>.

Já Fernando, de 38 anos, um advogado rico, afirma:

Me tornei homossexual aos 28 anos. Foi depois da minha terceira tentativa de casamento com uma mulher muito rica, de alta sociedade. Antes de casarmos, ela se entregou a mim e eu criei um trauma. Passei a achar que não podia mais me casar com ela. Logo depois, entrei nesse mundo<sup>251</sup>.

Fábio, o escritor de vinte e dois anos, explicou da mesma forma:

Conta que até os treze anos tinha tendências normais. Gostava de namorar suas primas, só que não era um garoto de jogar futebol como os outros, preferia ficar dentro de casa, lendo ou estudando. Adquiriu raiva das mulheres através das insinuações, de ser chamado de “mulherzinha” pelos outros e até mesmo pela família. Tornou-se homossexual, mas não se vê num beco sem saída.  
- Já gostei de uma mulher. Se ela não fosse casada, ou, mesmo sendo, tivesse dado certo comigo, eu não teria continuado homossexual. **Ela**

---

<sup>248</sup>Ibidem.

<sup>249</sup>Ibidem.p.115.

<sup>250</sup>Ibidem.

<sup>251</sup>Ibidem.

**teria sido uma saída.** Porém acho tolo dizer que tratamento ou força de vontade resolvem. Preciso de instrumentos para sair<sup>252</sup>.

Cada um à sua maneira, esses homens dão justificativas misóginas pelos desejos sexuais que possuem. No caso de Adílson, a mulher representa o ser intelectualmente inferior, que não merece o investimento sexual dele. Se ele não se sente atraído por mulheres, é por que elas não conseguem despertar o seu interesse, visto que seriam “burras e dependentes”. Como só os homens seriam inteligentes e autônomos, nada mais natural que sentir-se “impelido a ficar entre eles”. Fernando, por sua vez, recorre ao argumento do trauma. A culpa foi toda da mulher sedutora e perversa, que, num ato imoral, entregou-se a ele antes do casamento ser sacramentado, criando nele um trauma.

Para Fábio, o problema é ainda maior. Ele “tomou raiva” das mulheres, mas, como deseja abandonar a vida com os homens, obriga-se a procurar por uma. Sua relação com as mulheres, portanto, é de repulsa e de conveniência, uma vez que um relacionamento estável com uma delas é obrigatório para que ele possa ser socialmente aceito, o que ele chama de “uma saída”. A mulher, portanto, seria o “instrumento” de que ele precisa para atingir esse objetivo.

A ideia de uma “cura” para a homossexualidade perpassa quase toda a matéria. *Realidade* defende que a homossexualidade é reversível. Ao longo do texto, informações de caráter “científico” são inclusas entre os parágrafos. Essas inserções são independentes do restante do texto e podem ser lidas separadamente. Entretanto, elas foram estrategicamente colocadas em pontos da narrativa que servem para direcionar a leitura do receptor.

É necessário analisar esses discursos sob a argumentação teórica do binômio poder-saber. Na sua *Microfísica*, Foucault afirma que a verdade pode ser vista como social e histórica. Para ele, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”<sup>253</sup>. Isso significa que cada sociedade possui um regime de verdade para regulamentar discursos tachados de falsos ou verdadeiros, produzindo efeitos de poder relacionados aos discursos “verdadeiros”. Foucault chama de saber esse conjunto de regras pelos quais a verdade é revelada e distinguida do falso, sendo que ao verdadeiro são atribuídos efeitos de poder específicos.

---

<sup>252</sup>Ibidem. Grifos meus.

<sup>253</sup>FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 12.

A hegemonia de certas masculinidades/homossexualidades sobre outras se dá no sentido de que ela é exercida cotidianamente, através das práticas sociais. A ciência e a religião podem estar imbuídas dessa produção da verdade. No caso da matéria “Homossexualismo” de *Realidade*, o discurso científico é utilizado para produzir a verdade sobre o homossexual e sobre o homem. Em sua *História da Sexualidade I*, Foucault demonstra como a partir do século XVIII houve uma explosão discursiva a respeito do sexo<sup>254</sup>. Era preciso conhecer melhor aquilo que se procurava regular e controlar. Depois, de estabelecidos os discursos, era extraída a verdade deles.

O saber e o poder estão imbricados em cada parágrafo da presente matéria. Os trechos que analiso a partir de agora, demonstram como a verdade sobre o homossexual e sobre a masculinidade era produzida. Na página 115 há o seguinte “quadro explicativo”:

Nenhum homossexual admite ser o seu homossexualismo uma doença. No máximo admite ser um vício, se for necessário usar um termomais forte. **A maioria prefere explicar sua atitude como umabusca de amor, uma procura existencial.** Todos, sem exceção, criam teorias para justificar suas atitudes. Constroem todo um mundo de fantasias, mas acabam mesmo se perdendo dentro desse mundo. Muitos também não aceitam as palavras “tratamento” e “cura” aplicadas ao seu caso. Argumentam que isso implica um julgamento de ordem moral, onde fica subentendido que os homossexuais não são indivíduos como os outros e que devem ser tratados ou curados no seu próprio interesse e nos dos demais. Exceto casos raríssimos de hermafroditismo, quando o indivíduo pode apresentar características físicas de ambos os sexos (e pode ter o seu problema resolvido cirurgicamente), a homossexualidade é abordada mais do ponto de vista psíquico que do ponto de vista médico<sup>255</sup>.

Primeiro é apresentada a versão dos próprios homossexuais, que não aceitam a designação de doença para seu desejo, mas como uma busca existencial e afetiva. Opondo-se a essa versão aparece o saber psiquiátrico, sobrepondo-se à fala dos entrevistados:

A teoria genética da homossexualidade – hereditária e condicionada pelos distúrbios hormonais – é ultrapassada. A homossexualidade é considerada do ponto de vista psiquiátrico como neurose de caráter e enquadrada nas chamadas **personalidadespsicopáticas**. A teoria analítica restringe-se a interpretações psicológicas. O tratamento varia de acordocom a posição teórica do terapeuta. Segundo os analistas, a homossexualidade representa a expressão física de uma **fantasia**

---

<sup>254</sup>FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006. p.12.

<sup>255</sup>ALMEIDA, H. op. cit p.115. Grifos meus.

**elaborada pelo próprio indivíduo apartir de algum fato real durante a primeira infância,** e é através dela que a homossexualidade se reveste de significação. Embora **produzida imaginação,** a fantasia atua como se fôsserealidade, condicionando o comportamento do indivíduo. A psicanálise pretende tratar o problema do homossexualismo através do estudo e da conscientização das fantasias ao sintoma sexual. Há possibilidade de cura, ou seja, de o indivíduo vir a manter relações com o sexo oposto, desde que a fantasia seja reconhecida e relacionada com a realidade<sup>256</sup>.(sic)

A conclusão da matéria é que a homossexualidade é uma “personalidade psicopática”. A cura seria atingida com a “volta do homossexual à realidade”, ou seja, a eliminação de sua suposta fantasia psicológica. Em seguida um quadro na página 116-117, toca no assunto do ato sexual homossexual, que, assim como o sexo heterossexual, é sempre percebido através da perspectiva do falo (ativo X passivo). A esse respeito Bourdieu assinala que

a particularidade desta relação de dominação [sobre os homossexuais] é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado) implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual<sup>257</sup>.

Foucault trata do mesmo tema em seu estudo sobre as relações homoeróticas entre os homens e os rapazes na Grécia clássica<sup>258</sup>. Foi refletindo a esse respeito que os gregos desenvolveram a questão das relações entre o uso dos prazeres e o acesso à verdade, sob a forma de interrogação sobre o que deve ser o verdadeiro amor.

A moral grega permitia (e podia até incentivar) a relação afetiva e sexual entre um homem mais velho e um jovem rapaz. Entretanto, o mais velho deveria ser o ativo e o mais jovem deveria ser o passivo. O homem maduro necessita afirmar a sua virilidade, enquanto o jovem, ainda não sendo um homem formado, podia aceitar o papel de passivo, conquanto ele não demonstrasse que gostava daquela posição, uma vez que ele, um dia, também seria um homem maduro. Essa, portanto,

é a dificuldade, nessa sociedade que admitia as relações sexuais entre homens, provocada pela justaposição entre uma ética da superioridade

---

<sup>256</sup>Ibidem.

<sup>257</sup>BOURDIEU. P. op.cit. p.144.

<sup>258</sup>Ver o capítulo “Erótica” em *História da Sexualidade II*.

viril e uma concepção de qualquer relação sexual segundo o esquema da penetração e da dominação do macho; a consequência disso consiste, por um lado, em que o papel da “atividade” e da dominação é afetado por valores constantemente positivos mas, por outro, é necessário atribuir a um dos parceiros no ato sexual a posição passiva, dominada, inferior. E embora não haja problema quando se trata de uma mulher ou de um escravo, o mesmo não acontece quando se trata de um homem. É sem dúvida a existência dessa dificuldade que explica, ao mesmo tempo, o silêncio no qual a relação entre os adultos foi efetivamente envolta, e a barulhenta desqualificação daqueles que justamente rompem com esse silêncio ao marcarem sua aceitação, ou melhor, sua preferência por esse papel “inferior”<sup>259</sup>.

Essa relação homoerótica entre o mais velho “protetor” e o mais novo “aprendiz”, não foi exclusividade da Grécia Antiga. O Japão Medieval também viveu situação semelhante<sup>260</sup>. Dentro dos mosteiros budistas, era muito comum a relação homoafetiva entre o monge e o noviço menor de idade. Esse envolvimento era tido pelos sábios budistas como uma relação pura, onde ambos aprendiam sobre a vida e sobre as verdades do universo. Comumente o jovem amante era identificado com alguma deidade budista, geralmente Kannon (Sanskrit Avalokite'svara), Jizoo (skt. Ksitigarbha) ou Monjushiri (Sanskrit Ma~nju'srii). Em muitos contos japoneses desse período, essas deidades se transformavam em jovens rapazes de rara beleza com o intuito de seduzirem os monges. Uma vez que conseguissem atingir esse objetivo, a relação afetiva e sexual dos amantes levava o monge à Iluminação, ou seja, ao objetivo último do budismo. No caso japonês, diferente dos gregos, ainda era ausente um discurso que definia a relação homossexual como feminilização. Tanto o maduro ativo como o jovem passivo mantinham suas identidades e integridades, independentes de sua relação. Em total contraste com a sociedade cristã europeia da mesma época, o envolvimento entre dois homens era visto não só como possível, mas como facilitador do acesso do homem ao Belo e Perfeito.

O dado mais interessante da matéria de Hamilton Almeida, entretanto, é que o seu texto, ao recorrer à explicações psicológicas, acaba por fazer aquilo que Foucault diz que foi um dos maiores feitos da psicanálise: criticar teorias biologizantes da degenerescência. Por outro lado, ao utilizar os aspectos psicológicos como arma, a reportagem não causa uma ruptura mais profunda. Em primeiro lugar por que a

---

<sup>259</sup>FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 2006. p.194.

<sup>260</sup>Ver JÑANAVIRA, Dharmachari. *Homosexuality in the Japanese Buddhist Tradition*. Disponível em: <http://www.westernbuddhistreview.com/vol3/homosexuality.html>. 25/07/2011.

psicologia (pelo menos nessa época) ainda utiliza uma base biológica, tanto que o homossexual descrito por Hamilton Almeida é visto como alguém que nega sua posição natural de dominador sexual que “possui por direito”. É descrito como um príncipe legítimo que prefere ser servo, mesmo possuindo uma ascendência nobre que o habilite ao trono. Daí a abertura da reportagem de afirmar que homossexuais são “homens que negam a sua condição de homens”.

Para fechar o trabalho jornalístico, a equipe contactou três religiosos (um rabino, um pastor e um frei) e três acadêmicos (uma pedagoga, um médico e um sociólogo) para comentarem sobre a homossexualidade. Cada um deveria opinar sobre o que causava o surgimento do homossexual e o que deveria ser feito para que ele passasse a se sentir atraído por pessoas do sexo oposto.

O Frei Edson Braga de Souza, acreditava que a homossexualidade não tinha uma causa social, mas que a compreensão sobre o tema só poderia ser percebida no “contexto integral de vida da pessoa”. Professor de Teologia Moral, Frei Edson afirmava que a homossexualidade, objetivamente, “compromete a realização da pessoa”. Subjetivamente, levaria à imaturidade e à “insuficiente integração pessoal”.

O rabino Carlos Alberto Levi lembrou a rejeição histórica dos judeus à homossexualidade, desde os escritos da Torá<sup>261</sup>. Segundo ele, graças a essa firmeza moral dos lares judaicos que o número de gays entre os judeus seria ínfimo. Entretanto, ele alertava para o fato de que muitos jovens de sua época entendiam o Messias prometido por Jeová como uma era de paz e plenitude e não como um profeta. Essa interpretação “liberal”, segundo ele cria, poderia trazer fraqueza moral para o povo judeu, o que aumentaria o número de homossexuais entre eles.

O pastor metodista Rev. João Parahyba Daronch da Silva citou o famoso trecho de Paulo aos Romanos para afirmar que concorda com “a interpretação cristã de perversão da sexualidade como uma inversão da ordem natural das relações”<sup>262</sup>. O motivo para essa “grave desordem nas relações humanas” teria sido a decadência moral do ocidente.

Curiosamente, o sociólogo Ruy Coelho dá uma explicação para o surgimento da homossexualidade que se assemelha à visão do reverendo metodista. Segundo ele, existiria à época, uma “anomia”, uma ausência de regras e normas sociais. Uma indefinição das estruturas sociais, mas, nesse caso, não por que faltasse

---

<sup>261</sup>ALMEIDA. H. op.cit. p.119.

<sup>262</sup>Ibidem. p.122.

comprometimento com a religião, mas por que o mundo moderno teria tornado as relações humanas caóticas. Essa ausência de regras claras causaria uma indefinição na formação social dos indivíduos. O homossexual seria um desses que não conseguiu formar-se como pessoa perfeitamente.

O endocrinologista Bernardo Leo Wajchenberg, ainda hoje um renomadíssimo médico, destacou que o ser humano possui dois aspectos, o físico e o psicológico. O homossexual seria aquele cuja característica psicológica não corresponde ao seu corpo biológico. O fato de um médico ter sido chamado a opinar é revelador. Por mais que as teorias psicológicas já fossem hegemônicas, a opinião de um médico sobre esse tema ainda era requisitada. Hoje em dia a medicina sequer é lembrada nesse caso. Em seu lugar, quem assumiu o poder-saber biológico sobre a homossexualidade é a genética.

Finalmente, a pedagoga Maria Stella Galli relacionou a infância com a orientação sexual. Para ela, toda criança é voltada para si mesma. Quando cresce, aprende a se socializar com outras pessoas, inclusive as do sexo oposto. O homossexual seria aquele que não se libertou de si mesmo. Ela aconselhava que, na adolescência, os dois sexos aprendam a realizar tarefas juntos para que se conheçam melhor e evitar relações homossexuais.

O objetivo dessas entrevistas parece ter sido o de dar voz a diferentes tipos de opinião. Apesar de não haver nenhum psicanalista dentre esses entrevistados, os textos já citados anteriormente estão tão bem colocados entre os parágrafos que acabam possuindo maior autoridade do que a opinião desses especialistas. Ademais, o fato de esses entrevistados aparecerem apenas no final e falando apenas de forma opinativa, passa a ideia de que o que eles dizem é apenas opinião sem a autoridade científica dos textos já citados.

A reportagem praticamente absorve acriticamente tudo que a psicologia dominante da época dizia. Uma psicologia que estava, ainda, comprometida com os mesmos valores patriarcais que a revista procurava combater. Entretanto, apesar da forma pejorativa como são retratados na matéria, ainda assim é possível perceber que aquelas pessoas, assim como quaisquer outros seres humanos, possuíam sentimentos, desejos, ambições, defeitos e qualidades. Fica claro, por exemplo, que eles mantinham poucos vínculos com familiares (devido à rejeição), mas com os seus “iguais”, criou-se uma relação de solidariedade. Almeida destacou muito mais os aspectos conflituosos, como a agressividade e as disputas em torno dos modos de agir. Mas também haviam os vínculos de cooperação mútua, que eram de grande importância uma vez que os

tranquilizavam. Unidos, eles se sentiam “normais”, isentos da culpa de serem homossexuais, fazendo com que se unissem em prol de um movimento contra a exclusão homossexual. Foi exatamente esse sentimento que desembocou no movimento gay, que tanto contribuiria para os estudos de gênero e sexualidade, do qual esse estudo faz parte.

Mas o movimento gay seria capaz de propor mudanças profundas, sendo que a própria categoria “gay” como uma identidade é criação do mesmo dispositivo de sexualidade que ele busca combater? Voltarei a essa questão em outra oportunidade.

#### 2.4.2 Uma escola libertária

Paulo Patarra viajou até a Inglaterra para conhecer a célebre escola Summerhill. O fundador e então diretor do colégio era o escocês Alexander Sutherland Neill que contava então com 84 anos de idade<sup>263</sup>. Marão e Ribeiro contam em seu livro que Patarra era um grande amante da liberdade<sup>264</sup>. Na época em que era editor-chefe de *Realidade*, era também pai de crianças pequenas: “No momento de escolher o método de ensino que adotaria para os filhos, leu, estudou e não deu outra: optou pelo método descrito no livro *Liberdade sem medo* de A. S. Neill. Era um apaixonado por esse sistema, que deixava as crianças fazerem de tudo”<sup>265</sup>. Ou seja, viajar para a Inglaterra para entrevistar Neill era como conhecer um ídolo para Patarra.

Alexander Neill baseava suas ideias em Jean-Jacques Rousseau, acreditando que as pessoas tinham uma bondade inata. Foi grande amigo e admirador de Wilhelm Reich (com quem fez terapia<sup>266</sup>), além de se dedicar também ao estudo de Freud. Assim como Reich, Neill colocava ênfase na *liberdade infantil*. Segundo ele, a felicidade era o principal meio pelo qual se atingiria o desenvolvimento sadio de uma criança. Mas para que fosse feliz, a criança deveria crescer constituindo um senso de liberdade próprio. Na entrevista para Patarra ele afirma: “Os pais e a escola matam a liberdade (...) não dá licença para viver”<sup>267</sup>.

Em Summerhill até os alunos de três anos tem voto nas assembleias gerais que ocorrem todos os sábados. Participam juntos alunos e professores, todos com o mesmo

---

<sup>263</sup> PATARRA, Paulo. “Ninguém manda nessas crianças”. *Realidade*, nº22, janeiro de 1968.p.50.

<sup>264</sup> MARÃO, J.C.; RIBEIRO, J.H. op.cit.p360.

<sup>265</sup> Ibidem.

<sup>266</sup> Curioso notar que Reich foi terapeuta de Neill, enquanto Gaiarsa foi analista de Patarra. O indivíduo que buscava mudar o mundo, portanto, não poderia deixar de mudar a si mesmo primeiro.

<sup>267</sup> MARÃO, J.C.; RIBEIRO, J.H. op.cit.p.360.

poder de voto, sem discriminações. Essas assembleias eram a instituição máxima de decisão dentro da escola.

A pedagogia de Summerhill diferia enormemente de uma escola tradicional. O foco era sobre a vida emocional, não intelectual. Neill acreditava que se as crianças fossem educadas com base nos sentimentos, o intelecto iria cuidar de si mesmo. A busca natural por respostas e um desejo de aprender no momento apropriado levariam a criança a aprender o que precisava quando ela mesma sentisse necessidade, permitindo que ela se tornasse feliz e equilibrada.

Patarra, maravilhado com a escola que vê, chama a proposta de Neill de “revolução educacional” e enumera as opiniões do escocês sobre vários temas<sup>268</sup>:

- Alimentação: criança deve comer o que quiser, não se pode obrigá-la ou mesmo ficar tentando persuadi-la sobre o que ela deve comer. A alimentação, para uma criança, teria o mesmo peso que o sexo tem para o adulto;
- Amor: deve-se cercar a criança de amor, não um amor possessivo e regulador. Um amor que não use o castigo, pois castigo significa o ódio.
- Carreira: não se deve tentar influenciar a futura carreira de uma criança. Neill acredita que a natureza de cada pessoa fala mais alto. Se alguém tem dom pra ser músico, será atraído por ela sem qualquer esforço dos pais.
- Castigo: castigo significa ódio e bater numa criança é covardia.
- Ciúme: ciúme é um sentimento comum e natural e os filhos tendem a rivalizar entre si pela atenção dos pais. Mas, segundo Neill, somente pais que brigam muito têm filhos briguentos. As crianças copiam os adultos e o modelo de conduta deve partir dos pais.
- Dinheiro: os pais devem dar mesada aos filhos, mas é melhor dar de menos do que em demasia, pois muito dinheiro poderia corromper a noção de valores da criança.
- Disciplina: segundo Neill, a criança só deve obedecer para satisfazer o desejo de poder dos pais. Cada pessoa de Summerhill, adulto ou criança, tem a liberdade de fazer o que quiser, desde que não interfira

---

<sup>268</sup>Ibidem.pp.364-367.

na liberdade alheia. Um aluno pode se recusar a assistir a aula, mas não poderia, por exemplo, rasgar os cadernos de um colega de turma.

- Fumo: é contra a proibição de crianças fumarem. O cigarro, para ele, faz menos mal do que a coerção.
- Homossexualidade: não é pecado. Comportamentos não podem ser controlados, mas não os sentimentos. A sociedade pode não aceitar os homossexuais, mas quem tem uma atitude saudável para com o sexo não tem por que condenar os homossexuais.
- Medo: o medo deve ser totalmente eliminado, pois do medo brota o ódio.
- Prêmio: premiar crianças pode não ser tão ruim quanto castigá-las, mas também são coisas negativas. Premiar é o mesmo que dizer que determinada coisa não merecia ser feita por si mesmo.
- Responsabilidade: crianças não devem ter responsabilidades, apenas brincar e estudar. À medida que vão crescendo os pais devem dar aos filhos o quanto de responsabilidade eles acham que os filhos conseguem absorver.
- Televisão: deve-se deixar as crianças verem o quanto de TV elas querem. Não se deve obrigá-las a ler, como se ver TV fosse uma atividade necessariamente pior do que a leitura. Ler nem seria assim tão importante, pois existem muitas pessoas que pouco leram na vida e mesmo assim se saíram muito bem na fase adulta.

Essa reportagem de Patarra contrasta fortemente com a matéria de Jaime Negreiros que já analisei anteriormente. Enquanto em “Eles devem saber a verdade”, a educação sexual é usada como forma de interdição, aqui Patarra faz uma ode à uma educação de tons anarquistas. As fotos da reportagem (do próprio Patarra), incluem muitas crianças correndo livres e soltas no terreno da escola. Na página 54, ao final da reportagem, uma foto que poderia causar choque nos dias de hoje: uma criança olhando para uma arma de fogo que está repousada sobre a mesa. Em Summerhill não há a preocupação de exigir das crianças separação do mundo adulto. Pelo contrário, fumar e conhecer armas de fogo, que seriam “coisas de adulto”, não são proibidas.

A pedagogia defendida por Neill coloca a criança como protagonista, desdenha do conhecimento formal, coloca os instintos em patamar superior ao conhecimento

técnico, respeita as relações homoeróticas como sentimentos e não como comportamento. Esses aspectos são bastante progressistas não só para a época como para nossos dias. Enxergo nas propostas de Neill uma crítica ao mundo moderno, que é o resultado de um acúmulo de invenções humanas que tiveram, em sua maioria, o objetivo de fazer o homem superar a natureza. O homem moderno é aquele que acredita dominar a si mesmo, negando, pela via do pensamento racional, seus instintos e paixões. Mas esse mesmo homem racional levou o mundo à violência, ao fanatismo e à exaustão do planeta. Neill foi de uma geração profundamente marcada por duas guerras mundiais, pelo nazismo e o stalinismo e vivia, naquele momento, a ameaça de uma guerra nuclear. Por isso sua proposta pedagógica é anti-moderna. Importa-se mais com os sentimentos, os sentidos, a arte e os impulsos do que com o saber, o conhecimento técnico e formal:“(…) explica Neill. – Só de uma coisa tenho certeza: pode ser que Summerhill não fabrique gênios (e quem disse que queríamos fabricar?), mas quem sai daqui, sai livre”<sup>269</sup>. É um flagrante contraste com a reportagem de Jaime Negreiros.

Por outro lado, Neill ainda enxerga o ser humano como uma semente. Todas as qualidades que o sujeito irá apresentar são pré-existentes ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, sua proposta pedagógica é ainda moderna, compartilhando com os regimes totalitários que critica, a crença em teorias essencialistas. Afinal, se somos determinados pela biologia, qual o sentido da educação? E como pode haver liberdade se já somos pré-determinados<sup>270</sup>?

De uma forma ou de outra, Summerhill, escola que ainda existe hoje, serve como uma importante fonte de estudo para quem se interessa pelo governo da infância, seja em termos reichianos ou foucaultianos.

### 2.4.3 As mulheres entre o aborto e a prostituição

Analiso em conjunto duas das mais importantes reportagens de 1968 sobre a questão feminina. A primeira sobre aborto<sup>271</sup> e a segunda sobre prostituição feminina<sup>272</sup>. Norma Freire inicia sua reportagem citando as mortes e internações decorrentes de abortos clandestinos. Já é um indício de que a matéria irá tomar o caminho da defesa da

---

<sup>269</sup>Ibidem.p.362.

<sup>270</sup> Voltarei a essas questões nas considerações finais.

<sup>271</sup> FREIRE, Norma. “O Aborto” in: *Realidade*, n°27, junho de 1968. pp.156-163.

<sup>272</sup> SILVA, Mylton Severiano da. “Vida difícil: Prostituição” in: *Realidade*, n°28, julho de 1968. pp.124-141.

descriminalização do aborto no Brasil. Freire segue a mesma estratégia utilizada outras vezes pela revista: intercala a descrição de um caso real com informações técnicas sobre o assunto, algo muito parecido com o que Hamilton Almeida fez na reportagem sobre homoerotismo. Dessa vez, o leitor de *Realidade* é convidado a conhecer a história de Maria Amélia, jovem moça que vive uma gravidez indesejada e que ao descobrir-se nessa situação, decidiu agir totalmente sozinha, sem o conhecimento do pai da criança e da família, procurando uma clínica de aborto.

Maria procura a clínica usando nome falso e um anel para se passar por mulhercasada. Os motivos da jovem em procurar uma clínica de aborto, de acordo com a reportagem, seriam sua incapacidade de se enxergar como mãe, seu medo do julgamento social que ela enfrentaria por ser mãe solteira e a impossibilidade de sustentar o bebê, visto que ainda não era formada.

Freire destaca que em todos os países socialistas o aborto é legalizado, mas que isso não tinha colocado um fim na misoginia. Mesmo nesses países muitas mulheres ainda procuravam clínicas clandestinas para esconderem o fato de serem mães solteiras. Por outro lado, esses países receberiam milhares de pessoas por ano para realizarem abortos. Na Dinamarca havia até agências de viagens especializadas em organizar excursões para mulheres que queriam abortar.

A argumentação central de Freire se baseia menos no direito da mulher do que no risco de morte representado pelo aborto clandestino. A jornalista destaca a questão sócio-econômica que está por trás da proibição. Segundo ela seriam as camadas populares as mais atingidas pelo problema, seja pela ignorância de métodos contraceptivos ou pela incapacidade financeira de utilizá-los. As mulheres pobres também seriam as que mais sofriam com as complicações de um aborto ilegal. Não tendo dinheiro para pagar um médico, utilizam-se de métodos perigosos, como a introdução no útero de agulhas de tricô.

É curioso notar que em nenhum momento a reportagem sequer cita o feto ou o bebê abortados. Toda a argumentação gira em torno da vida da mãe. Tanto que Freire faz questão de frisar que defende a descriminalização apenas até as doze primeiras semanas após a fecundação, pois um aborto em estágio mais avançado de gravidez **poderia colocar a vida da mãe em risco**. Atualmente, os argumentos contra a descriminalização do aborto se centram na criança, nos direitos que ela teria de nascer. Até mesmo os defensores do aborto legal, em sua maioria, recomendam-no apenas em caso de gravidez em estágio não avançado, argumentando que após várias semanas, o

aborto já seria um crime, um homicídio contra a criança. Ou seja, a matéria de Freire enxerga o aborto predominantemente sob a ótica materna, enquanto nos dias de hoje o debate está mais centrado na questão da vida da criança, deixando a mãe em segundo plano<sup>273</sup>.

O aborto, portanto, aparece como um “mal necessário”. Em nenhum momento o texto o defende como se fosse positivo ou algo pelo qual se orgulhar. A própria Maria Amélia conta que se sentiu “oca, como uma casca sem nada por dentro” após a operação. O aborto seria uma atitude radical, mas que não deveria ser crime, visto que sua criminalização causaria mais danos do que resultados efetivos. Além de o aborto continuar ocorrendo mesmo com as leis contrárias, a proibição ainda piorava a situação expondo a mulher ao risco das clínicas clandestinas. As palavras de um médico consultado para a matéria servem como uma espécie de conclusão de Norma Freire: “É preciso entender que ninguém faz abôrto (sic) por que gosta, mas por que de algum modo se viu obrigado”<sup>274</sup>.

A prostituição também foi enxergada por Mylton Severiano da Silva como uma questão que envolvia diretamente a mulher, mas sob uma ótica diferente, a da exploração. Segundo ele, se você conhece a história de vida de uma prostituta, conhece a de todas as outras. Todas teriam uma vida sofrida como a de Marina, de família pobre e desestruturada após a morte do pai. Sem ter para onde ir, foi levada pelos tios para São Paulo capital. Começou a trabalhar cedo e fugiu de casa após ser recriminada pela família por ter perdido a virgindade com um namorado. Após um tempo presa no juizado de menores encontrou abrigo com um rapaz que lhe deu casa e comida em troca de sexo. A partir de então começa a frequentar boates e “inferninhos”, festinhas com álcool e “bolinhas”<sup>275</sup>.

Com certo orgulho, Marina conta que sustenta um rapaz de quem gosta e ganha de dez a quinze vezes o que ganharia como babá. Ainda tinha dinheiro para pagar uma cota aos donos das boates para que estes comprassem os policiais para que fizessem vista grossa. Silva afirma que Maria teria dois possíveis destinos: se transformar em prostituta de luxo, com apartamento, telefone e cliente escolhido; ou terminar em

---

<sup>273</sup> Focar a questão do aborto num feto que ainda não tem existência política e menosprezar a mãe que já se relaciona politicamente com a sociedade é um exemplo de sujeição da Bíos à Zoé: a biopolítica. Retornarei a esse tema nas considerações finais.

<sup>274</sup> FREIRE, N. op.cit.p.163.

<sup>275</sup> SILVA, M. S. op.cit.p.132.

desgraça, perder a proteção ir parar em casas de prostituição menores e decadentes e terminar com uma vida destruída aos 25 anos.

A reportagem procura fazer a distinção entre o ato de se prostituir e a exploração das mulheres nessa situação, o lenocínio. Se para a moral tanto a prostituição comum quanto a sua exploração por outrem são condenáveis, para a lei apenas o segundo caso é considerado crime. Silva, por sua vez, destaca as contradições sociais a que esse tema invariavelmente tem levado. Ao mesmo tempo que a sociedade afirma que a prostituição é nociva, procura justificá-la. Melhor seria para muitos, abusar de prostitutas do que de mulheres “de família”. As prostitutas também seriam muito requisitadas, por exemplo, por pais desejosos de que seus filhos do sexo masculino perdessem a virgindade. Dessa forma se preservavam as mulheres “de respeito” sem que, para isso, os homens precisassem manter-se castos. Grande ironia: a prostituta preserva a moral<sup>276</sup>.

Silva cita que o I Seminário Regional de Estudo sobre a Prostituição, realizado em 1967 pelo Instituto Latino Americano de Criminologia relacionou a prostituição ao estágio de desenvolvimento do país e de sua organização sócio-econômica. As causas da prostituição seriam a rápida urbanização em descompasso com a industrialização, que atrairiam pessoas aos centros urbanos sem que houvesse oferta de emprego. Pesquisas divulgadas no seminário apontariam que a maioria das prostitutas vinha da zona rural e que eram analfabetas, tendo sido “defloradas” ainda quando moravam com a família, indicando uma possível relação entre o estigma da perda da virgindade antes do casamento e a prostituição<sup>277</sup>. Nem a reportagem nem o citado seminário tentaram explicar por que a prostituição persiste em países mais ricos e desenvolvidos que o Brasil ou em países cuja explosão demográfica e êxodo rural eram inferiores ao nosso.

As mesmas pesquisas apontavam que 39% das prostitutas pesquisadas foram levadas à prostituição por terceiros; 36% por motivos financeiros; 24% por outros motivos, dentre os quais a expulsão de casa após o “defloramento”. Cerca de 90,5% queriam abandonar a prostituição. Os principais motivos alegados pelas entrevistadas por almejam outra profissão eram vergonha devido ao desprezo social, insegurança econômica e medo da polícia, medo de doenças e, por fim, vontade de casar, ter filhos e uma “vida respeitável”. Dentre as 6% que responderam que não queriam deixar a prostituição, os principais motivos alegados teriam sido “preguiça de trabalhar” e “Vida

---

<sup>276</sup>Ibidem.p.133.

<sup>277</sup> Ibidem.

de doméstica não dá!”. 63,5% tentaram deixar a prostituição, mas esbarraram em dificuldades financeiras e falta de instrução ou de documentos. Outras foram morar com homens, mas a relação não deu certo, fazendo-as retonar à prostituição<sup>278</sup>.

Menos do que tomar uma posição bem definida sobre o assunto, a matéria procura mapear a complexidade do tema, dando vozes a diferentes perspectivas sobre o assunto. Na página 134 Silva cita duas tentativas fracassadas de tentativa de extinguir a prostituição: Luís IX da França em 1254 e o governo do estado de São Paulo em 1952/1953. Uma vez que a proibição nunca é eficaz, estaria vigorando na época uma política do “prende e solta”, que Silva critica por nada resolver e ainda manter as aparências dos bons costumes sociais<sup>279</sup>.

O grande debate da época em torno da questão se dava entre duas correntes: os defensores do confinamento e os “abolicionistas”. O principal defensor da primeira posição era o delegado de costumes Claudimiro Moreira de Carvalho, para quem deveria haver locais específicos (espécies de guetos) para o estabelecimento de zonas de prostituição confinada. Nestes locais haveria todo apoio do Estado: ambulatório médico, posto policial, facilidades para a implementação de comércio varejista e entretenimento. Parte dos preços cobrados pelas inquilinas seria direcionado para os custos de esgoto, asfaltamento de ruas, etc. Nenhuma inquilina deveria ser obrigada a morar nessas zonas, que seriam apenas seu local de trabalho.

Os críticos dessa proposta afirmavam que confinamento não absorveria as prostitutas de nível social mais baixo, que ficariam ainda mais marginalizadas. Alegam ainda que as zonas confinadas se localizariam em bairros operários, que ficariam expostos ao foco de corrupção que geralmente cresce ao redor do lenocínio<sup>280</sup>.

A corrente dos abolicionistas admitia o comércio sexual livre de qualquer restrição, ficando ilegal apenas o lenocínio, tal qual seguia a legislação brasileira. Os defensores desta proposta teriam como objetivos: a prevenção da prostituição, repressão aos exploradores do comércio sexual e reabilitação das prostitutas. Em suma, enquanto a proposta de confinamento se baseia na repressão e controle totais, seus adversários propunham uma forma de controle menos repressora e mais voltada à construção da imagem da prostituta como vítima da sociedade e do dono do bordel onde ela se trabalha.

---

<sup>278</sup>Ibidem.pp.133-134.

<sup>279</sup>Ibidem.p.134.

<sup>280</sup>Ibidem.p.136.

O I Seminário Regional de Estudo sobre a Prostituição considerou as teses dos abolicionistas como as mais adequadas. Defenderam também as seguintes resoluções:

- Planejamento nacional para combater a prostituição;
- Conhecimento científico sobre o tema;
- Uso da educação (inclusive sexual) nas escolas;
- Capacitação profissional tão intensa para as mulheres quanto para os homens.

Silva questiona: “Por melhor intenção que exista nessas recomendações, as soluções estariam aí?”. A resposta para essa pergunta estaria num trecho retirado de um texto do II Seminário Nacional de Secretarias e órgãos Estaduais de Serviço Social, realizado no Distrito Federal em 1967, transcrito pelo jornalista para reforçar seu posicionamento:

Somente quando a sociedade reconhecer de fato a reciprocidade de direitos e deveres entre os sexos – igualdade esta não entendida como liberdade sexual, mas como participação no processo de desenvolvimento sócio-econômico do país – as mulheres não mais se sujeitarão a serem marginalizadas<sup>281</sup>.

Silva, portanto, vincula a prostituição feminina à submissão da mulher. O mundo contemporâneo nos tem mostrado, entretanto, que o comércio sexual não arrefeceu mesmo nos países onde as mulheres conquistaram amplos direitos. Tal explicação também não dá conta de resolver o enigma da prostituição masculina. Se a prostituição está tão ligada à marginalização da mulher, então por que homens se prostituem?

Apesar da citação muito breve à prostituição masculina, o tema não é desenvolvido pelo jornalista. No sentido oposto, a reportagem de Hamilton Almeida sobre homoerotismo exclui as relações lésbicas. Se há invisibilidade da prostituição masculina, sua contrapartida é a invisibilidade lésbica. O que está por trás disso é a visão da mulher como objeto e do homem como sujeito. O homossexual é aquele definido pelo seu desejo sexual, ou seja, é sujeito desejante, enquanto a prostituta é objeto do desejo. As duas matérias vistas em conjunto, tornam invisíveis a possibilidade da existência de uma mulher-sujeito e de um homem-objeto.

Outro ponto importante é, mais uma vez, a vitimização. Não restam dúvidas que muitas pessoas que se encontram na situação de se prostituir são pessoas marginalizadas pela sociedade que, muitas das vezes, estão insatisfeitas com a vida que levam. Mas a

---

<sup>281</sup> FREIRE, N. op.cit.p.136.

história demonstra que sempre houve quem escolhesse a prostituição e visse nela alguma forma de ascensão social. Pessoas que poderiam estar dispostas a não se envergonhar do que fazem não fosse o forte estigma social que ainda paira sobre a profissão e que a revolução sexual não foi capaz de sequer abalar.

É claro que o sentido que o sexo pago adquiriu na sociedade moderna capitalista é diferente do que teve em diferentes outros momentos do passado. O “meretrício” contemporâneo está mais para um simples comércio, diferente de outras formas de sexo remunerado que já existiram. A própria revista, em sua última edição da fase áurea, reproduziu uma reportagem estrangeira que traçava um mapa da decadência da gueixa na sociedade japonesa dos anos 60. Em “Gueixas, adeus”<sup>282</sup>, vemos como a arte da gueixa, que incluía a dança, arranjo de flores, decoração, interpretação de cerimônias e poderia incluir atividade sexual, começa a declinar no pós-guerra. A gueixa era uma espécie de artista do entretenimento para os homens. O sexo era uma de suas atividades e não necessariamente a mais importante. A sexualidade nipônica se definia como uma arte erótica e não como uma ciência do sexo, como no ocidente, onde há a noção de pecado vinculado à carne. A modernidade e a ocidentalização modificaram essa situação e, segundo a reportagem

(...) muitos homens não compreendem isto, principalmente os estrangeiros. Procuram na gueixa algo mais que uma artista. Como à procura deve corresponder uma oferta, multiplicam-se as casas que lhes proporcionam ‘gueixas’ ao gosto (sic) da freguesia (...) Na antiguidade, as gueixas eram onipotentes, terminavam no leito do imperador, o deus vivo. Governadores, generais, os poderosos queriam tê-las como amantes, porque eram as mulheres mais educadas do país. Até a Guerra as gueixas constituíam uma grande fato cultural. E exerciam direitos personalíssimos. Além da escolha, prerrogativa milenar, tinham direito de exigir dos homens uma virilidade especial. Se aceitava encontrar-se com um homem, a gueixa mandava-lhe uma senhora de idade para submetê-lo a um exame de corpo (...) **Era então que uma sacerdotisa do amor.** A casa das gueixas era um templo<sup>283</sup>.

A reportagem termina afirmando que de sacerdotisa do amor, a gueixa, estava se tornando um mero instrumento de agrado na hora de fechar negócios, como uma forma de presentear os clientes em transações comerciais.

Mesmo no ocidente, onde a prostituição moderna já está consolidada há muitos anos, diferentes formas e apropriações do sexo pago coexistem. Paradigmático é o caso francês. A ministra dos Direitos das Mulheres e porta-voz do governo da França, Najat Vallaud-Belkacem, apresentou um polêmico projeto: “A questão não é a de saber se queremos abolir a prostituição: a resposta é ‘sim’. Mas temos de nos dar os meios de

<sup>282</sup> “Gueixas, adeus” in: *Realidade*, n°33, dezembro de 1968. pp.246-256. Reportagem sem assinatura.

<sup>283</sup> *Ibidem*. p.255. Grifos meus.

fazê-lo. Meu desejo, assim como o do Partido Socialista, é o de ver a prostituição desaparecer”<sup>284</sup>. A reação de um grupo de prostitutas organizadas foi imediato, lançando um manifesto e saindo às ruas para protestar. Entre elas uma francesa de 25 anos chamada MorganeMerteuil, pós-graduanda em Literatura e secretária-geral do Sindicato das trabalhadoras do sexo (Strass). No início do manifesto, chamado de “Liberem o feminismo”, Merteuilafirmaque

meu emprego de recepcionista de um bar americano, eu rapidamente me dei conta de que, se eu quisesse ganhar mais de 20 euros por noite, eu teria que fazer sexo oral. Ao refletir, não vi nenhum inconveniente, preferindo fazer isso para pagar meus estudos do que tanto outros empregos piores<sup>285</sup>.

Em seu manifesto acusa as feministas de tentar impor um padrão de mulher que seria “mainstream e burguês”. Segundo ela algumas feministas construíram um ideal de emancipação feminina pela qual todas as mulheres deveriam irresistivelmente estar atraídas. Para ela, a prostituta não pode ser vista da forma tradicional como a esquerda a vê: como simples vítimas do patriarcalismo e do capitalismo. Muitas prostitutas afirmam que escolheram essa profissão e a acham mais digna do que outras. Merteuil defende, por exemplo, o direito da mulheres muçulmanas de usarem o véu:

Quando uma mulher não se encaixa no modelo emancipado das sociedades ocidentais, ela não é forçosamente uma vítima da dominação dos homens. Só poderemos qualificar a luta do feminismo como uma luta pela dignidade das mulheres se esta for entendida como uma luta em que cada mulher possa ser considerada digna, independentemente de quais sejam suas escolhas<sup>286</sup>.

A ministra NajatVallaud-Belkacemcontra-argumenta que as prostitutas na França teriam expectativa de vida 40% menor do que as outras mulheres. E declarou que as mulheres não se prostituem por que querem, mas sim por que não tem outra opção, já que de acordo com as pesquisas 85% teriam afirmado estarem insatisfeitas com sua profissão<sup>287</sup>. Mas nesse caso, não seria melhor o governo se esforçar para acabar com o estigma social que elas sofrem e não procurar aumentar esse estigma realizando uma cruzada para extinguir o inextinguível? Por que o governo não se esforça para melhorar as condições de trabalho das profissionais do sexo e tenta criar alternativas para aquelas que querem tentar outra profissão?

---

<sup>284</sup> BRUM, Eliane. *A ministra e a prostituta*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/ministra-e-prostituta.html>. Visualizado em 15/10/2012.

<sup>285</sup> Ibidem.

<sup>286</sup> Ibidem.

<sup>287</sup> Ibidem.

Creio que dignidade da mulher (e, por que não, do homem) não deve se fundamentar no critério das práticas sexuais<sup>288</sup>, pois cada mulher tem uma relação diferente com o seu corpo e o seu uso deve repousar em escolhas pessoais. O que é promiscuidade para uma pessoa, pode não o ser para outra. E mesmo que o indivíduo concorde com a maioria de que o sexo pago é promíscuo, ainda cabe a ele decidir se a promiscuidade é boa ou ruim para ele ou ela.

O projeto da ministra Vallaud-Belkacem é ainda mais autoritário. Pretende penalizar os clientes, com multas e até prisões como medida repressora contra a prostituição. Possivelmente ela enxerga todos os homens que frequentam prostitutas como monstros insensíveis que transformam as mulheres em objetos descartáveis para seu bel prazer.

Esse projeto arbitrário é um dos muitos frutos negativos que a revolução sexual nos legou. É verdade que ela tornou a vida muito melhor para as mulheres, principalmente, mas um dos seus efeitos colaterais mais danosos foi, pelo menos em partes, transformara “contra-moral” numa nova moral. Não abolimos as regras do jogo, criamos regras diametralmente opostas e tentamos instituí-las no lugar das antigas. Se antes a virgindade era uma virtude, hoje quem opta em se manter casto pode receber o estigma de “antiquado” e “careta”. Alguém que escolhe um caminho que contrarie o que é considerado “progressista” pode ser chamado de “conservador”, reacionário. Muitas das vezes são acusações apressadas e injustas, posições ideológicas que se baseiam numa concepção abstrata de humanidade, mas que querer arbitrar num domínio que deveria ser pessoal.

Diferente do que pensam a ministra e o jornalista de *Realidade*, ser prostituta (o) pode ser uma opção de algumas mulheres e homens. Ter a liberdade para essa escolha é a verdadeira emancipação. Ser adulto é responsabilizar-se pelo seu desejo.

#### 2.4.4. Suecos: Livres e infelizes?

A primeira edição de *Realidade* trazia a entrevista de Ingrid Thulin, atriz sueca famosa por participar dos filmes de Bergman. Símbolo da uma geração, Thulin aparece na entrevista como porta-voz da revolução sexual que colocou a Suécia na vanguarda do mundo ocidental. A atriz defende a ordenação feminina na Igreja da Suécia e prega que

---

<sup>288</sup> Mais uma vez voltamos à psicanálise e ao sexo como definidor central das relações humanas. Nesse caso a sexualidade é tida como o critério fundador da dignidade humana.

as mulheres só devem ser mães depois dos 40 anos para que possam aproveitar mais a vida. Fala sobre outros temas, como virgindade, independência financeira da mulher, dentre outras coisas. Em determinado momento a entrevistadora Oriana Fallaci diz que “Quem não teme o progresso sabe que um dia chegaremos ao sistema de vida sueco”<sup>289</sup>.

Em outra entrevista já citada, a de Ítala Nandi, a Suécia é novamente lembrada como modelo. Talvez por isso o psicanalista José Ângelo Gaiarsa tenha viajado ao país nórdico em busca da seguinte resposta: os suecos são felizes<sup>290</sup>? Surpreendentemente, a conclusão do psicanalista é não. Veremos os motivos.

Quando chega a Estocolmo, Gaiarsa se dirige ao Serviço de Orientação Familiar de Estocolmo. Lá ele conhece a sra. Linner, que é assistente social, psicanalista, advogada e representante da Liga Internacional de Planejamento Familiar. Segundo ela

acabamos com a dupla moral que ainda existe em tantos outros países (...) por exemplo, considera que o adultério não é, por si só, motivo suficiente para que uma mulher perca os direitos sobre seu filho. O que importa é a criança: se a mulher é boa mãe, adúltera ou não, ficará com ela<sup>291</sup>.

Gaiarsa, entretanto, muito crítico, evita comprar discursos já prontos. Ele a questiona dizendo que mesmo na Suécia as pessoas ainda reagem mal ao adultério, portanto, a dupla moral ainda persistiria. Ele segue a linha de argumentação de que esse problema persiste por causa do Estado sueco. Afirma que “um Estado antecipando-se ao que seus 7 milhões de cidadãos possam ao menos pensar em reclamar (...) as leis suecas estão bem mais adiantadas que os costumes e as ideias da maioria de seu povo! Um fato único!”<sup>292</sup>. O estado do bem estar social sueco impressiona Gaiarsa. Os impostos são altíssimos, mas os serviços públicos são de ótima qualidade.

O psicanalista anda por Estocolmo para conhecer o povo sueco e constatar os efeitos da revolução sexual na vida íntima das pessoas. Chega a conclusão de que os divorciados parecem mais infelizes do que as mães solteiras. A convivência confusa entre filhos de casamentos diferentes, noras, enteados(as), madrastas e padrastos ainda causava incertezas quanto ao futuro. Os suecos reclamavam dessa situação, não pareciam gostar do preço que tinham que pagar pelas leis flexíveis de seu país.

---

<sup>289</sup> FALLACI, Oriana. “As suecas amam por amor” in: *Realidade*, nº 1, abril de 1966. p.112.

<sup>290</sup> GAIARSA, José Ângelo. “Os suecos são felizes?” in: *Realidade*, nº 29, agosto de 1968. pp.128-143.

<sup>291</sup> *Ibidem*. p.131.

<sup>292</sup> *Ibidem*. p.131.

Continua ele: “(...) o Estado substitui o pai, dando à mãe solteira apoio, proteção e segurança. Os suecos voltaram a um estágio de matriarcado, de tipo especial, onde as mães são tudo, mas onde há sempre o pai de todos que é o Estado”<sup>293</sup>. O papel do homem, portanto, não fica claro nessa nova conjuntura. Gaiarsa conta alguns casos de mulheres que são mães solteiras e conta a relação delas com os respectivos pais de seus filhos. Uma delas é Míriam. Ela mora com os dois filhos negros. O pai é um africano que foi estudar na Suécia e não se importa com ela, nem com os filhos e não ajuda em nada. Um amigo resolveu assumir a paternidade da prole e ajuda-a com as despesas. Sobre ela o psicanalista diz que “não parece feliz. Mas não se faz de vítima. Tem paciência com os garotos, que são vivos, curiosos, saudáveis”<sup>294</sup>. O amigo além de ajudar financeiramente, trata os garotos como filhos legítimos.

Arlete é uma mulher separada que se envolveu com um homem chamado Sven. Quando ela engravidou de uma menina ele quis se casar com ela. Arlete recusou, alegando que achava que a personalidade de Sven, a de um homem que gostava de certa privacidade, de viagens solitárias de alguns dias, seria um empecilho para um casamento. Caso ela aceitasse o pedido de casamento, ele se casaria com ela com certeza, mas seria um homem infeliz. Ela preferiu não se casar e ter ele sempre por perto, a ajudando. Sven assumiu a filha e lhe dá todo amparo necessário. Arlete tem um bom emprego e teria todos os motivos do mundo para estar feliz. Gaiarsa acha que ela não é: “Contudo, o sorriso de Arlete às vezes é muito infeliz. Livre e infeliz.”<sup>295</sup>. O psicanalista acha que a mulher sueca trabalha muito tanto em casa quanto fora, acumulando serviços. Nesse sentido, vê tal fato como um aspecto negativo da emancipação feminina.

Andando por Estocolmo o psicanalista resolve conhecer a cidade. Visita uma sauna, conta a embaraçosa experiência de ver outras pessoas nuas e ficar nu diante delas. Vai até um parque, se depara com jovens hippies sentados nas escadarias do metrô. Conversa com eles e não vê sentido em suas vidas. Um dos meninos hippies conta que foi preso por falsificar um cheque. Um psiquiatra contratado pelo Estado lhe deu uma licença remunerada para se tratar. Por não trabalhar e mesmo assim receber salário, ele tornou-se errante, cada dia num lugar.

---

<sup>293</sup>Ibidem.p.139.

<sup>294</sup>Ibidem.p.139.

<sup>295</sup>Ibidem.p.140.

Por último conhece Stig Frid, responsável pelo ensino de matéria sexual em toda Suécia. Descobre que, na verdade, o que se ensina é muito mais anatomia e biologia do que sexualidade. Nada de Freud, Reich ou Marcuse. Ao invés deles, filmes e cartilhas sobre aborto, gravidez, parto e doenças venéreas.

A reportagem de Gaiarsa é cheia de fotos de monumentos públicos de Estocolmo. Na página 131 há a foto de uma estátua de uma mulher aureolada por uma criança, que ela ampara com as duas mãos sobrepostas. Simboliza a mulher solteira, protetora dos filhos e liberta de preconceitos. Na página 135, abaixo de uma foto de outro monumento (de uma mulher no chão e um homem voando), Gaiarsa deixa a pergunta: “Que preço os suecos estão pagando para serem livres? São livres mesmo?”.

Na página 139 há a foto de um lindo horizonte com a silhueta de um casal andando em sua direção. Separado deles caminha alguém que parece ser uma criança. A imagem passa a ideia de solidão e de uma família desajustada. Abaixo da foto, Gaiarsa diz: “A tradição de independência pessoal, a certeza de que o Estado assegurará tudo, vão afastando uns dos outros e juntando-os em grupamentos diversos, chamados por eles mesmos de ‘famílias desfeitas’.”<sup>296</sup>.

Gaiarsa termina sua reportagem melancolicamente:

Não parecem felizes. Olhando-os nos ônibus, nos metrô, nas ruas, nos restaurantes, é mais fácil ver rostos fechados que abertos, mais sérios que risonhos, mais reservados que dispostos a comunicar-se, mais maduros que sonhadores (...) A Suécia prova que uma revolução por leis é possível. Mas felicidade por obrigação poderá existir?<sup>297</sup>.

Apesar de Gaiarsa não dar um palpite para o “fracasso” da revolução sueca, creio que ele deu todas as dicas ao longo de sua reportagem. Não teria sido o povo sueco que protagonizou a revolução, mas sim o Estado. O povo, aparentemente, se viu passivo diante de um Estado que realizou mudanças radicais sem seu consentimento. Já critiquei anteriormente, quando falei da ditadura como construção social, a ideia de que Estado e sociedade possam ser vistos separadamente, como se pudessem se tornar antitéticos. Assim como nossa ditadura recebeu apoio de setores sociais, a reforma sexual sueca também. Creio que a crítica que Gaiarsa procura fazer é que uma verdadeira revolução sexual não pode acontecer apenas amparada no aspecto legal. Leis não curam neuroses. Os suecos, ao que tudo indica, são infelizes por que não

---

<sup>296</sup>Ibidem.p.139.

<sup>297</sup>Ibidem.p.143.

resolveram problemas psíquicos ocultos. O povo precisa de terapia, caso contrário de nada adiantarão as leis.

Algumas críticas dele, entretanto, foram proféticas. Ele consegue antever como seriam as relações líquidas e instáveis do mundo de hoje. O mundo e o Brasil seguiram o caminho da Suécia. Todos os efeitos que causavam a preocupação com o futuro dentre os suecos são questão postas hoje em dia em todo o ocidente. O homem moderno, ávido por relacionar-se, ao mesmo tempo em que busca uma relação, e desta maneira repudia a solidão, não abre mão de sua liberdade, e para manter a liberdade mantém a relação, entretanto com uma outra configuração. Desta maneira, temos um novo modelo de relação amorosa: é a relação líquida, frouxa<sup>298</sup>.

As observações finais de Gaiarsa, por sua vez, parecem-me bastante estranhas. Ele critica a forma de se comportar do povo sueco como se os códigos culturais deles (sisudez, discrição, frieza, seriedade, equilíbrio) fossem sinais de infelicidades e neuroses escondidas. Os brasileiros são expansivos, risonhos e calorosos. Isso significa felicidade? Se sim, então a ditadura brasileira estava sendo mais eficaz em tornar as pessoas alegres do que a democracia sueca. Aliás, democracia é sinônimo de felicidade? Afinal, o que é a felicidade? Talvez, para Gaiarsa, o caminho para a felicidade fosse aquele que apontou Reich anos antes: “o cerne da felicidade da vida é a felicidade sexual”<sup>299</sup>. Bom, nesse caso, talvez haja uma explicação: os brasileiros seriam mais capazes de atingir o orgasmo que os suecos. Se Reich estiver certo que os alemães aceitaram o nazismo por que não conseguiam ter orgasmos, pelo menos do totalitarismo nós brasileiros estamos salvos.

#### 2.4.5 Que o amor seja eterno... enquanto dure.

Em março de 1968 *Realidade* publicou uma matéria de Narciso Kalili onde se encontravam várias opiniões e testemunhos acerca do adultério. Foi um raro caso em que o jornalista não toma um partido. Quem sabe, talvez, por que defender o divórcio, a liberação feminina, o sexo fora do casamento, dentre outras coisas, não tem um impacto tão profundo quanto criticar a monogamia, maior instituição patriarcal, cuja sobrevivência inabalável até os dias de hoje comprova sua força. A indissolubilidade do

---

<sup>298</sup> BAUMAN, Zigmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.p.8

<sup>299</sup> REICH, W. op.cit. p.27.

casamento não resistiu ao século XX. A supremacia masculina e heterossexual ainda é forte, mas sofreu abalos consideráveis. O sexo fora do casamento acontece mais do que nunca. Apesar de tudo isso, os homens e mulheres do século XXI, em sua maioria, ainda pensam em casar e ter filhos, formar família. Essa geração anos 2000, filha daquela dos anos 60 (que, aliás, pregou tanto o amor livre, mas acabou se conformando com o casamento), ao mesmo tempo em que valoriza liberdade sexual, preza o casamento. Mesmo sendo infiel, valoriza a fidelidade. Heterossexuais, homossexuais, intersexuais, metrossexuais, todos desejam “encontrar um amor” para a vida toda.

O primeiro testemunho que nos interessa é o do padre canadense Eugène Charbonneau. Esse personagem foi convidado outras vezes para opinar sobre a vida conjugal em diferentes matérias. Seus estudos, aulas e atuações junto aos casais tornaram-no conhecido nas décadas de 60, 70 e 80. Ele era um ferrenho defensor da monogamia como a única e plena forma de relacionamento para as pessoas. Segundo ele “existe uma vinculação entre amor e fidelidade. Se duas pessoas chegam a se casar, essa exigência de fidelidade torna-se muito maior, por que a própria sobrevivência do amor implica na exclusão de qualquer terceiro”<sup>300</sup>.

Charbonneau acreditava que homens e mulheres tinham motivos diferentes para buscar um relacionamento fora do casamento. As mulheres teriam sete motivos que as impeliam ao adultério. Primeiramente o que ele chama de “falso feminismo”. Esse movimento, ao invés de exigir que os homens se comportassem mais recatadamente como as mulheres, ao contrário, incentivava-as a traírem como os homens, a agirem como eles. Outros dois motivos seriam o declínio das censuras morais e a supervalorização da sexualidade, em pleno curso, segundo ele, nos últimos 20 anos.

O quarto e o quinto motivos ainda são muito alegados pelas mulheres hoje: insatisfação sexual e insatisfação afetiva. Para Charbonneau, o machismo faz com que os homens sejam egoístas e só se preocupem com eles mesmos. A educação masculina seria voltada para práticas sexuais egoístas, como a masturbação e o envolvimento com prostitutas. A falta de educação do homem também o levaria a não cultivar um clima de ternura e carinho no ato sexual, o que frustra sua esposa. Quando o casamento é precoce, ou seja, quando os dois são muito jovens, é mais fácil haver separação por que não houve uma preparação para o casório. E os noivos não se conhecem muito.

---

<sup>300</sup> CHARBONNEAU, Paul-Eugène. In: KALILI, Narciso, “Aqui está o adultério”. *Realidade*, março de 1968, ano 2, nº24, p.143.

O último motivo que faria com que a mulher busque um homem fora do casamento, entretanto, é o mais interessante. Charbonneau acreditava que a liberação feminina trazia um problema de relacionamento entre o homem e a mulher. Caso ela estudasse muito e se tornasse “intelectualmente superior” ao marido, ela deixava de admirá-lo e iria buscar em outro homem alguém que fosse mais culto que ela. Bourdieu chama a atenção para o fato de que as mulheres, sendo vítimas da dominação masculina, reproduzem o estereótipo de “homem ideal” quando procuram o seu par. O homem precisa ser maior que ela, precisa passar a ideia de protetor e líder. Para muitas mulheres da época e mesmo nos dias de hoje, ela não pode assumir esse papel de liderança no lar. Inconscientemente se busca ainda o homem provedor. Para os homens, por sua vez, há a necessidade de estar à altura dessa ideal estabelecido pelo poder simbólico.

Charbonneau acreditava que a traição masculina tinha suas lógicas específicas. A educação machista seria o primeiro motivo para que o homem procurasse com tanta frequência casos extraconjugais, uma vez que a cultura masculinista valoriza o sexo com várias mulheres. Outro motivo seriam as “práticas aberrantes”. Mas o que seria isso? A Igreja Católica sempre foi crítica em relação a formas de sexo que não sejam a penetração vaginal pelo pênis. Sexo anal, sadomasoquismo, dentre outras práticas, não eram muito bem vistas na época (não são incentivadas até hoje pelas igrejas). O homem, para ele, teria oportunidade de praticá-las com as prostitutas e, uma vez viciado nelas, não pararia mais de procurar os prostíbulo, já que não teria coragem de realizar tais atos com a esposa. As mulheres não eram “treinadas”, segundo o padre, a buscarem uma vida sexual mais calorosa. Isso impelia os homens a procurarem em outras mulheres o que lhes faltava em casa.

Machismo, dom-juanismo e fraqueza moral eram outros motivos alegados pelo padre. O homem não conseguia se livrar das vozes que diziam que ele devia procurar cada vez mais parceiras.

O conselho final de Charbonneau é que

é necessário revalorizar a fidelidade para que ela volte a ser expressão normal do homem. É necessário, também, dar-lhe suas dimensões completas, sem limitá-la exclusivamente à fidelidade sexual. Para ter o seu pleno valor, sem gerar frustração nem recalques mórbidos, é necessário que a fidelidade seja vivida no amor<sup>301</sup>.

---

<sup>301</sup> CHARBONNEAU, Paul-Eugène. op.cit.

Uma vez, também que o “desejo normal de um casal é encarnar seu amor comum num filho”.

O casal Néelson Leirner e sua mulher Cândida pensam de maneira semelhante ao padre. Ele era desquitado e estava no segundo “casamento”<sup>302</sup>. Segundo eles, “pode existir na vida um momento em que a gente duvida do amor que sente por alguém. Então agente pensa que está amando duas pessoas. Mas o que existe mesmo é a falta de definição”<sup>303</sup>. Eles admitem que seja possível sentir atração por mais de uma pessoa, mas que essa atração deve ser analisada e filtrada até que passe. Caso não passar, deve-se terminar o casamento. Mas seria necessário pensar bem, pois se toda vez que uma atração aparecer ela for resolvida pela separação, a troca de parceiros seria infundável.

Ao comentar sobre os movimentos que eram fortes na época, como os hippies, que pregavam o “amor livre”, com comunhão de homens e mulheres, Néelson e sua esposa Cândida tinham opiniões diferentes. Ele acreditava que esse “rompimento de normas” poderia ser aceito se fosse “melhorar a situação da sociedade”. Já ela via esses acontecimentos como um “sinal de decadência de costumes”. Segundo ela, estava provado que o homem só podia ser feliz através da monogamia e que a poligamia só havia sido adotada no passado para a sobrevivência da espécie humana. O fim da monogamia, para ela, significava “voltar a ser primitivos”.

O jovem Galdino Flávio de Souza estudara para ser seminarista dos onze aos dezoito anos. À época em que foi entrevistado por Narciso Kalili para a edição de março de 1968, Souza tinha 24 anos. Fazia cinema na Universidade de São Paulo e só andava de preto. Dizia que tinha caso com várias mulheres. Hoje, seria tachado como um “bad boy”. Para ele, o casamento era apenas “uma possibilidade”, enquanto a fidelidade, por mais que fosse importante, não era obrigação. O estudante possuía uma visão destruidora da instituição do matrimônio. “Sou contra o casamento tal qual existe. Tornou-se uma convenção, uma farsa, um contrato que institucionaliza um sentimento. Uma hipocrisia social”<sup>304</sup>.

O problema já começaria no namoro, que Souza descreve como se fosse um teatro. Os dois namorados e suas famílias simulariam todas as situações, para que tudo parecesse estar correndo bem. Todos fingiriam serem compreensivos, educados. Todos bem vestidos e bonitos. Mas “depois do casamento, vem o alívio, e eles podem ser

---

<sup>302</sup> Não existia divórcio, muito menos segundo casamento de fato. Sobre isso ver o próximo subitem que trata do debate acerca do divórcio, da proclamação da República aos anos 60.

<sup>303</sup> KALILI, Narciso, “Aqui está o adultério”. *Realidade*, março de 1968, ano 2, nº24, p.144.

<sup>304</sup> *Ibidem*. p.145.

como realmente são, nasce *aconveniência*. Que é insípida, inodora e incolor”. As mesmas ações seriam repetidas todos os dias, numa rotina mórbida e sufocante. À noite “vão pela milésima vez dormir juntos. E repetem, para fazer amor, o mesmo ritual. E depois, para os amigos, dizem que são felizes e julgam que se amam”.

Souza defende, ainda, que não pode haver vinculação entre sexo e casamento. Um deve existir independente do outro. Ele defende, nesses casos, que a mulher, assim como o homem, teria direito a relações sexuais sem ser casada.

Além do sexo, o amor também não poderia ser necessariamente vinculado ao casamento. Para ele, o amor de verdade, “não exige troca. Amo uma pessoa por que ela é amável, como se ama uma flor, sem retribuição”. Talvez, segundo ele, essa não seja a melhor forma de amar, mas é aquela que ele acha mais adequada. A liberdade deve existir em qualquer relacionamento. O casamento é um contrato, mas o que deve manter as pessoas juntas é o amor que uma sente pela outra e não a obrigação social. “Nesta vida”, diz ele, “só se amarra cachorro. Se as pessoas não são donas de seu corpo e de sua vontade, quem será? O marido? A esposa? A sociedade? Deus?”. O casamento não fará com que o amor nunca acabe, pois isso “só acontece nas histórias infantis: casaram-se e foram felizes para sempre”.

A estudante C.F.S., que tinha 25 anos, agia de maneira semelhante a Souza. Mas sua condição de mulher lhe impunha desafios que ele não enfrentava. Enquanto a foto de Souza mostra o seu rosto, a de C.F.S. fica escondida, nem mesmo seu nome é revelado. Ela contou ao repórter Narciso Kalili que até os 17 anos trazia consigo a ideia de casamento como uma série de obrigações femininas, com a casa e com os filhos e um marido autoritário. Quando entrou na universidade, porém, conheceu amigos novos e descobriu que a vida de uma mulher poderia ser muito diferente. Conheceu a solidariedade dos jovens e descobriu que os homens não eram os monstros que ela pensava. Rompendo com a família, mudou-se do Nordeste, onde morava, para o Sul. Foi morar numa república de estudantes. Mesmo assim, afirma ela, não conseguia romper com os padrões morais de sua criação, o que a deixava frustrada.

Quando voltou ao Nordeste, de férias, ficou chocada com o seu antigo grupo de colegas. Uma amiga sua de infância admitia estar morando com um rapaz sem sentir vergonha. Ouvir isso da amiga a fez sentir um desejo ardente de ter uma experiência sexual. Ela afirma: “Como estava saindo com um rapaz, obriguei-me a dormir com

159M159, não por que o amava, mas ‘para ser autêntica’. Quando voltei para o Sul, trouxe comigo o sentimento de culpa, o medo de ser descoberta”(sic)<sup>305</sup>.

Depois do fim desse relacionamento, C.F.S. ficou deprimida, recorreu ao álcool. Foi aí que conheceu um rapaz casado com quem teve um caso. Não ligou para o fato dele ter mulher, por que diz que precisava de afeto. Ficaram juntos por quase um ano, até ele ter uma crise por se sentir culpado em trair a esposa. Depois disso eles terminaram, mas ela não se arrepende e disse ao repórter que “faria tudo outra vez”.

Mas a jovem se dizia indecisa sobre o casamento monogâmico:

Se eu fosse esposa, e o meu marido se apaixonasse por outra, penso que o deixaria amar em liberdade e ser feliz. Mas no fundo tenho medo de não estar sendo sincera e me lembro de uma coisa que ouvi: o que se pensa é quase sempre diferente do que se faz<sup>306</sup>.

Enquanto C.F.S. e Galdino Flávio de Souza viviam suas aventuras amorosas e dúvidas sobre o casamento, o alfaiate Manuel Lopes que tinha 51 anos, já tinha passado por muitas coisas na sua vida: fora casado, teve várias mulheres ao mesmo tempo, tinha três filhas, mas vivia, naquele ano de 1968, com uma só mulher.

Contou ele que se separou depois de dez anos de casamento infeliz. Sua esposa o traiu com um rapaz bem mais novo, descendente de japoneses, filho de uma conhecida. Ele os surpreendeu na sua própria casa e mandou a mulher embora. Lopes, entretanto, admite que também já havia traído sua esposa. O conselho que ele dá para os homens mais jovens é que se um deles “encontrar satisfação sexual com sua mulher, não deve sair de casa atrás de outras. No entanto, esse é um caso raro, pois o que agente tem em casa normalmente é a satisfação afetiva, não a do sexo”<sup>307</sup>. Para as mulheres ele admite que a situação era muito pior, pois, socialmente falando, a mulher que comete adultério é uma mulher perdida.

Quanto à fidelidade conjugal, Lopes era bastante liberal. Admitia que a mulher pudesse procurar outro, caso o marido não a satisfizesse. Por outro lado, o homem poderia dar as suas “escapadinhas”, mas para a mulher, a sociedade não permitia a mesma atitude.

Para evitar conflitos, Manuel Lopes defendia que os casais se conhecessem muito bem antes de se casar. Ele acreditava que os dois deveriam ser “compatíveis”, ter

---

<sup>305</sup> Ibidem. p.150.

<sup>306</sup> Ibidem.

<sup>307</sup> Ibidem. p.147.

os mesmos gostos e ideias parecidas. Pessoas diferentes maximizariam suas contrariedades debaixo do mesmo teto. Mas caso ocorresse, como com ele, de haver separação, o melhor era a legalização do divórcio.

Bem diferente da história de vida de Manuel Lopes, Zenaide e Plínio do Amaral estavam casados há 55 anos em 1968. Muito religioso, o casal de idosos defendia que o homem, em geral, só procurava outra mulher fora de casa por que a dele não estava lhe dando tudo que ele precisava. O homem que trai a esposa, mesmo ela sendo dedicada, é um cafajeste, mas a maioria não é assim. Quanto à esposa traída, ela teria de “zelar pelo seu nome e até pelo do marido. É uma obrigação<sup>308</sup>” manter-se fiel. A oportunidade de trabalhar fora teria dado maiores condições à mulher, de ser infiel. Zenaide e Plínio acreditam que elas “caem mais em tentação” por que lhes faltaria uma educação cristã. A mulher adúltera, segundo eles, é pior do que o homem adúltero, pois “a mulher tem que zelar ainda mais pelas coisas de Deus. Mesmo que não tenha felicidade no casamento, deve carregar a cruz, como Cristo carregou a sua no Calvário”. Mas o “paganismo” do mundo em que eles vivem, para eles, impede que os jovens casais vejam dessa maneira.

Eles só admitem a separação em caso de adultério, como afirma a Bíblia, mas acreditam que o homem pode resistir às tentações e ser fiel à esposa até o fim. O casamento deles seria uma prova de que a monogamia é possível se os dois estiverem sob os cuidados um do outro e de Deus.

O texto mais importante, entretanto, é o do psiquiatra e também repórter de *Realidade*, José Ângelo Gaiarsa. Publicado em primeiro, antes das opiniões do padre Charbonneau, esse texto foi colocado antes de todos os outros com o claro objetivo de levar o leitor a refletir antes de ler as diferentes opiniões. Escrito com enorme carga de emoção, Gaiarsa tenta convencer que a monogamia não é praticável. Ele se pergunta, logo no início, de onde vem a ideia de que exclusivismo quer dizer amar apenas uma pessoa e só a ela e sempre. Ele mesmo responde:

Provem do fato de que nos acostumamos a pensar que o amor é uma qualidade única que sentimos em quantidades diferentes. Então se eu amar a duas pessoas devo estar amando a cada uma pela metade e ambas vão sentir-se roubadas. Isto é contabilidade e não amor<sup>309</sup>.

---

<sup>308</sup> Ibidem. p.148.

<sup>309</sup> GAIARSA, José Ângelo. In: KALILI, Narciso, “Aqui está o adultério”. *Realidade*, março de 1968,

Em oposição à psicologia da época que dizia que uma pessoa madura seria aquela que conseguia se fixar apenas em uma pessoa, Gaiarsa afirmava que o amor adúltero não é mais ou menos imaturo que o amor conjugal. Os partidários da monogamia afirmam que o amor matrimonial é a mais sublime forma de amar. Mas Gaiarsa acredita que ele não é possível de ser praticado pela maioria das pessoas. Ele pergunta: “Será que é tão perfeito mesmo amar a uma só pessoa a vida inteira, ou é melhor, mais bonito e mais humano amar a muitas pessoas em nossa vida?”.

Os defensores da monogamia obrigatória gostam de se lembrar do que a fidelidade traz em benefício da sociedade, mas, segundo Gaiarsa, se esquecem de lembrar do ônus que traz aos indivíduos. Argumenta-se que o adultério destrói o casamento, que é a célula-mãe da sociedade, e que, portanto, ameaça à ordem estabelecida. O psiquiatra se pergunta, por sua vez, se essa ordem estabelecida é tão boa quanto dizem. Para responder que não, ele recorre ao famoso Relatório Kinsey, divulgado anos antes nos EUA. Os estudos de Alfred Kinsey demonstraram que  $\frac{3}{4}$  dos homens estadunidenses já haviam adulterado uma vez na vida. O número entre as mulheres era de  $\frac{2}{3}$ . No Brasil e na América Hispânica, Gaiarsa acreditava que os dados fossem similares. Somando-se a esses números os desejos secretos, a conclusão do médico é de que todos são adúlteros de fato ou por intenção. O casamento é doloroso para muitas pessoas, que se casam apenas pela expectativa social que existe sobre todos nós. Ainda segundo ele, as páginas mais negras da história “foram escritas por indivíduos ou instituições fanáticas que exigiam de todos aquilo que só era possível para muito poucos”. O casamento, entretanto, pode ser um ideal de amor humano, mas deve dividir com outras distintas formas de amar. O que é errôneo, segundo Gaiarsa, “exigir esta forma [de amar] de todas as pessoas, e apontá-la como a única possível”.

Os defensores dos velhos costumes costumam apontar na proliferação do adultério, o sinal dos tempos, a decadência moral da sociedade. Mas para Gaiarsa, pelo contrário, acreditava que era um novo mundo que estava surgindo naquele ano de 1968. O adultério, antes de uma maldição, era, talvez, um bem para a humanidade. Ele sinalizava que o império do casamento monogâmico poderia estar chegando ao fim.

Exatos quarenta anos depois da publicação dessa matéria, como já comentamos, a monogamia não dá sinais de que esteja em declínio. Ela sobreviveu à instituição do divórcio e atodo tipo de críticas. Inclusive às críticas da geração do pós-guerra. Os

mesmos hippies que pregavam o amor livre casaram-se e tiveram filhos de acordo com o modelo burguês.

O maior exemplo da força que esses poderes impõem às pessoas é a forma como o movimento gay está sendo aceito e assimilado pela sociedade. As principais bandeiras dos homossexuais no passado eram o direito de se relacionarem com uma ou mais pessoas do mesmo sexo sem serem importunadas. Hoje, as bandeiras são outras. A união civil entre gays e a adoção de filhos por eles, se tornaram o carro chefe do movimento. Ou seja, os homossexuais serão aceitos pela sociedade, *desde que assumam os valores* sociais vigentes: casem-se, adotem filhos e formem um “lar feliz”. Vivemos no início do século XXI um sentimento de pânico moral em reação às transformações sociais vividas desde a década de 1960, sobretudo no casamento, na família e nas relações entre pais e filhos<sup>310</sup>. A resistência à mudança é uma força poderosa que cria formas sofisticadas de controle social de grupos estigmatizados. No caso de gays e lésbicas, portanto, a forma prescrita de controle é a normalização de seus estilos de vida e a legalização de suas uniões, um direito que é, ao mesmo tempo, uma forma de enquadramento desses grupos em instituições como o casamento e a família. Desde a invenção da homossexualidade pela psiquiatria no final do século XIX, as relações sexuais e amorosas entre pessoas do mesmo sexo foram progressivamente incorporadas também ao código penal. O processo de “despatologização” e descriminalização dessas relações demorou cerca de um século. É apenas a partir da década de 1980 que tais relações adentram nos códigos civis de alguns países, em particular na forma do reconhecimento de uniões estáveis, ou seja, como parceria civil ou casamento. A respeito da união civil de gays e lésbicas e da adoção homossexual, Richard Miskolci afirma:

Não é de se estranhar que a luta pela parceria civil se associe àquela pelo direito à parentalidade (natural ou por adoção). A paternidade se torna um componente importante da identidade masculina a partir do casamento (Costa, 2002). Em termos simbólicos, a paternidade é associada à responsabilidade em oposição à suposta irresponsabilidade da vida de solteiro, a qual é compreendida como marcada por uma vida sexual anárquica devido à suposta ausência de um parceiro fixo<sup>311</sup>.

---

<sup>310</sup>MISKOLCI, Richard. *Vivemos uma Crise das Identidades de Gênero?*. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/richardmiskolci/paginas/academico/cientificos/vivemos.htm>>15/11/2011.

<sup>311</sup>MISKOLCI, R. op. cit.

Uma vez que os homossexuais brasileiros (assim como já é comum em muitos países) estejam inseridos na ordem estabelecida, fica difícil imaginar que os heterossexuais, que dela fazem parte há séculos, possam se libertar.

## Considerações finais

É curioso constatar como estamos até tal extremo imbuídos dos modernos valores da Revolução Sexual que nosso primeiro impulso é denunciar colericamente seu refluxo. Não vemos a historicidade dessa revolução, não conseguimos relativizar a homossexualidade tal como ela é dada (ou era dada até agora), ensinada e transmitida por médicos, psicólogos, pais, meios de comunicação, amantes e amantes dos amantes - sendo essa ilusão de historicidade intemporal incentivada por boa parte do movimento homossexual, que defende a teoria de uma essência imutável do ser homossexual. Nossa homossexualidade é um Sexpol, ou pelo menos se apresenta e se conduz, apesar da homofobia de Reich, como uma de suas resultantes. Um elemento político, um elemento sexual.  
(Nestor Perlongher)

A primeira questão que eu procurava responder quando comecei esse estudo era se *Realidade* foi ou não uma revista de vanguarda no aspecto sexual. Creio agora que essa pergunta é um equívoco, pois ela concebe a revista como um monólito. Na introdução eu disse que havia três tipos de ideia de revolução sexual veiculadas pela revista entre 1966 e 1968: revolução feminina, cuja reivindicação maior era liberação da mulher; a revolução “anárquica”, que combinava Reich com concepções anarquistas; e a reforma moderada. É claro que essa minha classificação deve ser matizada, afinal, algumas reportagens podem ser incluídas em mais de uma opção, mas essa divisão ajuda a entender posicionamentos dentro da revista. Gostaria de falar um pouco sobre isso.

A *Realidade* da revolução feminina foi, talvez, a única que contou com apoio amplo de todas as matérias pesquisadas. A mulher estava por trás das intenções de praticamente todas as reportagens sobre sexualidade. Quando Marão defendeu o divórcio, um dos principais argumentos era a situação da mulher desquitada. Quando resolveram fazer uma edição especial da mulher, queriam colocá-la como símbolo da revolução de costumes que o país passava. Quando defenderam o aborto, por exemplo, um dos argumentos centrais foi que “no problema, que é **da mulher**, está envolvida a própria sociedade **masculina** que estabelece as condições, os meios, as leis sobre o assunto(...)”<sup>312</sup>.

Se, sob esse ângulo a revista foi bastante vanguardista, por outro lado, esbarrou em três obstáculos, a saber: a visão de que a mulher é vítima unilateral do homem; a visão da mulher como objeto de beleza do olhar masculino<sup>313</sup>; e o mais grave de todos, a naturalização da condição de mulher, especialmente pela via da naturalização da

---

<sup>312</sup> FREIRE, Norma. “O Aborto” in: *Realidade*, nº27, junho de 1968, p.159.

<sup>313</sup> Apesar de que, é sempre bom frisar, em algumas matérias como “Pobre menina miss” e “Meire vive tirando a roupa”, haver uma crítica a tal postura.

maternidade como sinônimo de ser mulher. Sob esse último aspecto, por exemplo, a mesma reportagem sobre aborto citada anteriormente, traz a seguinte passagem: “Psiquiatras explicam que, praticando-o [o aborto], a mulher está negando o que há de mais profundo nela, e que a definiria como mulher: o instinto de procriação”<sup>314</sup>. Apesar de defender a descriminalização do aborto, em vários momentos que já destaquei ao longo desta pesquisa, o argumento da maternidade como essência da mulher sempre esteve presente.

As reportagens que defendiam uma “reforma sexual” moderada foram também bastante comuns. Nessas matérias, a emancipação sexual é entendida apenas como um aumento das liberdades individuais dentro do sistema capitalista. Não há a preocupação de romper com grandes estruturas sociais e a sexualidade não está ligada a nenhum tipo de revolução social, mas, ao contrário, a revolução sexual serve mais como reforço da estrutura social do que como veículo desestabilizador dela. Nesse grupo se incluem, entre outras, as matérias de Marão sobre divórcio, grande parte da edição especial da mulher e a matéria de Negreiros sobre educação sexual infantil.

Poderia ser incluída aqui também a reportagem de Hamilton Almeida sobre homossexualidade. Nesse caso em particular, as relações entre pessoas do mesmo sexo são vistas como um aspecto negativo da abertura sexual que deve ser controlado. Afirma Almeida que

Embora, evidentemente, não seja compreensível combater o homossexualismo através da repressão policial, é possível, por meio de uma série de medidas, evitar ou tornar menos intensa sua proliferação. Nesse sentido, há um anteprojeto de lei no Congresso Nacional proibindo o aliciamento de pessoas nas vias públicas. Visa especificamente a combater a prostituição mas, se aprovado, também se aplicará aos homossexuais, uma vez que em seu texto não se menciona um sexo determinado<sup>315</sup>.

A reportagem de Hamilton Almeida marca, portanto, o período de transição pelo qual passava a forma de lidar com a homossexualidade. Declínio do uso da repressão, declínio do uso da medicina, ascensão de teorias calcadas na psicologia e psicanálise. Diminui a repressão, diminui a influência de teorias biologizantes, aumenta a confiança no divã como possível “cura” para os homossexuais.

---

<sup>314</sup> FREIRE, N. op.cit.p.157.

<sup>315</sup> ALMEIDA, H. op.cit.p.114.

Por último, há a revolução sexual mais radical. É aqui que vemos a grande influência de Reich, que dizia que “as necessidades biológicas, a alimentação e o desejo sexual, determinam fundamentalmente a necessidade da organização social dos homens”<sup>316</sup>. Por essa perspectiva, a sexualidade está no âmago da vida social e sem que a repressão sobre ela acabasse, não haveria liberdade. Derrubar neuroses e derrubar a ditadura do capital aparecem quase como a mesma coisa. Tanto as reportagens quanto as participações de José Ângelo Gaiarsa como psicanalista convidado, seguem essa linha<sup>317</sup>. Outro exemplo é a reportagem de Paulo Patarrasobre Summerhill.

Essa postura mais combativa e ousada não foi dominante. Marão afirma em seu livro que alguns colegas de redação acreditavam, na época da fundação da revista, que o socialismo seria implantado no Brasil futuramente, mas que a maior parte da equipe era mais *pragmática* e via essa ideia como romantismo<sup>318</sup>. Talvez fosse a mesma coisa com a sexualidade. Muitos podiam enxergar o fim da monogamia, o fim da família de tipo burguês e maior respeito para com desejos sexuais diferentes da matriz heteronormativa. Mas, talvez, a maioria visse essa postura ou como excesso ou como utopia inalcançável. Quando perguntado por mim sobre os efeitos da revolução sexual nos dias de hoje, Marão afirmou que “a chamada traição, em qualquer tipo de relacionamento, parece estar muito mais ligada ao sentimento de posse e ciúme natural nas pessoas. Então, acho que nunca vai ser aceita.” Enquanto Reich alega, por exemplo, que apesar do ciúme ser natural,

deve ser distinguido rigorosamente do ciúme de propriedade. É natural não querer um parceiro querido nos braços de outra pessoa; mas é igualmente não-natural e corresponde a um impulso secundário que, por exemplo, num matrimônio ou numa relação duradoura não se tenha mais relações sexuais e apesar disso se proíba ao parceiro que mantenha relações sexuais com outra pessoa<sup>319</sup>.

Não me parece que tal posicionamento de Reich tenha sido dominante em *Realidade*. A postura mais moderada foi a tônica, sendo que o ponto de convergência entre os “moderados” e os “libertários” foi a liberação da mulher. Daí por que o tema foi tão abordado e defendido<sup>320</sup>. As três posturas, entretanto, esbarram no essencialismo.

---

<sup>316</sup> REICH, W. op.cit.p.25.

<sup>317</sup> Na reportagem já citada sobre a monogamia, Gaiarsa defende esse ponto de vista “libertário”, em oposição a outras vertentes, incluindo a posição moderada.

<sup>318</sup> MARÃO, J.C.op.cit.p.26

<sup>319</sup> REICH, W. op.cit.pp.59-60.

<sup>320</sup> Lembrando ainda que os temas relacionados ao feminismo de segunda onda continuaram sendo

Passo a partir de agora a comentar alguns exemplos contemporâneos que ilustram o legado da revolução sexual. No início de 2008, na França, um francês convertido ao islamismo pediu anulação do casamento com sua esposa, por que descobrira que ela não era virgem quando se casou, apesar de dizer que era. Depois de o juiz decidir-se favoravelmente ao marido enganado, uma grande quantidade de críticas foi feita em várias partes do mundo contra a decisão. Feministas e defensores dos direitos humanos protestaram veementemente<sup>321</sup>.

No Brasil tivemos um caso parecido no Rio Grande do Norte. O casal Carlos André Guedes Machado e Kátia namoravam há oito anos. Quando estavam próximos ao casamento, ele pediu a ela uma prova de amor, que seria um exame médico provando que ela era virgem<sup>322</sup>. Kátia atendeu ao pedido do noivo e realizou o laudo em uma clínica. Entretanto, a notícia do pedido inusitado vazou e toda Ceará Mirim, próxima a Natal, ficou sabendo da história. Uma vez que virou motivo de chacota por ter namorado oito anos com uma mulher sem ter tido relações sexuais com ela, Carlos desistiu do casamento. Indignada, Kátia entrou na justiça contra ele por danos morais.

O que chama a atenção nesses dois casos, não é só machismo de Carlos ou do muçulmano francês. O fato da imprensa abordasse acontecimentos privilegiando o preconceito masculino e vitimando as mulheres, não é mero acaso. Não se trata aqui, de defender a atitude dos homens, mas de procurar enxergar os casos por uma nova perspectiva. As duas mulheres, tratadas como vítimas pelos jornais e pela televisão, agiram de maneiras tão machistas quanto os dois homens. Afinal, por que as duas ainda se submetem a homens que exigem delas a virgindade? A francesa mentiu para se casar. A brasileira humilhou-se indo ao médico pedir um laudo que atestasse a sua virgindade. O motivo da imprensa não criticar esse tipo de atitude feminina é que, inconscientemente, acredita-se, ainda, que é lícito uma mulher humilhar-se dessa maneira.

Quanto aos homens, ainda não se percebem vítimas da dominação simbólica. O fato de Carlos ter voltado atrás no casamento, apenas por causa do falatório da cidade, demonstra como os homens de carne e osso passam longe do estereótipo de

---

publicados mesmo após a fase áurea, principalmente por Carmen da Silva, que continuou colaborando com a revista. É verdade que Gaiarsa ainda escreveu algumas matérias nessa segunda fase também, mas a abordagem mais “radical” de temas comportamentais arrefeceu com o tempo.

<sup>321</sup> Disponível em: < <http://canaca.wordpress.com/2008/06/03/a-franca-e-a-noiva-que-nao-era-virgem/>> 19/11/2012.

<sup>322</sup> Disponível em: < <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL699403-15605,00.html>> 19/11/2012.

seu gênero: forte, corajoso, desafiador. Sua atitude de vergonha perante a sociedade que o acusava de “não ser homem” por não “deflorar a sua fêmea” (que bela imagem dos habitantes do neolítico), é tão questionável quanto a de Kátia por se submeter ao seu pedido. O homem de hoje, vendo ameaçada a sua supremacia absoluta, ainda não reconstituiu uma identidade substituta à anterior. Grande parte deles, como o Carlos do Rio Grande do Norte, ainda procura afirmar-se como um macho viril. A ordem “seja homem”, ainda ecoa na cabeça da maioria dos garotos e de seus pais e avós. Ao procurarem se redefinir, as mulheres levaram os homens a fazerem o mesmo. Como lembra Elisabeth Badinter “XY continua sendo a constante, mas a identidade masculina não é mais aquilo que era. Prova de que não estava escrita em mármore”<sup>323</sup>.

Pierre Bourdieu chama atenção para o fato de a mulher contemporânea ser um paradoxo ambulante. Apesar de todas as conquistas das feministas, ainda existe o que ele chama de “cerco invisível” limitando o território deixado aos seus movimentos e deslocamentos<sup>324</sup>. Esse confinamento simbólico se exerce, por exemplo, sobre as suas roupas, modos de sentar, andar, falar. O salto alto, as bolsas que ocupam suas mãos, são instrumentos limitadores da movimentação da mulher contemporânea. Só a custa de movimentos acrobáticos que elas conseguem “se portar”: como quando uma jovem puxa seguidamente para baixo uma saia muito curta ou quando precisa abaixar para pegar um objeto no chão sem abrir as pernas. Poses mais relaxadas, como se balançar na cadeira ou por os pés sobre a mesa, em ato de poder ou afirmação são, para sermos exatos, atribuídos à ação masculina e desencorajados às mulheres, sem, no entanto, que se diga isso abertamente. Nem todas as mulheres ouvem dos pais que devem manter as pernas fechadas, mas a maioria ainda o faz “naturalmente”.

Os homens, em contrapartida, vivem a sua “pequena revolução” nesse início de século. Os estudos sobre masculinidades e movimentos sociais como o movimento gay trouxeram à tona o problema de ser homem na contemporaneidade. Um dos indícios dessas mudanças é o número cada vez maior de homens que reivindicam a paternidade. O movimento “Pais por justiça” tem chamado a atenção da mídia nos últimos anos<sup>325</sup>. Foi criado por homens que se sentiram injustiçados durante o divórcio, muitas das vezes impossibilitados de ficar com o filho (Ver Ilustração 20). Segundo o movimento,

---

<sup>323</sup> BADINTER, Elisabeth. *XY: Sobre a identidade masculina*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992. Apresentação, p.2.

<sup>324</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. pp.39-40.

<sup>325</sup> Ver os sites: < <http://www.paisporjustica.blogspot.com/> > 15/05/2012  
<<http://www.paisporjustica.com/>> 15/05/2012

existem muitos casos de mães que inventam para os juízes que o pai tentou abusar sexualmente da criança ou que a maltratava. Muitos juízes se assustam com a declaração e impedem os pais de verem os filhos. Outras mulheres, depois de conseguirem a guarda, fogem dos ex-maridos levando os filhos.

Indignados, esses pais se uniram e fundaram a ONG em junho de 2007. Ironicamente, foi justamente a revolução de costumes que trouxe à tona esse problema. Ela levou a mulher para fora do lar e convocou o homem a participar das tarefas domésticas e a assumir o cuidado com a prole. Assim, quando da separação, o pai passou a reivindicar a guarda dos filhos ou o estabelecimento da guarda conjunta. No entanto, muitas vezes a ruptura da vida conjugal gera em algumas mães sentimento de abandono, de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa muito grande. Algumas delas desencadeiam um processo de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge<sup>326</sup>. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor. Em muitos casos, tem ocorrido de mulheres manipularem filhos pequenos, de menos de três anos, a confirmarem ao juiz que eles foram abusados ou espancados pelos pais.

Casos isolados de homens que lutam pelo direito à paternidade também viram notícia na mídia. O assistente social Gilberto Antonio Semensato conseguiu que o Tribunal Regional do Trabalho de Campinas lhe conferisse, recentemente, a licença-maternidade de 4 meses, que só é um direito da mulher. Semensato adotou uma menina, mas é solteiro e não tinha com quem deixar sua filha<sup>327</sup>. Outro caso, dessa vez envolvendo violência doméstica, chamou a atenção do país. Um juiz utilizou a lei Maria da Penha por analogia para defender um homem que estava recebendo ameaça pela ex-esposa, que jurou morte a ele e ainda destruiu o seu automóvel<sup>328</sup>.

O movimento gay, para Bourdieu, passa por um momento decisivo, que poderíamos comparar com a luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos na década 60<sup>329</sup>. A diferença entre o tipo de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais para aquele exercido contra os negros ou as mulheres, por exemplo, é que à diferença destes últimos, os homossexuais podem ocultar ou exibir o motivo de sua

---

<sup>326</sup> Obviamente não são só as mulheres que podem agir assim na separação, mas devido ao fato dos filhos, tradicionalmente ficarem com elas, é mais comum a mãe ter reações adversas na hora da disputa da guarda dos filhos. É um efeito da naturalização da maternidade feminina.

<sup>327</sup> Notícia disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/07/01/ult4733u18738.jhtm>. Acessado em: 19/11/2011.

<sup>328</sup> Notícia disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3293193-EI306,00-MT+juiz+usa+Lei+Maria+da+Penha+para+proteger+homem.html>> 19/11/2011.

<sup>329</sup> Ver: BOURDEIU, P. op.cit. pp.143-149.

estigmatização. O controle sobre as práticas homoafetivas não tem nenhuma ligação, portanto, com signos sexuais visíveis. A opressão sobre eles age como uma forma de “invisibilização”, de recusa da sua existência pública. A estigmatização só aparece de forma declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Essa, aliás, é intenção das paradas do orgulho gay que acontecem em várias cidades brasileiras e do mundo. No Brasil, além de São Paulo possuir o recorde da maior parada gay do mundo, Rio de Janeiro e Fortaleza estão entre as dez maiores.

Mas Bourdieu lembra que é uma contradição reivindicar a identidade de “gay” (criada pelos grupos estigmatizantes como uma marca de rejeição) como um emblema de orgulho, como fazem as paradas nas ruas. Afinal, questiona-se o sociólogo francês, fazendo ver o estatuto de “gay” e de “lésbica” como uma construção social produzida pela ordem heteronormativa e, em seguida, assumindo essa identidade (lembrando da imensa diversidade de pessoas que são enquadradas na mesma categorização), o movimento tende a minar as suas próprias bases sociais.

Para ele, portanto, o movimento deve exigir um reconhecimento legal da particularidade. A ordem procura novamente tornar os homossexuais invisíveis, eles, que lutaram décadas para serem enxergados. Como já discutimos antes, o direito à união civil pode ser, também, um caminho para essa visibilidade invisível, onde o indivíduo é “aceito” pela sociedade, mas é enquadrado em seus valores.

Outro desafio que o movimento gay enfrenta é a acusação de ser sectarista ou particularista. Para o sociólogo, entretanto, essa acusação faz parte de uma hipocrisia universalista, que relaciona o universal às diversas categorias dominantes: branco, masculino, heterossexual, burguês. Ele afirma que “os homossexuais estão particularmente armados para realizar [o trabalho]: eles podem pôr a serviço do universalismo, sobretudo nas lutas subversivas, as vantagens ligadas ao particularismo”<sup>330</sup>.

A grande ironia é que esses movimentos gays, talvez numa reação ao enquadramento da psicologia do século XX que os tentava “curar”, voltaram-se, na atualidade para as teorias essencialistas. Para fugir das propostas de “cura gay”, inscreveram as identidades sexuais (heterossexuais, homossexuais, bissexuais) no campo da natureza. Se na década de 60 pudemos ver uma matéria de *Realidade* que criticava as teorias biologizantes e afirmava ser a sexualidade uma construção psíquica,

---

<sup>330</sup>BOURDIEU, P. op.cit.pp.148.

vemos hoje um retorno do essencialismo como bandeira de um movimento de contestação!

Em 2008, cientistas na Suécia teriam encontrado as “provas mais sólidas, até hoje, de que a sexualidade não é uma opção, mas uma característica biológica” e que, nos cérebros de gays e lésbicas, localizar-se-ia a origem de suas sexualidades. Essa pesquisa teria descoberto, através de estudos de ressonância magnética, que o cérebro dos gays “é igual ao das mulheres heterossexuais” e o cérebro das lésbicas “é igual ao dos homens heterossexuais”. Pensar que existem “fatores específicos” que produziriam a homossexualidade tornou-se obsessão da modernidade, atingindo até pessoas que se dizem contra a discriminação.

A ideia do “cérebro gay” converge para o senso comum social que acredita que gays são homens efeminados (mulheres em corpos de homens; homens com cabeça e anseios de mulheres), assim como crê que lésbicas são mulheres masculinizadas (homens em corpos de mulheres; mulheres com cabeça e anseios de homens). A ideia reforça a crença de que gays e lésbicas seriam os “invertidos” de outrora: inversão que, agora comprovada, estaria inscrita nos seus cérebros. Tal pressuposição, entretanto, se torna um alívio aos conservadores que não admitem que cada um possa decidir o que fazer com seu próprio corpo e prazeres, por seu desejo e escolha. Pré-determinados pela natureza de seus cérebros, esses “pobres coitados” que não tem “culpa” de ser o que são, agora podem ser perdoados de seus “vícios”, “pecados”, “anomalias” etc. Isso até que alguém tenha a brilhante ideia de propor cirurgias reparadoras da “inversão cerebral”. Enganoso é pensar que será a outra conclusão que o pensamento conservador chegará.

Se alguém for a algum congresso de direitos dos homossexuais hoje e usar a palavra “opção”, será rechaçado em uníssono: “opção não, orientação!”. Nessa “correção” linguístico-política, “orientação” é substantivo que pretende exprimir a **essência**, a propriedade que, existindo por si mesma, sem ação do sujeito-homossexual, exprimiria a sua verdade profunda, um fundamento de sua identidade sexual. Ora, é justamente a dissidência na escolha, a transgressão na construção de si por parte daqueles que, com outras preferências, subvertem os ditames da “heterossexualidade obrigatória” que é politicamente insuportável. Este é o motivo pelo qual se pretende domesticar essas experiências ditas desviantes como “orientações” naturalizadas.

O motivo para que lideranças do movimento gay tenham tanto medo do argumento (des)construcionista, que é o deste trabalho, é o medo plausível de que a

ideia de que as orientações sexuais não sejam fixas faça com que os conservadores convençam a sociedade de que os “desviantes” possam ser “reorientados” em algum tipo de “terapia de reorientação”, como a psicologia propunha até bem pouco tempo atrás (e *Realidade* é prova de que essa tática foi usada ao longo do século passado). Entretanto, cabe o questionamento: só é possível o reconhecimento da diversidade sexual através da tática da essencialização dos prazeres?

Concordo com Alípio de Souza Filho quando ele afirma que

Aqueles que flertam com as teses de um essencialismo naturalista em matéria de sexualidade não têm consciência da **despolitização** que a posição representa. O argumento da natureza despolitiza a reflexão sobre gênero e sexualidade e atrela direitos a serem conquistados pela mudança de mentalidade da sociedade ao obscurantismo do apelo ao biológico ou ao psicológico. O que fundamenta a crença essencialista é, no fundo, o temor da ideia de liberdade, o temor do desejo como fator de produção da diversidade, da pluralidade. O temor do próprio desejo como potência criadora<sup>331</sup>.

A ideia de orientação sexual, tal como está colocada nos dias de hoje, está tão domesticada que perdeu seu poder emancipatório. A volta do essencialismo biológico é um retrocesso, na medida em que nos faz retornar a um mundo pré-Freud, onde a subjetividade morre diante do império da genética. Grande ironia: os teóricos chamados “pós-modernos”, como Foucault, Deleuze, Derrida e Judith Butler, foram acusados de matar o sujeito, trancafiá-lo em grandes estruturas de dominação intransponíveis, cujo alcance seria infinito e neutralizador de qualquer agência. Mas são esses pensadores que, hoje, ajudam melhor a pensar a sexualidade como livre escolha, como potencializadora da agência humana e não como subproduto de forças naturais, como queria Reich. Judith Butler, principal teórica feminista desconstrucionista, é muito lúcida ao afirmar que “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política”<sup>332</sup>, mas, pelo contrário é a maior arma na politização de um debate cada vez mais despolitizado.

Nesse sentido, por mais irônico que pareça, a psicanálise é muito mais aliada, hoje em dia, da teoria foucaultiana sobre a sexualidade do que adversária. Depois de muitas críticas e revisões de diferentes pessoas e correntes de pensamento, tanto uma

---

<sup>331</sup> SOUSA FILHO, Alípio de. *A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencialização do conceito de orientação sexual*. In: Revista Bagoas. Volume 3, nº4. 2009. pp.59-78. Grifos meus.

<sup>332</sup>BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.213.

como outra são importantes veículos para se pensar a subjetividade no mundo moderno e podem ser armas contra o essencialismo contemporâneo. Quando falo da psicanálise, não me refiro a ela no sentido essencialista que Freud utilizou, mas a uma psicanálise que rejeita essências biológicas, médicas, psicológicas, naturais e universais.

Através da análise de *Realidade*, revista símbolo da década de 60 no Brasil, afirmo que nossa época não é a da superação da repressão e regulação sexual. Os anos 50 e 60 representaram sim mudanças importantes no tocante ao campo da sexualidade e das relações entre os sexos (gêneros). Mas o processo que começou há cerca de cinquenta anos atrás, não representa, de modo algum, o início de um tempo de libertação no campo da sexualidade. O amplo conjunto de teorias e técnicas que regulamentam a vida sexual das pessoas e das populações desde o século XVIII não desapareceu. Pelo contrário, conseguiu conformar as mudanças que ocorreram à sua ordem. A “revolução feminina” e a “revolução moderada” saíram, pelo menos em parte, vitoriosas. A mulher conquistou muito mais espaço, o divórcio foi amplamente aceito e agora o ocidente se prepara para a aceitação dos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. São conquistas, mas parciais e conseguidas apenas quando foram condicionadas a restrições que mantiveram a mesma estrutura social. Ou seja, a proposta reichiana de revolução sexual aliada à revolução social foi amplamente derrotada. E, pior, suas propostas acabaram contribuindo para reforçar o dispositivo da sexualidade, uma vez que o foco na repressão resultou numa falsa sensação de liberdade que se tem hoje. Afinal, uma vez que a repressão sexual diminuiu drasticamente nos últimos anos, teríamos que viver em um mundo sexualmente livre. Se adotarmos tal pressuposto, lutar por liberdade sexual seria um anacronismo, pois não haveria mais repressão para vencer. Ou seja, entender que a repressão é a chave para se entender a sexualidade, nos dias de hoje, nos levaria a uma rua sem saída.

O discurso conservador, aliás, se aproveita disso, dizendo que a falta de repressão sexual criou um mundo de “libertinagem” e que precisamos de mais repressão para conter os excessos. Mais repressão para clínicas de aborto clandestinas, mais repressão policial para casais do mesmo sexo que se beijam nas ruas, mais censura para cenas de sexo nas novelas. E enquanto o foco fica na repressão, as produções de verdade sobre o sexo continuam sem questionamentos. Vimos a ameaça desse discurso conservador recentemente nas eleições nacionais de 2010. Pela primeira vez o debate da campanha presidencial foi centrado não em questões econômicas, mas morais. No olho

do furação estava o aborto. Vimos os dois candidatos mais votados do pleito subirem em púlpitos de igrejas para reafirmarem “o direito à vida”.

De que vida se fala quando se recorre ao “direito natural da vida” nos dias de hoje? Uma vida desprovida de sentido político, calcada no que Foucault chama de *biopolítica* e no que Hannah Arendt chama de decadência do político na modernidade. Como faz notar Foucault “a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação”<sup>333</sup>. No último capítulo de *História da sexualidade I*, podemos entender melhor a tese foucaultiana da biopolítica. Foucault entende que, a partir da virada do século XVIII para o XIX, muda-se a maneira de se exercer o poder soberano. Este passa a não mais se afirmar como aquele que detém o poder de subtrair a vida, mas sim um poder que gere a vida<sup>334</sup>. Mas, alerta ele, não se deve deixar enganar por essa falsa valoração positiva da vida, pois a contrapartida da biopolítica é, justamente, a tanatopolítica. Seríamos tentados a louvar as atitudes “humanitárias” do poder soberano, uma vez que parece positivo o cuidado para com a longevidade vital da população, bem como a preocupação com sua saúde e bem estar. É justamente onde se encontra o perigo. Há uma contrapartida. E ela é sangrenta. Pois se há uma obsessão estatal em “purificar” a vida e tornar o bem estar social uma realização, então por que a violência não diminui com a ascensão da biopolítica? Por que, pelo contrário, ela continua mais cruel e destruidora como nunca? Simplesmente por que, para garantir a segurança de uns, é necessário destruir a vida de outros, uma vez que é a violência depuradora que irá garantir os melhores meios para que determinada população sobreviva.

É o que afirma Foucault ao fim do primeiro volume d’A *História da sexualidade*:

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência. (...) O princípio: poder matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates tornou-se princípio de estratégia

---

<sup>333</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p.300.

<sup>334</sup> Idem. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006. p. 149.

entre os Estados, mas a existência já não é aquela – jurídica – da soberania, **é outra – biológica – de uma população**. Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente, ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população<sup>335</sup>.

Ao aceitar a naturalização, o movimento gay (e creio que posso incluir o movimento feminista aqui também) reforça o mesmo dispositivo de sexualidade que criou a categoria “homossexual” e que foi responsável por Auschwitz. Bem antes de Foucault, Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo*, mostrou que a invenção, no século XIX, do judeu como raça (e não mais como praticante do “pecado” do “hebraísmo”) e do homossexual como espécie (e não mais como praticante do “pecado” e do “vício” da “sodomia”), inclusive com as melhores das boas intenções por parte daqueles que queriam anular o discurso condenatório da Igreja, conduziu aos fornos crematórios no século seguinte. Se o judeu existe independentemente de suas crenças e se o homossexual existe independentemente de suas práticas sexuais, só sobrou a “solução final”. É importante termos em mente que estratégias discursivas podem ter efeitos muito limitados no tempo em que são engendradas, mas depois podem produzir outros bastante perversos. Como bem lembra Jurandir Freire Costa, a estratégia essencialista possui limites reais e, invariavelmente, sempre alimenta lógicas racistas, segregatórias e desumanizantes. E nós já esbarramos nele. O Vaticano, por exemplo, já deu sua resposta aos movimentos sociais: “Vocês não optam ser homossexuais? Tudo bem. Basta que não exerçam a homossexualidade, pois aí há deliberação em agir ou não”. Os negros, já há bastante tempo, são entendidos como uma raça natural. Isso, por acaso, os impediu de sofrerem discriminação e opressão? Ao contrário, essa diferença natural serviu como justificativa para a escravidão e o racismo. Desde quando o reconhecimento da condição natural das pessoas foi suficiente para que a humanidade fosse capaz de tolerar as diferenças?

A sociedade em que vivemos limita os tipos de relações entre as pessoas. Não estou falando apenas de relações sexuais, mas de qualquer relação afetiva. Segundo Carlos Augusto Peixoto Jr.

Os códigos institucionais não podem validar relações amorosas de intensidades múltiplas, de cores variáveis, composta por movimentos

---

<sup>335</sup>Ibidem.pp.149-150. Grifos meus.

imperceptíveis e formas mutantes, por que elas produzem um curto-circuito nas regras e hábitos vigentes na sociedade<sup>336</sup>.

Portanto não é o ato sexual “pervertido” ou “imoral” em si, que perturba a sociedade, mas o modo de vida de cada um, que não pode ser múltiplo e criativo, porque limitado e restrito. Esse limite às várias formas possíveis de relacionamento interpessoal foi engendrado no seio das instituições sociais por que um mundo relacional mais rico seria mais difícil de administrar. Mas tal empobrecimento do tecido relacional, entretanto, precisa ser combatido. Peguemos como exemplo a luta dos homossexuais por direitos civis como a união civil e a adoção de filhos. Não há o que condenar na inclusão das relações homoafetivas dentro do sistema de código civil, apesar do “casamento gay” ser, simultaneamente, um direito e uma adequação às normas sociais. Entretanto, essa luta **não** deve ser entendida como uma etapa final da emancipação pelas liberdades afetivas, mas apenas como uma conquista dentro das inúmeras possibilidades de relacionamento que a humanidade deve buscar. Normas e regras sociais sempre existirão, isto nós sabemos. Não se trata de abolir todas elas, mesmo por que os limites e regras morais também são importantes para o convívio e a harmonia entre as pessoas. Mas o tipo de sociedade que temos que lutar para construir, é aquela que possibilita a constante revisão e transformação dessas regras. E a partir do momento que aceitamos a naturalização, estamos aceitando a imutabilidade das regras.

---

<sup>336</sup>PEIXOTO JR, Carlos Augusto. “Sexualidades e modos de vida”. In: *Revista Mente, cérebro & filosofia*, nº6. p.54.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: Lilia Moritz Schwarcz. (Org.). *História da vida privada no Brasil* vol. 4. *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, v. 5, p. 319-409.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11ª edição revista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- \_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Ed. Documentario, 1975.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- AZEVEDO, Carlos. *Cicatriz de reportagem*. São Paulo: Editora Papagaio, 2007
- BRAZ, Camilo Albuquerque. *Macho versus Macho: a produção discursiva da hiper-masculinidade em alguns contextos homoeróticos na cidade de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/~marko/articles.htm>>. 10/10/2008.
- BADINTER, Elisabeth. *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BIRMAN, J. *Entre Cuidado e Saber de Si – Sobre Foucault e a Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004.
- BIRMAN, J. *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1997.
- BERSTEIN, Serge. *A cultura política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANCO, Guilherme Castelo. *Do pecado à doença: inquietações em torno da sexualidade infantil*. In: *Revista Mente, cérebro & filosofia*, nº6, 2008. Pp. 44-49.
- \_\_\_\_\_. *Foucault em três tempos: a subjetividade na arqueologia do saber*. In: *Revista Mente, cérebro & filosofia*, nº6, 2008. Pp.7-13.
- BREGUÊS, Sebastião Geraldo. *A imprensa brasileira após 64*. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro. Ago, 1978
- BRUM, Eliane. *A ministra e a prostituta*. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/10/ministra-e-prostituta.html>. Visualizado em 15/10/2012.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAPPELLARI, Marcia Schmitt. *A Pedofilia na pós-modernidade: um problema que ultrapassa a cibercultura*. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 11, n.1, p. 67-82, jan./jun. 2005.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (177M177)conhecida*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAVES, Ernani. *Foucault e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

- \_\_\_\_\_. *Ordem médica e norma familiar*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- ENGEL, Magali. G. *História e Sexualidade*. In: Ciro Flamarion Santana Cardoso; Ronaldo Vainfas. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 297-311.
- FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968: Tempo de Reportagem na Imprensa Brasileira*. Porto Alegre: Editora AGE/UIbra, 1999.
- FELIPE, Jane. *Afinal quem é o pedófilo?* Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: PP.201-223.SP
- FERRY, Luc e RENAUT, Alain. *Pensamento 68 – ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1988.
- FINAMORI, Sabrina Deise. *O gênero e a espécie: paternidade e sexualidade nas décadas de 1920 a 1940*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006.
- FONSECA, Tânia Mara. *A dominação masculina. Formas (in)sustentáveis de ser homem e mulher*. Revista Estudos Feministas, nº 7. 1º e 2º semestre de 1999. Págs. 206 – 213.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. 17ª ed. São Paulo: Graal, 2006.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. 11ª ed. São Paulo: Graal, 2006.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade III: O cuidado de si*. 8ª ed. São Paulo: Graal, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. pp.3-68.
- \_\_\_\_\_. *Resumo dos Cursos do Collège de France 1970-1982*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda., 1997.
- FREUD, Sigmund. *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. Edição Standard das Obras Completas, vol.19. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. Edição Standard das Obras Completas, vol.19. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Conferencia XXXIII: Feminilidade*. In: Edição Standard das Obras Completas, vol. 22. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. p.11. Disponível em: <[http://www.opopssa.info/Livros/freud\\_o\\_mal\\_estar\\_na\\_civilizacao.pdf](http://www.opopssa.info/Livros/freud_o_mal_estar_na_civilizacao.pdf)> Acessado em 27/02/2012.
- \_\_\_\_\_. *Fragmentos da correspondência com Fliess*. Edição Standard das Obras Completas, vol. 1 Rio de Janeiro: Imago, 1995. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- FUHRER, Maximiliano. *Novos Crimes Sexuais*. SP: Malheiros Editores LTDA.\*
- \_\_\_\_\_. *Vida e Pensamento*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 1996. P. 67.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro, UFRJ, IFCS, 1987. Tese de mestrado.
- GUERÍN, Daniel. *Um ensaio sobre a revolução sexual – após Reich e Kinsey*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

- JENKINS, Keith. *A história repensada*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa*. 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2003.
- LOPES, Cristiane Fernandes. *QuodDeus Conjurit Homo non Separat: um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de divórcio e desquite no tribunal de Justiça de Campinas (1890-1938)*. Dissertação de Mestrado, USP, 2002.
- MARÃO, José Carlos e RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade re-vista*. Santos: Realejo Edições, 2010.
- MARTINS, José Carlos. *Foucault: sexo e verdade, o conflito político em torno da vida*. In: Revista Mente, cérebro & filosofia, nº6. Pp. 37-43.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Discutindo masculinidade e subjetividade nos embalos do samba-canção*. Revista Gênero Niterói, v. 2, n.1, p. 73-86, 2. Sem. 2001.
- MATTIUSI, Dante. *Paulinho Patarra, nosso guri*, in: Imprensa, setembro de 1994.
- MISKOLCI, Richard. *Vivemos uma Crise das Identidades de Gênero?* Disponível em: <http://www.ufscar.br/richardmiskolci/paginas/academico/cientificos/vivemos.htm> 10/10/2008.
- MONTEIRO, Marko. *O pós-estruturalismo no estudo do gênero*. In: Antropologia – Gênero e Masculinidade. Campinas, 1997. Disponível em: <<[HTTP//179M179.artnet.com.br/~marko/laymert.html](http://179M179.artnet.com.br/~marko/laymert.html)>> Acesso em: 03/10/2009.
- MORAES, Leticia Nunes. *Leituras da Revista Realidade. 1966 – 1968*. São Paulo: Ed. Alameda, 2007.
- PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. *Sexualidades e modos de vida*. In: Revista Mente, cérebro & filosofia, nº6, 2008. Pp.50-57.
- PERLONGHER, NESTOR. *O desaparecimento da homossexualidade*. In: LANCETTI, Antônio; SOUZA, Herbert Daniel de; COSTA, Jurandir Freire.(Coord.) Saúde loucura 3. São Paulo: Hucitec, 1992. pp. 39-45.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Que homem é esse? O masculino em questão*. In: NOLASCO, Sócrates (org.). *A Desconstrução do Masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, pp. 53 a 58.
- POGREBINSCHI, Thamy. *Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>>
- RAGO, Margareth. *O efeito Foucault na historiografia brasileira*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, SP, vol.07, n. 1-2, outubro/1995.
- \_\_\_\_\_. *Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global*. Labrys, Estudos Feministas, número 3, janeiro/ julho 2003.
- REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo*. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A revolução sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *1968, o curto ano de todos os desejos*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. São Paulo, outubro de 1998.
- \_\_\_\_\_, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo (orgs). *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- RIBEIRO, José Hamilton. *O sonho virou realidade*, in: Imprensa, novembro de 1987.
- RIZZINI, Irene. PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.\*
- ROLLEMBERG, Denise. *Aos grandes homens a pátria reconhecida. Os justos no Panthéon*. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Os\\_Justos\\_no\\_Pantheon\\_0\\_0.pdf](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Os_Justos_no_Pantheon_0_0.pdf)> 08/02/2013.
- \_\_\_\_\_; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção social dos*

- regimes autoritários*. Três volumes: Brasil e América Latina; Ásia e África; Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SILVA, Fábio Luiz da. *A Pedof(am)ília Moderna: Notas Foucauldianas sobre um caso de Pedofilia*. *Revistas de História e Estudos Culturais*, Vol. II, Ano 3, 2005. SC.\*
- SILVA, Dionísio. *Nos bastidores da censura: Sexualidade, literatura e repressão pós-64*. Barueri: Amariyls: 2009.\*
- SILVA, Mylton Severiano da. *Umarevista que dividiu as águas na imprensa brasileira*, in: Imprensa, ano XIII, 1999, nº 143.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. *O Golpe de 1964*, in: 21 anos de Regime Militar. Balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. IN: Educação e Realidade, Porto Alegre. Vozes, v 16, nº 2, julho/dez 1990, p.17.
- \_\_\_\_\_. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter. (Org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 63-95.
- SOIHET, Rachel. *Feminismos e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro dos anos 1970-1980*. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. *História das Mulheres*. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. (Org.). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v.1, p. 275-311.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de gênero*. *Revista Brasileira de História*. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº54, jul-dez, 2007
- SOUSA FILHO, Alípio de. *A política do conceito: subversiva ou conservadora? – crítica à essencializaçãodo conceito de orientação sexual*. In: *Revista Bagoas*. Volume 3, nº4. 2009. pp.59-78.
- THERBORN, Goran. *Sexo e poder – A família no mundo (1900-2000)*. São Paulo: Contexto, 2010.
- VIEIRA, Luciana Leila Fontes. *As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana*. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Vol. IX, nº2, junho-sin mês, 2009, pp. 487-525.
- VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e história cultural*. In: Ronaldo Vainfas; Ciro Flamarion Cardoso. (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, v. 1, p. 127-164.
- VARIKAS, Eleni. *“O pessoal é político” : desventuras de uma promessa subversiva*. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996, p. 59-80.
- VOJNIAK, Fernando. *Desconstruindo Falas do Falo*. *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 7, p. 664-667, 2003.

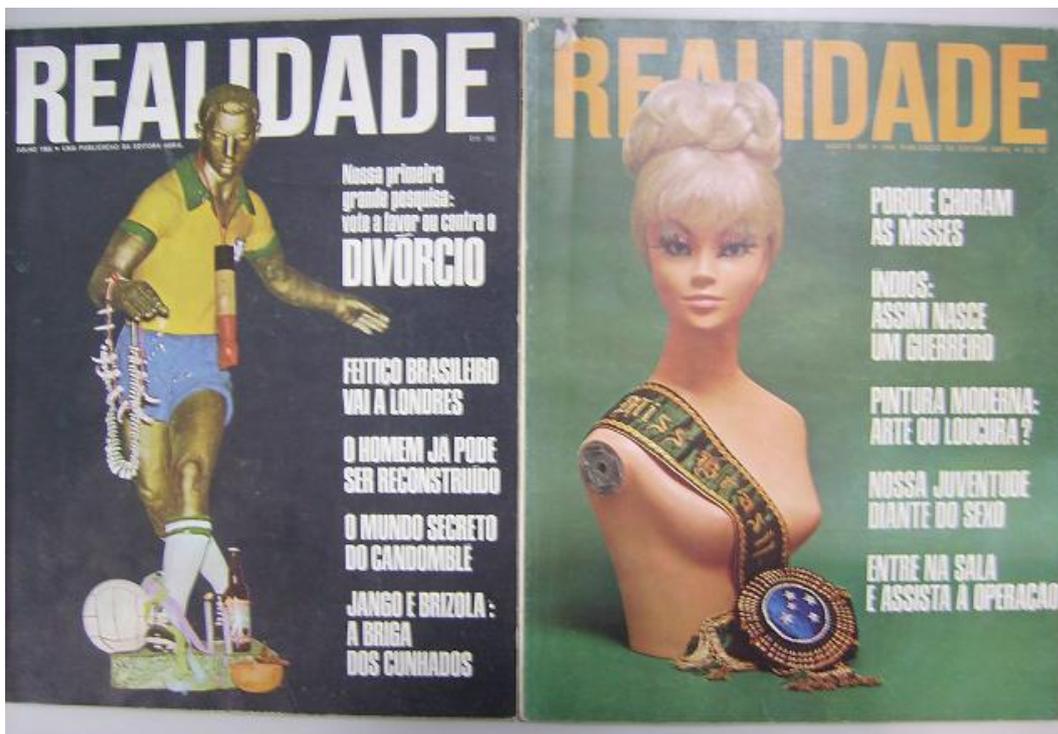
## ANEXO A - ILUSTRAÇÕES

Ilustração1



Da esquerda para a direita: Capas de Abril de 1966 e Junho de 1966.

Ilustração2



Da esquerda para a direita: Julho de 1966 e Agosto de 1966.

Ilustração3



Da esquerda para a direita: Março de 1967 e Fevereiro de 1967.

Ilustração4



Da esquerda para a direita: Maio e Abril de 1967.

Ilustração5



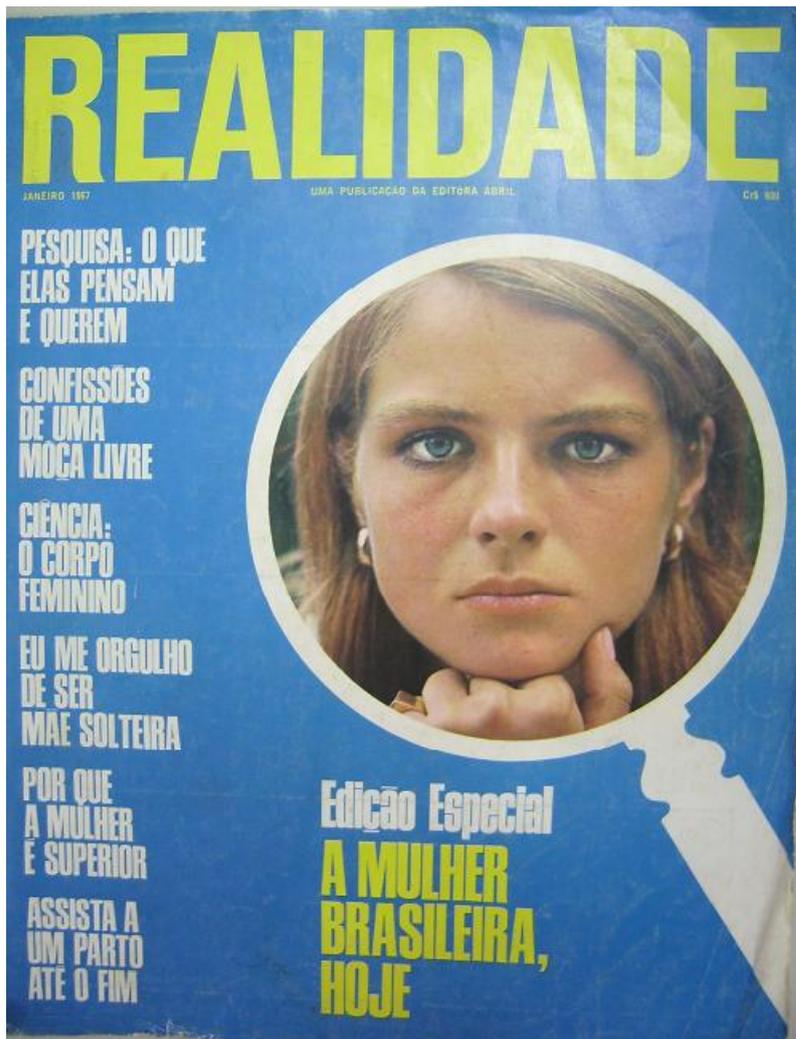
Da esquerda para a direita: Julho e Junho de 1967.

Ilustração6

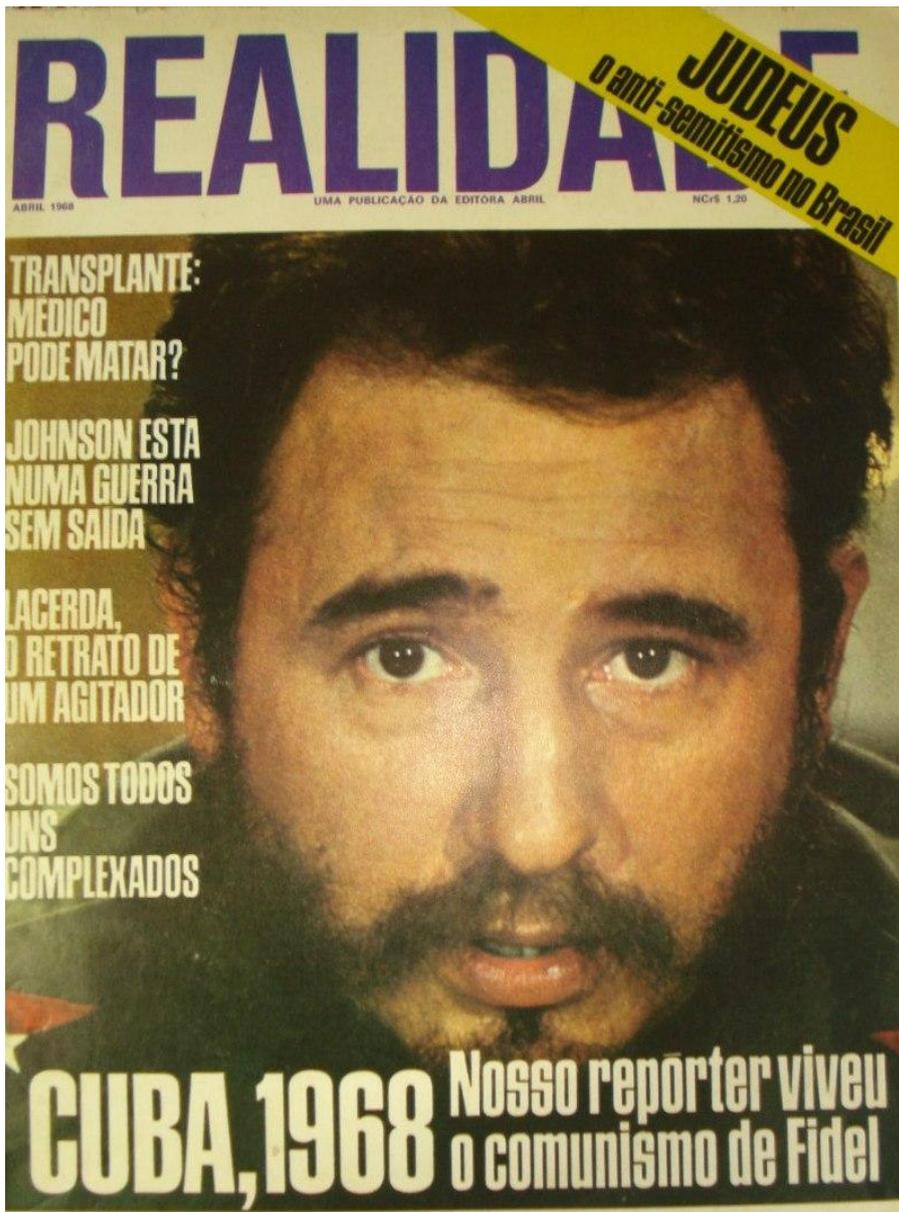


Da esquerda para a direita: Novembro e Maio de 1966.

Ilustração7

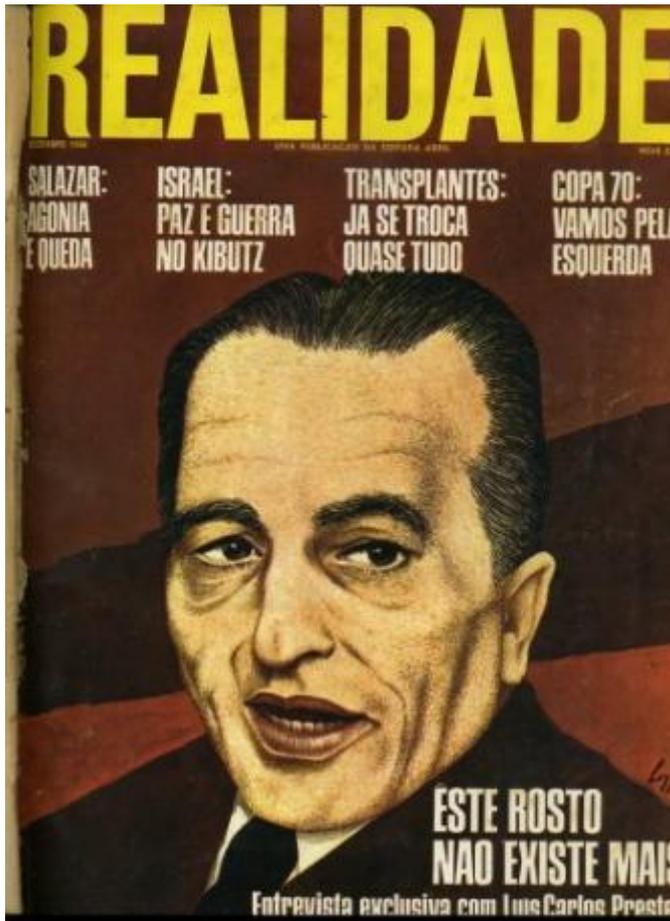


Edição número 10, especial sobre a mulher, Janeiro de 1967. Foto de George Love.



Realidade, abril de 1968.

Ilustração 9



Capa com Luis Carlos Prestes. Dezembro de 1968.

Ilustração 10



Ilustração 11



Parte da estratégia de Roberto Civita para conquistar o público era incluir em Realidade histórias “inspiradoras”, cujo exemplo servisse de motivação para os leitores sentirem-se impelidos a lutarem por espaço na vida. Essa foto foi publicada na reportagem “Dona Berta, o diretor” de Carlos Azevedo. O objetivo seria despertar nas mulheres o desejo de disputar com os homens o espaço no mercado de trabalho, como no caso da Dona Berta, a mulher na foto, que dirigia uma fábrica. Realidade, nº 10, janeiro de 1967, p.111.

### Ilustração 12

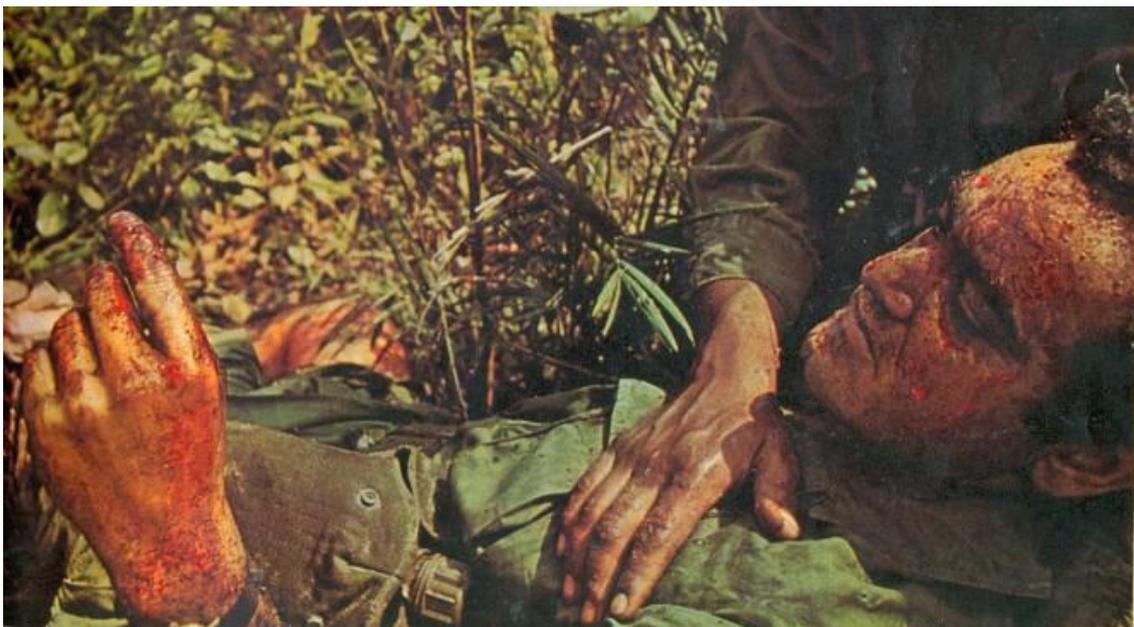


Foto usada na capa da edição de maio de 68. José Hamilton Ribeiro ferido por uma mina no Vietnã.

### Ilustração 13



Fotografia de uma prostituta segurando seu filho. Esta foto foi publicada na reportagem “Vida difícil: Prostituição”. Realidade procurava aproximar o leitor e a cena da reportagem com imagens fortes. Quem visse a imagem precisava sentir-se como a personagem retratada. Fotografia de Cláudia Andujar. Realidade, nº 28, julho de 1968, p.125.

### Ilustração 14



Ilustração 16

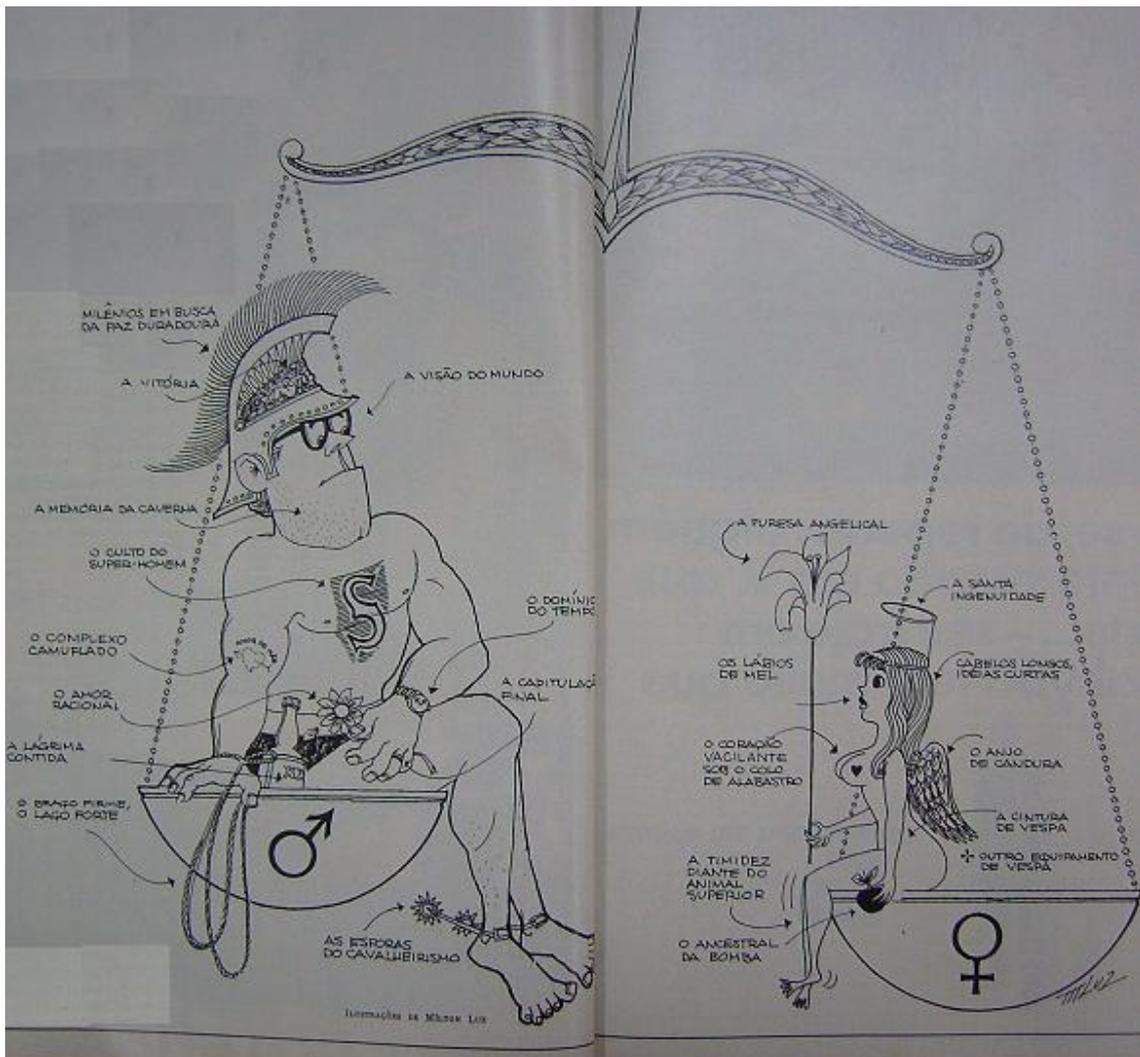


Ilustração de Milton Luz para a matéria “A indiscutível nunca proclamada (e terrível) superioridade da mulher”.

Realidade, nº 10, janeiro de 1967, pp. 30-31.

## Ilustração 17



Reportagem sobre a legalização do divórcio no Brasil. Na imagem, uma foto rasgada ao meio: dissolução da família?

Realidade, nº 4, julho de 1966, pp. 26-27.

## Ilustração 18

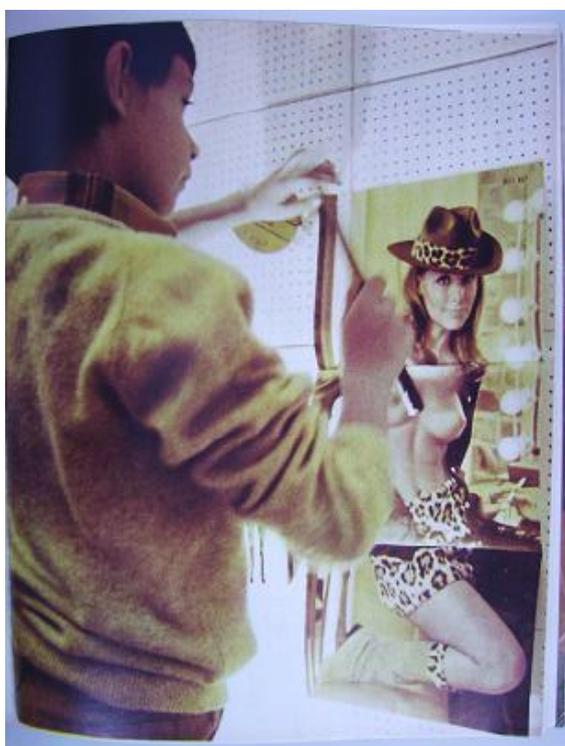


Foto de George Love reproduzida na reportagem “Sexo sem medo”. A relação entre a criança e o corpo nu. Para o jornalista Jaime Negreiros, não se deve esconder ou censurar uma cena como essa.

Realidade, nº 32, novembro de 1968, p.177.

## Ilustração 19



Foto da matéria “Nessas esquerdas o Brasil confia” de dezembro de 1968 (p. 236). A revista usa o futebol para fazer crítica política, naquele que seria o último volume da fase áurea. O trocadilho se dá por que Tostão, Rivelino e Gerson eram canhotos e neles se repousava grande parte das esperanças na copa de 1970.

## Ilustração 20



Manifesto do movimento Pais por Justiça, no dia 12 de Agosto de 2007, dia dos pais, nas areias da praia de Copacabana, Rio de Janeiro. Os bonecos representam os filhos alienados da convivência paterna. No centro, na placa, o símbolo do movimento: um pai que luta contra a proibição de ter o filho por causa da intervenção de sua ex-mulher. Esse tipo de movimento “masculino” é uma tendência do século XXI?  
Retirado do site: <<http://www.paisporjustica.com/>> 19/11/2011.

## ANEXO B – ENTREVISTAS

ENTREVISTA COM JOSÉ CARLOS MARÃO, REALIZADA POR E-MAIL EM JANEIRO DE 2013.

### **1. Minha primeira pergunta é: como foi que o senhor entrou para a equipe de REALIDADE?**

Caro Tiago

Para uma pergunta tão precisa, uma resposta também precisa: fui convidado, pelo Paulo Patarra, para fazer parte da equipe que estava preparando o lançamento de uma nova revista, que seria a Realidade. Antes, eu tinha trabalhado na Folha de São Paulo, em O Cruzeiro e no Estado de São Paulo.

Já que é para uma tese de mestrado, eu diria que é indispensável você ler o livro Realidade Re-Vista, escrito por mim em parceria com o José Hamilton Ribeiro. Lá tem muito material que, me parece, é importante para seu trabalho. Também tem as respostas para muitas perguntas que você venha a fazer e também respostas para perguntas que talvez você nem se lembre de fazer.

Se você não tiver acesso ao livro, posso mandar por e-mail pelo menos o prefácio e o primeiro capítulo. Grande parte da História está lá. Vai poupar muito tempo.

Abraços

Marão

**Boa noite senhor Carlos José Marão,**

**2. Gostaria de saber por que o tema da revolução sexual foi tão abordado pela revista. Esse tema era defendido em comum acordo pela equipe jornalística? Alguém deu a ideia de abordar o tema, ou ele simplesmente era uma "necessidade histórica" daquele momento?**

Caro Tiago

Na época, ainda não era usada a expressão "revolução sexual". Havia uma tendência mundial de mudança de comportamento que também chegava ao Brasil. Se fosse possível determinar uma data para essas mudanças, eu arriscaria dizer que foi com a chegada da pílula anticoncepcional. Esse fato, de certa forma, influenciou muito no comportamento feminino. Décadas antes, a chegada da penicilina já tinha provocado uma mini-revolução, mas que atingiu principalmente os homens. Na revista, houve uma coincidência entre os donos da empresa e a equipe de jornalistas: ambos tinham uma visão de vanguarda. Mas a grande maioria da sociedade brasileira era radicalmente contra qualquer mudança dos costumes. Então, a posição da revista foi jornalística, foi a de acompanhar o que se passava no mundo e na sociedade brasileira. Acompanhar e, de certa forma, defender. Mas enfrentando a oposição do establishment. Felizmente, os leitores não eram conservadores. A edição nº 10 de Realidade, edição especial da mulher brasileira, foi apreendida, por causa de assuntos que hoje seriam banais. Recentemente, a Abril reeditou essa edição. Acho que também pode ser encontrada na Internet, por preço bem baixo, pois foi reeditada.

Abrços,

Marão

**Boa noite sr. Carlos José Marão,**

**Aproveitei o tempo, porém, para ler o livro "Realidade Re-vista" enquanto me recuperava. O livro é muitíssimo interessante e me levou a vários questionamentos. Entretanto, antes de perguntar sobre ele, gostaria de terminar o assunto que levantei na pergunta anterior.**

**3. O senhor disse que os temas sexuais entraram na pauta devido à uma questão jornalística, ou seja, acompanhar o que se passava no mundo e na sociedade brasileira. Lendo algumas reportagens percebemos influências teóricas para alguns posicionamentos adotados. Há uma clara influência de pensadores como Marcuse e Reich, defensores da liberação sexual. Inclusive Roberto Freire e José Ângelo Gaiarsa, que escreveram para a revista, foram posteriormente importantes psiquiatras/psicanalistas reichianos. Minha pergunta é: durante as pautas para as matérias, vocês debatiam obras acadêmicas? Vocês liam e debatiam Marcuse, Reich ou Freud? Ou a influência deles só se fazia sentir no momento de fazer a pesquisa para determinado tema?**

**Desde já, obrigado.**

Caro Tiago

Então, respondendo à pergunta: durante as pautas para as matérias, vocês debatiam obras acadêmicas? Vocês liam e debatiam Marcuse, Reich ou Freud? É até possível que um ou outro tivesse lido algumas obras acadêmicas. Possivelmente todos tinham informações sobre correntes acadêmicas da época. Mas o que se discutia eram as tendências que se notava no mundo e no Brasil. Roberto Freire e Gaiarsa, como psicanalistas que já eram, defendiam ideias liberais. Mas o mais importante mesmo era detectar tendências e discutir o que havia em torno delas. Será que respondi?

Abraços,

Marão.

**4. Sim, o senhor respondeu a pergunta. Gostaria de lhe perguntar, agora, sobre uma reportagem em particular. A reportagem “Pobre Menina Miss”, de 1966, escrita pelo senhor. Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma observação. Há um “personagem” de sua reportagem que é chamado de “Bigodinho-Jaquetão”. Por que o senhor não revelou o nome dele e por que o caracterizou de maneira tão cômica?**

Caro Tiago

Nos anos 60, havia novas tendências, digamos *experimentais*, em várias atividades. Houve, por exemplo, um *boom* na música popular. O New Journalism era uma delas. O professor Renato Modernell, da Faculdade de Jornalismo da Universidade Mackenzie, está estudando essa fase.

(Confesso que, hoje, considero algumas daquelas posturas bastante discutíveis.)

Então, em alguns casos, algum personagem não era identificado. Era importante não por ser o João da Silva, mas pelo que ele representava. Acontece que a situação era ridícula, como, de resto, todo concurso de miss continua sendo ridículo. Um guarda do rebanho, mas que não guardava coisa nenhuma, era mais ridículo.

Se aquele senhor não estivesse naquela função, outra pessoa estaria. Então, o ridículo não era ele, mas a função dele.

Poderia ser lembrado também o fato de estarmos em uma época de repressão. Não era muito saudável brigar com pessoas bem relacionadas com o establishment.

Serviu?

Abraços,

Marão

**5. O senhor disse que continua achando os concursos de misses ridículos (coisa com a qual concordo). Além de transformar a mulher em objeto, a descrição de sua reportagem demonstra certa desumanização das candidatas, submetidas a situações vexatórias e a todo tipo de arbitrariedade. Entretanto, como o senhor mesmo reconhece no seu livro recém lançado, esses concursos estão voltando a ficar mais populares. Por que o senhor acredita que, depois de tanta liberdade adquirida com a revolução sexual, a misoginia ainda persiste? O senhor acredita que nem todas as conquistas da revolução sexual foram efetivas?**

Caro Tiago

Pelo que posso observar, alguns preconceitos caíram.

Veja, o que coloco aqui são meras conjecturas. Seria necessária uma pesquisa séria e profissional para fazer essa verificação. Mas vamos lá.

Nos anos 60, casais em uma segunda união não eram aceitos como sócios em clubes recreativos, não eram aceitos em sociedades como Lions e Rotary, não eram convidados para festas e, se tivessem filhos, era pior: as crianças iam sofrer. Hoje, pelo menos aqui no Estado São Paulo, segundo casamento e filhos de vários casamentos são um acontecimento trivial e normalmente aceito.

Outro preconceito que, parece, caiu, é o da virgindade. Verdade que aí, por contraditório que possa parecer, houve uma ajuda da epidemia de aids e do tráfico de drogas, no final dos anos 80. Pais e mães, mesmo os mais conservadores, perceberam que não poderiam segurar os impulsos dos filhos. Então, preferiam ver seus filhos transando dentro de casa,

com parceiros conhecidos, do que correndo riscos com pessoas e locais desconhecidos.

No começo, pensei que essa atitude ocorria em um determinado grupo social, mais informado e mais avançado. Mas, tipo 12 anos atrás, quando mudei para o interior, vi que o hábito de abrigar namorados ou namoradas para transar em casa era geral.

Não sei como os jovens homens reagem, na intimidade, com o fato de namorar ou casar com uma menina não virgem. Mas eles, que também tiveram seus relacionamentos, sabem da situação da moça. Nos anos 60, não se cogitava de casar com uma *não virgem*. Embora, claro, isso ocorresse e os caras não soubessem.

No entanto, houve, em minha opinião, um retrocesso. Moças, apesar de uma juventude plena de sexo, quando vão se casar fazem questão de festas sofisticadíssimas, com direito a vestido branco e padre. A importância do simbolismo mereceria alguns estudos de antropologia.

A questão do sexo casual (como chamam agora nos EUA) não está bem resolvida. Nos grandes centros, isso passa praticamente despercebido. Porém, em cidades menores, a mulher (não o homem), por mais livre de compromissos que seja, fica marcada e acaba sofrendo preconceitos e discriminações. Já a chamada traição, em qualquer tipo de relacionamento, parece estar muito mais ligada ao sentimento de posse e ciúme natural nas pessoas. Então, acho que nunca vai ser aceita.

Quanto à revitalização dos concursos de miss, o tema, na verdade, é outro e não a revolução sexual. É o desenvolvimento da mídia, que explora o gosto popular e, agora, tem facilidades para transmitir qualquer coisa ao vivo. Programas de competição, com jurados, têm grande audiência, desde os velhos tempos do rádio e do Silvio Santos. Existe um apoio muito forte das indústrias de cosméticos e de moda. Então, vejo hoje os concursos de miss mais como mais uma atração “B” da televisão. Embora, claro, não esteja ausente a questão da mulher objeto sendo tratada como gado.

Desta vez, foi longo, hein?

Abraços,

Marão.

**6. Gostaria de lhe perguntar sobre a edição especial sobre a mulher. Por que decidiram fazer essa edição especial? Quais eram os objetivos?**

Caro Tiago

A redação da revista tinha identificado, entre os leitores, um grande número de, digamos assim, “aflições” das mulheres. Eram assuntos que a revista teria de abordar, mas dia menos dia.

Foi, então, uma união das áreas editorial e de marketing: juntar tudo em uma edição só. Os temas, naturalmente polêmicos (para a época) deveriam alavancar as vendas, que já eram boas. Ao mesmo tempo, a revista se firmava mais, editorialmente, e atendia às dúvidas e ansiedades de muitos leitores.

Abraços

Marão.

**7. Mas, ironicamente, essa edição acabou dando prejuízo devido à censura. Qual foi a reação de vocês da redação quando houve a censura? A liberdade dada pela direção da editora após esse episódio mudou?**

Tiago

Não foi censura. Foi uma apreensão de revistas em bancas.

Mas não ocorreu no país todo e, onde ocorreu, boa parte dos exemplares já tinha sido vendida. A empresa enfrentou a questão na Justiça e ganhou. Nada mudou em termos de liberdade da equipe. Ao contrário.

Marão.

**Boa noite,**

**vou encaminhar todas as minhas dúvidas de uma só vez para que o senhor possa responder com mais profundidade e objetividade. Vou separar as dúvidas por tópicos:**

**8. Quais seriam, na sua opinião, os principais e definitivos motivos que levaram ao fim da primeira fase de REALIDADE? No livro REALIDADE RE-VISTA o**

senhor fala sobre divisões internas entre os jornalistas e também sobre querelas com a empresa. Gostaria que detalhasse isso um pouco mais. Quais eram essas dissensões e qual era o problema em relação à empresa?

9. Em outra parte do livro você que diz a segunda fase da revista não vingou. Por que o senhor acha que isso aconteceu? E por que decidiu voltar depois de ter saído?

10. Fazendo um levantamento percebi que o senhor foi um dos que mais escreveu sobre o tema da sexualidade e das relações de gênero. Alguns exemplos: "Três Histórias de desquite" (edição 10, janeiro de 67), "Desquite ou divórcio?" (edição 4, julho de 66), "Sexo sem medo" (edição 32, novembro de 68). O senhor se interessava particularmente por temas morais ou foi uma coincidência? Havia alguém que preferia tratar desses temas ou era tudo na base da escolha aleatória?

11. Já citei anteriormente que Gaiarsa e Roberto Freire eram psicanalistas. Além deles, a psicóloga Carmen da Silva também fez alguns trabalhos com REALIDADE. Esses especialistas tinham alguma influência na composição das matérias sobre temas morais como os citados anteriormente? Ou seja, eles eram consultados devido à profissão que exerciam?

12. Por último, o senhor poderia, por gentileza, me informar algum contato de outros jornalistas que trabalharam em REALIDADE? Claro que isso só deveria ser feito com o consentimento deles. Se fosse possível gostaria de falar, principalmente, com Hamilton Ribeiro e Carlos Azevedo. Creio que alguns repórteres possam não estar vivos. Eu soube de alguns que já faleceram, de outros não sei. Caso tenha contato com Alessandro Porro, Mylton Severiano da Silva, Narciso Kalili e Luiz Fernando Mercadante, ficaria grato se fizesse uma ponte entre mim e eles.

Por ora é isso,  
desde já, obrigado!

Caro Tiago

Vou tentar, então, responder suas questões.

8. A equipe original de Realidade era muito unida e coesa. Havia, no entanto, dentro da equipe, militantes de organizações políticas

clandestinas, cujas ideias eram divergentes. Essas divergências, eventualmente, afluíam no relacionamento interno.

O sucesso da revista, por sua vez, levou a empresa a permitir uma grande liberdade de atuação para a equipe. Tipo assim: eles fazem, dá certo, vamos deixar fazer. Mas, aparentemente, esse estado de coisas avançou muito e já não era suportável para a empresa, que decidiu colocar como diretor um profissional que não era oriundo da equipe.

Isso provocou uma revolta na equipe e as contradições políticas internas surgiram com muita força. Havia quem aceitasse o novo diretor e quem não aceitasse. O fato que os jornalistas de texto pediram demissão. Fotógrafos e pessoal de arte ficaram.

Se você conversar com outros colegas, verá que cada um tem sua própria versão. Algumas muito radicais. Eu, particularmente, nunca fui um militante político. Apenas pedi demissão, junto com todos, na época, por uma questão de imagem. Tanto assim que voltei.

9. A segunda fase da revista tinha profissionais excelentes. Agora, não me lembro de todos os nomes, então não cito ninguém. Acontece que o momento era outro e foi em uma fase posterior ao Ato Institucional N 5 e já havia censura explícita em outras redações. Acontece que é muito difícil explicar essas oscilações no mercado editorial.

Eu tinha voltado para a revista exatamente por isso: tentar continuar o sucesso da primeira fase. Mas não aconteceu.

Acho que há muitas tentativas de explicações para não sucesso. Coisas do tipo: a fórmula cansou, os assuntos se esgotaram, o leitor não quer mais isso. Nenhuma delas me convence. É um mistério.

10. A pauta da revista era escolhida depois de longas reuniões. A distribuição das matérias para cada autor era feita pela chefia, conforme seus critérios. Nenhum de nós escolhia sua própria reportagem. Claro que as chefias, com o tempo, foram descobrindo quais repórteres desempenhavam melhor este ou aquele assunto.

Havia também preferências pessoais que acabavam influenciando no bom resultado do trabalho. Quase todos tinham preferência por assuntos com

implicações políticas, o que não era o meu caso. Essa preferência poderia fazer o autor tratar com um certo desprezo alguns assuntos.

Havia, porém, uma preocupação em não criar especialistas e especializações dentro da equipe. Então, as chefias iam alternando a distribuição dos vários tipos de matérias entre o pessoal.

O caso do Desquite ou Divórcio e Três Histórias de Desquite não foi uma coincidência. Eu tinha aprendido tudo sobre a legislação, na primeira matéria. Então, foi uma questão de pragmatismo: outro repórter teria que começar do zero. Já o Sexo Sem Medo foi uma coincidência mesmo.

11. O Roberto Freire era da equipe, tempo integral. Claro que tinha influência (como todos nós) na elaboração das pautas. O redator-chefe, Paulo Patarra, era analisado (coisa rara na época), o que também contribuía para a discussão de assuntos de comportamento. Além disso, havia toda uma curiosidade daquela geração (leitores e autores) com relação a esses temas. Acho que toda a conjuntura influenciou para que a revista entrasse em assuntos polêmicos. E esse tipo de assunto, claro, exigia consultorias competentes. Foi assim que o Gaiarsa participou, como colaborador eventual, de alguns trabalhos. A Carmem da Silva, que eu me lembre, apenas fez uma ou duas matérias.

12. Pois é, Tiago, o Porro, o Narciso, o Mercadante, o Paulo Patarra, o Roberto Freire, o Sergio de Sousa já se foram. Acho que você poderá conversar por e-mail com o Myltainho, com o Azevedo e com o Zé Hamilton. Você verá que, como no velho ditado: *cada cabeça uma sentença*. Mas é muito importante que você tenha outras versões.

ENTREVISTA COM CARLOS AZEVEDO REALIZADA POR E-MAIL EM  
FEVEREIRO DE 2013

**1. Gostaria de saber por que o tema da revolução sexual foi tão abordado pela revista. Esse tema era defendido em comum acordo pela equipe jornalística? Alguém deu a ideia de abordar o tema, ou ele simplesmente era uma "necessidade histórica" daquele momento?**

RESPOSTA 1: Você disse bem -- "necessidade histórica". A então recente urbanização da sociedade brasileira, o crescimento de uma classe média urbana, a maior frequência em universidades, novas profissões, melhores salários, maior contato com as sociedades americana (EUA) e europeia etc., as experiências vanguardistas da fase inicial da revolução soviética, a psicanálise, Reich, etc. Considere também a equipe. Nossa equipe fazia parte da revolução sexual que estava ocorrendo: um sentimento libertário combinando política com comportamento, atuando sobre nós, que éramos todos jovens e que vínhamos desde a escola quebrando tabus e enfrentando preconceitos. Meu casamento com uma moça desquitada (não havia divórcio) e que tinha um filho, era um episódio do nosso dia-a-dia considerado vanguardeiro. Outros estavam separando de suas companheiras, casando de novo etc. Paulo Patarra iria se casar várias vezes. HAF casou muitas vezes. Mercadante casou outras tantas. Sergio de Souza casou-se duas vezes. Roberto Freire, super bem casado, separou-se e foi ser defensor do amor livre, do amor homossexual, Narciso casou-se três vezes, Myltainho casou uma porção de vezes, ainda está casando...

Quero dizer: a própria equipe era um motor e um laboratório desse processo. Considere também que havia um movimento feminista explodindo nos EUA e na Europa, que Ingmar Bergman nos falava da liberdade sexual na Suécia, Sartre e Simone de Beauvoir, o cinema francês...

Nós queríamos derrubar os tabus e isso era menos fruto de reuniões e elocubrações específicas do que um sentimento coletivo e de uma vivência encaminhando para esse rumo. A sociedade estava pronta para discutir tudo isso. Por que não havia divórcio no país? Os filmes americanos nos mostravam os divórcios, os comunistas nos falavam da liberdade sexual na União Soviética, as suecas eram livres, as francesas... Percebíamos que havia um sofrimento desnecessário das pessoas, em particular a opressão e a perseguição às mulheres, a proibição de sua libido etc.

Quebrar tabus era nossa pauta. No nº 1 você pode ver como nasce uma criança. E a jornalista feminista Oriana Falacci nos fala das suecas sexualmente livres...

Isso tudo para nós era profundamente político, era revolucionário. E mais: nós não podíamos falar de política, não podíamos criticar a ditadura militar que acabara de tomar o poder rasgando a Constituição e iniciando uma era de perseguições e horrores.

Falar de comportamento era também um jeito de nos opormos ao conservadorismo que a ditadura representava (não esquecer as senhoras católicas que marchavam pelas ruas

de S. Paulo e Belo Horizonte pedindo o golpe militar, a revista era um petardo contra tudo o que elas representavam: preconceito, hipocrisia, ignorância...).

Claro que não fazíamos esse raciocínio assim objetivamente. Mas isso tudo estava em nós e tínhamos a oportunidade de revanche por aí. Está claro também que uns podiam ser mais conscientes do que se passava -- talvez o Paulo Patarra, o Roberto Freire, este que era um psicanalista (basta ver como foi a carreira dele depois, como psicanalista, líder do grupo SOMA, amor libertário e sem esquecer suas raízes anarquistas. E vai por aí afora).

**2. Lendo algumas reportagens percebemos influências teóricas para alguns posicionamentos adotados. Há uma clara influência de pensadores como Marcuse e Reich, defensores da liberação sexual. Inclusive Roberto Freire e José Ângelo Gaiarsa, que escreveram para a revista, foram posteriormente importantes psiquiatras/psicanalistas reichianos. Nas matérias de cunho político, há muito destaque ao comunismo também. Minha pergunta é: durante as pautas para as matérias, vocês debatiam obras acadêmicas? Vocês liam e debatiam Marcuse, Reich, Freud ou Marx? Ou a influência deles só se fazia sentir no momento de fazer a pesquisa para determinado tema?**

Resposta da pergunta 2:

Acho que em parte já abordei isso na primeira resposta. Mas não era uma aplicação automática desses autores, era um movimento amplo que conformava um tipo de pensamento. O Gaiarsa era o terapeuta do Paulo Patarra, às vezes veio à redação. Mas não creio que tivesse uma influência nem de perto comparável à de Roberto Freire. Quanto à presença do comunismo/socialismo -- aquele era um tempo de intenso debate político e ideológico, afinal, mais da metade da população mundial estava vivenciando a experiência socialista. E havia a guerra fria entre o campo capitalista e o campo socialista. Apesar da ditadura, encontrávamos jeitos (indiretos, muitas vezes) de tratar da questão. Mas ninguém, que eu saiba, ficava na redação estudando Marx para fazer matérias... eu estava começando a fazer minhas leituras de livros e revistas de esquerda, mas era uma atividade individual.

Você não pergunta isso, mas chamo sua atenção para um ponto: Realidade era extremamente política no enfoque de suas reportagens. Nós tínhamos uma decisão muito clara (aqui, sim) de introduzir o povo como personagem da vida da sociedade e

do país. Nosso enfoque é sempre do lado do povo, nossos personagens são pessoas do povo, são operários, camponeses, garimpeiros, índios, parteiras, meninos de rua, mãe de santo, jogadores de futebol, artistas populares. Todas as matérias são de afirmação do povo. Veja algumas reportagens minhas: "Este petróleo é meu" é uma matéria nacionalista, contra a tentativa do capital estrangeiro de acabar com a Petrobrás;"Agora é a guerra", sobre o movimento negro nos EUA. "O Piauí Existe" é um jeito de denunciar a pobreza do Piauí. "Nasce uma Nação", sobre a independência da Guiana, veja que as personagens são só as pessoas do povo. Isso só para falar das minhas matérias, veja as dos outros. São em geral desmistificadoras, não enganávamos nosso público (veja a matéria da Miss Brasil, do Marão). Isto era subversivo, era revolucionário.

**3. Gostaria de lhe perguntar sobre a edição especial sobre a mulher. Por que decidiram fazer essa edição especial? Quais eram os objetivos?**

Resposta à pergunta 3:

Já respondi isso acima. Mas vou acrescentar: o objetivo era, por meio de matérias que expressassem a vida de mulheres comuns, denunciar a opressão da mulher, apoiar seu movimento de liberação, que já estava objetivamente em curso. A propósito: a mim me coube a matéria que ninguém da equipe queria fazer: a mulher empresária. Era uma sugestão do Robert Civita, mas as outras matérias pareciam mais "emocionantes". Ficou aquele empurra-empurra na reunião de pauta e eu acabei topando meio que indo para o sacrifício em nome da equipe. Acho que de fato ficou uma matéria meio sem graça (a mulher era sem graça). Mas esta era uma matéria da maior importância como elemento de conquista da independência feminina. Acho que não enxergamos bem isso no momento. Ainda mais porque era uma ideia do Robert e ele estava sempre querendo fazer matérias de empresários, que ele chamava de "fazedores" e nós torcendo o nariz...

**4. Qual foi a reação de vocês da redação quando houve a apreensão da edição número 10 (Especial da Mulher)? A liberdade dada pela direção da editora após esse episódio mudou?**

Resposta à pergunta 4.

Não lembro direito. Deve ter sido de indignação. Mas houve uma importante reação na sociedade, muitos protestos. A liberdade "dada" pela direção da empresa não mudou aí. Na verdade, ela não havia nos "dado" liberdade, nós jamais perguntamos o que podíamos ou não podíamos fazer, nós não fazíamos provocações à ditadura, mas nós trabalhávamos com uma liberdade que havíamos conquistado desde a criação da revista (da qual, eu afirmo com convicção, a equipe foi a protagonista, embora haja controvérsias...)

**5. Quais seriam, em sua opinião, os principais e definitivos motivos que levaram ao fim da primeira fase de REALIDADE? No livro "Cicatriz de Reportagem" o senhor fala sobre divisões internas entre os jornalistas e também sobre querelas com a empresa. Gostaria que detalhasse isso um pouco mais. Quais eram essas dissensões e qual era o problema em relação à empresa?**

Resposta à pergunta 5:

Não sei se você leu meu livro "Jornal Movimento, uma reportagem", publicado pela Editora Manifesto em 2011. Ele está na internet e pode ser baixado gratuitamente. No capítulo 2, intitulado 'Movimento nasce de Opinião', Raimundo Rodrigues Pereira, que foi o editor-chefe tanto de um quanto do outro, diz: "o fim da primeira equipe de Realidade se devia a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, não do dono..." (o grifo é meu). Raimundo acertou na mosca. O motivo principal da saída da equipe é esse, mas junte a isso um crescente incômodo da ditadura militar com a revista, a pressão dos militares sobre a empresa, a pressão das agências de publicidade, o desejo do empresário de fazer um produto mais "palatável"... E o Ato 5 que já vem vindo (13 de dezembro de 1968).

Sobre as "dissensões internas" a que você se refere, preciso reler o "Cicatriz", mas assim de memória acho que não fiz referência a dissensões em nossa equipe. A equipe original tinha uma grande unidade, ainda que com diferenças de tendências.

O que me lembro é que a empresa começou a contratar profissionais de pensamento diferente do nosso e colocá-los na equipe para buscar um jeito de equilibrar as forças dentro da redação e poder contar com mais apoio lá dentro. Foi gente de fora

que chegou algum tempo depois, como Alessandro Porro, Milton Coelho da Graça etc. Aliás, a empresa desde o começo buscou ter mais poder na redação, para isso trocou diversas vezes de diretores. Por exemplo: Hernani Donato, Odilo Costa, Filho... o próprio Robert... tudo isso para evitar que Patarra fosse o Diretor. Em 1968, quando pôs Alessandro Porro na chefia, foi a gota d'água para os que haviam ficado lá (eu já havia saído, como você deve saber).

**6. Alguns jornalistas voltaram para a revista depois da grande diáspora de dezembro de 68. O senhor não voltou devido às suas posições políticas? Aqueles que não voltaram, como o senhor, sentiram-se de alguma forma ofendidos por alguns de seus colegas terem voltado e, portanto, se "submetido" à empresa Abril?**

Resposta à pergunta 6:

Essa é uma questão menor, tão pequena que nem sei se ela realmente existiu. Eu saí da revista porque estava me integrando a um trabalho revolucionário junto à organização Ação Popular. Fui fazer imprensa clandestina e procurar participar da mobilização da população pela redemocratização. Digo com franqueza (até por já estar semi-clandestino) que mal acompanhei o episódio de demissão coletiva de meus colegas da revista. Soube que alguns não haviam saído, que outros haviam voltado. Não fiquei jamais ressentido por isso, não me lembro de haver criticado ninguém por esse motivo. Provavelmente, quem não saiu e quem voltou pode ter se sentido pouco à vontade diante dos que saíram, isso é possível. Mas eu não vivi esse momento, pouco posso dizer porque estava longe disso e muito envolvido em meus trabalhos na AP e depois de 1973, no PCdoB.

Acho que você deve obter melhor resultado perguntando isso a quem viveu o episódio (você já falou com o Myltaíno? ele está escrevendo um livro sobre a Revista Realidade).

**7. O senhor tinha alguma preferência sobre quais matérias queria escrever? Se tinha, detalhe um pouco, por favor.**

Resposta à pergunta 7:

Minha preferência era por reportagens que me levassem para o meio do povo. Já disse isso no livro "Cicatriz". E foi o que procurei fazer em toda a vida como repórter. Basta ver minhas matérias.

**8. Já citei anteriormente que Gaiarsa e Roberto Freire eram psicanalistas. Além deles, a psicóloga Carmen da Silva também fez alguns trabalhos com REALIDADE.**

**Esses especialistas tinham alguma influência na composição das matérias sobre temas morais como os citados anteriormente? Ou seja, eles eram consultados devido à profissão que exerciam?**

Resposta à pergunta 8.

Influência de Gaiarsa, na minha opinião, insignificante. Exceto por ele ser o terapeuta do Paulo. Roberto Freire e Carmen da Silva tiveram importância pelo tipo de matérias que fizeram. Mas não havia uma presença deles na composição das matérias sobre costumes no geral. Nunca os vi dando esse tipo de aconselhamento na redação. Aliás, jamais vi a Carmen da Silva por lá. Ela morava no Rio, mandava suas matérias e pronto.

**9. O tempo em REALIDADE foi importante para sua história política posterior? Se foi, em que medida?**

Resposta à pergunta 9.

O tempo em Realidade foi importante para mim por vários motivos: Permitiu o meu amadurecimento como jornalista; Foi uma grande aventura em grupo para realizar um trabalho totalmente vitorioso. (Ele era tão vitorioso que sabíamos que aquilo não poderia durar muito);

Vivemos a bela experiência da amizade, da solidariedade e da confiança uns nos outros; experimentamos na prática a força da ação coletiva, unida. Derrotamos o patrão muitas vezes (não, não podia durar...).

Realidade me ajudou a enxergar melhor a sociedade e a necessidade de transformá-la. Adorava fazer as reportagens (tanto que anos depois voltei a fazer). Mas havia uma ditadura a oprimir nossa gente. Eu tentei ir dar minha contribuição para

derrotá-la, que sei que foi modesta. Mas estive lá, na boca da fera, dez anos clandestino, com minha família junto.

**10. O senhor acha que a revolução de costumes foi vitoriosa? Se não foi, no que ela falhou? Acredita que Realidade tenha contribuído para essa revolução? Em que medida? É uma pergunta bem pessoal, vai de sua visão do mundo de hoje onde, supostamente, há muita liberdade sexual.**

Resposta:

A revolução sexual enquanto movimento de libertação da mulher é amplamente vitoriosa e se estende ao mundo inteiro, já sacode os países islâmicos... é o movimento mais revolucionário de nossa época pós década de 1960. Combinado com a ocupação do mercado de trabalho, das universidades, enfim, de todas as áreas, esse movimento vem mudando a face da sociedade nesse início do século 21. E está apenas no começo... Repare que até o uso da mulher como objeto vai mudando, ela vai se tornando também dona desse processo, invertendo-o: "vou vender minha virgindade. Quem quer comprar?" Isso tem um lado terrível, que é a mercantilização de tudo, mas tem outro lado, que reduz o homem de dominador a consumidor... Os homens ainda são hegemônicos, mas estão perdendo essa condição, vão ter que encontrar um modo de se relacionar com a nova mulher.

Lembro que a questão sexual não se limitou só a mulher nas matérias de Realidade, mas tratou também da juventude. Houve aquela pesquisa sobre "A juventude diante do sexo"...

Quero chamar sua atenção para o fato de que a revista Realidade não só abria espaço para a revolução sexual, mas também abria uma discussão delicadíssima na época, a questão da religião. Duarte Pereira escreveu o artigo "Deus está morto?" e depois "O Jesus da História" e ainda outras matérias em que se discutia a questão da religião e deu muito pano para manga.

**Uma observação final: você saiu de seu tema, não é? Queria saber sobre as matérias de comportamento, mas enveredou por outras questões, que possivelmente geraram ressentimentos que talvez permaneçam ainda por aí...**

**Em troca, tenho uma exigência: mande uma cópia de seu trabalho. Quero ver como você se sai. (E vou conferir se você pôs as aspas nos lugares certos...)**

**Boa sorte.**

**Abraço,**

**Carlos Azevedo.**